

**O MERCADO EDITORIAL DE LISBOA.
OPINIÃO PÚBLICA E COMPONENTE RELIGIOSA (1890-1910)**

PAULO ALEXANDRE ALVES

DISSERTAÇÃO APRESENTADA PARA CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS À OBTENÇÃO DO
GRAU DE MESTRE EM HISTÓRIA,
REALIZADA SOB A ORIENTAÇÃO CIENTÍFICA DE DANIEL RIBEIRO ALVES

MARÇO 2015

Declaro que esta Dissertação é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

Paulo Alexandre Alves

Lisboa, 29 de Março de 2015

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

O(A) orientador(a),



Lisboa, 25 de Março de 2015

*Para todos os que estão à minha volta e
que, de uma maneira ou de outra,
tornaram este trabalho possível*

Agradecimentos

É sempre complicado preencher uma folha de agradecimentos, até porque tal pode deixar a impressão de uma escala valorativa implícita ou explícita, com consequentes e óbvias injustiças. Deste modo, o melhor agradecimento que se pode fazer é o convívio da partilha diária do tempo com outros e por outros. Ainda assim, há alguns nomes, expressão de outros tantos rostos, que não poderia deixar de mencionar.

Em primeiro lugar, queria agradecer ao orientador, o Prof. Doutor Daniel Ribeiro Alves, pelo interesse demonstrado no tema, bem como pelo acompanhamento incansável realizado, que me ajudou a explorar novas perspetivas e âmbitos e por se ter mostrado sempre próximo e disponível para me auxiliar.

Uma outra palavra vai para o Prof. Doutor António Matos Ferreira, que me desafiou para realizar este trabalho e me apoiou ao longo da sua concretização, mostrando-me como o trabalho intelectual, aventura sempre pessoal, não é necessariamente individual, mas sim dialogado. Ao Doutor Sérgio Filipe Ribeiro Pinto devo, para além da amizade, a leitura paciente e minuciosa das diversas fases que esta dissertação foi tendo, bem como inúmeras sugestões e correções que me foi indicando.

Agradeço também ao Centro de Estudos de História Religiosa, na pessoa do Prof. Doutor Paulo de Oliveira Fontes e do Dr. José António Rocha, pelo acolhimento demonstrado e estímulo proporcionado à reflexão que serve de base a esta dissertação. Com efeito, os diversos grupos de trabalho em que participei e participo foram peça fundamental no alargamento e enquadramento da temática que optei por trabalhar. Estendo este agradecimento institucional ao Instituto de História Contemporânea e ao grupo de investigação História, Território e Ambiente, do qual faço parte, coordenado pelo Prof. Doutor Luís Espinha da Silveira.

Finalmente, a nível pessoal, não poderia deixar de agradecer aos meus pais, irmãos e cunhadas por me terem sempre acarinhado e estimulado a seguir em frente, apoiando o “intelectual” da família.

Uma palavra também para todos os que se cruzaram comigo ao longo de mais de doze anos de percurso académico e para os meus amigos que me acarinharam – alguns dos quais constituem verdadeira família – e foram decisivos para prosseguir o trilha que conduziu ao presente trabalho. Felizmente são tantos que prefiro manter os vossos nomes *in pectore*, não vá a minha frágil memória esquecer-se de alguém.

O mercado editorial de Lisboa: opinião pública e componente religiosa (1890-1910)

Paulo Alexandre Alves

Palavras-chave: Mercado livreiro; Religião; Opinião pública; Lisboa

O mercado da edição de livros convoca no seu entorno uma série de atores sociais que cumprem funções e papéis distintos, mas interconectados, que confluem num ponto: o da divulgação e disponibilização de conteúdos culturais a um determinado público. Este objetivo resulta sempre numa certa configuração geográfica conforme os grupos que se pretendem alcançar, bem como as estratégias que lhe subjazem. Assim, os conteúdos que são disponibilizados não se revestem de um caráter de neutralidade, procurando, ao invés, uma intervenção (ainda que não explícita ou consciente) na opinião pública.

Deste modo, a presente dissertação tem como objetivo a caracterização do mercado editorial lisboeta no período final da Monarquia e o aferimento da ligação existente entre aquele e algumas questões que afetavam a opinião pública de então, constituindo debates sociais e culturais de relevo. O ângulo de análise escolhido é o do religioso, porquanto este se constitui como elemento nodal de estudo da sociedade portuguesa, na transição entre os séculos XIX e XX.

The book market in Lisbon: public opinion and religious component (1890-1910)

Paulo Alexandre Alves

Keywords: Book market; Religion; Public opinion; Lisbon

The book editing market gathers around him an array of social actors, fulfilling differentiated but interconnected roles and functions, converging on one point: to divulge and make available cultural contents to a given audience. This goal always bears with it a certain geographical configuration, depending on the groups one wants to reach and the underlying strategies. Thus, the available contents don't have a neutral character. On the contrary, they seek to intervene on the public opinion, even if not in an explicit or conscious fashion.

Given so, this dissertation seeks to characterize the book market in Lisbon, during the final spell of the Monarchy and to assess the existing connection between this market and some of the issues then affecting the public opinion in the shape of relevant social and cultural debates. Religion is the chosen standpoint, given its character of key element on the study of the Portuguese reality, in the transition between the 19th and the 20th century.

Índice

Introdução.....	1
Objeto e contextualização.....	1
O estado da questão	7
Objetivos, método e organização.....	11
Crítica de fontes	14
O livro: leituras e atores	19
Leituras, consciências e representações.....	20
Autores e atores	27
Pluralidades do mercado livreiro	33
O mercado editorial lisboeta	35
O mercado editorial na década de 1890.....	37
O mercado editorial na primeira década do século XX.....	41
Caracterização do universo dos catálogos	43
Tendências globais.....	46
Para uma tipologia do livro religioso	53
Tipos de publicações de índole religiosa	56
Teologia	56
Devocional e litúrgico.....	58
Espiritualidade	61
Apologética e polémica	63
Institucional e pastoral.....	67
Sagrada escritura.....	68
História e património	70
Distribuição das tipologias elaboradas	71
O livro religioso e o seu entorno social.....	81
<i>As ordens religiosas e as missões ultramarinas</i>	83
Expansão e missionação	83
Missionação como parte de um programa integral.....	85
<i>A Vie de Jésus</i> de Ernest Renan e a sua receção	94
Vie de Jésus	96
As traduções em português.....	106
A polémica gerada	107
As obras e os debates	115
Conclusão	119
Fontes e bibliografia.....	124
Lista de mapas e tabelas	142
Anexo I – Lista dos estabelecimentos comerciais, por ano	143

Introdução

Objeto e contextualização

Os livros, enquanto objetos culturais, simultaneamente técnicos e intelectuais, cruzam em si dois mundos de índole distinta, mas em permanente comunicação. Por um lado, eles são expressão de universos mentais, que os constroem e que os consomem, sendo, por isso, veículos difusores de uma mensagem cujas características peculiares não são subsumíveis noutros meios próximos e afins, como os jornais ou as revistas. Por outro lado, os livros são também objetos materiais que, porque tais, podem ser trocados, vendidos, comprados ou divulgados, como outras mercadorias comerciais. Isto traz à colação a presença de uma série de agentes sociais, cujo papel, se bem que não seja necessariamente o de autoria, possui relevância na difusão de determinada obra e, por conseguinte, do ideário que ela, propositadamente ou não, veicula.

Não é linear, no entanto, a definição dos limites daquilo a que se pode considerar como “livro”. Para a UNESCO, por exemplo, um livro é, para efeitos estatísticos, «uma publicação impressa não periódica, com, pelo menos, 49 páginas, excluindo as páginas de capa, publicado no país e disponível ao público»¹. Este entendimento ressalta duas características que parecem importantes: a não periodicidade e a disponibilização ao público. Com efeito, a primeira característica acaba por distinguir o livro de outras formas de literatura impressa, que têm por objetivo trazer até um público alargado, em maior ou menor grau, a “novidade”, donde a seriação que jornais ou revistas têm. É certo que os livros, pelo menos os que alcançam sucesso comercial mais assinalável, são também sujeitos a múltiplas edições e, portanto, a uma determinada replicação, ressurgindo, inclusive, em épocas bem diversas daquelas em que foram escritos. Contudo, mesmo nos casos em que uma nova edição corresponde a uma profunda refundição do escrito original, o fator periodicidade não é primariamente tido em conta e, mais importante ainda, pode-se considerar que tais escritos se tratam de duas obras, deste ponto de vista, distintas, porquanto correspondem ou podem corresponder a contextos sociais e estratégias editoriais diferentes.

¹ Definição disponível em http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=13068&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html [consultado em 04-03-2015]. O documento original é de 1964 e a tradução realizada da nossa responsabilidade.

A segunda característica aponta para o facto de os livros serem editados e, portanto, reproduzidos, não com o intuito de fazer circular informação que se entende como secreta e pessoal, mas antes que se pretende que esteja acessível a um número de pessoas (público), mais ou menos alargado consoante as intenções de quem o produz, edita e vende. Quer isto dizer que “publicidade” e “divulgação” são vocábulos intimamente ligados não só à comercialização de livros, mas também à própria natureza daquilo que é um livro. É certo que a definição da UNESCO aponta ainda para uma determinada extensão associada a um “livro”, mas essa, acima de tudo, prende-se já com uma distinção entre diversos tipos de “livros”, sendo este um vetor propositadamente desconsiderado no marco do presente trabalho.

Deve-se ter em conta, contudo, que nem sempre os livros se revestiram dos mesmos formatos e usos, variando ainda nas técnicas utilizadas para a sua produção. Assim, se a invenção da imprensa no século XV é, sem dúvida, um importante marco, quer ao nível técnico, quer ao nível da massificação, é já no século XIX que, nomeadamente nas sociedades europeias, começa paulatinamente a ganhar expressão aquilo a que se pode chamar de “capitalismo de impressão²”. Ou seja, os objetos tipográficos são encarados como um negócio e como um fator de intervenção e modelação da opinião pública. Se o papel cultural e morigerador das publicações impressas sempre esteve presente, a verdade é que a massificação na produção de objetos deste género introduz novas variáveis na equação. Em primeiro lugar, temos um alargamento potencial do público-alvo, uma vez que as práticas de leitura privada e pública são estimuladas por uma crescente escolarização e alfabetização, referenciada a determinados grupos socioculturais. Por outro lado, a própria evolução técnica dos meios de produção traz consigo a possibilidade de se produzir mais num menor intervalo temporal, com um menor custo, permitindo fenómenos de massificação cultural e ideológica.

Acresce a este fator a complexificação das redes de produção e distribuição, fruto também do crescimento demográfico e do aumento da densidade populacional que

² A expressão, no seu original inglês é “*print-capitalism*”, e foi colhida de Benedict Anderson, tal como é tratada em ANDERSON, Benedict – *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. 2^a ed. London / New York: Verso, 1996, p. 37–46. A pertinência da aplicação desta expressão para o caso português, apesar da aparente dissociação entre edição e auscultação dos interesses do público-alvo, parece existir, porquanto, como iremos ver, os livros constituem verdadeira mercadoria destinada a gerar lucro às casas que a comercializam, podendo ser replicados, publicitados, catalogados e vendidos, à semelhança de outros bens comerciais, sem que tal retire o valor cultural deste mercado.

o fenómeno da urbanização acarreta. Por conseguinte, assiste-se a um ganho de importância de uma série de atores sociais que, no caso dos objetos impressos, contemplam funções sociais como as de editor, livreiro ou tipógrafo. Deve-se também ter em conta o autor e o próprio leitor, uma vez que a mensagem escrita possui esta vertente de transmissão entre emissor e recetor. Com efeito, também estes não são meros sujeitos passivos. Por exemplo, no primeiro caso, cabe ao autor encontrar pessoas dispostas a editar uma determinada obra, bem como, não poucas vezes, meios, não só para a edição, mas também para a sua subsistência pessoal e permanência na atividade da produção escrita. No caso dos leitores, são estes que compõem, em última análise, o mercado, as suas preferências, gostos e perspetivas, podendo fazer com que determinado escrito tenha um maior ou menor impacto social, aferido este quantitativamente ou de forma qualitativa.

Apesar de o “capitalismo de impressão” colocar a ênfase na massificação do objeto impresso, o que traz consigo a importante questão do financiamento de uma produção de âmbito e índole cultural, e que não constitui, enquanto tal, um bem de primeira necessidade, nem por isso o mercado é o único fator a determinar a edição de determinado livro. Com efeito, pode-se editar uma obra porque se pensa que o conteúdo da mesma, ou o seu autor, estão de acordo com a visão que um mecenas particular ou coletivo, ou até o próprio livreiro/editor pode ter sobre alguma problemática, procurando influenciar, conseqüentemente, a opinião pública na direção pretendida.

O que foi dito deve contribuir para se enquadrar a real importância dos atores sociais referidos, uma vez que o seu papel tem que lidar com o mercado e com a rentabilidade do negócio, mas assume também, explícita ou implicitamente, uma função na produção e difusão dos ideários expressos pelos autores. Deste modo, livreiros e editores possuem assinalável relevância na produção e distribuição deste tipo de bens culturais, uma vez que o seu caráter medianeiro entre autor e leitor não é indiferente, transportando, simultaneamente, elementos de negócio e de serviço cultural.

Assim, se a mediação destes agentes afeta o mercado livreiro, este, por sua vez, procura influir na opinião pública, moldando-a e construindo-a segundo as pretensões dos diversos grupos que atuam conflituosamente na sociedade³. Conseqüentemente, é

³ Sobre a relação entre imprensa e opinião pública no espaço português, veja-se TENGARRINHA, José – *Imprensa e opinião pública em Portugal*. Coimbra: Edições Minerva, 2006, p. 18–20.

de esperar que as múltiplas questões que provocam fraturas sociais encontrem acolhimento nos títulos comercializados. É certo que nem todos os livros têm objetivos sociais e ideológicos imediatos e explícitos a si associados, o que não invalida que também esses sejam produtos de uma determinada época e que influam nas mundividências e construções mentais dos leitores aos quais chegam. Com efeito, um romance, por exemplo, ainda que possa não ter outra pretensão além da narração de determinada situação de vida, fá-lo segundo cânones estéticos e de linguagem que são expressão de uma determinada visão sobre o viver humano, nas suas componentes individual e relacional. O próprio modo como o livro é escrito, e as cenas que são escolhidas para compor a trama narrativa, são também outros exemplos de componentes que plasmam mundividências mais ou menos conscientes.

Deste modo, é expectável que as diversas temáticas do viver social, como expressão das vivências dos diversos grupos e realidades se encontrem retratados na produção escrita classificável como “livro”. Neste contexto, se é legítimo olhar para as questões editoriais como expressão das disputas de poder, deve-se também ter em conta que elas se enquadram num todo mais amplo, o da procura por influir nas construções mentais de uma sociedade em que a concorrência é uma das características. De facto, as fraturas políticas, económicas, religiosas, ou de outra índole tendem a ser refletidas nos escritos produzidos, porquanto são parte do processo de construção e alteração da opinião pública.

Uma destas temáticas com relevância social é a religiosa, que, num país como Portugal e num tempo como o século XIX, se reveste de uma forte componente cristã católica, sendo, por isso, de esperar que ela esteja presente nos títulos comercializados pelo mercado livreiro. Tal sucede, em primeiro lugar, porque há público para a difusão de obras deste género, uma vez que a influência social da Igreja, que assume a representação institucional da confissão do Reino segundo a Carta Constitucional de 1826, é grande, mas também disputada. Não se deve, contudo, resumir toda esta problemática a uma suposta perda de influência social e política por parte de uma instituição, porque, em primeiro lugar, tal seria uma simplificação de uma estrutura que é bastante complexa e que se confunde, em segmentos como o do clero paroquial, com a

da própria administração do Estado⁴. Por outro lado, a conflitualidade que deriva do interior do próprio catolicismo é geradora de múltiplas visões sobre problemáticas como a do anti-jesuítismo, a das congregações religiosas (que não são uma e a mesma coisa), a da missionação e presença portuguesa no ultramar, ou a das relações entre poder civil e poder eclesiástico (com ênfase para questões como a morte, ou o casamento e registo civis). Também ao nível dos universos mentais, as representações associadas aos agentes eclesiais, bem como ao universo devocional ou aos santos – e mesmo até à própria pessoa de Jesus – constituíam terrenos não só de crítica ao catolicismo, mas também de disputa interna. A maneira de abordar estas questões representa, não poucas vezes, sensibilidades distintas e conflituais sobre temáticas que não são meramente do foro religioso, mas que têm um alcance mais alargado. Consequentemente, é natural que o mercado livreiro represente e expresse, de algum modo, toda esta panóplia de mundividências e temáticas.

Deve-se ainda ter em conta que as próprias dinâmicas no interior do catolicismo, e que não são de maneira nenhuma redutíveis à realidade portuguesa ou exclusivas desta, influem nas mundividências apresentadas e expressas nas obras de temática religiosa em comercialização. Ou seja, a recomposição de um catolicismo que após 1871 tinha perdido o referencial temporal dos Estados Pontifícios e que tem que lidar com o progressivo ganho de importância de quadrantes geográficos não europeus (com especial destaque para a América do Norte, onde o catolicismo não era a religião maioritária) encontra também expressão nos debates finisseculares. Há, portanto, a construção de uma identidade que em parte é nova e que passa pela identificação com o Papa enquanto líder somente espiritual, e pelo acatamento dos regimes políticos (*ralliement*, de Leão XIII), devendo os católicos trabalhar dentro do enquadramento legal vigente para fazer valer a posição da Igreja, o que significa uma procura pelo bom acolhimento desta no seio da opinião pública. A outra face da moeda é que é também necessária a mobilização dos diversos setores católicos, com vista à união e execução

⁴ Sobre a complexa relação entre poder político e eclesiástico ao nível do clero paroquial português, veja-se, por todos, PINTO, Sérgio Ribeiro – *Servidores de Deus e funcionários de César: o clero paroquial como «classe» socioprofissional (1882-1917)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2013. Tese de Doutoramento em História, p. 285–335.

deste programa de “restauração católica”, o que naturalmente conduziu a uma produção literária com este fim⁵.

Este ângulo de abordagem, contudo, apresenta algumas dificuldades, em primeiro lugar porque as fronteiras do religioso são de complicada definição. Por outro lado, uma vez que estamos na presença de um terreno que é disputado, não só fora das instituições eclesásticas, como no interior destas, é legítimo esperar encontrar visões diversas, ou, se se quiser, contra ou a favor da religião enquanto tal ou de algum dos seus aspetos. Ambas as posições contudo, reportam-se a uma mesma temática, pelo que é epistemologicamente correto enquadrá-las num entendimento lato daquilo que é o “livro religioso”. Outra questão, no que toca aos limites deste terreno, prende-se com a sua diferenciação, uma vez que, ainda que longe dos níveis atuais, a sociedade portuguesa apresentava já no seu seio presenças, como a protestante, que faziam com que a exclusividade da religião não pertencesse ao campo católico⁶. Além disso, algumas franjas da sociedade que não se reviam na confissão de Estado colocavam-se ainda num terreno que poderemos classificar de religioso, na medida em que defendiam um deísmo, ou crenças de outro tipo que, ainda que minoritárias, também produziram alguns escritos e que se optou por incluir nos limites considerados⁷.

A cidade de Lisboa, enquanto capital de Portugal, é, sem dúvida, um dos locais onde se concentravam estas questões, porquanto era, indubitavelmente, o maior centro urbano do país. Pese embora a presença religiosa fosse diversa e, porventura, mais rarefeita ao nível da frequência cultural do que em outros pontos do país, ela não deixava de ser um importante polo do poder político e religioso, gozando, por outro lado, devido

⁵ Cf. FERREIRA, António Matos – A constitucionalização da religião. In CLEMENTE, Manuel; FERREIRA, António Matos (eds.) – *História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002. Vol. 3: Religião e Secularização, p. 56–59.

⁶ Sobre a diferenciação religiosa provocada pelas correntes cristãs reformadas em Portugal no arco cronológico do presente trabalho, ver LEITE, Rita Mendonça – *Representações do protestantismo na sociedade portuguesa contemporânea: da exclusão à liberdade de culto (1852-1911)*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa - UCP, 2009. Também no mercado editorial lisboeta esta diferenciação se fazia sentir num vetor bidimensional, embora associado a uma mesma organização. Assim, a presença da Sociedade Bíblica na rua das Janelas Verdes, local onde funcionava também a Livraria Evangélica, ilustra que o mundo cristão não-católico, nas suas mais diversas configurações, não ignorava o tipo de presença que a edição e comercialização de livros poderiam trazer.

⁷ Um caso típico deste tipo de entendimento em Portugal é o de Sampaio Bruno, cujo pensamento é de matriz teísta e gnóstica. Para uma apreciação mais cuidada, que inclui a indicação de algumas raízes desta sua conceção ver ROCHA, Afonso – *A gnose de Sampaio Bruno*. Sintra: Zéfiro, 2009. Para outro tipo de conceções entre algumas figuras de proa portuguesas, que oscilam entre o deísmo e o panteísmo, ver CATROGA, Fernando – O laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1911). *Análise Social*. Vol. XXIV, n.º 100 (1988), p. 255–259.

à sua urbanidade, de tensões sociais mais amplas e com maior repercussão na imprensa. Por outro lado, a dinâmica cultural da cidade fazia com que ela contasse com um grande número de homens da *intelligentsia* nacional. É certo que outros centros urbanos teriam as suas especificidades não redutíveis às dinâmicas lisboetas, mas isso não invalida a pertinência própria da capital.

Por conseguinte, para se estudar o mercado livreiro é necessário, em primeiro lugar, a identificação dos agentes que o compõem, em ordem a perceber a extensão do mesmo. Esta identificação permite também que se realize um mapeamento da sua distribuição pela cidade, como forma de perceber que dinâmicas de negócio ou culturais lhe podem estar associadas. Por outro lado, o conhecimento dos agentes do mercado livreiro possibilita a identificação das edições que estes colocavam à disposição do seu público, permitindo aferir que tipo de publicações circulavam e que problemáticas transpareciam e valorizavam. Deste modo é possível aferir da existência de ligações entre questões socio-religiosas e edições disponibilizadas, como forma de interação e formação de dinâmicas de opinião pública e publicada.

A pertinência deste estudo é dada pela caracterização que permite de um dos veículos das problemáticas culturais e sociais – o mercado livreiro –, frequentemente referido sobretudo ao nível da análise de algumas publicações de autores que granjearam maior fama e notoriedade, quer coeva, quer póstuma. Por outro lado, a caracterização de um grupo social que, embora eventualmente pouco extenso em termos numéricos, conjuga em si processos de negócio destinados a obter capital financeiro com outros que têm como objetivo influir na opinião pública, mostra como as sociedades urbanas oitocentistas percecionavam o estatuto social não apenas através da posse, mas também através das atividades e funções que desempenhavam no seio da comunidade.

O estado da questão

Alguns estudos de relevo têm vindo a ser produzidos referentes, sobretudo, a temáticas da história do livro e da edição. Contributo importante é aquele de Nuno Medeiros, na obra *Edição e Editores: o mundo do livro em Portugal, 1940-1970*⁸. Aqui, o autor, embora se dedique a um período cronológico mais recente, o que supõe uma

⁸ MEDEIROS, Nuno – *Edição e editores portugueses: o mundo do livro em Portugal 1940-1970*. Lisboa: ICS-Imprensa de Ciências Sociais, 2010.

diversa configuração do tecido social e cultural, opta por problematizar o papel dos editores como atores de estratégias que visam a influência no meio cultural, político e social. Uma tal abordagem obriga também a que o próprio papel do livro e da edição enquanto tal seja tratado, embora a metodologia usada diga sobretudo respeito à de uma sociologia histórica.

Outro contributo, o de Manuela D. Domingos em *Estudos de Sociologia da Cultura: livros e leitores do século XIX*⁹, é importante na medida em que realiza um estudo de caso de uma das editoras sediadas em Lisboa com maior longevidade e difusão no século XIX, a Casa Editora David Corazzi, que, posteriormente, adotará outras nomenclaturas. O enfoque é colocado sobre uma das mais extensas coleções por si produzidas, a Biblioteca do Povo e das Escolas, analisando o porquê das diversas escolhas editoriais tomadas e a importância desta no panorama cultural e social nacional. Chama ainda à atenção para o papel dos gabinetes de leitura, como instâncias de divulgação e difusão do livro.

Rui Beja, no seu livro *A Edição em Portugal: 1970-2010. Percursos e perspectivas*¹⁰, elenca algumas editoras que começaram a sua atividade ainda no século XIX, dissertando também acerca do papel dos agentes sociais que são parte integrante das dinâmicas do mercado livreiro, embora o faça sobretudo tendo em conta os modernos paradigmas do livro digital e da disrupção por eles provocada nos tradicionais métodos de negócio.

Outra obra de importância é a de Jorge M. Martins, *Marketing do Livro: materiais para uma sociologia do editor português*¹¹, onde, recorrendo aos métodos da sociologia histórica, o autor procura traçar o perfil dos editores portugueses. Embora o enfoque se situe nas últimas décadas do século XX, contempla também alguns perfis de relação entre autor e editor referentes ao século XIX. A escolha dos perfis editoriais, contudo, provém do caso francês, para o qual o autor defende existir bibliografia mais ampla. Por outro lado, a sua ênfase no *marketing* e nas relações entre autor e editor colocam esta obra numa outra esfera, mais técnica e operativa.

⁹ DOMINGOS, Manuela D. – *Estudos de sociologia da cultura: livros e leitores do século XIX*. Lisboa: Instituto Português de Ensino à Distância / Centro de Estudos de História e Cultura Portuguesa, 1985.

¹⁰ BEJA, Rui – *A edição em Portugal, 1970-2010: percursos e perspectivas*. Lisboa: APEL, 2012.

¹¹ MARTINS, Jorge M. – *Marketing do livro: materiais para uma sociologia do editor português*. Oeiras: Celta, 1999.

De outra índole são os trabalhos que se dedicam à história de uma determinada editora. Embora por vezes laudatórios e comemorativos, não deixam de ser contributos significativos, principalmente os que se debruçam sobre editoras em atividade na Lisboa de finais de Oitocentos. Destaca-se, aqui, a obra *Bertrand: a história de uma editora*¹², de José António Saraiva e *Parceria António Maria Pereira: Crónica de uma dinastia livreira*¹³, de Antónia Maria Pereira. Embora esta segunda obra seja bem mais desenvolvida e providencie mais informação sobre esta editora, ambas têm o óbice de não possuir referências sistemáticas a bibliografia, o que torna difícil a sua exploração no âmbito de um trabalho académico.

Esforço assinalável de levantamento do mercado livreiro, para o século XVIII é aquele realizado sob organização de Diogo Ramada Curto, Manuela D. Domingos, Dulce Félix e Paula Gonçalves, intitulado *As gentes do livro: Lisboa, século XVIII*¹⁴. Aqui, são apresentados de forma exaustiva os agentes sociais que intervêm na cadeia de produção e distribuição do livro, realizando, portanto, a inventariação da totalidade do mercado livreiro da capital.

Relevante também é o estudo realizado por Fernando Guedes, publicado em *O Livro e a leitura em Portugal: subsídios para a sua história. Séculos XVIII e XIX*¹⁵, intitulado “Livros e Leitura na primeira metade do século XIX”, que procede à análise dos catálogos livreiros desse período, disponíveis no acervo da Torre do Tombo, procurando categorizar as publicações então em comercialização. Destaca-se aqui o privilégio concedido às metodologias de índole quantitativa, na procura de fazer uma caracterização global das obras publicadas e em circulação à época.

Acresce aos anteriores o artigo de Maria de Lourdes Lima dos Santos, “As penas de viver da pena: aspectos do mercado nacional do livro no século XIX”¹⁶, que elabora um esboço geral do mercado livreiro em Portugal, acompanhando o percurso e as mundividências de alguns dos autores e editores que ganharam maior destaque no panorama cultural nacional.

¹² SARAIVA, José António – *Bertrand, a história de uma editora*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1979.

¹³ PEREIRA, Antónia Maria – *Parceria A. M. Pereira: crónica de uma dinastia livreira*. Lisboa: Pandora, 1998.

¹⁴ CURTO, Diogo Ramada; DOMINGOS, Manuela D.; FIGUEIREDO, Dulce; et al. – *As gentes do livro: Lisboa, século XVIII*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2007.

¹⁵ GUEDES, Fernando – Livros e leitura na primeira metade do século XIX. In *O livro e a leitura em Portugal: subsídios para a sua história, séculos XVIII e XIX*. Lisboa: Verbo, 1987, p. 117–164.

¹⁶ SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos – As penas de viver da pena: aspectos do mercado nacional do livro no século XIX. *Análise Social*. Vol. XXI, n.º 86 (1985), p. 187–227.

Em termos de bibliografia estrangeira, para além das histórias da imprensa que podem ser assinaladas para França¹⁷ e Estados Unidos¹⁸, deve-se destacar o trabalho de Martyn Lyons, *Le triomphe du livre: une histoire sociologique de la lecture dans la France du XIXe siècle*¹⁹. Neste, o autor realiza uma profunda análise do mercado livreiro francês na primeira metade do século XIX, fazendo o levantamento das tiragens dos livros que mais se editaram no referido período, traçando também o modo como as edições foram acompanhando e produzindo mutações sociais e políticas.

De referir ainda outros contributos, como aqueles que derivam das atas do colóquio *Histoires de la lecture: un bilan des recherches*²⁰ (1993), assinados por Jean Yves Mollier, Roger Chartier ou Hans Erich Bödeker²¹, que contribuem para um panorama amplo de temáticas que podem dizer respeito a uma “história do livro”.

No que toca ao campo da história religiosa portuguesa para o período considerado, não pode deixar de ser assinalado o artigo de Fernando Catroga “O laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1911)”²², em que o autor defende a interpenetração entre a questão religiosa, a social e a política. De referência ainda é o estudo de síntese coordenado por Manuel Clemente e António Matos Ferreira, *História Religiosa de Portugal*²³, que proporciona um enquadramento global das problemáticas socio-religiosas do Portugal liberal, bem como a obra de Vítor Neto, *O Estado, a Igreja e a sociedade em Portugal: 1832-1911*²⁴, sobretudo no que toca à perceção de algumas

¹⁷ BELLANGER, Claude; GODECHOT, Jacques; GUIRAL, Pierre; et al. (eds.) – *Histoire générale de la presse française: De 1815 à 1871*. Paris: Presses Universitaires de France, 1969. Vol. 2; BELLANGER, Claude; GODECHOT, Jacques; GUIRAL, Pierre; et al. (eds.) – *Histoire générale de la presse française: De 1871 à 1940*. Paris: Presses Universitaires de France, 1972. Vol. 3.

¹⁸ EMERY, Edwin – *The press and America: an interpretative history of the mass media*. 3ª ed. New Jersey: Prentice-Hall, 1972.

¹⁹ LYONS, Martyn – *Le triomphe du livre: une histoire sociologique de la lecture dans la France du XIXe siècle*. Paris: Promodis, Éditions du Cercle de la Librairie, 1987.

²⁰ CHARTIER, Roger (ed.) – *Histoires de la lecture: un bilan des recherches. Actes du colloque des 29 et 30 janvier 1993, Paris*. Paris: IMEC / Maison des Sciences de l’Homme, 1995.

²¹ BÖDEKER, Hans Erich – D’une «histoire littéraire du lecteur» à «l’histoire du lecteur»: bilan et perspectives de l’histoire de la lecture en Allemagne. In CHARTIER, Roger (ed.) – *Histoires de la lecture: un bilan des recherches. Actes du colloque des 29 et 30 janvier 1993, Paris*. Paris: IMEC / Maison des Sciences de l’Homme, 1995, p. 93–124; CHARTIER, Roger – Lectures dans la longue durée: du codex à l’écran. In CHARTIER, Roger (ed.) – *Histoires de la lecture: un bilan des recherches. Actes du colloque des 29 et 30 janvier 1993, Paris*. Paris: IMEC / Maison des Sciences de l’Homme, 1995, p. 271–283; MOLLIER, Jean-Yves – Histoire de la lecture, histoire de l’édition. In CHARTIER, Roger (ed.) – *Histoires de la lecture: un bilan des recherches. Actes du colloque des 29 et 30 janvier 1993, Paris*. Paris: IMEC / Maison des Sciences de l’Homme, 1995, p. 207–220.

²² CATROGA, Fernando – O laicismo e a questão religiosa em Portugal, p. 211–273.

²³ CLEMENTE, Manuel; FERREIRA, António Matos (eds.) – *História religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. Vol. 3: religião e secularização.

²⁴ NETO, Vítor – *O Estado, a Igreja e a sociedade em Portugal: 1832-1911*. Lisboa: INCM, 1998.

temáticas candentes relativas à “questão religiosa”. Nenhum destes estudos, contudo, se debruça sobre a edição de “livro religioso” enquanto tal.

Objetivos, método e organização

As contribuições assinaladas, se bem que significativas, apresentam algumas lacunas, em dois aspetos. Em primeiro lugar, o período correspondente à parte final da Monarquia ou não é referido, ou é enquadrado num todo mais amplo, o que significa que as problemáticas específicas do seu contexto social e cultural não são tidas em conta com a finura que porventura requerem. Deste modo, a ligação do mercado livreiro ao seu entorno social não é considerada como vetor de análise capaz de gerar um incremento no conhecimento existente sobre a cronologia em questão, no caso português.

Ademais, as metodologias quantitativas raramente são convocadas para as análises realizadas, que optam frequentemente por estudos de caso das realidades mais conhecidas, ou com uma maior longevidade, deixando de fora as restantes casas comerciais, obras e autores que, por qualquer motivo, não gozaram do mesmo sucesso ou protagonismo. Por conseguinte, os casos de estudo aí apresentados não procuram ter em conta a totalidade dos agentes do mercado (editores e livreiros), tendendo a deixar de fora um conjunto importante de fontes, como são os múltiplos catálogos produzidos por estes e que nos podem dar uma ideia das obras produzidas e em circulação, à época.

Por outro lado, a perceção que se tem de “livro religioso” não só é algo restrita, como se concentra em algumas publicações consideradas de maior importância, não se tendo qualquer noção das dimensões deste tipo de mercado, ou das suas características. Permanece, assim, por explorar o tipo de “livro religioso” que circulava e quais os canais de distribuição que eram usados por este tipo de edições: se explicitamente confessionais ou de índole mais generalista.

Ficam, por conseguinte, algumas interrogações em aberto relativas a todo este quadro. Que papéis e funções desempenhavam os livreiros enquanto agentes deste “mercado de ideias”? Em segundo lugar, qual a extensão dos universos em questão? Ou seja, quando se fala de mercado livreiro lisboeta em finais de Oitocentos, de quem se trata? Onde se encontravam os seus estabelecimentos? Por outro lado, é também legítimo inquirir que tipo de livros estava em circulação e de que forma estes refletiam

as transformações sociais e religiosas pelas quais Portugal em geral e a capital em particular passavam.

O contributo que o presente trabalho traz, se não tem a pretensão de exaustivamente resolver as lacunas apresentadas, tem como objetivo ajudar a colmatá-las, dentro do âmbito e da extensão próprias de uma dissertação deste género. Com efeito, a abordagem que aqui se propõe passa pela utilização de metodologias quantitativas (recolha extensiva de fontes de época e tratamento estatístico e geográfico destas), complementadas por outras de índole qualitativa (descrição de estudos de caso e análise de obras escritas) no estudo do mercado livreiro em Lisboa. No que concerne sobretudo à parte quantitativa, recorrer-se-á a ferramentas relacionadas com as *digital humanities*, nomeadamente Sistemas de Informação Geográfica e Bases de Dados, que servem de suporte ao tratamento da informação obtida.

O período cronológico que servirá de base à análise é aquele compreendido entre a nota diplomática inglesa vulgarmente chamada de *Ultimatum* (1890), e a queda do regime monárquico (1910). Uma vez que o mercado livreiro se debruça sobre a divulgação e comercialização de ideias sob a forma de livro, para além da caracterização dos agentes sociais referidos, procede-se também ao estudo das obras em circulação, através da análise dos catálogos comerciais dos livreiros da época. O enfoque escolhido para conduzir esta pesquisa é o da temática religiosa, porquanto esta é um fator relevante na compreensão das problemáticas e das tensões do Portugal tardo-oitocentista. Deste modo, pretende-se compreender como é que o mercado livreiro, longe de estar alheado das problemáticas sociais, ao invés contribui para um debate e para a formação de opinião pública, sendo parte intrínseca deste complexo processo.

Por conseguinte, não se trata tanto de rastrear ou identificar quais os livros que foram editados, mas sim aqueles que eram comercializados, não sendo de excluir que alguns deles, efetivamente, sejam de edição bastante anterior ao período em estudo. Ou seja, mais do que quantificar e tipificar os livros que foram editados no período entre 1890-1910, trata-se de perceber que obras eram disponibilizadas ao público pelos livreiros, nesse período. Por outro lado, também não se entrará na história dos editores, considerada de forma individual, a não ser como elemento que permita a caracterização do todo. De facto, a elaboração dos percursos históricos dos indivíduos que assumem a titularidade das casas livreiras, se bem que pertinente, não cabe no marco deste trabalho. Deve-se referir ainda que, embora se tenha presente que a distribuição do livro é mais

ampla do que as casas que aqui se identificam, uma vez que ele incluiria venda ambulante, edições em folhetim nos jornais e distribuição através de gabinetes de leitura e bibliotecas, tais meios não são estudados. Tal deve-se ao facto de não se procurar estudar a totalidade da distribuição de objetos impressos que caibam na tipologia de “livro”, mas sim a daqueles que, uma vez fixados, eram comercializados nas livrarias e editores coevos. Esta opção permite também fazer a ponte entre lojistas em geral, grupo social já estudado com detalhe para o período em estudo²⁵, e agentes do mercado livreiro, permitindo estabelecer continuidades e ruturas em termos de universos representacionais e de processos de negócio.

O arco cronológico escolhido para responder a estas questões (1890-1910), se bem que se reporta tradicionalmente a duas temáticas de âmbito político (o *Ultimatum* e a implantação da República) tem também outras conotações que o tornam pertinente no marco do presente trabalho. Assim, os eventos de 1890, para além de um inegável alcance político, acabaram por espoletar um movimento social amplo que, se bem que de curta duração, acabou por ter repercussões – inclusivamente nos meios católicos – mais duradouras²⁶. Por outro lado, do ponto de vista económico e social, é nessa década que se assiste a um mais acentuado crescimento da cidade de Lisboa, compaginado também com uma crise económica e orçamental que tem repercussões no pequeno comércio lisboeta. É também neste período que os desenvolvimentos técnicos da indústria tipográfica começam a permitir tiragens bastantes superiores, afastando cada vez mais o livro do formato artesanal. O extremo oposto, marcado pela revolução republicana traz consigo não apenas uma mudança no que concerne ao sistema político, mas também consequentes mudanças sociais, sendo que o catolicismo busca aí uma nova organicidade no interior de um regime a-confessional. Ademais, do ponto de vista religioso, este período é marcado pelos pontificados de Leão XIII (1878-1903) e Pio X (1903-1914), com documentos marcantes para os setores católicos como *Rerum novarum* (1891), com importantes aportamentos à questão social, *Au milieu des sollicitudes* (1892), que defendia o acatamento dos regimes constitucionalmente estabelecidos (*ralliement*), ou a encíclica *Acerbo nimis* (1905), sobre o ensino religioso

²⁵ Referimo-nos ao estudo ALVES, Daniel – *A República atrás do balcão: os Lojistas de Lisboa e o fim da Monarquia [1870-1910]*. Lisboa: Edições Cosmos, 2012.

²⁶ Cf. FERREIRA, António Matos – Repercussões do Ultimatum no meio católico: notas acerca do nacionalismo católico. *Lusitania Sacra*. Vol. 6 (1994), p. 31–45.

e a catequese, bem como a *Pascendi Dominici Gregis* (1907), sobre as questões relacionadas com o modernismo católico.

Crítica de fontes

Em ordem a realizar a caracterização pretendida recorreu-se a um conjunto de fontes que permitem atingir um duplo objetivo: identificar e localizar os agentes do mercado livreiro, que se autorrepresentassem como editores e livreiros; conhecer o acervo bibliográfico por estes colocado à disposição do público.

Para a primeira parte deste duplo objetivo recorreu-se, sobretudo, a dois tipos de fontes distintas: as edições do *Almanach Comercial de Lisboa*, sucessivamente chamado, a partir de 1892, *Annuario Almanach Commercial*, após 1897, *Annuario commercial ou annuario official de Portugal Ilhas e Ultramar* e, depois de 1901, *Annuario commercial de Portugal Ilhas e Ultramar*²⁷ e o *Registo de licenças para o comércio e indústria* de Lisboa, uma série documental guardada no Arquivo Histórico Municipal. No caso dos almanaques, é certo que, ainda que alguns deles sejam executados pela Imprensa Nacional, não se tratam de fontes oficiais, o que acaba por lhes dar um cariz publicitário²⁸. Ou seja, a referência a um estabelecimento comercial neste tipo de publicações ou tinha como objetivo uma vontade de este se dar a conhecer, ou então derivava do facto de o próprio almanaque se querer o mais completo possível, com o objetivo de se destacar num segmento de mercado também ele altamente concorrencial. Este cariz faz com que não se possa afirmar que esta fonte cobriria a totalidade do universo em causa.

Deve ser tido em conta, contudo, que o mercado específico dos livros diferia um pouco do de outros estabelecimentos comerciais “de porta aberta”, na medida em que estavam dependentes de angariar e manter uma clientela que não se poderia restringir ao

²⁷ CAMPOS, Carlos Augusto da Silva – *Almanach commercial de Lisboa para 1890*. Lisboa: Typographia Universal, 1889; CAMPOS, Carlos Augusto da Silva – *Anuário almanach commercial para 1892*. Lisboa, 1891; PIRES, Caldeira – *Annuario commercial ou annuario official de Portugal Ilhas e Ultramar para 1897*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1896; PIRES, Caldeira (ed.) – *Annuario commercial de Portugal Ilhas e Ultramar para 1901*. Lisboa, 1900. Embora mudem de editor, o estilo da publicação dá a entender que foi procurada uma continuidade e não uma rutura com as anteriores edições.

²⁸ Este cariz publicitário pode ser constatado nos próprios almanaques, que tratam os estabelecimentos comerciais aí presentes como “anunciantes”, tal como se pode ler num aviso do almanaque para 1905 que antecede a listagem dos diversos negócios: «os Srs. anunciantes teem o direito de exigir que os seus annuncios sejam conforme o original que facultaram, para o que se roga sejam escriptos com a maxima nitidez» (PIRES, Caldeira (ed.) – *Annuario commercial de Portugal Ilhas e Ultramar para 1905*. Lisboa, 1904, p. 865). Este aviso também coloca do lado dos estabelecimentos a presença no anuário, uma vez que são estes que têm de facultar o nome comercial e os restantes dados ao editor do almanaque.

local onde operavam, o que aumentaria a sua necessidade de estar presente em meios publicitários e de divulgação, como é o caso dos almanaques. Por outro lado, a análise desta fonte está dependente do autorreconhecimento de uma casa comercial como “editor” ou “livreiro”, sendo difícil determinar, recorrendo apenas a ela, se outras nomenclaturas mais genéricas, como “casa comercial”, ou “escritório”, seriam, de facto, estabelecimentos que, do ponto de vista das mercadorias disponibilizadas, poderiam cair na categoria de livreiros. De referir ainda que a recolha que preside a um determinado almanaque é realizada no ano anterior à data do mesmo, o que faz com que, por exemplo, o almanaque de 1890 tenha dados que foram recolhidos ainda no ano de 1889²⁹.

Estas insuficiências fizeram com que se recorresse a um tipo de fontes diverso, a saber, o *Registo de licenças para o comércio e indústria* de Lisboa. O seu cariz é distinto, na medida em que se trata de um documento de teor oficial, que assumia um certo cariz de controlo por parte da edilidade lisboeta, responsável pela sua emissão. Ademais, e como é natural, o pagamento de uma taxa estava associado à sua emissão, o que poderia gerar alguma animosidade ou fuga aos impostos. Estas licenças poderiam ser emitidas semestralmente ou de forma anual, estando esta periodicidade dependente de quem a requeria e a taxa correspondente podia ser paga mensalmente, mediante um agravamento da mesma em cinco por cento³⁰. O impresso de emissão da licença contemplava, entre outros elementos que não foram considerados, o local, a categoria comercial do estabelecimento e um nome do responsável pela licença, o qual, surge, algumas vezes, com a nomenclatura comercial, ao passo que, em outras, se trata de uma pessoa singular. Mais uma vez, a análise desta fonte está dependente de que os agentes

²⁹ Contudo, no decorrer da caracterização do mercado livreiro, uma vez que os dados se reportam na sua quase exclusividade aos almanaques, iremos sempre referi-los pela data de edição do almanaque. Ou seja, quanto se refere que um determinado estabelecimento existia no ano de, por exemplo, 1897, tal significa que este está presente no almanaque de 1897, sendo que esta existência foi apurada no ano anterior. Sempre que haja dados provenientes de outras fontes, como no caso das licenças comerciais, esta diferença é tida em conta. A anuidade da recolha da informação é referida no *Almanach Commercial* para 1905: «para bem se provar que todos os elementos que serviram de base para a publicação do anuário, são colhidos anualmente e com o maior cuidado, das estações competentes, conservamos e gostosamente expomos ao exame dos nossos leitores [...] os próprios originais da presente edição, afim de ao mesmo tempo confirmarem da origem de procedencia das diferentes informações e melhor lhe inculcarmos a confiança» (PIRES, Caldeira (ed.) – *Anuario commercial de Portugal Ilhas e Ultramar para 1905*, p. 105).

³⁰ Cf. MORGADO, A. – *Código de posturas do municipio de Lisboa de 30 de Dezembro de 1886*. 8ª ed. Lisboa: Empresa A Legislação, 1912, p. 144–145.

comerciais se reconheçam como “editores”, “livreiros”, ou outras nomenclaturas afins³¹. Contudo, o cruzamento que se pode realizar com os dados obtidos através dos almanaques permite que, em alguns casos, nomenclaturas mais genéricas sejam aclaradas e consideradas como pertencentes ao universo em estudo³². Por outro lado, uma vez que se trata de uma fonte manuscrita, ela apresenta dificuldades no reconhecimento da caligrafia de quem a elabora, que nem sempre podem ser satisfatoriamente resolvidas, principalmente se não for cruzada com outro tipo de fontes.

Deve-se assinalar o relativo grau de coincidência que ambas as fontes apresentam, sinal de que a hipótese que se referiu, segundo a qual os almanaques indicavam de forma bastante significativa o número dos agentes do mercado livreiro lisboeta, tem uma grande probabilidade. É certo que existem dificuldades em ambos os sentidos, ou seja, há estabelecimentos que aparecem nas licenças que não constam dos almanaques, sendo que o inverso também sucede. Estas disparidades, no entanto, representam uma pequena percentagem do universo, pelo que se optou por considerar as fontes como complementares, o que faz também sentido se se tiver em conta os âmbitos e teores distintos de ambas.

No que concerne às licenças comerciais, o seu elevado número (entre treze a dezasseis mil licenças por ano) e o facto de a sua ordenação ser simplesmente a do seu preenchimento, tornam particularmente difícil a recolha dos seus dados na totalidade, a não ser que tal seja realizado por uma equipa, o que tornou inviável esse tipo de abordagem. Assim, e uma vez que as licenças coincidem em grande parte com os almanaques, optou-se por fazer a recolha daquela fonte em dois dos anos do período estudado (1890³³ e 1904), cabendo aos almanaques o acompanhamento mais próximo das flutuações do mercado. Deste modo, a recolha desta segunda fonte, se bem que não foi feita em todos os anos do período estudado, foi mais sistemática, contemplando os anos de 1890, 1892, 1895, 1896, 1897, 1903, 1904 e 1905. Ao não se realizar a recolha

³¹ Considerou-se como nomenclaturas válidas todas as que contivessem referências a “livros”, “livreiro”, “livraria”, “editora”, “editor” ou “edições”.

³² Tal é o caso de A. A. da Silva Lobo, que aparece registado como “escritório” em 1904, e que aparece nos almanaques como “editor literário”, ou de A. Verol Júnior, que surge como encadernador, sendo que, segundo os almanaques, também se dedicava ao comércio de livros.

³³ A recolha das licenças comerciais do ano de 1890 foi realizada por uma equipa de alunos do primeiro ano da Licenciatura em História da FCSH-UNL, à qual agradecemos, no âmbito de um projeto de investigação sobre o comércio de retalho, coordenado pelo Prof. Doutor Daniel Ribeiro Alves. Os resultados da recolha foram posteriormente verificados por nós, no que diz respeito ao mercado livreiro.

de forma anual, não é possível captar pequenas flutuações no universo em estudo, mas, no entanto, consegue-se aferir das tendências gerais do mesmo. Ademais, seria difícil perceber se a ausência de uma casa comercial num almanaque se deveria, de facto, à cessação da sua atividade, ou a qualquer outro fator associado ao caráter específico da fonte, ao qual já se aludiu.

No que toca ao segundo objetivo desta análise, o de conhecer o acervo bibliográfico à venda nas livrarias e editoras, os condicionalismos foram, em parte, de outra ordem. Com efeito, a não obrigatoriedade da existência de inventários e o facto de estes, a existirem, dificilmente terem sido guardados até hoje³⁴, fez com que se privilegiasse o catálogo comercial produzido por algumas destas casas. Esta abordagem, contudo, choca com o facto de nem todas as casas produzirem instrumentos deste género, uma vez que eles representam um duplo custo: o de saber quais as existências de facto disponíveis e o da produção, impressão e distribuição de um instrumento que tem uma forte componente publicitária e que, como tal, podia ou não gerar o retorno desejado. Por outro lado, mesmo que estes tenham sido produzidos, não há a garantia de que eles tivessem chegado à Biblioteca Nacional, local onde se encontram as fontes consultadas. De facto, a recolha realizada denotou uma grande disparidade, relativa quer à época em questão, quer às casas comerciais, levantando este último fator a suspeita de que estes instrumentos seriam utilizados por estabelecimentos com um determinado perfil, possivelmente aqueles com maior volume de negócios.

Assim, e tendo em conta os catálogos existentes, bem como o caráter pouco regular dos mesmos, optou-se por estabelecer dois períodos, relativos a cada uma das duas décadas estudadas: o período 1895-1898 e o período 1903-1904, com o objetivo de criar universos de análise o mais vastos possível. Ainda assim, o baixo número de catálogos do primeiro período escolhido torna difícil o estabelecimento de padrões comparativos entre ambos. Deve-se realçar, no entanto, que os catálogos disponíveis permitem retirar algumas conclusões, nomeadamente em termos da extensão dos fundos colocados à disposição do público e caracterização dos mesmos, sobretudo ao nível dos títulos e dos autores, ainda que, em alguns casos, esta fonte contemple também outras informações, como a data de edição, ou a tipologia em que o editor optou por classificar determinada obra.

³⁴ Cf. MELO, Daniel – O património da edição contemporânea portuguesa: estado da questão. *Cultura: Revista de Teoria e História das Ideias*. Vol. 30 (2012), p. 179–181.

Deste modo, a presente dissertação divide-se em quatro pontos. Em primeiro lugar surge uma reflexão sobre o livro, enquanto veículo de múltiplas leituras e criador de universos mentais, se bem que estas sejam sempre mediadas por atores sociais concretos, nomeadamente editores e livreiros. Num segundo capítulo, procede-se à caracterização do mercado livreiro lisboeta, dando especial destaque para as metodologias de abordagem quantitativa, procurando traçar também uma evolução do mesmo, à luz das fontes consultadas. Seguidamente, elabora-se uma tipologia de livro religioso, procurando uma categorização suficientemente consistente para analisar os catálogos livreiros disponíveis. Esta tarefa cruza o estudo realizado sobre os livreiros a operar em Lisboa com a análise temática das obras por estes editadas. Finalmente, num quarto ponto, procede-se à análise de duas obras consideradas caracterizadoras das duas tipologias mais significativas, procurando descortinar o seu enquadramento com problemáticas sociais e religiosas de relevo.

O livro: leituras e atores

Um livro é sempre mais do que um mero aglomerado de palavras que procura transmitir uma mensagem. Com efeito, enquanto produto eminentemente cultural, que manifesta modelos de compreensão e de relação com a realidade, nele se cruzam uma materialidade e múltiplos significados, possibilitando recomposições de sentido diversas ao longo da história, não sendo nunca estas dadas à partida ou passíveis de uma descontextualização total dos sujeitos e comunidades que as elaboram. Também a própria relação dos indivíduos com o material escrito, que, como se sabe, nem sempre tomou a forma clássica de “livro”, varia ao longo da história, desde representações mais associadas a um saber crítico e elitista, até aos fenómenos de possibilidade de leitura massiva a que assistimos nos séculos XIX e XX, enquanto dinâmica de conformação da opinião pública.

Por outro lado, no que concerne ao objeto em si, um livro diz sempre uma relação entre diversos sujeitos: o autor, o leitor, mas também o editor, o tradutor ou até o livreiro. Se acrescentarmos a isto o facto de estes papéis poderem ser desempenhados por atores coletivos, facilmente se torna perceptível o complexo sistema que se pode aqui estabelecer, bem como o carácter mediado da cultura literária.

Deve-se, por conseguinte, convocar uma multiplicidade de atores sociais, quando cabe analisar a importância do livro numa sociedade em que existe um capitalismo de impressão. A intenção não é, contudo, destacar a exceção do livro ou de uma cultura baseada na escrita, mas, ao invés, abordar a transversalidade e multiplicidade de fatores que estão associados ao ato de editar livros e as consequências que tal pode ter socialmente.

Assim, esta temática, contempla um duplo eixo: o livro enquanto produto cultural destinado a ser lido e a estabelecer uma relação mediada entre autor e leitor, o que comporta também as consequências sociais deste fenómeno; os múltiplos atores sociais (editor, livreiro, autor) que influem numa relação (a do leitor com o texto) que, à primeira vista, pode parecer mais simples do que é e que, de alguma forma, lhes confere também algum grau de “autoria” nas obras publicadas.

Deste modo, o presente capítulo tem como objetivo a análise de alguns aspetos do mercado livreiro, tendo em especial atenção o espaço lisboeta. Procura-se perceber a relação existente entre edição de livros e criação de universos representacionais, bem

como as concretizações sociais e mediações a que a venda de livros estava sujeita durante o período em estudo. Tal permite uma percepção mais contextualizada do estudo que se realizará do mercado editorial da capital, bem como das problemáticas de cariz socio-religioso que serão posteriormente abordadas.

Leituras, consciências e representações

O livro convoca, em primeira instância, uma relação dual, entre o autor que o escreve e o leitor que o lê. Esta relação, contudo, é sempre uma relação mediada, em primeiro lugar por uma qualquer materialidade, mas também por uma linguagem, quer seja esta entendida enquanto conjunto de símbolos gráfico-fonético, quer num sentido mais lato, que invoca já um conjunto de representações que é comum a uma determinada comunidade³⁵. Também as questões de estilo literário e de corrente literária são, de certo modo, questões linguísticas, porquanto significam um determinado cânone estético-literário de representação da realidade através da mediação linguística.

Mas um livro é mais do que um simples aglomerado de letras, precisamente porque possui esta índole física, que não é só a dos caracteres, mas também a do papel, da capa, do objeto na sua totalidade e que se apresenta diante do leitor, frequentemente nas mãos deste³⁶. Mesmo o próprio arranjo e tipo de letra não são secundários, procurando, por norma, criar um determinado efeito e captar a atenção do leitor³⁷.

A distância que se cria entre autor e leitor é, no entanto, mais do que um mero espaço de falsificação aberto à criatividade deste, em detrimento da determinação de uma suposta intenção daquele³⁸. Ao invés, é precisamente este distanciamento que

³⁵ A linguagem, é, com efeito, um elemento constitutivo de qualquer sociedade, pelo que a mutação de uma está relacionada com a mutação de outra. Assim, será difícil estabelecer, no campo linguístico, uma noção unívoca de progresso. Sobre a discussão deste tema, ver VENDRYES, Joseph – *Le langage: introduction linguistique á l'histoire*. Paris: Éditions Albin Michel, 1968, p. 373–388.

³⁶ Para uma análise da relação entre formato do livro e atitudes de leitura, na longa duração, ver: MANGUEL, Alberto – *Uma história da leitura*. Lisboa: Editorial Presença, 1998, p. 135–157.

³⁷ A importância da disposição visual pode, analogamente, ser observada através das mutações que as primeiras capas dos jornais foram sofrendo, fruto também da evolução tecnológica. Assim, os elementos gráficos permitem dar destaque a determinadas notícias, por contraponto às edições, sobretudo características do século XIX, em que todos os elementos da capa se encontram ao mesmo nível gráfico. Pode-se, inclusive, denotar uma certa transição, em direção a configurações que, mais do que a ser lidas, se destinam a ser vistas. Um interessante panorama, mas necessariamente circunscrito, de capas de jornais portugueses pode ser visto em TRINDADE, Luís; NOGUEIRA, Jorge – *Primeiras páginas: o século XX nos jornais portugueses*. Lisboa: Tinta-da-China, 2010. Uma análise da distribuição das manchas gráficas e do tipo de ilustrações utilizado em algumas edições de romances franceses pode ser vista em LYONS, Martyn – *Le triomphe du livre*, p. 221–231.

³⁸ Seria equívoco, por conseguinte, considerar que, idealmente, o texto deveria remeter para uma comunicação unívoca entre o autor e o leitor, sendo que todas as outras possibilidades de leitura que

permite que um livro, apesar de ser um produto de uma determinada época e contexto, possa ser apropriado noutras coordenadas espaço-temporais, sem que tal configure uma tergiversação da relação originariamente pretendida. Convoca-se aqui um debate que está relacionado, entre outros elementos, com os possíveis limites de leitura de um determinado texto. Não se pode deixar de olhar, por conseguinte, para o livro como um texto escrito destinado a ser lido e apreendido pelo leitor, o que remete para a questão da hermenêutica³⁹.

Com efeito, todo o texto deve ser interpretado e apenas tem um qualquer significado porque, precisamente, tal exercício interpretativo pode ser feito. Ou seja, um livro é produzido e editado porque é a materialização de uma mensagem que tem como destino um determinado público, mais ou menos alargado, mas que é, frequentemente, desconhecido para o autor⁴⁰. O desconhecimento do público a quem se destina deriva, também, no período estudado, da falta de adoção de métodos eficazes no aferimento dos gostos e tendências dos potenciais compradores. A motivação para realizar uma edição repousava, frequentemente, na perceção que o seu responsável tinha do mercado alvo, podendo, até, fugir a uma estrita lógica mercantil, em favor da suposta prestação de serviços culturais à comunidade. Esta simplicidade de processos que presidiam à edição no arco cronológico escolhido é descrita pelo livreiro e editor Henrique Marques⁴¹. Algumas das suas publicações, ainda que não vendessem o desejado e necessário, eram vistas como «serviço às letras pátrias». Contudo, apesar do insucesso de muitas das edições levadas a cabo pela Empresa da História de Portugal, por si dirigida, o autor refere que «apesar de todos os pezares, se eu voltasse de novo a editar e se dispusesse de dinheiro, seria capaz de reincidir, tal é a paixão que nutro pelos bons escritores portugueses, e pelos meus desejos de que ao alcance de todo o público estivesse o meio de os adquirir, para os poder ler e apreciar»⁴². Como é notório nesta frase, a questão de o potencial público-alvo estar, de facto, interessado no conteúdo editado é

estivessem fora dessa tal compreensão estariam erradas e corresponderem à falsificação do modelo pretendido.

³⁹ Sobre a questão do encontro entre leitor e escritor no texto, ver a sugestiva análise de Paul Ricoeur em RICOEUR, Paul – *Teoria da interpretação: o discurso e o excesso de significação*. Lisboa: Edições 70, 1987, p. 83–99.

⁴⁰ Devemos também ter em conta a mediação do editor, como adiante desenvolveremos, na tarefa de levar um livro a um número de pessoas tão grande quanto possível, criando o desiderato de “edições para as massas” (rurais e urbanas), característico, por exemplo, da França da *Belle Époque*. Cf. MOLLIER, Jean-Yves – *Histoire de la lecture, histoire de l’édition*, p. 209–212.

⁴¹ Cf. MARQUES, Henrique – *Memórias de um editor: publicação póstuma*. 1935, p. 246–253.

⁴² MARQUES, Henrique – *Memórias de um editor*, p. 249.

secundarizada, se não mesmo ignorada. Esta forma peculiar de auscultar o mercado, contudo, não impedia que a parte do lucro associada ao negócio da edição e do comércio livreiro estivesse presente, como veremos adiante⁴³.

Mesmo no caso de o livro ter como destinatário uma determinada comunidade delimitada do ponto de vista sociológico, existe sempre a possibilidade de atingir pessoas para as quais não foi pensado, uma vez que a materialidade do escrito lhe dá um caráter de permanência que, frequentemente, é mais duradouro do que a vida dos destinatários originais. Para tal contribui também todo um mundo de mecanismos de conservação do livro, sendo o mais significativo a biblioteca, seja ela pessoal ou destinada a um conjunto de leitores⁴⁴. Também o fenómeno das reimpressões e reedições contribui para que o livro tenha um conjunto de destinatários mais alargado, porventura muito distinto daquele para o qual foi escrito⁴⁵.

Deve ainda ser referida a importância das traduções, uma vez que estas permitem que uma comunidade linguística aceda a um novo autor, ainda que, até certo

⁴³ Embora já no século XX, e fora do arco cronológico estudado, Fernando Guedes, editor responsável pela Verbo durante mais de 50 anos, na continuidade desta ideia de serviço cultural, assume que «costumava dizer que determinados livros que publicava na Verbo eram o “luxo do editor”. [...] Era o caso da coleção “Presenças”, de ensaios [...]. Eram tiragens relativamente pequenas, de mil e tal exemplares, mas depois publicávamos uma série de outros livros que eram o que nos fazia prosperar» (COSTA, Sara Figueiredo – *Fernando Guedes: o decano dos editores portugueses*. Lisboa: Booktailors, 2012, p. 21). Ainda que a uma escala totalmente distinta e em contexto norte-americano contemporâneo, a estratégia de compagnar num mesmo catálogo a existência de livros menos rentáveis, entendida como serviço cultural, e a de publicações comercialmente mais fortes é descrita por André Schiffrin a propósito da editora Pantheon. Esta estratégia, contudo, viria a ser substituída por uma outra em que cada publicação deve ser, por si só, rentável, o que torna algumas edições inviáveis (Cf. SCHIFFRIN, André – *O negócio dos livros: como os grandes grupos económicos decidem o que lemos*. Lisboa: Livraria Letra Livre, 2013, p. 95–125).

⁴⁴ Mesmo hodiernamente, a construção de bibliotecas não perdeu a sua atualidade, assistindo-se a uma replicação digital deste fenómeno. Veja, por exemplo, a análise, ainda que um pouco datada, que Roger Chartier faz deste fenómeno em CHARTIER, Roger – *Lectures dans la longue durée: du codex à l'écran.*, p. 280–281 Por outro lado, as bibliotecas são determinantes para oferecer o acesso ao livro a custos tipicamente mais baixos do que a compra das obras, contribuindo para uma maior difusão do objeto editado. Sobre as bibliotecas e a sua importância nos hábitos de leitura em Portugal, ver: MELO, Daniel – *A leitura pública no Portugal contemporâneo (1926-1987)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2004; MELO, Daniel – *A leitura pública na I República*. Vila Nova de Famalicão: Húmus, 2010.

⁴⁵ O fenómeno da reimpressão e da reedição está também relacionado com a perceção daquilo que são os chamados *best-sellers* (os livros que venderam mais) e os clássicos, ou seja, os que apresentam um valor literário intrínseco, pelo qual nunca perdem alguma “atualidade”. Estas duas categorias não têm que necessariamente coincidir, embora tal possa suceder. Com efeito, a segunda pertence sobretudo ao domínio dos estudos literários, que lida com produtos acabados e, portanto, num período posterior ao da original circulação destes. Por outro lado, a primeira categoria está relacionada com as tiragens e eventual leitura de um determinado escrito. No caso francês, por exemplo, vemos como, para a primeira metade do século XIX as fábulas de La Fontaine, considerado, sobretudo pela sua antiguidade, um clássico, se mantém constantemente no topo das vendas, partilhado com outras obras que vão atingindo os lugares cimeiros e deixando-os, sem que, contudo, a crítica posterior os considere como “clássicos” (Cf. LYONS, Martyn – *Le triomphe du livre*, p. 76–104).

ponto, um determinado texto só esteja plenamente acessível a quem dominar a língua do escrito original. Esta questão é, também ela, bastante complexa e diversificada, na medida em que um tal exercício coloca sempre questões ao nível da melhor formulação para determinado termo ou expressão, ou então, em termos literários, na devida preservação das figuras de estilo. Tal introduz também uma nova problemática a nível diacrónico, na medida em que a língua se encontra em mutação, ao passo que o escrito se mantém, por definição, imutável⁴⁶.

Assim, nem todas as traduções têm a mesma qualidade, o que se exprime, por exemplo, no século XIX português, na existência de abundante tradução de romance estrangeiro (francês sobretudo), não raras vezes de qualidade duvidosa. Também neste contexto, a apreciação feita por quem executava trabalhos deste tipo podia ir desde a desprezibilidade pela execução de tal tarefa, a algo considerado como prestigiante para o autor⁴⁷. Por outro lado, nos catálogos livreiros para o período em estudo que foram consultados, embora não se tenha recolhido informação de forma sistemática relativamente à quantidade de livros de autores estrangeiros disponibilizados, é possível afirmar que estes existiam com frequência e grande abrangência relativa ao número total de estabelecimentos que comercializavam bens deste tipo. De resto, algumas livrarias disponibilizavam catálogos inteiros ou secções destes constituídas por livros editados

⁴⁶ Deve-se ter em atenção que um escrito pode ter reedições, que podem ou não sofrer alterações, ou traduções. Contudo, em certo sentido cada edição é única, correspondendo este tipo de fenómenos, até determinado ponto, a obras diferentes. O caso da Bíblia, por exemplo, é neste ponto paradigmático, dado que, devido à sua antiguidade e ao facto de os supostos originais não existirem, cada edição que é realizada é conhecida pelo editor que a faz (Bíblia de Gutenberg, por exemplo), ou, mais ainda, pelo seu tradutor, ou, hodiernamente, equipa de tradução, responsável também, em alguns casos, pela elaboração de aparato crítico. Este aparato entra também em relação com o texto, procurando aclarar a sua interpretação, ou guiá-la num determinado sentido, o que lhe dá um cariz não secundarizável. Para um breve panorama de edições da Bíblia, principalmente em língua inglesa, tendo também em conta a problemática das traduções, ver GABEL, John B.; WHEELER, Charles B. – *The Bible as literature: an introduction*. 2ª ed. New York / Oxford: Oxford University Press, 1990, p. 226–242. No contexto espaço-temporal do presente trabalho, podemos identificar principalmente duas versões, conhecidas, precisamente, pelos nomes dos seus tradutores: a de António Pereira de Figueiredo e a de João Ferreira de Almeida, frequentemente associadas, a primeira, com o catolicismo e a segunda com o “protestantismo”. Sobre o primeiro, ver SANTOS, Cândido dos – *Padre António Pereira de Figueiredo: erudição e polémica na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Roma Editora, 2005. Para o segundo, ver ALVES, Herculano – *A Bíblia de João Ferreira Annes d’Almeida*. Coimbra: Sociedade Bíblica do Brasil e de Portugal / Difusora Bíblica, 2006. Esta obra inclui uma extensa tabela final onde se podem consultar algumas das edições realizadas, quer da Bíblia, quer de partes desta.

⁴⁷ Cf. SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos – *As penas de viver da pena*, p. 192–196.

por casas estrangeiras e que poderiam ser adquiridos, ou seja, importados, o que demonstra que o mercado livreiro lisboeta era permeável a influências externas⁴⁸.

Um outro patamar que pode ser convocado na análise do livro enquanto objeto cultural e intelectual é a questão da formação de consciências. Este termo pode ser pensado num registo que não se deve restringir à formação ético-moral, mas enquanto termo que, paralelamente a outras formas, como a pintura, a escultura, ou qualquer outra realização do intelecto humano, contribui para construir um mundo de representações em que o sujeito se encontra auto-implicado. Assim, a consciência, no sentido aqui proposto, aponta para um patamar em que o sujeito se encontra diante da realidade que o envolve, não de forma neutra, mas antes, plenamente comprometido, sendo seu produto e produtor.

O livro, neste contexto, tem um papel bastante importante, na medida em que ajuda a criar um mesmo espaço de identificação e, nessa medida, de consciência. É por isso natural que o livro, enquanto veículo de mensagens, tenha tido, não poucas vezes, conotações ideológicas, que não devem ser vistas como negativas⁴⁹. Ademais, a educação, pelo menos em contexto ocidental, transporta consigo elevados níveis de literacia e, portanto, de produção literária. Neste aspeto, a massificação da educação característica das sociedades ocidentais na segunda metade de Oitocentos acaba por reproduzir a importância do conhecimento escrito, tendendo a alargá-la⁵⁰. Mesmo hodiernamente, os paradigmas educativos assentam no livro e na criação de uma cultura literária, sendo que, até as áreas mais técnicas e tradicionalmente ligadas à matemática não deixam de assentar num substrato literário, indispensável ao seu funcionamento.

⁴⁸ Igual fenómeno é também apontado por Fernando Guedes, na análise aos catálogos livreiros realizada em GUEDES, Fernando – Livros e leitura na primeira metade do século XIX, p. 123–135, onde dá conta da existência de catálogos compostos exclusivamente por livros franceses.

⁴⁹ Paulatinamente, também os Estados souberam utilizar o meio editorial como veículo não só de propaganda oficial, mas também de influência social. O Estado Novo é disso um bom exemplo. Cf. MEDEIROS, Nuno – *Edição e editores portugueses*, p. 58–72.

⁵⁰ Esta associação entre cultura escrita e educação pode ser observada, por exemplo, ao nível do mundo universitário francês do século XIX, que, na sua segunda metade conhece assinalável expansão e, consequentemente, uma multiplicidade de edições de carácter científico, e que possuem tiragens com bastante dimensão (Cf. TESNIÈRE, Valérie – *L'Édition Universitaire*. In *Histoire de l'édition française*. Promodis, 1982. Vol. III, p. 218–219). Também no caso lisboeta, a existência de editoras como a Biblioteca de Educação Nova, ou de livrarias, como a Livraria Académica, mostram que o livro de índole escolar era valorizado e comercializado. Também o catálogo da Parceria António Maria Pereira, por exemplo, contém uma secção sobre «livros de estudo e de educação, sciencias, artes, industrias, engenharia, machinas, economia domestica, philosophia, moral, guias, tratados, manuaes de applicações praticas, escripturação, câmbios, etc.» (PARCERIA ANTÓNIO MARIA PEREIRA – *Catalogo illustrado das edições, obras de fundo e sortimento da Parceria António Maria Pereira, livraria editora*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1907).

Por muito matemático que possa ser um determinado texto das ciências ditas “exatas”, ele não pode dispensar um certo arranjo literário, uma vez que a escrita oferece a narrativa e a discursividade necessárias à consistência da compreensão e da transmissão do conhecimento.

Assim, consciente ou inconscientemente, o livro acaba por veicular visões do mundo que instauram, também elas, realidade. Donde o livro ser visto como um excelente meio de criação de identidades, mas também de defesa de posições, ou, até, como tendo características de rutura frente a uma norma instalada⁵¹.

Contudo, não nos devemos esquecer que a criação de consciências é mediada pelas leituras possíveis de um determinado livro, o que nos traz à colação, mais uma vez, o desfasamento que pode haver entre uma suposta intenção do autor e a leitura que é feita de uma obra. Deste modo, por muito que um livro possa ser feito ou editado como veículo de um determinado conjunto de ideias, estas podem sempre ser apropriadas de modo diverso daquele pretendido, quanto mais não seja por aglomerar à sua volta possíveis antagonismos. Também o desfasamento potencialmente existente entre a época em que determinado livro foi editado e a altura em que é lido pode contribuir para transformar o efeito que ele provoca, afastando-o de uma eventual pretensão inicial. Neste aspeto, os já referidos mecanismos de preservação do livro contribuem para agudizar este efeito, na medida em que o tornam disponível a comunidades de leitura potencialmente mais afastadas, quer cronológica, quer geograficamente, do que aquelas a que inicialmente a obra se destinava⁵². Tal abre campo para apropriações do escrito que não estão dependentes da tessitura social que viu a obra nascer, afastando-a das mundividências e dos mecanismos de controlo que eventualmente aí vigoravam. É certo que ao analisarmos livros à partida menos comprometidos intelectualmente, como, por exemplo, romances, esta análise deve ser

⁵¹ É por este conjunto de razões que o livro pode ser visto como um objeto cultural, na medida em que tende instaurar percepções do social que «não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por ela menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas» (CHARTIER, Roger – *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988, p. 17).

⁵² Parece-nos ser especialmente fecundo, neste contexto, o conceito de “comunidade de leitura”. Para um breve tratamento deste termo, ver: CURTO, Diogo Ramada – Introdução: comunidades de Leitura e Sociologia da Cultura. In *Comunidades de leitura: cinco estudos de sociologia da cultura*. Lisboa: Colibri, 2009, p. 1–15.

matizada, sem, contudo, ser abandonada. Com efeito, a formação de consciências pode-se dar de forma não explícita, de modo indireto, sem que, por isso, perca eficácia.

Assim, o estudo dos hábitos de leitura e das práticas a estes associadas não é de todo secundário, uma vez que a relação entre leitor e livro não é uniforme ao longo do tempo, tendo oscilado entre fenómenos de leitura em público e individualizada. Outro vetor desta relação prende-se com o tipo de leitura, que varia entre um modo dito “intensivo”, em que um mesmo livro é lido e relido, e um “extensivo”, em que se procura abarcar um maior número de títulos possível⁵³. Não devemos, no entanto, estabelecer uma teoria de tipo sucessório, em que a uma determinada configuração sucede outra, uma vez que ambos estes eixos coexistem, pese embora possam possuir importâncias e funções sociais diversas das de um período histórico anterior⁵⁴.

O livro é ainda, simultaneamente, produto e produtor de uma cultura da alfabetização. Quer isto dizer que a existência de livros não faz, por si só, pessoas letradas, uma vez que tem de existir também um outro fator fundamental: interesse no seu consumo. À posse e uso de livros deverá, por conseguinte, corresponder uma perceção social positiva, ou seja, esse desiderato deve ser considerado como uma valorização a atingir. Tal poderá suceder se, no meio onde este tipo de objetos é comercializado, a alfabetização for vista como um mecanismo de aquisição de capital, seja ele económico, social, ou simbólico.

Olhando para os dados da alfabetização, pode-se constatar que os fenómenos da urbanização, se bem que não estejam necessária e diretamente ligados à alfabetização, tendem a potenciá-la. Com efeito, é possível observar taxas de alfabetização para as cidades de Lisboa e Porto bem superiores, quer às médias do país, quer às dos distritos a que pertencem, para o período em estudo⁵⁵. Se tal não indica que

⁵³ Um outro fenómeno que podemos também referir não está tão relacionado com a leitura em si, mas com o peso que as diversas leituras anteriores têm. Ou seja, no contacto com uma obra, é-se influenciado não só pela leitura que se possa ter feito de outras obras, mas também pela que outros possam ter feito desse livro, ou de outros do mesmo autor. Pode assim haver fenómenos de convergência ou divergência de leituras, que não são simplesmente elementos apenas a um texto, que devem ser ignorados.

⁵⁴ Cf. BÖDEKER, Hans Erich – D’une «histoire littéraire du lecteur» à «l’histoire du lecteur»: bilan et perspectives de l’histoire de la lecture en Allemagne, p. 95–102

⁵⁵ Segundo os censos, tem-se, deste modo, em 1890 e para a cidade de Lisboa, uma taxa de alfabetização masculina de 63,4%, contra 20,1% para esse distrito (excluindo a cidade), ao passo que, em 1911, essas mesmas percentagens são de 69,4% e de 28,1%. No caso do Porto, pode-se verificar idêntico fenómeno, embora a clivagem seja bem menor. Assim, para 1890, a taxa de alfabetização masculina é de 63,4%, ao passo que no distrito, excluindo a área da metrópole, ela é de 35,4%. Em 1911, os valores são de 69,4% para a cidade e de 44% para o distrito (Cf. RAMOS, Rui – Culturas da alfabetização e culturas do

estes fossem os centros urbanos mais alfabetizados, revela, pelo menos, que havia uma valorização positiva em saber ler e escrever, ainda que se saiba que a maneira de avaliar as taxas de alfabetização nos censos não indicaria, necessariamente, capacidade para ler um livro inteiro, nem, muito menos, interesse em tal. Contudo, setores como o comércio ou os serviços implicam que haja necessidade em lidar com instrumentos que requerem alguma habilidade na leitura e na escrita.

A mera indicação dos números de alfabetização apenas pode mostrar até que ponto poderia haver gente apta ao consumo livreiro sem, contudo, indicar se tais pessoas teriam posses para a aquisição de livros ou, até, tempo para o consumo dos mesmos. Assim, não é de estranhar que a percepção do potencial comercial do mercado livreiro pudesse ser bastante diversa daquela que, efetivamente, ele tinha. Surge por isso a necessidade de criar um gosto pela leitura, algo que, como já se referiu, alguns agentes editoriais acreditavam poder fazer através da produção de obras de elevada qualidade, procurando, deste modo, elevar o nível cultural dos leitores. Ou seja, existiria a percepção de que, se não se lia mais, era porque o material disponível era de fraca qualidade, situação que, a ser invertida, traria consigo um aumento no consumo de livros.

Autores e atores

Acresce ao que foi dito o facto de a mediação interpretativa do livro não se realizar apenas na relação autor-leitor, convocando também outros agentes sociais, principalmente quando pensamos em sociedades que possuem um capitalismo de impressão, em que o livro se destina a ser reproduzido, por forma a chegar a uma comunidade de leitores⁵⁶.

Ainda assim, o leitor é uma peça importantíssima do *puzzle* editorial na medida em que este é o destinatário final das publicações e, sem estes, não há comércio de

analfabetismo em Portugal: uma introdução à História da Alfabetização no Portugal contemporâneo. *Análise Social*. Vol. XXIV, n.º 103-104 (1988), p. 1115). No caso da alfabetização feminina, a taxa para a cidade de Lisboa é de 48,6% em 1890 e de 56,7% em 1911, ao passo que no distrito, sem a respetiva cidade, estas taxas são de 16,1% e 27,8%. No Porto, os valores para a cidade são de 36,5% em 1890 e de 45,1% em 1911, ao passo que, para o distrito, eles são de 13,2% e de 23% para os mesmos anos (Cf. RAMOS, Rui – Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal, p. 1116).

⁵⁶ É certo que o mercado livreiro é mais amplo do que o esboço que fazemos aqui, incluindo também alfarrabistas, feiras do livro, venda em grandes superfícies ou associada à distribuição de outros produtos (jornais ou outro tipo de campanhas comerciais). Por outro lado, os fenómenos da distribuição também têm o seu peso, que não analisamos aqui com o devido detalhe devido à nossa concentração sobretudo em fenómenos oitocentistas.

livros. Deste modo, as práticas de leitura são também relevantes, na medida em que nem todos estão todos dispostos a ler o mesmo tipo de livros. Contudo, a expansão da literacia não veio trazer consigo um incremento em igual proporção nos leitores, apesar do crescimento em termos absolutos⁵⁷. O desenvolvimento da literatura feminina durante os séculos XVIII e XIX tem também importância, embora não se deva exagerar na dicotomia entre fenómenos de leitura masculina e feminina⁵⁸. Por outro lado, podemos também falar na existência de pessoas que, normalmente ligadas aos circuitos da intelectualidade, fazem do consumo extensivo de livros (e, frequentemente, autoria) um trabalho, sendo este um fenómeno que não deve ser descurado.

O livro também obedece a lógicas, geradas pelos editores, que estão sobretudo marcadas pelos destinatários finais do livro. Assim, se uma edição se dirige sobretudo a um número restrito de pessoas, ela poderá ser alvo de um tratamento mais cuidado e elaborado, ao passo que, se o objetivo for chegar a uma comunidade mais alargada, será de esperar uma execução com menor qualidade, por forma a baixar o seu preço. Os suportes literários que compõem um livro não são, portanto, completamente secundários e desfasados das práticas do leitor. Com efeito, uma edição que pretenda apelar a um tipo de leitura mais casual terá um formato (livro de bolso, por exemplo) e utilizará materiais menos dispendiosos, que estarão de acordo com esta pretensão⁵⁹. Também o

⁵⁷ Embora a obrigatoriedade do uso de manuais escolares tenha contribuído para um incremento fenomenal na edição destes, não deixa de ser significativo que este aumento trouxe consigo uma retração no consumo de outros tipos de literatura juvenil, na França de finais do século XIX (Cf. MOLLIER, Jean-Yves – *Histoire de la lecture, histoire de l'édition*, p. 212). Por outro lado, a própria aquisição de manuais podia visar, sobretudo, a aquisição de benesses para os alunos junto dos professores, que eram também os seus autores, como se pode assinalar na sindicância realizada ao Liceu Central de Lisboa em 1891 (Cf. PROENÇA, Maria Cândida – *A reforma de Jaime Moniz: antecedentes e destino histórico*. Lisboa: Colibri, 1997, p. 226–227).

⁵⁸ Cf. BÖDEKER, Hans Erich – D'une «histoire littéraire du lecteur» à «l'histoire du lecteur»: bilan et perspectives de l'histoire de la lecture en Allemagne, p. 102–110 Este autor sugere que, embora possa haver distinções entre os hábitos de leitura masculinos e femininos, estas não são suficientes para constituir tipologias rígidas. O facto de se poderem localizar anúncios a livrarias no *Almanach das Senhoras*, bem como a existência de uma publicação deste género em Lisboa, durante o período cronológico em estudo, mostra que este tipo de público não está ausente do mercado do livro (Ver os anúncios a livrarias presentes em, por exemplo: TORRESÃO, Felismina (ed.) – *Almanach das Senhoras para 1902*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1901, p. 353–407, ou em TORRESÃO, Guiomar (ed.) – *Almanach das Senhoras para 1892*. Lisboa: Redacção do Almanach das Senhoras, 1891, p. I-XXXII).

⁵⁹ Não é de estranhar, por conseguinte, que uma coleção como a “Biblioteca do Povo e das Escolas”, lançada pela casa Editora David Corrazi (mais tarde Companhia Nacional Editora) nos anos 80 do século XIX, tenha escolhido como formato de eleição, precisamente o de “livro de bolso” (Cf. DOMINGOS, Manuela D. – *Estudos de sociologia da cultura*, p. 74–76). Por vezes, o desfasamento entre conteúdo do livro e formato escolhido para o editar poderia ter grande impacto no sucesso das obras, já que ele acaba por influir em boa medida no seu preço final. Algumas das edições da Empresa da História de Portugal,

conteúdo influi neste aspeto, na medida em que um determinado tipo de livro não se destina a ser lido num mesmo ambiente que outro (um dicionário e um romance, por exemplo), até porque têm funcionalidades diferenciadas.

Ganha assim especial relevo a função do editor, na medida em que este tem um papel muito importante na determinação de quais os títulos que devem receber o aval para a publicação. Se hoje em dia algumas formas de comercialização e distribuição vieram, porventura, mitigar este papel, se recuarmos até ao século XIX e princípios do século XX, a importância de ter um editor adequado ganha destaque. Com efeito, o editor ajuda a criar uma espécie de cânone de escritos que, porque chegam a um público mais alargado, são passíveis de influir mais na construção das sociedades⁶⁰. Este papel, contudo, não deve ser absolutizado, porque, por um lado, ele é disputado, o que abre também espaço para a criação de editoras que se especializam em determinado tipo de livros. Com efeito, a criação de novas editoras traz consigo fenómenos de concorrência, não só pelo mercado em si, mas também sobre aquilo que vale a pena ou não ser editado. Ou seja, a existência de mais editoras significa também um potencial aumento e diversificação dos critérios que presidem à realização de uma publicação, principalmente se entre estas não se verificarem fenómenos de concentração ou de coordenação de estratégias. Por outro lado, a chancela editorial normalmente não é, por si só, suficiente para o sucesso comercial de um determinado livro, ainda que este nível de valorização não seja coincidente com o impacto da obra e a sua circulação⁶¹.

Acresce ainda a função de planeador que cabe ao editor, na medida em que, responsável pela construção de um catálogo, procura definir estratégias de fidelização,

por exemplo, foram negativamente influenciadas por este fator (Cf. MARQUES, Henrique – *Memórias de um editor*, p. 236–238).

⁶⁰ O editor pode pretender instituir-se, por exemplo, como alguém especializado num determinado tipo de publicações, mas influi na construção do mercado livreiro na medida em que escolhe os autores que publica, sugere ou angaria outras pessoas para a elaboração de prefácios, estando também envolvido no mecanismo de divulgação de determinado autor ou obra, eventualmente em detrimento de outros que também possam compor o seu catálogo. Cf. MEDEIROS, Nuno – Editores e livreiros: que papéis de mediação para o livro?. In CURTO, Diogo Ramada (ed.) – *Estudos de sociologia da leitura em Portugal no século XX*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006, p. 349–353.

⁶¹ Com efeito, a questão do sucesso comercial de uma determinada publicação pode nem sempre ser bem visto em todos os meios editoriais. Por outro lado, a percepção de que o mercado livreiro se encontra em permanente crise, afetado pela concorrência, quer do analfabetismo numa primeira fase, quer de outros produtos culturais numa segunda, é um lugar bastante comum (Cf. MEDEIROS, Nuno – Cavalheiros, mercadores ou centauros?: traços da actividade e sentido de si dos editores. In *Comunidades de leitura: cinco estudos de sociologia da cultura*. Lisboa: Colibri, 2009, p. 47–54).

como a criação de coleções⁶². Não menos relevante é a dimensão económica, isto é, a sustentabilidade da continuidade editorial, que passa pela planificação de formas de angariação de fundos, como a obtenção de subsídios e patrocínios, o financiamento baseado em subscrição, ou a elaboração de um catálogo integrando obras financeiramente mais viáveis com outras cuja rentabilidade seja insuficiente, mas que seja considerada pertinente a sua realização⁶³. As questões financeiras não são nunca de ordem menor, uma vez que, por muito filantrópicos ou militantes que possam ser os objetivos, é sempre necessário um financiamento mínimo para o sustento de determinada editora e é, muitas vezes, a permanência temporal que serve de escala de aferição entre as diversas casas editoriais⁶⁴.

Um outro interlocutor, o livreiro, deve também ser convocado, especialmente se pensarmos no período de Oitocentos, ou nos inícios do século que findou, na medida em que a sua ação pode também definir que tipo de livro pode chegar mais facilmente a determinado grupo social⁶⁵. Embora os indivíduos possam sempre circular entre livreiros, a criação de livrarias destinadas a segmentos específicos é também ilustrativa

⁶² Para a análise de uma das mais importantes bibliotecas de divulgação no âmbito nacional, no século XX, a “Biblioteca Cosmos”, ver NEVES, José – A Biblioteca Cosmos. In CURTO, Diogo Ramada (ed.) – *Estudos de sociologia da leitura em Portugal no século XX*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006, p. 823–888. Este tipo de iniciativa procurava um fio de continuidade com uma outra, a “Biblioteca do Povo e das Escolas”, já anteriormente referida. A contrastar com o sucesso daquela empresa do século XX, está a desconfiança mostrada por Henrique Marques, nas suas memórias, o qual indica que «as coleções descrevem no seu desenvolvimento como que uma parábola; iniciam-se, por exemplo, com cem assinaturas; a publicação dos volumes dessa coleção vai crescendo, e com ela cresce o número das assinaturas; chega, porém, o editor ao 5º ou 6º volume, o número de assinantes vai decrescendo, decrescendo, a ponto de o editor ter de a suspender, sob pena de ir por água abaixo» (MARQUES, Henrique – *Memórias de um editor*, p. 254).

⁶³ O papel dos editores, embora nunca seja uniforme, oscila, pelo menos ao nível da representação, entre o homem de letras e o operador num mercado capitalista e concorrencial. Se, porventura, acabamos por ter uma espécie de híbrido de ambos, a verdade é que a edição de produtos culturais não deixa de se traduzir num comércio mercantilizado de bens. Por outro lado, a ideia de que o mercado dos livros é um “mundo à parte” constitui um «adágio recorrente nos discursos e manifestações identitárias na comunidade do livro, nomeadamente dos atores do campo da edição» (MEDEIROS, Nuno – Cavalheiros, mercadores ou centauros?, p. 35). Devemos ter em conta que, ainda que haja uma atitude pragmática dos editores face ao mercado livreiro, uma tal autorrepresentação não pode ser, sem mais, ignorada. No século XIX português não é inédito os próprios escritores encontrarem subscritores para comprar as obras que seriam por eles editadas (Cf. SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos – *As penas de viver da pena*, p. 212–213). Por outro lado, o sucesso comercial de uma livraria poderia não assentar apenas nos proveitos realizados com a venda de livros.

⁶⁴ Sobre os constrangimentos financeiros no mundo editorial, ver: MEDEIROS, Nuno – Cavalheiros, mercadores ou centauros?, p. 42–46.

⁶⁵ No contexto do século XIX, sabe-se, com efeito, que as livrarias não são os únicos meios que permitiam o acesso ao livro, havendo também, por exemplo, gabinetes de leitura, que não se analisarão aqui. Sobre os gabinetes de leitura, ver DOMINGOS, Manuela D. – *Estudos de sociologia da cultura*, p. 137–176bem como GUEDES, Fernando – Gabinetes de Leitura nos séculos XIX e XX. In *O livro e a leitura em Portugal: subsídios para a sua história, séculos XVIII e XIX*. Lisboa: Verbo, 1987, p. 167–208.

da importância que este tipo de agentes tem na formação de comunidades de leitura, que partilham entre si o facto de terem lido o mesmo livro, ou um tipo específico de livros⁶⁶. A própria publicidade (através de montras), ou até a colocação dos livros nos escaparates pode contribuir para dar destaque a algumas obras em detrimento de outras, com critérios que estão para além dos do editor e do leitor⁶⁷. Por outro lado, a publicidade realizada pelas livrarias em periódicos ou almanaques é, frequentemente, tanto publicidade às casas, quanto às obras por estas comercializadas, sem que ela tenha que corresponder às eventuais intenções de maior ou menor destaque do editor de uma obra publicitada.

Mesmo a configuração e organização dos espaços em que se vendem livros não são secundárias, podendo favorecer determinadas práticas ao nível do consumo do livro, em detrimento de outras⁶⁸. Do mesmo modo, a sua distribuição geográfica é relevante, na medida em que as livrarias, como veremos, tendem a acompanhar o público-alvo que, no contexto do século XIX é mais restrito, correspondendo a uma faixa social com alguma educação. A associação entre livrarias, editoras ou até tipografias não é também inédita, o que faz com que a distinção de funções que se foi elaborando estivesse, pelo menos em Portugal até ao início do século XX, concentrada numa só pessoa⁶⁹.

Assim, o papel intermediário do livreiro acrescenta outros fatores à relação que se estabelece entre autor e leitor. Se esta é, em última análise aquela que ajuda a moldar determinada práxis social, não deixa de ser significativo que tal relação nunca é oferecida dentro de um espaço vazio, mas sim no da tessitura social. As práticas de leitura são, por conseguinte, não só mediadas por elementos que são da ordem do conteúdo, mas também da acessibilidade do mesmo.

⁶⁶ Cf. MEDEIROS, Nuno – Editores e livreiros, p. 359.

⁶⁷ Uma das características que, tradicionalmente, eram apontadas aos livreiros, era a de conhecerem profundamente os produtos que vendiam, de modo a que, ainda que nunca tivessem lido todas as obras que comercializavam, poderiam aconselhar os seus clientes de acordo com o que estes procuravam, sugerindo, por exemplo, alternativas (Cf. MEDEIROS, Nuno – Editores e livreiros, p. 361–362). Se é certo que esta figura gozará de certos traços idealizados, a própria existência de meios informáticos (dentro das livrarias e fora delas) que facilitam a pesquisa tendem a erodir este paradigma.

⁶⁸ Cf. MEDEIROS, Nuno – Editores e livreiros, p. 360–361.

⁶⁹ A consulta do *Anuário Almanach Commercial* relativo ao ano de 1895, para a cidade de Lisboa, indica, por exemplo, que mais de metade dos que aí surgem como “editores livreiros”, possuíam também uma livraria ou uma tipografia (Cf. CAMPOS, Carlos Augusto da Silva – *Anuário almanach commercial para 1895*. Lisboa, 1894, p. 638; 703; 774). Idêntica fonte permite-nos também aferir da grande relação existente entre tipografias e jornais, o que aponta para uma convergência de papéis no campo editorial. Se tal não representa, certamente, todo o universo que se dedicava a esta atividade, não deixa de ser um indicador com alguma relevância.

Deve-se ainda ter em conta que, não poucas vezes, os próprios livreiros desempenharam funções que anteriormente se atribuíram aos editores, e que passavam pela criação de coleções, ou também, em parte, pela participação na difusão de livros através de anúncios às suas próprias livrarias em almanaques ou publicações periódicas. Também aqui uma segmentação de mercado ajuda a cimentar clientelas, na medida em que é possível associar determinada livraria a um certo tipo de publicações.

O autor é, do mesmo modo, um interveniente neste processo, uma vez que é ele, pelo menos à partida, quem determina o conteúdo de um livro. Com efeito, uma vez que o mercado livreiro tem como objetivo vender os seus produtos aos leitores, a questão da autoria é determinante no sucesso das publicações. Há, obviamente, autores menos rentáveis do que outros, mas também aqueles que estão associados a determinadas correntes ideológicas ou políticas que são, porventura, mais de acordo com as intenções do editor ou as condições do mercado. Um pouco à semelhança do editor, também o autor se encontra numa posição de charneira, entre a liberdade da sua criação e as obrigações associadas à comercialização⁷⁰.

Por outro lado, há também a questão do sustento material, que não é secundária para quem procura viver apenas “das letras”, e que pode obrigar o autor a determinado volume de produção, porventura maior do que aquele que uma autodesejada maturação da obra exigiria. Neste domínio, os contratos editoriais podem ajudar a dar alguma estabilidade financeira ao autor, embora nem sempre seja este o seu objetivo⁷¹. Possível é, também, o fenómeno do livro por “encomenda”, em que um autor é convidado a produzir uma obra com características específicas, que resultam da intenção de quem encomenda, onde se destaca também a perceção que o editor possa ter das apetências do mercado⁷². Nestes casos, uma vez que a produção e distribuição estão, à partida, asseguradas, é a colagem do autor a determinado tema, seja porque é considerado um perito na matéria, ou porque é apelativo para o público-alvo, que está em causa e, em

⁷⁰ Para a análise de dois perfis de relação entre autor e editor no século XIX português em que, quem tinha a primazia era o primeiro, ver MARTINS, Jorge M. – *Marketing do livro*, p. 69–98.

⁷¹ Sobre o panorama da subsistência dos escritores e das relações financeiras destes com os editores, ver SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos – *As penas de viver da pena*, p. 220–224.

⁷² Mais uma vez, a questão da edição por encomenda pode estar relacionada com determinada questão ou até com visões mais globais da sociedade. Apenas como exemplo, em 1893, a Nunciatura Apostólica encomendou a Quirino Avelino de Jesus, então recentemente bacharel e advogado ao qual era reconhecido potencial, um livro sobre as ordens religiosas (*As ordens religiosas e as missões ultramarinas*), tendo em vista a manutenção do debate sobre a sua restauração na sociedade portuguesa, relacionado com as questões do *Ultimatum* (Cf. Archivio Segreto Vaticano – Segreteria di Stato, Ano 1894, Rubr. 250, Fasc. Único, fol. 153v).

larga medida, é determinante. Há, com efeito, autores e temas que vendem mais que outros, por vezes em contexto de “moda” e “gostos”.

Pluralidades do mercado livreiro

Este percurso reflexivo revela algumas das particularidades de um mercado que se apresenta plural em termos de atores sociais, e, por conseguinte, sujeito a fenómenos concorrenciais, em termos económicos e culturais. Deve-se assinalar, por conseguinte, a conexão que se estabelece entre o autor e o texto, a qual, porque é uma relação mediada por uma dada linguagem coloca a questão dos critérios hermenêuticos associados à leitura. Por outro lado, uma vez que os livros são produtos com uma materialidade, há outros fatores sociais que afetam o acesso a determinados escritos e, portanto, os limites em que estes podem influir na sociedade. O texto convoca também, pela sua própria natureza, um certo grau de criação de consciências, na medida em que veicula um conjunto de representações da própria realidade que possuem níveis de performatividade. Contudo, esta veiculação de representações, mais uma vez, não é da exclusiva responsabilidade do autor, estando ligada, de forma consciente ou não, a outros agentes como o editor, o livreiro e, até, o leitor.

Como segundo eixo da reflexão, apresentaram-se os múltiplos intervenientes na produção e distribuição de livros, sem, no entanto, procurar hierarquiza-los, uma vez que as relações que entre eles se estabelecem são fluidas e de mútua interdependência. Assim, abordou-se, em primeiro lugar, o leitor, enquanto destinatário final da produção literária, o que traz à colação a questão da expansão da literacia, bem como a da necessidade de adequar os livros produzidos aos destinatários. Este trabalho compete, tipicamente, ao editor, responsável por escolher que autores publica e com que estratégias, sujeitas estas a óbvios constrangimentos financeiros. Também o livreiro é um agente importante, porque é ele que disponibiliza os livros aos leitores, podendo, através da especialização, por exemplo, direcionar determinado tipo de livros a um público-alvo. Por fim, o autor não é menos importante, na medida em que é ele o primeiro responsável pelo conteúdo de uma obra, sendo a sua figura relevante na maior ou menor difusão de um livro.

Por outro lado, uma vez que a mediação entre o leitor e o texto passa por diversos atores sociais, como o editor ou o livreiro, a formação de consciências proposta por uma cultura do livro não é neutra. Se não se deve ver neste fator uma espécie de

plano pré-concebido a ser implementado pelo mercado livreiro, a escolha de determinado livro para edição não se rege necessariamente por meros e supostamente neutros critérios de mercado. Mesmo em obras como os romances, a escolha das épocas históricas, das situações e dos personagens pode estar relacionada com as questões políticas e sociais do momento. Com efeito, o retrato que se faz de determinada figura ou de um acontecimento pode ser positivo ou negativo, de acordo com as posições do autor, ou, também, do editor. As flutuações sociais e políticas ajudam também a compreender porque é que determinado autor ou romance pode atingir notoriedade num determinado momento, para, posteriormente, cair em descrédito ou ser considerado como fora de moda⁷³.

Deste modo, o livro não é um mero objeto isolado, dado que a sua edição convoca no seu entorno uma teia de relações sociais, cujas escolhas realizadas têm importância e influência na interação entre texto e leitor. Essas interações tornam-se relevantes para a compreensão de redes sociais e de processos de divulgação de ideários como “gostos” e modos de agir.

⁷³ Tal é bastante visível, por exemplo, no caso francês, se se olhar para os romances que mais sucesso tiveram e quais as suas visões políticas e sociais. Para uma análise das visões sociais veiculadas por este tipo de escritos, quer através das narrativas quer das personagens, ver LYONS, Martyn – *Le triomphe du livre*, p. 105–128.

O mercado editorial lisboeta

Para a caracterização do mercado editorial lisboeta no período cronológico escolhido, optou-se pela identificação das casas que explicitamente se dedicavam ao comércio de livros, procurando obter os seus nomes comerciais, os quais permitem, em diversos casos, conseguir dados sobre os seus proprietários. Outras informações, como as relativas aos empregados da casa, que ajudariam a obter uma ideia da dimensão relativa das mesmas são mais difíceis de coligir e não serão aqui tidas em conta. É certo que este tipo de abordagem deixa de fora o circuito da produção do livro, na medida em que as tipografias e os encadernadores não são contemplados, devido ao facto de não terem como foco comercial a venda do produto acabado de forma direta. Sabe-se que, contudo, não poucas vezes, os estabelecimentos tipográficos figuram na página de rosto dos livros no local tradicionalmente reservado ao editor. Tal significa, porventura, que a produção de livros não contava necessariamente com a figura de um editor que surgisse como responsável por uma determinada publicação, o que sugere que haveria publicações que entravam no circuito comercial livreiro dispensando esta mediação, ou agregando-a à do livreiro.

Outros casos há em que uma tipografia se encontra associada a uma livraria específica⁷⁴, que se pode também entender como livraria editora, concentrando em si ambas as funções, a saber a da produção e a da distribuição de livros. Esta situação, algo frequente, está presente no mercado livreiro não apenas no século XIX, mas também em boa parte do século que findou⁷⁵.

⁷⁴ Embora não se tenha realizado a recolha sistemática das tipografias e, como tal, não se dispor de dados para poder quantificar a extensão deste fenómeno, podem-se documentar alguns casos. Assim, A Editora, casa comercial que operava no largo do Conde Barão nº 50, classificada como editora literária e sucessora da antiga casa David Corazzi, apresenta-nos, num anúncio do ano de 1905, a posse de «grandes oficinas a vapor», bem como de «magníficas instalações elétricas» (COSTA, Fernandes (ed.) – *Almanach Bertrand para 1906*. Lisboa: Antiga Casa Bertrand, José Bastos, Editor, 1905, p. 370). Da mesma forma, a Parceria António Maria Pereira, apresenta-se, em 1903, como sendo uma «livraria editora» com «oficinas tipográficas e de encadernação, movidas a eletricidade» (TORRESÃO, Felismina (ed.) – *Almanach das Senhoras para 1907*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1906, p. 377). Também a Empresa da História de Portugal, no Almanaque Comercial de 1905, indica que as suas oficinas tipográficas se situam na «Rua Ivens, 45 a 47» (PIRES, Caldeira (ed.) – *Anuario commercial de Portugal Ilhas e Ultramar para 1905*, p. 906). Igualmente a livraria Bertrand, à altura chamada de Antiga Casa Bertrand, possuía oficinas tipográficas próprias, algo que aconteceu pela primeira vez na sua já secular existência durante o período em estudo (SARAIVA, José António – *Bertrand, a história de uma editora*, p. 28).

⁷⁵ Para além das livrarias que já estavam em atividade no período em estudo e que assim continuaram durante algumas décadas do século XX, como a Bertrand, ou a Parceria António Maria Pereira, outros

É certo que tal não esgota necessariamente os canais de distribuição do livro, os quais se estendiam para além das casas comerciais. Com efeito, fenómenos como os da colportagem⁷⁶, associados à distribuição livreira em zonas menos urbanizadas, não teriam que estar necessariamente excluídos de uma Lisboa em processo de crescimento e urbanização. A existência de gabinetes de leitura seria outro dos vetores de distribuição e circulação do livro, devido, principalmente, ao reduzido custo que comportavam, tornando um conjunto de obras acessível a um público que não teria capital financeiro suficiente ou até interesse na aquisição de livros. Para além disso, a difusão de romances em folhetim nos periódicos também poderia ser incluída numa história do livro, principalmente se se procurasse fazê-la do ponto de vista da receção e não da disponibilização deste tipo de objetos tipográficos. Esta multiplicidade de canais de distribuição, se terá contribuído para alargar um potencial público de leitores e uniformiza-lo em termos de gostos e preferências, situa-se, contudo, fora do âmbito do presente trabalho⁷⁷.

Por conseguinte, o presente capítulo realiza uma análise das casas que se dedicavam à edição e comércio de livros no espaço geográfico da capital, dividida em duas décadas e recorrendo à técnica da amostragem sistemática e que foram compulsadas através do recurso aos almanaques comerciais e ao *Registo de licenças para o comércio e indústria* do período em estudo. Esta recolha serviu de base à efetuada para os catálogos desses estabelecimentos, cuja descrição em termos numéricos globais se realiza num terceiro ponto.

Assim, a perceção das dimensões do universo do mercado livreiro nas coordenadas espaço-temporais escolhidas, não só permite o mapeamento e uma melhor compreensão do mesmo, mas também serve de base à análise tipológica dos catálogos, que posteriormente será realizada.

estabelecimentos com origem no século que findou e que se dedicavam quer à edição, quer à distribuição se podem acrescentar. Assim nomes como a Livraria Morais Editora, Livraria Clássica Editora ou Livraria Latina Editora, mostram esta “aliança” entre mundo editorial e livreiro. Outros fenómenos, de parceria entre editores e livreiros para criação de casas do primeiro tipo, ou de criação de redes livreiras a partir de casas editoriais também podem ser documentados (Cf. MEDEIROS, Nuno – *Edição e editores portugueses*, p. 102–103).

⁷⁶ Para uma análise do fenómeno dos colporteurs na França, ou seja, da venda itinerante de livros, sobretudo nos meios rurais, ver LYONS, Martyn – *Le triomphe du livre*, p. 152–160.

⁷⁷ Sobre estas temáticas ver, para o caso francês LYONS, Martyn – *Le triomphe du livre*.

O mercado editorial na década de 1890

Os dados recolhidos através dos almanaques, no que toca ao número total de casas comerciais (editores e livreiros) parecem apontar para uma divisão relativamente à década de 1890. Com efeito, numa primeira fase, correspondente à primeira metade da década, encontramos um número substancialmente mais baixo de casas comerciais deste género do que na segunda metade (cerca de 30, para o primeiro caso, cerca de 50 para o segundo)⁷⁸. Ambas as fases são marcadas, internamente, por alguma estagnação, quando não mesmo quebra. Assim, em 1890 podemos contabilizar 30 casas comerciais, número que desce para 26 em 1892. Relativamente à segunda metade da época, os números são de 43 estabelecimentos para o ano de 1895, 50 para 1896 e 45 para o ano seguinte⁷⁹. Esta flutuação, como se pode constatar, sugere que o mercado livreiro apresentaria um baixo crescimento, podendo o mesmo ser até negativo, como é o caso da diferença dos almanaques de 1896 e 1897.

Tal distribuição apresenta algumas das tendências já previamente detetadas para o total do comércio lisboeta nestes mesmos anos. Com efeito, se a diferença entre as duas metades da década não encontra paralelo na evolução geral dos lojistas lisboetas, deve-se assinalar que, quanto a estes, há um maior número de estabelecimentos no ano de 1895, o que coincide com o pico do almanaque de 1896, devido ao já referido desfasamento entre a data do almanaque e os dados nele contidos. Outro aspeto que

⁷⁸ É certo que, entre 1892 e 1895, a fonte a que recorreremos muda de nome, sinal de que a ela, porventura, estará associada uma nova metodologia de pesquisa, o que poderia alterar os resultados. Esta perceção é também apoiada na análise das licenças comerciais do ano de 1890, que nos dá um número total de 56 estabelecimentos, se consideradas, para a categoria de negócio, as tipologias “livraria”, “venda de livros”, “livreiro”, “livros”, “livros e papel”, “escritório e venda de livros”. Tal cifra é praticamente o dobro da que está presente nos almanaques, o que, aliado ao já referido desfasamento entre a primeira metade da década e a segunda faz crer que os almanaques de 1890 e 1892 sub-representam o total do mercado. De referir ainda que, destes 56 estabelecimentos, 16 não se encontram referidos em nenhum dos almanaques compulsados. O inverso, ou seja, estabelecimentos presentes nos almanaques e ausentes das licenças comerciais é algo muito mais raro, ocorrendo em dois casos para o almanaque de 1890 e em outros dois para o de 1892. Tal torna nítida a sensação de que os almanaques, pelo menos no início da década de 1890, representam um sub-conjunto do universo que se obteria com a recolha sistemática das licenças comerciais.

⁷⁹ Na recolha de agentes ligados ao mercado livreiro coordenada por Diogo Ramada Curto, podem ser identificadas 44 pessoas ligadas ao comércio deste tipo de bens em Lisboa, se agruparmos os anos de 1800-1805, sendo que, destas, 38 são referidas no ano de viragem do século XVIII para o XIX (Cf. CURTO, Diogo Ramada et al. – *As gentes do livro*, p. 59–176). Tal cifra dá a indicação da existência de uma relativa estagnação entre o período do início do século XIX e a cronologia em estudo. No entanto, esta perceção deve ser matizada, não só pelas diferentes metodologias que procederam à recolha, mas também pela eventual diferença em termos de extensão das casas comerciais ou dos catálogos por estas disponibilizados, sendo esta última situação perceptível na análise realizada em GUEDES, Fernando – *Livros e leitura na primeira metade do século XIX*, p. 119–164.

parece andar a par com a evolução global do mercado é a variação relativa dentro de ambos os períodos. Ou seja, o maior número de estabelecimentos em 1889 relativamente a 1891, bem como um aumento de 1894 para 1895, seguido de uma quebra no ano seguinte, parece mimetizar a tendência geral dos lojistas lisboetas. Se é demasiado forçado afirmar taxativamente que o mercado livreiro é apenas uma componente de um todo mais amplo, o que deixaria por explicar o desfasamento entre as duas metades da década, certo é que a coincidência em termos de evolução do número total de lojas e livrarias aproxima o mercado livreiro dos restantes segmentos comerciais⁸⁰.

Embora os números totais contribuam para a análise do mercado numa perspetiva mais global, deve-se ter em conta que as funções de editor literário e de livreiro, se bem que possam confluir num mesmo estabelecimento, não correspondem, necessariamente, a uma identificação estrita. Assim, o número de estabelecimentos que se autorrepresentavam como “livreiros e editores literários”, oscila entre um mínimo de 7 em 1895 e 1897 e um máximo de 8 em 1896, o que corresponde a cerca de 16% do total⁸¹.

No que toca às livrarias, podemos contar com 30 em 1890 e 26 em 1892, cifra que passa para 37 em 1895, 38 em 1896 e 37 em 1897⁸². Estes números indicam que cerca de cinco em cada seis dos estabelecimentos referidos se dedicavam ao comércio efetivo de livros, estivessem ou não ligados à produção e edição destes⁸³. Tal facto torna-a na categoria mais representativa da análise. As flutuações globais do mercado

⁸⁰ Para os dados da evolução global dos lojistas em Lisboa, ver ALVES, Daniel – *A República atrás do balcão*, p. 47.

⁸¹ As fontes consultadas não incluem a categoria de “editor literário” nos anos de 1890 e 1892, pelo que, embora certamente houvesse estabelecimentos que se dedicassem a essa atividade, não foi possível obter dados numéricos relevantes. Um dos casos que se podem documentar é o da Companhia Nacional Editora, cuja constituição está presente no almanaque que foi consultado para o ano de 1890 e não aparece nos registos das livrarias desse mesmo ano (Cf. CAMPOS, Carlos Augusto da Silva – *Almanach commercial de Lisboa para 1890*, p. 128). Ainda assim, oito das casas comerciais presentes como livrarias no ano de 1890 e nove no de 1892 viriam a ser estabelecimentos que se dedicariam à edição de obras, segundo os almanaques dos anos posteriores, o que pode dar a indicação de que algumas destas casas ou viriam a empreender a atividade editorial, ou esta seria reconhecida como tal nos anos subsequentes.

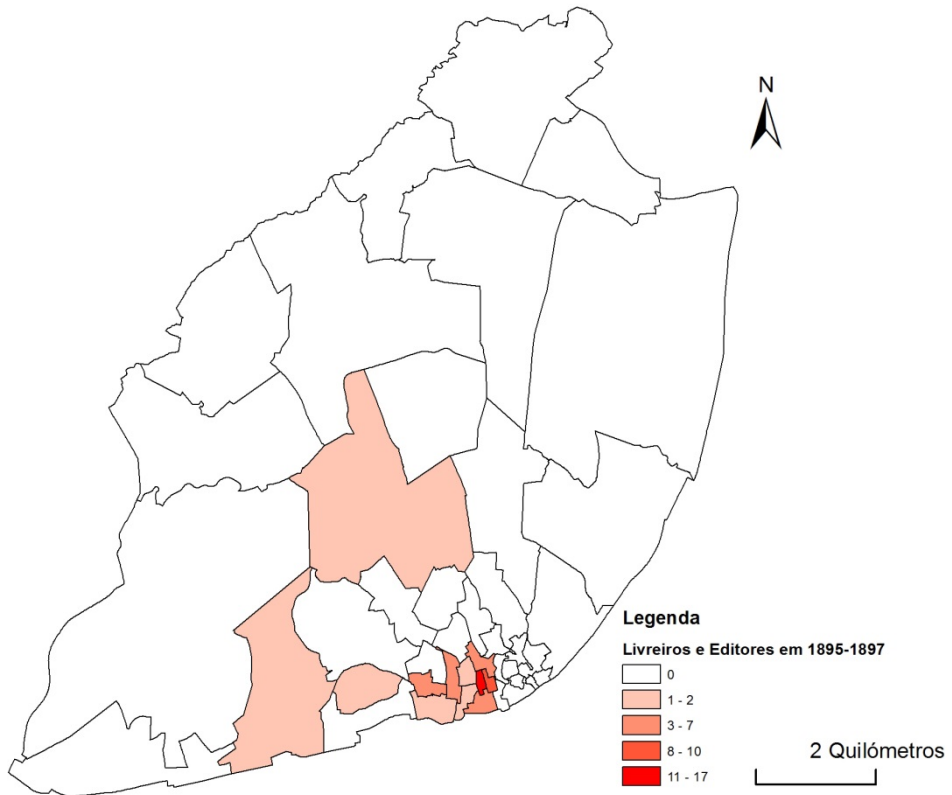
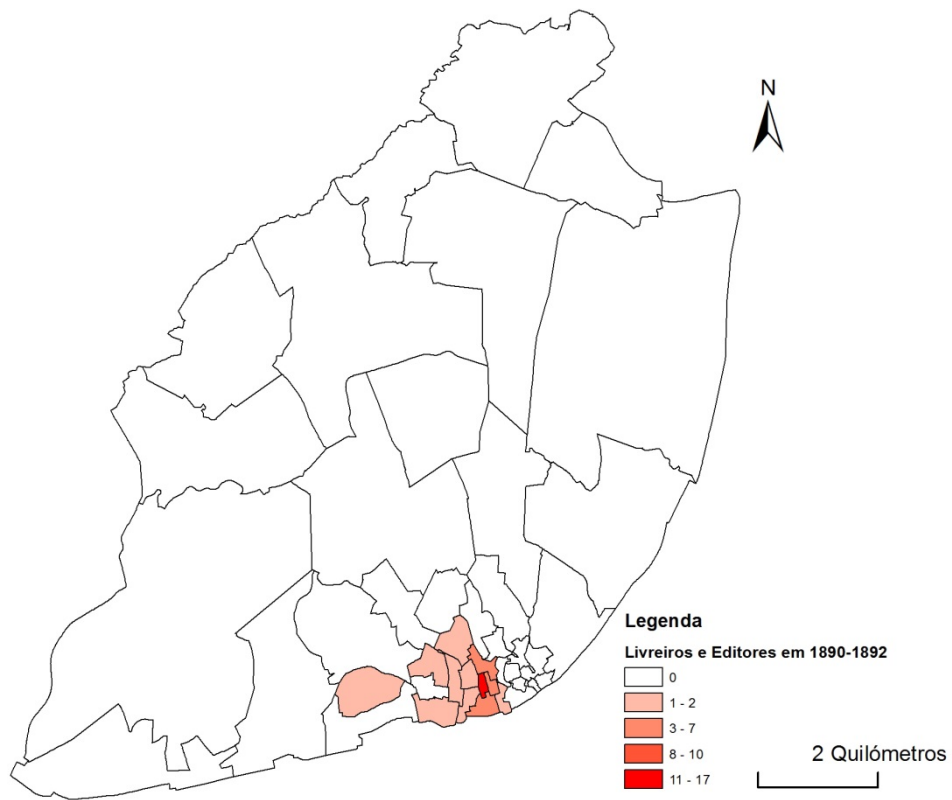
⁸² Deve-se ter em conta que estes números, bem como os relativos aos editores, incluem os estabelecimentos que se autorrepresentavam como editores literários e livreiros, que foram contabilizados quer como editores, quer como livreiros.

⁸³ Este rácio refere-se ao triénio 1895-1897, uma vez que, como foi referido, as fontes contemplam apenas a existência de livreiros nos anos de 1890 e 1892.

livreiro, contudo, apenas em parte se devem a oscilações nesta categoria, uma vez que esta permanece praticamente estável entre 1895 e 1897.

Quanto ao universo dos editores, foram contabilizados 13 estabelecimentos no ano de 1895, 20 em 1896 e 15 no ano de 1897. A nota aqui dominante é a de que o pico de 1896 é notório, e que este ocorre pela entrada de comerciantes que apenas se dedicavam à edição de livros, já que o número dos que realizavam ambas as atividades se mantém praticamente constante entre 1895 e 1897.

No que concerne à distribuição geográfica dos estabelecimentos, optou-se por agrupar a década de 1890 nos dois períodos já referidos (1890-1892 e 1895-1897), em ordem a esbater pequenas flutuações que pudessem ser introduzidas por lapsos na fonte a que se recorreu. Assim, a freguesia que mais estabelecimentos teve no primeiro período foi a de Conceição Nova, com doze casas comerciais, o que corresponde a cerca de 35% do total de estabelecimentos. Os núcleos de concentração seguintes, embora distantes, são os de S. Julião, com 6 livreiros (18%) e São Nicolau e Santa Justa, ambos com três (9%). No que concerne ao segundo período analisado (1895-1897), a nota dominante é a maior dispersão das casas comerciais. Com efeito, se bem que a freguesia mais representativa continue a ser a de Conceição Nova, os seus 17 estabelecimentos representam 29% do total. Seguem-se as freguesias de São Nicolau, com 10 estabelecimentos (17%), São Julião, com 7 (12%) e Santa Catarina, com 6 (10%). O centro nevrálgico está, portanto, situado na zona mais nobre da cidade, sendo, contudo, de notar a presença de freguesias um pouco mais distantes como Santa Catarina, São Paulo (2 estabelecimentos cada) ou Socorro (1 casa comercial) [ver mapa 1].



Mapa 1 – Distribuição dos livreiros e editores de Lisboa por freguesia nos períodos entre 1890-1892 e 1895-1897

O mercado editorial na primeira década do século XX

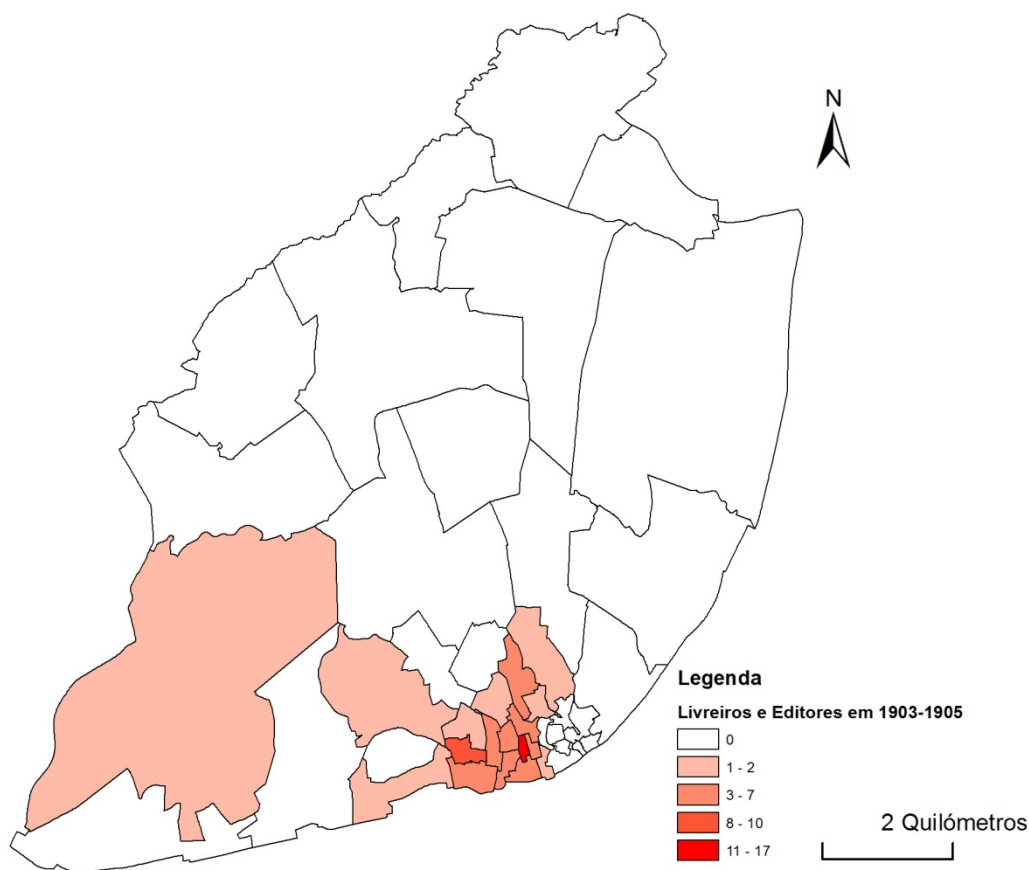
O panorama, nos anos da primeira década do século XX que consultámos, é algo distinto e marca um crescimento relativamente à década transata. Deste modo, como números globais, o ano de 1903 conta com 63 estabelecimentos, ao passo que o de 1904 apresenta 61 e o de 1905 totaliza 64. No que toca à análise por categorias, temos 44 livreiros no primeiro caso e 42 no segundo, sendo que o ano de 1905 conta com 41 casas deste género. Tal indica que, apesar da predominância desta categoria, ela perde alguma importância, passando a representar cerca de 65% do total, ao passo que, na década anterior, ela era de 80%. Ademais, se considerarmos os estabelecimentos que apenas eram livrarias e não editavam livros, eles são menos de 50% do mercado editorial. Estes números indicam, como tal, que o número de editores é substancialmente superior relativamente ao período anteriormente estudado, com 32 casas comerciais em 1903, 33 em 1904, e 37 em 1905, o que significa um incremento, em média, de aproximadamente 60%. Também o seu peso relativo aumenta consideravelmente, uma vez que cerca de metade do universo considerado se dedicava à edição de obras, contra os anteriores 34%. O número de estabelecimentos que se dedicavam a ambas as atividades é de 13 para 1903 e de 14 em 1904 e 1905.

No que toca ao *Registo de licenças para estabelecimentos de comércio e indústria* de 1904, cuja informação se recolheu, deve-se considerar a presença de tipologias como “editora” e “edições”. Estas duas palavras, ausentes das licenças de 1890, mostram também como o mercado livreiro vai paulatinamente autonomizando e reconhecendo a função social de editor. De resto, a nomenclatura das casas comerciais não aparece de forma muito padronizada nas licenças, o que aumenta a variedade das descrições presentes. Ainda assim, foi-nos possível contabilizar 46 estabelecimentos, número substancialmente inferior ao indicado pelos almanaques. Tal dever-se-á, provavelmente, ao facto de se ter realizado a recolha não de forma exaustiva, mas sim através das já indicadas tipologias, o que pode levar a que outros estabelecimentos com nomenclaturas mais genéricas não tenham sido considerados. Mesmo tendo estes fatores em conta, foi-nos possível localizar 5 estabelecimentos adicionais que não constavam dos almanaques. Estes estão associados a “venda por miúdo”, e nenhum deles produziu catálogos para a análise realizada, o que poderá sugerir ou uma pequena dimensão, ou

um espectro de negócio mais largo do que o da venda de livros⁸⁴. De resto, um deles aparece descrito como «encadernador, venda de livros a miúdo», o que poderia colocá-lo nos estabelecimentos desta primeira categoria. No entanto, os cinco estabelecimentos detetados representam cerca de oito por cento do universo global conseguido com o almanaque de 1905, o que indica que esta fonte estará bastante próxima dos resultados que se obteriam com a recolha sistemática das licenças comerciais.

No que toca à distribuição geográfica por freguesias, a tendência de “descentralização” parece ser notória. Ainda assim, a freguesia mais representativa continua a ser a de Conceição Nova, com 15 estabelecimentos (20% do total). Seguem-se as freguesias de Santa Catarina, com 8 estabelecimentos e Sacramento, com 7, o que representa cerca de 10% do número total. De assinalar que freguesias mais distantes do centro da cidade passaram a ter estabelecimentos, ou ganharam importância. No primeiro caso podemos contar as freguesias dos Anjos (1 editor) e de Santos-o-Velho (2 estabelecimentos) ou das Mercês e da Pena (a primeira com duas casas comerciais e a segunda com três). No segundo caso pode-se nomear a freguesia de São Paulo, que tinha um estabelecimento em 1890-1892, passando a ter dois em 1895-1896 e quatro em 1903-1905 [ver mapa 2].

⁸⁴ Ainda que não tenha sido possível a recolha sistemática de informações deste género, que poderiam ser facultadas, por exemplo, através da publicidade, pode-se afirmar que, em alguns casos, as livrarias não vendiam apenas livros, mas também outros objetos fora deste espectro. Por exemplo, um anúncio da Livraria Antiga e Moderna, para o ano de 1902, indica que esta vendia «estojos para desenho e carteiras para notas» (TORRESÃO, Felismina (ed.) – *Almanach das Senhoras para 1902*, p. 395). No que concerne à Casa Catholica, que se anuncia como «livraria, papelaria e typographia», pode-se ler, num seu anúncio publicitário, que «a Casa Catholica fornece paramentos e outros objectos do culto religioso. Vende requifes, lustrinas, damascos, nobrezas, tafetás, ollandas, franjas e galões de ouro e de seda, etc., etc.» (TORRESÃO, Guiomar (ed.) – *Almanach das Senhoras para 1892*, p. 298). Um outro anúncio, da Livraria de Ferin & C.^a, também para 1892, dá conta de venda de «instrumentos de precisão: de mathematica e geodesia dos melhores auctores e tudo quanto é exigível á engenharia civil e minas. Artigos d’escriptorio variados. Cimento Portland dos Açôres. Além do commercio de livraria, instrumentos de precisão e encadernações, há uma secção especial de comissões e consignações, tendo correspondentes em todos os paizes para satisfazer qualquer pedido» (TORRESÃO, Guiomar (ed.) – *Almanach das Senhoras para 1892*, p. 336). Longe de se poder afirmar que tal compõe um padrão, é, no entanto, possível indicar que, pelo menos em alguns casos, os meios de sustentação do negócio iriam para além do comércio de livros, para âmbitos bem distintos.



Mapa 2 – Distribuição dos livreiros e editores de Lisboa por freguesia no período 1903-1905

Caracterização do universo dos catálogos

Os catálogos que foram consultados são, como já foi referido, em número algo diminuto tendo em conta os números do universo livreiro que têm vindo a ser apresentados. Contudo, a informação por estes disponibilizada dificilmente poderia sê-lo por outra fonte cuja periodicidade fosse mais frequente, como a publicidade em jornais, ou os inventários fúnebres, sendo que estes segundos teriam a vantagem de proporcionar uma análise do ponto de vista das obras adquiridas e, potencialmente, lidas por determinado indivíduo. A recolha deste tipo de fontes, com efeito, não daria um acesso tão vasto ao acervo bibliográfico de uma livraria, como o que o catálogo proporciona, uma vez que este tende a reportar o maior número possível de existências disponíveis ou que podem ser disponibilizadas. É certo que os catálogos variam muito em termos de extensão, oscilando entre o catálogo da Empresa Literária Fluminense, de 1897, contendo pouco mais de duas dezenas de títulos, até ao catálogo da Parceria António Maria Pereira, de 1903, que dá conta de mais de 2300 existências diversas. Esta diferença de dimensões parece indicar que se está diante de diversos volumes de

negócio, mas que corresponderiam também a tipologias diferentes. Ou seja, no primeiro caso trata-se de um catálogo de uma casa comercial que se entende apenas como editora, segundo o almanaque de 1897, ao passo que, no segundo caso, estamos na presença de uma livraria editora cuja permanência no mercado durou mais de cem anos.

Assim, no que toca ao arco cronológico do presente trabalho (1890-1910)⁸⁵, o número de estabelecimentos que produziram pelo menos um catálogo é de 27. A esta cifra poder-se-iam acrescentar mais seis, cujas datas de edição dos catálogos disponíveis não são indicadas, pelo que não é possível saber se pertencem ao período em estudo, não tendo sido, por esse motivo, considerados. Obviamente, e porque se trata de um instrumento que pretendia dar a conhecer as existências disponíveis, algumas livrarias editaram mais do que um catálogo durante o período considerado. Os vinte e sete estabelecimentos produtores de catálogos, contudo, dividem-se de forma desigual entre as décadas consideradas. Deste modo, para a década de 1890, pudemos contabilizar oito, num total de 10 catálogos⁸⁶, ao passo que, para a década de 1900, o número de estabelecimentos com catálogos sobe para 24. Apenas três só possuíam catálogos na década de 1890: Livraria M. Gomes, Livraria Zeferino e Arnaldo Armando Bordalo⁸⁷. Os vinte e sete estabelecimentos contabilizam um total de 76 catálogos únicos⁸⁸.

O ano que possui mais catálogos, do período estudado, é o de 1910, com 11, o que perfaz cerca de 15% do total. Segue-se o ano de 1903, com nove catálogos (12%) e os anos de 1905 e 1907, com sete exemplares cada (9%). Se olharmos para os dados em

⁸⁵ Apesar de apenas se ter realizado a recolha de estabelecimentos comerciais até ao ano de 1905, a recolha dos catálogos avançou até 1910, devido ao facto de o número de existências ser algo baixo, razão pela qual se procurou, dentro do período cronológico escolhido, um intervalo contínuo que contivesse o maior número possível de catálogos. Contudo, a escolha do ano de 1910 era desaconselhada por se tratar do ano em que a República foi implantada com a conseqüente agitação social, que se poderia traduzir em perturbação na recolha dos catálogos, uma vez que haveria que perceber se estes eram anteriores ou posteriores a 5 de Outubro.

⁸⁶ O *Boletim Mensal da Livraria de M. Gomes*, tal como o próprio nome indica, era uma publicação que tinha um carácter periódico, que, embora estivesse longe de ser efetivamente mensal, produziu 6 catálogos para o ano de 1894 e 2 para o de 1895. Optámos, nesta análise, por considerá-los como apenas um catálogo, na medida em que a numeração entre fascículos é contínua e não parece haver repetição das existências anunciadas, pelo que, possivelmente, a livraria optaria por dar a conhecer o que tinha à venda à medida que lhe ia sendo possível produzir o respetivo catálogo.

⁸⁷ É de referir, contudo, que todos estes estabelecimentos continuam em atividade ao longo do período estudado, estando registados quer como livreiros, quer como editores literários. No que toca à última referência apresentada, Arnaldo Armando Bordalo aparece no catálogo como sucessor de Joaquim José Bordalo, não nos tendo sido possível discriminar se existe algum grau de parentesco entre ambos e, a existir, qual seria. Os registos apurados através dos almanaques, de resto, davam já a entender esta transição, uma vez que documentam ambos os proprietários como donos de um estabelecimento sito na rua da Vitória, nº 42, 1º.

⁸⁸ Também para esta cifra, os catálogos periódicos são contados como apenas uma única existência, relativa ao ano em que foram produzidos, sendo, portanto, considerados como complementares.

períodos de cinco anos, é possível observar quer uma clivagem clara no final do século, quer um crescimento relativo. Com efeito, entre 1890-1895, foram contabilizados 6 catálogos; entre 1896-1900, 7; entre 1901 e 1905, contam-se 30 existências, ao passo que no período final, de 1906 a 1910, há 33 catálogos. Quanto à distribuição destes por tipologias de estabelecimentos, é possível verificar que as três tipologias consideradas (livreiros, editores literários e ambos) produziram trabalhos deste tipo, embora aqueles que são apenas editores literários sejam em menor número. Assim, podemos contar doze livrarias que produziram catálogos, quatro editoras e onze estabelecimentos que concentravam em si ambas as funções sociais. Esta relativa uniformidade é esbatida quando se olha para o número de catálogos, distribuído também por tipologias de estabelecimento, sendo as livrarias (em exclusivo) a tomar claramente a dianteira. Por conseguinte, dos 76 catálogos, 49 (65%) dizem respeito a livrarias, 8 a editores literários e 19 a casas que se dedicavam a ambos os aspetos do mercado livreiro.

A casa comercial com mais catálogos é a Livraria Antiga e Moderna, com 8, correspondentes aos anos de 1900, 1902, 1903, 1905, 1907, 1908, 1909 e 1910. Seguem-se a Livraria Pereira da Silva & C.^a e a livraria de João Vicente da Silva Coelho, ambas com sete catálogos. De assinalar que, tal como o próprio nome indica, estes três estabelecimentos parecem dedicar-se em exclusivo ao comércio de livros, deixando de fora a edição destes. Todas as casas comerciais das quais se recolheram catálogos estavam em atividade no último ano em que se coligiram dados dos almanaques (1905), o que pode querer indicar que os estabelecimentos que produziam este tipo de instrumentos gozavam de uma posição confortável no seio do mercado livreiro⁸⁹.

⁸⁹ Um outro indicador desta tendência, embora não conclusivo, advém da publicidade, já que, das catorze casas para as quais se analisaram catálogos, seis possuíam pelo menos um anúncio publicitário numa de três publicações: *Almanach das Senhoras*; *Almanach Bertrand*; *Anuario commercial de Portugal Ilhas e Ultramar*, entre 1900 e 1910. A distribuição é a seguinte: A Editora, em COSTA, Fernandes (ed.) – *Almanach Bertrand para 1904*. Lisboa: Antiga Casa Bertrand, José Bastos, Editor, 1903, p. 366; Livraria Antiga e Moderna em TORRESÃO, Felismina (ed.) – *Almanach das Senhoras para 1902*, p. 395; Livraria Central COSTA, Fernandes (ed.) – *Almanach Bertrand para 1904*, p. 418; Livraria Académica de José Sebastião Pacheco em COSTA, Fernandes (ed.) – *Almanach Bertrand para 1906*, p. 396; Parceria António Maria Pereira em COSTA, Fernandes (ed.) – *Almanach Bertrand para 1906*, p. 395; Empresa Literária Fluminense em PIRES, Caldeira (ed.) – *Anuario commercial de Portugal Ilhas e Ultramar para 1905*, p. 995.

Tendências globais

Uma das primeiras tendências que podemos assinalar, em termos globais, é que a maioria das livrarias e editoras não apresenta fenómenos de concentração, sendo, portanto, da propriedade de indivíduos ou sociedades comerciais restritas que não procuram um domínio ou um controlo do mercado. O elevado número de estabelecimentos que são conhecidos pelo nome próprio do dono, ou de algum dos anteriores proprietários, como o caso da Antiga Livraria Bertrand, dá também a entender um caráter altamente pessoal no comércio livreiro de Lisboa. Há, no entanto, fenómenos de concentração e de abertura de sucursais, o que indica que a parte comercial do negócio não está ausente e que as oportunidades de expansão e crescimento não são totalmente ignoradas⁹⁰. Por outro lado, embora haja oscilações algo significativas no mercado, alguns estabelecimentos apresentam uma permanência assinalável, passando inclusive de pais para filhos, o que levou ao aparecimento de livrarias com décadas de existência dentro da mesma família⁹¹.

⁹⁰ Neste campo, o caso da Parceria António Maria Pereira é paradigmático. Em primeiro lugar, porque tentou a expansão da casa comercial para o Porto, abrindo aí uma agência da *Revista Ilustrada*, uma das suas mais importantes publicações da altura, e que funcionaria também como pequena sucursal da livraria (Cf. MARQUES, Henrique – *Memórias de um editor*, p. 165–167). Mais tarde, procura comprar a livraria de Ernesto Chardron, também no Porto, negócio que, contudo, viria a ser gorado, tendo a casa sido adquirida pelo livreiro José Lelo, dessa mesma cidade (Cf. MARQUES, Henrique – *Memórias de um editor*, p. 194–195). Posteriormente, contudo, viria a adquirir a livraria situada na Rua Augusta, nº 95, propriedade, primeiro de João Paulo Martins Lavado e depois da sua viúva, passando a chamá-la de livraria Moderna. A fazer fé nas memórias de Henrique Marques, livreiro a quem António Maria Pereira colocou à frente desta casa, esta aquisição tinha também como objetivo que, «quando havia algum livro em que não lhe convinha que a livraria Pereira aparecesse como editora, figurava a livraria Moderna» (MARQUES, Henrique – *Memórias de um editor*, p. 205). Por outro lado, os já referidos casos em que às livrarias estão associadas tipografias e oficinas de encadernação, bem como os das casas comerciais que se dedicavam a outro tipo de mercadorias, mostram que as oportunidades de expansão de negócio, dentro do estrito âmbito da edição ou não, não eram de todo ignoradas.

⁹¹ Um dos casos de transição geracional que pode ser apresentado é o da Parceria António Maria Pereira, pese embora, em parte do período estudado e devido à morte algo precoce do segundo António Maria Pereira, a casa passasse por um período de liderança extrafamiliar (Cf. PEREIRA, Antónia Maria – *Parceria A. M. Pereira*, p. 117–125). Esta situação, contudo, viria a ser alterada quando o terceiro António Maria Pereira atingiu idade capaz de se colocar à frente do negócio, já na década de 20 do século transato. A livraria em questão foi aberta pelo primeiro António Maria Pereira em 1848, sendo que a aprendizagem deste no ofício de livreiro é anterior à revolução liberal, tendo, por isso, passado pela Casa dos Vinte e Quatro (PEREIRA, Antónia Maria – *Parceria A. M. Pereira*, p. 16–19). A loja viria a passar para o seu filho em 1880, tendo este procurado a expansão do negócio, não só através da multiplicação das edições de livros, como através da publicação de revistas (PEREIRA, Antónia Maria – *Parceria A. M. Pereira*, p. 99–102), ou das já referidas aquisições comerciais no Porto. A sua posição no mercado editorial tornava-o um interlocutor privilegiado de uma boa parte dos homens de letras do país, de quem realizou variadas edições e colaborações. Com efeito, nomes como Eça de Queirós ou Camilo Castelo Branco mantiveram com ele relações, a nível comercial, senão também pessoal (Cf. PEREIRA, Antónia Maria – *Parceria A. M. Pereira*, p. 69–96). Embora este seja o caso que melhor podemos documentar, outras situações há, como as de Henrique Zeferino de Albuquerque, António Máximo Verol Júnior, A. A.

Um outro ponto que se deve destacar do panorama apresentado é que a função social de editor começa, paulatinamente, a surgir e a autonomizar-se da de livreiro⁹². Se é verdade que o número de casas em que ambas coexistem é significativo, deve-se assinalar, contudo, que a função de editor não se encontra representada nos almanaques de 1890 e 1892. Pelo contrário, nos restantes almanaques da década de 1890, esse ramo de negócio é reconhecido, podendo ou não estar associado a uma livraria. As licenças comerciais recolhidas parecem corroborar este entendimento, uma vez que, no ano de 1904, ao contrário do de 1890, onde se encontram ausentes, as denominações contendo a palavra “editor”, ou “edições” aparecem 11 vezes, aproximadamente um quarto do total, pese embora a denominação explícita de “Livreiro Editor”, que sugeriria a confluência de ambas as funções em uma mesma pessoa, apenas surja uma vez⁹³. Esta autonomização é consentânea com um acréscimo na diferenciação das funções e papéis, o que sugere estarmos na presença de um mercado que se vai transformando e separando a parte do negócio relativa à produção material daquela que concerne sobretudo à sua distribuição e disponibilização ao público⁹⁴.

da Silva Lobo, Estêvão Nunes e Filho, João Pereira da Silva e Filhos, ou da Livraria Ferin, em que é possível afirmar pelo menos a ocorrência de uma transição do negócio de pais para filhos.

⁹² Também Nuno Medeiros fala desta divisão social do trabalho no que toca ao mercado livreiro, embora a coloque sobretudo «na passagem do primeiro para o segundo terço do século [XX]» (MEDEIROS, Nuno – *Edição e editores portugueses*, p. 101). Se os dados aqui apresentados parecem apontar para que esta especialização se inicie, pelo menos no caso lisboeta, um pouco mais cedo, a verdade é que seriam necessário ulteriores estudos para tentar compreender se este surgimento do editor é apenas uma questão de representação social, ou se traz também consigo novas práticas.

⁹³ Outras denominações de assinalar são aquelas de “Casa Editora de Romances”, “Empreza Editora de Livros sem Venda”, que aparecem duas vezes, ou “Editor de Obras, não faz transações”. Se a primeira é significativa da segmentação de mercado e da especialização que parece começar a ocorrer, as restantes designam casas que separam, explicitamente, a edição de obras da sua comercialização, estando assim mais próximas do conceito de “editora” que posteriormente se tornará dominante.

⁹⁴ Embora sobre a mesma denominação, as empresas editoriais não seriam certamente as mesmas quanto à dimensão e objetivos. Se algumas se configurariam mais com o conceito de editora enquanto produtora de livros, casos há em que o objetivo é a publicação de uma determinada coleção, o que nomes como “Biblioteca Popular de Legislação”, “Biblioteca de Livros Úteis”, ou “Biblioteca Social Operaria” associados a editoras deixam antever. Noutros, constitui-se uma casa editorial apenas para a publicação de uma obra, como parece ser o caso, por exemplo, da “Empresa Editora do Atlas de Geografia Universal”, ou da “Empresa da Historia de Portugal”. Neste último caso, a sociedade tinha como objetivo, «a publicação de uma edição ilustrada da História de Portugal, de Pinheiro Chagas, que, pelo estilo elegante e correcto em que era escrita se destinava a agradar ao grande público» (MARQUES, Henrique – *Memórias de um editor*, p. 211). Cedo, contudo, embora mantenha a referência à História de Portugal no nome, o âmbito de publicação se alargou de uma simples obra, para um empreendimento editorial mais amplo, que contemplava «a exploração do ramo de livraria e edição de obras literárias, históricas e científicas» (MARQUES, Henrique – *Memórias de um editor*, p. 215). Quanto à Empresa Editora do Atlas de Geografia Universal, um anúncio para 1904 dá conta de que, para além do referido atlas, foram editadas a *Vida e obras de Robinson Crusoe* e o *Atlas de Portugal e Colónias* (Cf. COSTA, Fernandes (ed.) – *Almanach Bertrand para 1904*, p. 407). Estes dois casos ilustram, portanto, como uma sociedade

É certo que este processo, como se referiu, não significa o fim de um modelo mais tradicional do livreiro-editor, o qual perdurará inclusive além do período estudado. Trata-se aqui, por conseguinte, de assinalar sobretudo o reconhecimento social que a edição enquanto atividade autónoma começa a obter. Tal não parece ser, contudo, um exclusivo do caso português, porquanto, por exemplo em França, os inícios do século XX correspondem ao período onde começam a atividade dois dos mais emblemáticos editores do século passado: Grasset e Gallimard⁹⁵. A este relevo da edição corresponderá também um outro fator, que já tem vindo a ser tratado, que é o do poder dos editores sobre o mercado livreiro. Ou seja, enquanto atores fulcrais na criação de um cânone de escritos passíveis de serem editados e divulgados, estes agentes possuem uma influência qualitativamente superior, relativamente aos que apenas se dedicam ao comércio do livro⁹⁶.

De referir ainda que se pode observar um crescimento relativo entre as duas décadas estudadas, tendência que, como vimos, acompanha a generalidade do pequeno comércio lisboeta. Esta confluência vem também indicar que os livreiros, ainda que tenham uma forte componente cultural associada à sua atividade, são também negociantes de uma mercadoria que está dependente das flutuações de mercado. Quer isto dizer que as leis da oferta e da procura têm também influência neste segmento comercial, ainda que as intenções de quem edita possam não ser guiadas pela procura gerada pelo público-alvo⁹⁷. Assim, ainda que os valores pagos pelas contribuições dos livreiros sejam das mais baixas por setor de atividade⁹⁸, os negócios por estes geridos tinham que ser capazes de acumular capital suficiente, gerado pelas vendas realizadas, de modo a permanecerem em funcionamento. Para tal poderia contribuir, tal como já foi

que nascia com um âmbito editorial restrito, poderia ver o seu negócio alargado, em ordem a perdurar no tempo.

⁹⁵ Sobre estas duas figuras, ver: MARTINS, Jorge M. – *Marketing do livro*, p. 99–127.

⁹⁶ Não será, portanto, de estranhar que, no futuro Grémio Nacional de Editores e Livreiros, já no tempo do Estado Novo, sejam sempre os editores a ter predominância num organismo que, na sua nomenclatura e funções, agrupa ambos os setores (Cf. MEDEIROS, Nuno – *Edição e editores portugueses*, p. 102–103).

⁹⁷ A ideia de que a oferta pode influenciar a procura e de que a qualidade da primeira pode influenciar a segunda já foi referida anteriormente a propósito do livreiro Henrique Marques (Cf. MARQUES, Henrique – *Memórias de um editor*, p. 246–253). Ela pode também ser verificada na maneira como a American Bible and Tract Society conduzia a sua atividade de distribuição de bíblias e escritos religiosos na América do século XIX, numa atitude de «*make supply drive demand*» (NORD, David Paul – *Faith in Reading: Religious Publishing and the Birth of Mass Media in America*. Oxford University Press, 2004, p. 62). Para uma análise completa desta temática veja-se a totalidade da obra anteriormente citada.

⁹⁸ Para os valores médios das contribuições dos lojistas de Lisboa entre 1878 e 1906, ver ALVES, Daniel – *A República atrás do balcão*, p. 80

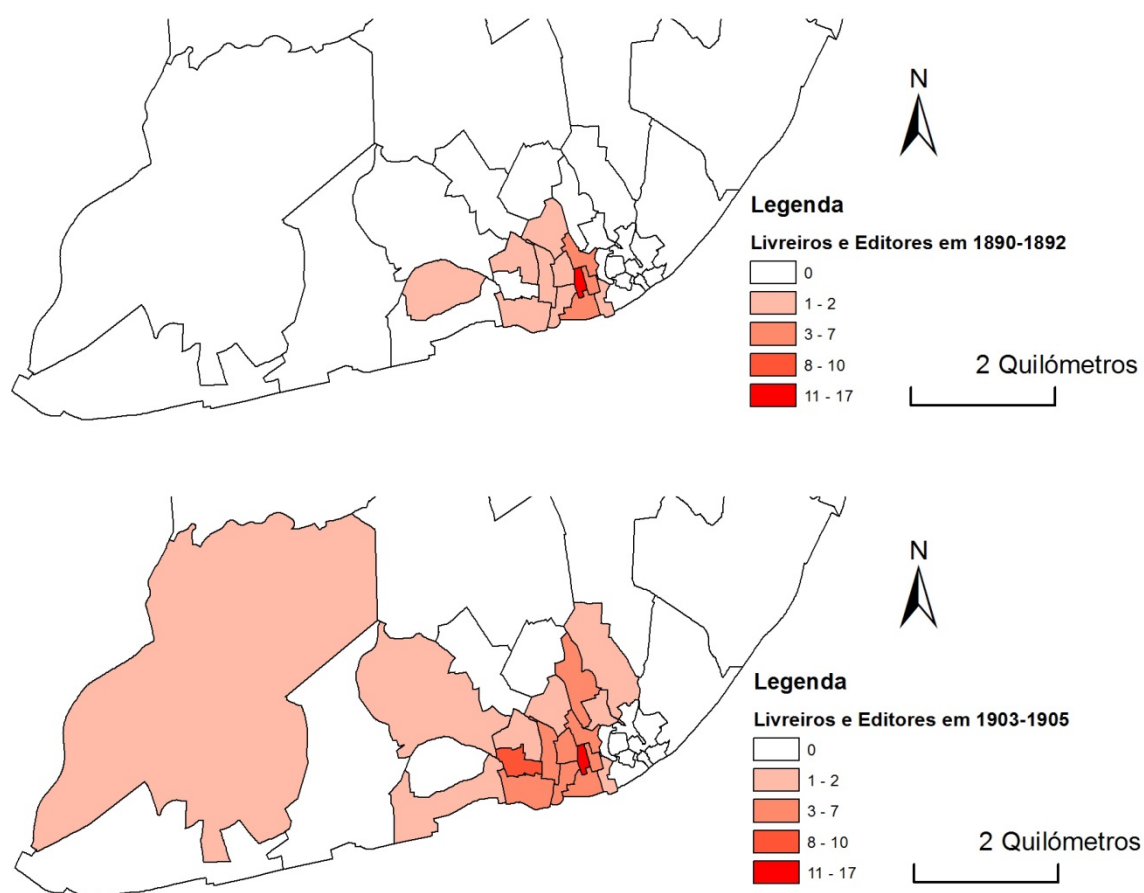
referido, a extensão das mercadorias comercializadas para fora do estrito âmbito do mercado livreiro. Ademais, a já assinalada estabilidade de que algumas casas parecem gozar, estando no ativo durante décadas, e algumas mesmo mais de um século, vem dar maior força a esta perceção.

O crescimento assinalado, contudo, deve-se sobretudo à criação de novas casas dedicadas à edição, mais do que livrarias, já que o número destas últimas não apresenta um acréscimo tão acentuado como o das primeiras. Com efeito, se excluirmos os estabelecimentos que se dedicavam a ambas as vertentes do mercado livreiro, enquanto as livrarias passam de 37 em 1895 para 41 em 1905, um crescimento relativo de 10%, as editoras passam, na mesma década, de 13 para 37, o que significa uma variação de cerca de 180%. Tal sugere que o alargamento do público-alvo que possibilita o crescimento dos negócios deve ter sido absorvido em parte pelo alargamento dos espaços comerciais, fenómeno que pode ser documentado em alguns casos, cujos estabelecimentos passam a ocupar mais números de porta⁹⁹. Assim, o aparecimento de editoras parece indicar que, concomitantemente a um alargamento do mercado com relativa expressão, há sobretudo uma diferenciação do mesmo com algum grau de acentuação.

Geograficamente, a distribuição dos estabelecimentos parece espelhar uma crescente distribuição dos locais comerciais. Com efeito, a presença de livreiros e editores em freguesias como Anjos, Santos-o-Velho, Mercês ou Pena, já algo distantes do centro cultural e comercial da cidade, sugerem que a expansão do mercado acompanhou também, até certo ponto, a expansão da urbanização da cidade, que criaria

⁹⁹ Podemos apontar, por exemplo, a livraria de A. G. Verol (Senior), que, num anúncio inserido no *Almanaque Comercial* para 1903 dá conta de que a sua livraria e oficina de encadernador foi «fundada em 1836 e ampliada em 1900» (PIRES, Caldeira (ed.) – *Anuario commercial de Portugal Ilhas e Ultramar para 1903*. Lisboa, 1902, p. 826). Também a Parceria António Maria Pereira que no início do período em estudo ocupava os números 50-52 da Rua Augusta, vê a sua livraria ser ampliada até ao número 54 dessa mesma rua, sendo que, em algumas publicações aparece inclusivamente a referência «Rua Augusta, 44 a 54» (LOBO, Eduardo de Barros – *A volta do Chiado*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1902). Nos catálogos desta casa comercial também se pode observar esta mudança, uma vez que, no de 1903, aparece referido, como morada, «Rua Augusta, 50, 52 e 54», juntamente com a referência a «sucursal. Officinas typographica e de encadernação, movidas a vapor. Rua dos Correeiros, 70 e 72, 1º» (PARCERIA ANTÓNIO MARIA PEREIRA – *Catalogo illustrado da Parceria António Maria Pereira, livraria editora*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1903). Já no de 1907, a morada que surge é, apenas, «Rua Augusta, 44 a 54», sendo que, na contracapa, o anúncio publicitário explicita que as «oficinas typographica e de Encadernação movidas a eletricidade» se situam na «Rua Augusta, 44, 46 e 48, 1.º e 2.º andar» (PARCERIA ANTÓNIO MARIA PEREIRA – *Catalogo illustrado das edições, obras de fundo e sortimento da Parceria António Maria Pereira, livraria editora*). Como se pode ver, à alteração da morada das oficinas tipográficas correspondeu uma modernização das mesmas, que são agora movidas a eletricidade, por oposição às anteriores, movidas a vapor.

novos potenciais clientes e, por conseguinte, oportunidades de negócio [ver mapa 3]. Por outro lado, embora a prevalência do centro da cidade seja sempre incontestada, a importância relativa de freguesias como Conceição Nova, que baixa de 35 para 20% do número total de estabelecimentos, ou de São Julião (de 18 para 6%), diminui, sinal de que o comércio e a edição de livros se tende a diversificar em termos geográficos. No entanto, estas mudanças não espelham apenas perdas de importância relativa, correspondendo também ao fecho de casas comerciais. Assim, entre o segundo período da década de 1890 (1895-1897) e o período do século XX estudado (1903-1905), Conceição Nova perde duas casas comerciais (de 17 passa para 15), São Nicolau passa para sensivelmente metade (de 10 para 6) e São Julião perde também uma (de 7 para 6). Tal parece indicar que o crescimento total do mercado que assinalámos não impede que haja alguns empreendimentos literários que fecham, sendo a sua ausência compensada pela abertura de outros em zonas mais distantes e menos sujeitas a fenómenos concorrenciais com casas já estabelecidas e, portanto, com clientelas mais fixas e estáveis.



Mapa 3 – Evolução da distribuição dos livresiros e editores de Lisboa (pormenor) por freguesia no período 1890-1905

No que toca ao universo dos catálogos, uma das primeiras conclusões que se pode tirar é que o volume de obras aí referido é substancialmente maior do que aquele presente nos mesmos instrumentos do início do século XIX¹⁰⁰. Estamos, por conseguinte, diante de um indicador que parece sugerir não só o alargamento do público leitor, mas também a introdução de novos mecanismos de impressão que permitem maiores tiragens, a um custo menor. De facto, embora as tipografias não tenham sido exaustivamente estudadas, é possível assinalar a existência de tipografias a vapor, e até mesmo eletrificadas, e a própria composição das existências que chegaram até nós dá a entender um trabalho com maior qualidade e menor cariz artesanal nas obras produzidas no período em estudo, quando comparadas com anos mais remotos. Assim, não é de excluir que os fenómenos da mecanização, que provocaram alterações nos mercados livreiros de outros quadrantes geográficos também tenham afetado Portugal, nomeadamente Lisboa. Com efeito, como já se referiu, em alguns anúncios pode-se constatar a existência de tipografias a vapor, ou até mesmo eletrificadas, associadas a livrarias e editoras, o que significa que, embora seja difícil conhecer a extensão e o grau de modernização que lhes estava associado, os desenvolvimentos tecnológicos tipográficos do século XIX não passaram ao lado da produção de livros em Lisboa¹⁰¹.

Por outro lado, os catálogos que referem a data da edição das obras, e embora não se tenham recolhido dados quantitativos explícitos, dão a clara indicação de que há em circulação muitos livros já com algumas décadas, quando não mesmo exemplares do século XVIII. Quer isto dizer que, embora a designação de “alfarrabista” exista e surja comercialmente, ainda que poucas vezes, os livreiros estudados não têm pejo em vender obras que hodiernamente seriam consideradas como pertença exclusiva desse mercado. Este fenómeno também contribuiria para a permanência do livro como objeto cuja influência cultural se faz sentir bem para além do seu aparecimento como novidade. Ou seja, as questões transportadas pelo mercado livreiro e as temáticas por si abordadas, se

¹⁰⁰ Por comparação com as cifras indicadas em GUEDES, Fernando – Livros e leitura na primeira metade do século XIX, p. 124.

¹⁰¹ Para uma descrição deste tipo de avanços, ainda que no caso de França, veja-se, para a primeira metade do século XIX, CHARLET, Louis; RANC, Robert – L'évolution des techniques de 1820 à 1865. In BELLANGER, Claude; GODECHOT, Jacques; GUIRAL, Pierre; et al. (eds.) – *Histoire Générale de la Presse Française*. Paris: Presses Universitaires de France, 1969. Vol. 2, p. 13–26 e, para a segunda, CHARLET, Louis; RANC, Robert – L'évolution des techniques de 1865 à 1945. In BELLANGER, Claude; GODECHOT, Jacques; GUIRAL, Pierre; et al. (eds.) – *Histoire Générale de la Presse Française*. Paris: Presses Universitaires de France, 1972. Vol. 3, p. 61–103. Para o caso americano e para o mesmo período veja-se EMERY, Edwin – *The press and America: an interpretative history of the mass media*, p. 160–162; 201–203; 337–344.

bem que não ignorem as preocupações do momento, têm um arco temporal mais alargado do que o da imprensa periódica e do mercado livreiro hodierno.

Outra constatação que se impõe é que, com efeito, o número de catálogos que até nós chegaram é relativamente baixo, comparativamente com a totalidade do mercado livreiro que conseguimos apurar. Como já se referiu, é difícil saber se existiriam mais catálogos, que simplesmente não foram conservados, ou se, de facto, tal era uma prática pouco difundida, dado o custo de produção dos mesmos. Contudo, o facto de se poder aferir da existência de uma livraria fora do período em que os seus catálogos foram recolhidos, como o caso das livrarias que têm catálogos apenas na última década do século XIX e que continuam ainda ativas em, pelo menos, 1905, dá a entender que algum deste material se perdeu entretanto¹⁰². Ainda assim, é de assinalar a notável clivagem existente entre o século XIX e XX, no que aos catálogos diz respeito. Se conjugarmos este dado com o da expansão do mercado livreiro, sobretudo no panorama editorial, tudo parece indicar que, mesmo que alguns catálogos se tenham perdido, a primeira década do século XX é mais profícua na produção de instrumentos deste tipo.

Uma vez que a maioria dos catálogos foi produzido por livrarias, pode-se concluir que seria este tipo de estabelecimentos, que atuam, como é sabido, do lado da distribuição, os que mais recorriam a este meio publicitário e de divulgação. Contudo, ele estava longe de ser um exclusivo daquelas, na medida em que todas as tipologias estudadas se encontram representadas no universo dos catálogos, dando a entender a pertinência e transversalidade destes.

¹⁰² Também Henrique Marques, nas suas memórias, refere ter sido o responsável pela elaboração do catálogo da Parceria António Maria Pereira de 1898, sendo que, contudo, não se conseguiu localizar esta publicação. De resto, o seu relato parece indicar que foi necessário um período bastante longo para a elaboração do referido catálogo: «no meu regresso a Lisboa, em 1894, [António Maria] Pereira encarregou-me de vários serviços próprios das minhas habilitações, sendo um deles a elaboração de um catálogo das obras que a sua livraria possuía e que é o que se publicou em 1898, e que se intitula *Catálogo ilustrado das edições e obras de fundo, e sortimento*» (MARQUES, Henrique – *Memórias de um editor*, p. 204–205).

Para uma tipologia do livro religioso

A análise realizada sobre o mercado livreiro lisboeta, nomeadamente a parte que concerne aos catálogos, deixou em aberto a pergunta pelo conteúdo dos mesmos, a qual permitiria perceber que tipo de publicações é que se vendia e de que modo estas se conjugariam com as problemáticas do período em análise. Ou seja, conforme se foi delineando no primeiro capítulo, a edição de livros não deve ser dissociada do entorno social que os vê nascer, por muito que este não seja aferido e identificado através de instrumentos sociológicos, tal como parece suceder no espaço cronológico e geográfico em análise. Do mesmo modo, o mercado livreiro não vivia num mundo distinto do de outros setores comerciais, estando sujeito aos mecanismos da oferta e da procura, ainda que estes não fossem os únicos a determinar os motivos pelos quais se procedia à edição e, por conseguinte, comercialização de livros.

Contudo, dado o exaustivo acervo de publicações que se pode encontrar referido nos catálogos, seria praticamente impossível a recolha de todos os títulos dos mesmos, bem como dos outros detalhes que poderiam ser disponibilizados, como autores ou datas de impressão. Assim, optou-se por tomar como ângulo de análise um tipo específico de livros: o “livro religioso”. Se outras opções teriam sido viáveis, como a análise dos romances¹⁰³, ou das publicações associadas a determinado quadrante político, como o republicano, a escolha efetuada é pertinente, na medida em que a questão religiosa está presente noutras fontes, como a imprensa periódica¹⁰⁴, ou os debates parlamentares¹⁰⁵, o que faz supor que ela também encontre acolhimento no mercado livreiro. Ademais, num país constitucionalmente católico e onde, mesmo do ponto de vista sociológico, uma larga maioria dos cidadãos se revia nessa confissão

¹⁰³ É o que faz, por exemplo, Martyn Lyons, ao partir dos diversos tipos de romance em circulação na França da primeira metade do século XIX, com o objetivo de aferir dos seus gostos e mundividências. Cf. LYONS, Martyn – *Le triomphe du livre*, p. 105–128.

¹⁰⁴ Embora fora do arco cronológico do presente trabalho, o estudo de Maria Lúcia de Brito Moura sobre a “guerra religiosa” na Primeira República (MOURA, Maria Lúcia de Brito – *A guerra religiosa na I República*. 2ª ed. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa - UCP, 2010) é um bom exemplo de como as mais diversas problemáticas religiosas tinham acolhimento por parte da imprensa periódica, quer aquela local, quer aquela com um âmbito mais nacional. Por outro lado, o próprio catolicismo não era alheio às dinâmicas dos periódicos, possuindo publicações deste tipo, tal como outros grupos sociais. Para um elenco deste tipo de escritos ver AZEVEDO, Joaquim; RAMOS, José – Inventário da imprensa católica entre 1820 e 1910. *Lusitania Sacra*. Vol. 3 (1991), p. 215–264.

¹⁰⁵ Para um estudo da “questão religiosa” no parlamento durante a época em estudo, ver NETO, Vítor – *A questão religiosa no Parlamento: 1821-1910*. Lisboa: Assembleia da República / Texto Editores, 2010.

religiosa, é natural presumir que haja mercado para publicações deste tipo no espaço geográfico da capital. Por outro lado, as questões de índole religiosa estão intimamente imbrincadas com outras de cariz social e político¹⁰⁶, constituindo, portanto, um sólido elemento de análise historiográfica da sociedade portuguesa em aspetos como a criação de vínculos, estabelecimento de pertenças e construção de identidades.

De referir ainda que “livro religioso” não deve ser reduzido a “teologia”, uma vez que este segundo tipo de publicações possui um grau de especialização assinalável, o que faz com que não sejam produtos que possam ser destinados a um grande público, sendo que esta está longe de ser uma característica do século XIX¹⁰⁷. Isto não quer dizer que as publicações de índole religiosa não tenham elementos teológicos que lhes estão associados, tal como um romance veicula visões sobre a sociedade, sem que tenha, como tal, que considerar-se um livro de sociologia.

Um outro aspeto que deve ser indicado e que resulta desta abrangência do campo do religioso é que ele não é, nem poderia ser, totalmente uniforme. Surgiu, por isso, a necessidade de criar uma categorização que servisse como sustentáculo da análise realizada e que permitisse uma visão mais fina do universo em questão. Com efeito, com um número total de publicações na ordem da dezena de milhar de títulos e com uma percentagem significativa destes de índole religiosa, seria praticamente impossível consultar com detalhe todas as publicações presentes nos catálogos, mesmo partindo do princípio que estas seriam acessíveis. Assim, optou-se por desenhar uma categorização que permitisse a catalogação das obras de índole religiosa apenas pelo título, que é o único elemento que está sempre presente em todos os catálogos que foram consultados¹⁰⁸. Devido a estas condicionantes, o estabelecimento de um instrumento deste género não coincide com o de uma catalogação de âmbito bibliográfico, uma vez que esta pode apresentar outro tipo de fronteiras e é pensada para ser operativa no âmbito da biblioteconomia, que pode contar com uma análise mais fina e detalhada do

¹⁰⁶ Sobre a interpenetração destas três “questões”, ver CATROGA, Fernando – O laicismo e a questão religiosa em Portugal, p. 211–218.

¹⁰⁷ A pequena clientela para obras deste género é também referida em LYONS, Martyn – *Le triomphe du livre*, p. 97.

¹⁰⁸ O exercício que se pretende realizar será semelhante ao que Franco Moretti entende por “*distant reading*”, no sentido em que a análise que se faz dos textos não parte da leitura integral de um pequeno cânone, mas sim da análise de um conjunto o mais alargado possível de textos (Cf. MORETTI, Franco – *Conjectures on World Literature. New Left Review*. Vol. 1 (2000), p. 56–58). Difere, contudo, do entendimento deste, no sentido em que não se procura fazer um estudo literário enquanto tal que se baseie somente nas análises já realizadas por outros, mas sim nas próprias obras produzidas no período em estudo.

conteúdo das obras. Por outro lado, trabalhos deste tipo para o domínio do livro religioso não abundam, pelo que se teve que elaborar uma categorização sem contar com um apoio bibliográfico direto muito grande.

Ainda assim, há alguns trabalhos que se tiveram em consideração. Um primeiro contributo, da autoria de Marcel Lajouesse, ao tratar da edição de livros religiosos no Québec do século XX, propõe uma divisão quadriforme deste tipo de publicações: livro de divulgação, que engloba a espiritualidade, a oração e as vidas de santos; livro bíblico; publicações pastorais que têm diretamente a ver com a liturgia; livro teológico¹⁰⁹. Referência também importante, embora algo marginal, é a do artigo liderado por Jacques Dane, que indica como livros religiosos aqueles que têm como tema a teologia, a liturgia, matérias devocionais, ou que contribuem para preparar os sacramentos¹¹⁰. Yvan Cloutier propõe uma dupla definição de livro religioso: uma mais estrita, como sendo «o conjunto das edições cujos títulos têm uma conotação religiosa explícita: espiritualidade, Bíblia, moral, teologia, livros de oração, etc.»; uma mais alargada, que engloba «todo o título produzido dentro de uma visão evangelizadora, sem ter em conta a conotação religiosa explícita do seu conteúdo. A finalidade visada pelo editor determina a pertença de um livro ao campo religioso»¹¹¹. Estas categorizações, contudo, não exibem nem um nível de detalhe muito alto, nem têm como foco o arco cronológico em estudo, pelo que se achou necessário a elaboração de raiz de um instrumento de análise. Ademais, a visão sobre o campo cultural do religioso que apresentam parece ser algo restritiva, na medida em que nenhuma delas contempla a possibilidade deste campo incluir também escritos que são produzidos com teor anti-confessional manifesto, ou que têm como objetivo discutir o papel do religioso na sociedade de uma forma mais ampla.

A tipologia elaborada divide em sete o campo do livro religioso e tem, sobretudo, uma índole temática, secundarizando, por isso, outros fatores como a

¹⁰⁹ Cf. LAJEUNESSE, Marcel – Le livre religieux au Québec, 1968-2007: analyse des données de l'édition. *SCHEC, Études d'histoire religieuse*. Vol. 76 (2010), p. 35. Embora se tenha recolhido a divisão referida deste artigo, ela é da autoria de Michel Lessard.

¹¹⁰ Cf. DANE, Jacques; GHONEM-WOETS, Karen; GHESQUIÈRE, Rita; et al. – For Religion, Education and Literature: a Comparative Study of Changes in the Strategy and Profile of Traditionally Religious Publishing Houses in Belgium and the Netherlands in the Twentieth Century. *Paedagogica Historica*. Vol. 42, n.º 6 (2006), p. 713.

¹¹¹ CLOUTIER, Yvan – Les communautés éditrices et l'avenir du livre religieux. In MICHON, Jacques; MOLLIER, Jean-Yves (eds.) – *Les mutations du livre et de l'édition dans le monde du XVIIIe siècle à l'an 2000*. Saint-Nicolas (Québec): Université Laval, 2001, p. 422. As traduções são da nossa autoria.

cronologia das obras ou o público-alvo a que elas se destinariam. Assim, as sete divisões correspondem a “teologia”, “devocional e litúrgico”, “espiritualidade”, “apologética e polémica”, “institucional e pastoral”, “sagrada escritura”, “história e património”. A abrangência das categorias revela, por si só, o vasto campo de análise a que ela se reporta, o que indica que seria possível uma subcategorização com alguma relevância, sendo que esta foi elaborada apenas como ferramenta de trabalho e não será utilizada para retirar conclusões, devido à natural proximidade interna das subcategorias e ao facto de não se possuírem dados que permitissem desambiguar devidamente todas as dúvidas que pudessem surgir da sua eventual aplicação. Ter-se-á sobretudo atenção às divisões de livros tal como se poderiam estabelecer à época, ainda que, em alguns casos, os desenvolvimentos posteriores no campo do religioso possam também influir.

O objetivo deste capítulo, por conseguinte será o de, em primeiro lugar, delinear as fronteiras do instrumento de análise aplicado, procurando apresentar as divisões de cada categoria considerada, bem como a sua unidade interna. Este primeiro momento permite que, posteriormente, seja possível a aplicação das tipologias estabelecidas aos catálogos consultados, com o objetivo de perceber não só a quantidade de obras que podem ser consideradas como “livro religioso”, mas também, dentro deste, quais os tipos de edições que estavam mais disponíveis no contexto histórico e geográfico em análise.

Deste modo será posteriormente possível escolher e analisar, a partir das tipologias mais representativas, algumas obras que permitam ilustrar a ligação entre publicações e questões sociais.

Tipos de publicações de índole religiosa

Proceder-se-á, de seguida, ao desdobramento de cada uma das categorias nos seus elementos mais básicos, apresentando também as razões que justificam quer a sua autonomia, quer a sua unidade interna. O objetivo é o de descrever uma ferramenta que serviu como meio de acesso aos catálogos, caracterizando os seus limites e fronteiras, quer internos, quer externos.

Teologia

Esta categoria contempla o seguinte tipo de livros: dogmática; exegética; direito canónico; direito eclesiástico.

O primeiro género de escritos caracteriza-se pelo carácter especulativo da reflexão, associada aos dogmas da Igreja. Está sobretudo ligado à fundamentação filosófica e teológica dos pressupostos que servem de base à reflexão característica deste último ramo do saber¹¹².

O segundo caso, exegética, agrupa um conjunto de títulos que se debruçam sobre a Bíblia, procurando discutir quais as traduções e o sentido que os diversos passos podem ter, convocando, para tal, uma série de metodologias, que vão desde o estudo das origens do escrito e dos eventuais estratos históricos, até à análise da literariedade dos mesmos¹¹³.

Nos dois últimos casos, a nota dominante é o facto de se tratar de publicações que dizem respeito ao direito e, portanto, à normatividade, distinguindo-as os objetivos e destinatários desta. Assim, o direito canónico remete, sobretudo, para a organização intraeclesial e para o modo como a hierarquia e os fiéis se devem relacionar, procurando dirimir conflitos sobretudo no foro interno¹¹⁴.

A outra subcategoria, direito eclesiástico, aponta para um volume de escritos, produzido pelos governos dos estados, sobretudo aqueles confessionais, como o caso português, que têm como objetivo regular a presença da Igreja na sociedade, os limites legítimos desta e o modo como ela deve interagir com os restantes órgãos de poder e de

¹¹² Para uma definição de teologia operativa neste contexto ver: RAHNER, Karl – Teologia. In RAHNER, Karl (ed.) – *Sacramentum Mundi*. Barcelona: Herder, 1976. Vol. 6, p. 530–563, sobretudo p. 532–540. No contexto das temáticas teológicas oitocentistas, veja-se, por exemplo, a *Explicação do Syllabus*, opúsculo escrito com o objetivo de explicar o *Syllabus errorum*, documento promulgado por Pio IX em 1864, contendo proposições supostamente defendidas por autores contemporâneos e condenadas pela Igreja (Cf. DIAS, Eugénio Vicente (trad.) – *O syllabus justificado ou explicação do syllabus segundo a theologia, a razão e o bom senso*. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & C.^a, 1876).

¹¹³ Embora uma boa parte dos métodos exegéticos que compõem hodiernamente este ramo da teologia não se encontrem estabelecidos no período cronológico em estudo, a exegese, num sentido mais lato, enquanto interpretação do texto bíblico é algo que sempre esteve presente ao longo da história do cristianismo. Sobre os diversos métodos, os autores a eles ligados e o modo como vão temporalmente surgindo, ver HARVEY, Anthony E. – Exégèse. In *Dictionnaire Critique de la Théologie*. Paris: Presses Universitaires de France, 1998, p. 447–449. De referir, no entanto, que os chamados métodos histórico-críticos, que procuram fazer uma análise do texto sagrado tendo em conta o contexto histórico e social em que foram escritos, eram já amplamente usados, sobretudo em contexto alemão, e iriam provocar importantes fraturas no campo teológico e cultural praticamente até, pelo menos, ao Concílio Vaticano II.

¹¹⁴ Se é certo que a Igreja Católica apenas procurará adotar uma codificação com sentido universal aquando da publicação do primeiro código de Direito Canónico em 1917, tal não significa que, anteriormente, não existissem elementos normativos, com diversas proveniências e, por conseguinte, com importâncias diferenciadas (Cf. DAHYOT-DOLIVET, Jehan – *Précis d'histoire du droit canonique: fondement et evolution*. Roma: Libreria Editrice Vaticana / Libreria Editrice Lateranense, 1984, p. 155–161). Como exemplo deste tipo de livros, veja-se SCHENKL, Amaro de – *Institutiones Juris Ecclesiastici Germaniae imprimis et Bavariae accommodatae*. Coimbra: Typis Academicis, 1874.

soberania¹¹⁵. Deve-se ter em atenção, contudo, que, em Portugal, o direito eclesiástico não se limitava ao foro normativo externo, implicando também as normativas internas à própria eclesialidade. Ou seja, a confessionalização do Estado implicava que este tinha legitimidade para intervir e legislar em matérias da jurisdição interna da Igreja, o que conduzia, por exemplo, a uma multiplicidade de funções distintas atribuídas ao clero paroquial¹¹⁶.

A unidade desta categoria é dada pelo teor especializado deste tipo de escritos. Quer isto dizer que o seu público não tende a ser muito alargado, uma vez que requiere um maior grau de escolaridade, predisposição para estas temáticas e uma iniciação às mesmas, dada a tecnicidade de muitas destas matérias. Por outro lado, os assuntos tratados, embora não tenham que se restringir ao meio escolar, estão próximos dos conteúdos lecionados nos institutos de formação do clero, por onde passava muita gente que não seguia carreira eclesiástica. Tal ajuda a diluir a restrita abrangência e alcance que estas temáticas teriam no período em estudo.

Devocional e litúrgico

À categoria “devocional e litúrgico” pertence o seguinte tipo de livros: missais (ou livros de missa); livros de oração; devocionários; sermões.

O primeiro conjunto de escritos, bastante publicitado no contexto do livro religioso, refere-se a um tipo de publicações cujo objetivo é o de permitir que os fiéis acompanhem o desenrolar das missas, ou que o clero as celebre. Dada a estrutura que esta celebração então tinha, devido ao facto de se usar o latim no decorrer da mesma,

¹¹⁵ Não se pretende, contudo, entrar na discussão técnica acerca dos limites do direito eclesiástico, que pode englobar, ou não, o direito canónico, uma vez que ambos os tipos de obras foram classificados dentro da mesma tipologia. Ainda assim, uma possível definição concerne sobretudo ao direito eclesiástico civil, que «abrange só as normas estabelecidas pelo Estado a respeito da Igreja» (SOUSA, José Ferreira Marnoco e – *Direito eclesiástico português: prelecções feitas ao curso do terceiro anno jurídico do anno de 1909-1910*. Coimbra: Tip. França Amado, 1910, p. 69). Um outro entendimento mais genérico, que inclui o direito canónico dentro do eclesiástico está na base de uma outra obra, de referência para a época, compendiada inicialmente por Bernardino Joaquim da Silva Carneiro e postumamente revista e corrigida por José Pereira de Paiva Pitta (Cf. CARNEIRO, Bernardino J. da S.; PITA, José Pereira Paiva – *Elementos de direito ecclesiastico portuguez e seu respectivo processo*. 4^a ed. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1888). Deve-se, no entanto, ter em atenção que, no caso português, uma parte da legislação canónica – como o caso das determinações tridentinas – foi subsumida pela legislação régia como “leis do Reino”, o que o aproxima mais da posição expressa nesta segunda obra.

¹¹⁶ Para o elenco destas atribuições veja-se PINTO, Sérgio Ribeiro – O pároco, funcionário do Estado Liberal: alguns aspectos fundamentais. In *O eterno retorno: estudos em homenagem a António Reis*. Lisboa: Campo da Comunicação, 2013, p. 215–222.

este tipo de instrumentos era necessário para que pudesse haver participação das pessoas que não fossem clérigos, mas que soubessem ler¹¹⁷.

O segundo tipo de livros tinha como âmbito a oração privada, procurando promover diversas formas de piedade e divulgar fórmulas que, posteriormente, podiam ser repetidas e inclusivamente ensinadas a outros¹¹⁸.

Os devocionários, embora tenham um objetivo semelhante, distinguem-se destes pelo facto de conjugarem as diversas formulações em torno de uma devoção particular. Ou seja, são orações cujo relevo é dado ao conjunto, mais do que ao valor particular de cada uma delas. Estabelece-se assim, por vezes, uma frequência temporal associada à devoção, procurando marcar a vida do crente não apenas no espaço, mas também no tempo¹¹⁹. A divulgação deste tipo de escritos recorrendo aos instrumentos da indústria tipográfica visava ainda dar uma publicidade às devoções, que permitiria a criação de identidades religiosas em torno delas¹²⁰.

O quarto tipo de escritos, os sermões, não se trata de orações em sentido estrito. Contudo, o seu lugar primigénio é o das celebrações litúrgicas, como missas ou funerais. Com efeito, as chamadas orações fúnebres eram frequentemente publicadas e difundidas. Algumas destas composições constituem verdadeiras peças de oratória cuja utilidade iria, por isso, para além da replicação dos seus conteúdos em contextos

¹¹⁷ Este tipo de livros teria sobretudo um carácter pessoalizado, o que se depreende pelas características das edições que foram consultadas (*Livro abreviado da missa e da confissão e outras orações: edição feita sobre a do prior d'Abrantes*. Paris: Antiga Casa Morizot), tais como a sua pequena dimensão, ou as encadernações cuidadas. Quanto a este segundo aspeto, as múltiplas opções de encadernação, adicionam um lado estético e não meramente funcional a estas publicações. A participação podia tomar o formato de determinadas orações que deviam ser recitadas interiormente durante os diversos momentos da celebração.

¹¹⁸ Como exemplo de um escrito deste género pode-se elencar GUIMARÃES, Delfim – *Evangelho: livro de orações*. Lisboa: Casa Bertrand, 1895, composto por orações sob a forma de versos.

¹¹⁹ Tal é o caso das “novenas”, uma das formas mais difundidas de devoção. Nestas, durante nove dias, procura-se estabelecer uma cadência de orações em torno de um determinado tema religioso, que pode ser um santo, alguma das cenas da vida de Cristo, uma das invocações de Nossa Senhora, etc. Como exemplo deste tipo de escritos pode-se apontar *Novena da Conceição Imaculada da Virgem Maria Senhora nossa*. 6ª ed. Lisboa: Livraria Catholica, 1896. Está aqui em jogo a criação de universos de representação devocional que criam identidades religiosas, donde o seu tema ser o da Imaculada Conceição, dogma mariano definido por Pio IX em 1854 e que levaria a algumas cisões no interior do próprio catolicismo, devido, em parte, ao modo como a autoridade papal tem aí um papel decisivo.

¹²⁰ Muitas das confrarias, por exemplo, como as do Imaculado Coração de Maria, ou as associadas ao Santíssimo Sacramento, constituíam-se, com efeito, em torno de devoções específicas. Para um panorama de algumas destas ligações, veja-se PENTEADO, Pedro – *Confrarias*. In AZEVEDO, Carlos Moreira (ed.) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. Vol. A-C, p. 468.

distintos e por personagens diversas daquelas a que originalmente estava associado o sermão¹²¹.

A centralidade desta categoria reside na temática da oração, seja ela vista de um ponto de vista mais individual (devoção), ou comunitário (liturgia). Por conseguinte, o seu público potencial não se restringia apenas ao clero, dada a obrigatoriedade do preceito dominical, associada à eucaristia, que adquirira um carácter central nas identidades societárias marcadas pelo catolicismo no contexto da implementação da sua Reforma moderna, cristalizada nas determinações do concílio de Trento, em cujo contexto se definiram perceções diferenciadas acerca do conceito, conteúdo e celebração eucarística¹²². De resto, o facto de haver livrarias que faziam publicidade a este tipo de escritos dá a entender que estes constituiriam uma mercadoria com algum potencial comercial¹²³. Eles possuem, portanto, uma componente dialógica, quer horizontal, quer vertical. Ou seja, destinam-se a estabelecer uma formulação normalizada quer na relação do crente com Deus, quer na dos fiéis entre si, quando se juntam numa celebração comunitária.

¹²¹ Sobre os diversos matizes da oratória oitocentista, com abundantes referências a nomes de figuras, ver MARQUES, João Francisco – Oratória Sacra ou Parenética. In AZEVEDO, Carlos Moreira (ed.) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001. Vol. J-P, p. 498–502. Os sermões podiam ser produzidos no contexto, por exemplo, exequial, e depois impressos e distribuídos (DINIS, José Ferreira Garcia – *Oração funebre que nas exequias solemnes por alma do Reverendo José Francisco Acabado*. Lisboa: Typographia Universal, 1885), ou então compendiados e editados sob a forma de livro (RIBEIRO, José Maria de Almeida – *A voz do presbytero ou sermões selectos*. Lisboa: Livraria de A. M. Pereira, 1877).

¹²² Deve-se ter em atenção que o acesso à comunhão (vulgo Primeira Comunhão) era também um momento com evidentes conotações sociais, que marcava o acesso da criança à adolescência, geralmente perto da idade de doze ou treze anos. Este cariz perdurou, pelo menos em França, até para além do decaimento de outros rituais ligados ao catolicismo, como o casamento ou o funeral (Cf. CABANTOUS, Alain – *Unanimité et controverse vers 1760-1910*. In DELUMEAU, Jean (ed.) – *La Première Communion: quatre siècles d'histoire*. Paris: Desclée de Brouwer, 1987, p. 197–216).

¹²³ Este tipo de livros pode ser, com efeito, encontrado em alguns anúncios a estabelecimentos comerciais, como o da casa Francisco Romero, no *Almanach Commercial* para 1905, onde se pode ler «grande sortimento de livros de estudo, sciencia e artes. Livros de missa com capas de madreperola, tartaruga, marfim, velludo, chagrim, marroquim, etc.» (PIRES, Caldeira (ed.) – *Anuario commercial de Portugal Ilhas e Ultramar para 1905*, p. 1047). Do mesmo modo, a Livraria José António Rodrigues anuncia a disponibilidade de «bom sortimento de obras sobre sciencias, letras e artes. Livros escolares em todo o género. Livros de missa, com encadernações de todas as qualidades» (PIRES, Caldeira (ed.) – *Anuario commercial de Portugal Ilhas e Ultramar para 1905*, p. 1047). Um outro exemplo, ligeiramente fora das fórmulas estereotipadas dos anteriores é o da livraria de A. G. Verol, onde se pode ler «livros em branco para escrituração militar e commercial e de leitura, de missa e Semana Santa» (PIRES, Caldeira (ed.) – *Anuario commercial de Portugal Ilhas e Ultramar para 1903*, p. 826). Embora, como já se referiu, a pesquisa pela publicidade de livrarias não tenha sido sistemática, o facto de este ser o tipo de livro religioso mais presente nos anúncios consultados é indicativo do seu potencial comercial.

Espiritualidade

A categoria da “Espiritualidade” é, porventura, uma das mais amplas em termos do tipo de livros que pode conter. Cinco são os que se optou por considerar: vidas de santos; vidas de Jesus; vidas de figuras religiosas; catecismos; obras de edificação espiritual.

O primeiro tipo de livros constitui um dos “clássicos” do livro religioso, porquanto sempre fizeram parte do conjunto de escritos produzido e replicado desde a invenção da imprensa. Pretendem dar a conhecer as vidas de personagens do cristianismo que se entende serem dotadas de extraordinariedade e, acima de tudo, exemplaridade, constituindo modelos de comportamento¹²⁴.

No segundo caso, o das “vidas de Jesus”, há que ter em conta um debate, fundamental no século XIX, que tem a ver com a historicidade da figura de Jesus. Ou seja, alguns autores consideraram que a maneira como a Igreja a tinha lido e interpretado, acentuando sobretudo o seu caráter divino, não permitia o acesso correto àquilo que teria sido o “Jesus da história”, frequentemente por oposição ao “Cristo da fé”¹²⁵. Surge, então, a necessidade de se apurar com as metodologias da ciência histórica qual teria sido a vida e o contexto daquele hebreu que viveu entre a Galileia e Jerusalém¹²⁶.

Ainda no registo das “vidas”, há também um outro tipo de livros a considerar, que se aproxima muito do primeiro que foi enunciado, mas que se distingue deste por

¹²⁴ Veja-se, como exemplo, XAVIER, Filipe Nery – *Resumo historico da maravilhosa vida, conversões e milagres de S. Francisco Xavier*. 2ª ed. Nova Goa: Imprensa Nacional, 1861.

¹²⁵ Este debate não é um exclusivo do século XIX, uma vez que lhe é anterior, e tem ainda atualidade hodiernamente. Assim, esta separação permitiu o surgimento de visões que consideravam Jesus apenas como um homem sábio, um mestre de moral, ou, simplesmente, um derrotado das muitas lutas político-religiosas que se travaram no contexto judaico em que viveu. Para uma apresentação e síntese deste debate, desde o seu início até ao fim do século XIX, veja-se a obra de Albert Schweitzer, cujo original é de 1906, SCHWEITZER, Albert – *The quest of the historical Jesus: a critical study of its progress from Reimarus to Wrede*. 3ª ed. London: Adam & Charles Black, 1954. Este estudo viria a marcar uma fase de transição no debate, já que a comparação das diferentes perspetivas mostrava que elas tinham tanto de histórico quanto da visão pessoal de cada um dos autores. Seguiu-se um período, até meados do século XX, em que este tipo de investigação foi secundarizado, para reaparecer, com outros critérios, baseados num melhor conhecimento do contexto judaico do tempo de Jesus e com outros métodos de crítica literária.

¹²⁶ Embora não seja a única, uma das “vidas de Jesus” que mais polémica e impacto gerou, tendo sido também traduzida para português e comercializada nas livrarias em estudo, é a de Ernest Renan (RENAN, Ernest (a) – *Vida de Jesus: origens do Christianismo*. 3ª ed. Porto: Livraria Chardron, 1905), que será abordada num capítulo posterior. Devido à grande quantidade de obras que se irão citar do mesmo autor que coincidem não só na autoria, mas também no título, optou-se por diferenciá-las em nota de rodapé recorrendo à ordem alfabética.

não se tratar de pessoas às quais a Igreja reconheça, oficialmente, algum tipo de santidade. Apesar disto, tais obras são editadas porque há o entendimento por parte de indivíduos ou grupos que a vida de determinada figura religiosa possuiu também atributos que lhe dão um caráter de exemplaridade¹²⁷.

No que toca aos catecismos, este tipo de obras procura associar a religião a um outro fator relevante que já foi abordado, a educação. Neste contexto, o seu objetivo principal é a transmissão de um conteúdo religioso que é considerado como relevante e passível de ser aprendido. É pensado, por conseguinte, para faixas etárias mais infantis, inserindo-se, portanto, num meio que se entende como plural, ou até adverso, e no qual se pretende intervir através da formação das gerações mais jovens¹²⁸. Convém notar que, na Monarquia liberal, a escola era um terreno disputado entre aqueles que pretendiam um caráter predominantemente laico desta e os que defendiam que ela deveria ter, ou pelo menos tolerar, um cariz confessional¹²⁹. Acresce a isto a importância que a catequese adquire durante a primeira década do século XX, cujo reflexo e impulso se pode associar à encíclica *Acerbo Nimis*, de Pio X¹³⁰.

Quanto ao último tipo de escritos, o das obras de edificação espiritual, o seu âmbito é o da formação de consciências, no sentido que se apontou anteriormente. Ou

¹²⁷ Em alguns casos este tipo de obras poderia ter, precisamente, como objetivo o reconhecimento oficial da santidade destas pessoas por parte da hierarquia católica. Tal é o caso, por exemplo da *História de uma alma*, autobiografia da soror Teresa do Menino Jesus (beatificada em 1923 e canonizada em 1925), traduzida para português por Laura Júlia Moreira e revista por Manuel Fernandes Santana, contendo diversas aprovações eclesiais (TERESA DO MENINO JESUS – *Historia d'uma alma*. Lisboa: Typographia da Livraria Ferin, 1906).

¹²⁸ Como exemplos de catecismos que se podem encontrar nos catálogos consultados, podem ser referidos o *Catecismo Catholico*, escrito sob pseudónimo de “Defensor da Religião” (DEFENSOR DA RELIGIÃO – *Catecismo catholico pelo defensor da religião, ou compendio abreviado dos principais dogmas*. Lisboa: Typographia P. J. A. S. Amaral, 1838) e o *Catecismo da Diocese de Coimbra* (*Catecismo da Diocese de Coimbra adoptado pelo Arcebispo Bispo Conde*. Coimbra, 1854). O primeiro, mais antigo, dispensa qualquer tipo de licença eclesial e tem apenas como âmbito a apresentação da doutrina. O segundo, como o próprio título indica é um escrito mais formal e colado à hierarquia, sendo que inclui também um extenso apêndice com algumas orações, para além da exposição doutrinal. Ambos convergem numa estrutura dividida em lições, marcada por perguntas e respostas, o que pressupõe um mestre e um discípulo (formulação explicitamente usada pelo primeiro).

¹²⁹ Sobre este ponto veja-se MATOS, Sérgio Campos – Política de educação e instrução popular no Portugal oitocentista. *Clio*. Vol. 2 (1997), p. 97–99, mas, sobretudo MATOS, Sérgio Campos – Escola secular ou escola confessional?: uma polémica oitocentista. *Clio*. Vol. 8 (2003), p. 45–64, onde, a partir da polémica em torno da permanência das irmãs da Caridade em Portugal se realiza um panorama das diversas posições em torno da questão da secularização ou confessionalização do ensino.

¹³⁰ Esta encíclica começa por constatar alguns males da sociedade, tomando como causa destes a ignorância religiosa. Por conseguinte, a solução passa pela instrução doutrinal que deve ser feita pela catequese e pela homilia. Ambas estas funções estariam a cargo do sacerdote que, no primeiro caso, poderia juntar ao seu redor cooperadores não religiosos (leigos) (Cf. ALVES, José da Felicidade (ed.) – *O ensino da doutrina cristã: Encíclica “Acerbo nimis” e outros documentos*. Lisboa: Centro Paroquial da Igreja de São Paulo, 1955, p. 11–33).

seja, o cidadão é visto como alguém com uma interioridade de onde brota o seu agir; por conseguinte, ao procurar dar-se um caráter cristão a esta interioridade, espera-se que o seu agir seja acorde e, portanto, “cristão”. É certo que este entendimento participa das fraturas do próprio terreno religioso, porquanto ser cristão na sociedade não tem uma realização unívoca, nem, porventura, um pensamento igualmente uniforme¹³¹.

Todos estes tipos de obras têm um caráter morigerador, pretendendo unificar convicção e ação. Por outro lado, a este entendimento da pessoa humana corresponde também uma antropologia, porquanto se entende que a ação humana é passível de ser influenciada, e que tal pode derivar não de fatores coercivos, mas sim da criação de um universo de representações que ajude os indivíduos a distinguir aquilo que é correto e que deve ser feito, daquilo que não o é e, portanto, deve ser evitado.

Apologética e polémica

A categoria “apologética e polémica” subdivide-se em quatro: obras de debate social e religioso; obras de debate político; obras de divulgação; obras literárias de temática religiosa.

O primeiro tipo remete para um conjunto de escritos que procuram enquadrar a religião no seio da tessitura social. Ou seja, trata-se de obras cuja temática é a do lugar da religião na sociedade, bem como a sua visibilidade e papel, dado que este é alvo de contestação e disputa, dando lugar a visões que o consideram como um fator de atraso e, portanto, algo a extirpar ou a reduzir a influência, bem como a outras, opostas, que vêm o religioso como o único fator capaz de manter íntegro o corpo social, porquanto seria ele o garante do cumprimento da ordem legal, reforçado por uma ordem moral condizente¹³². Por outro lado, ambos estes campos devem também ser matizados, dada a

¹³¹ Neste contexto, deve-se ter em conta o papel que era concedido a um instrumento como a confissão auricular como meio de formação e modelação da interioridade. Donde este ser um sacramento frequentemente contestado por aqueles que julgavam que o religioso tinha uma influência nefasta na sociedade, em particular nas mulheres (Cf. CATROGA, Fernando – O laicismo e a questão religiosa em Portugal, p. 218–220). Como exemplo de edições oitocentistas com este caráter, pode ser indicada a *Imitação de Cristo*, um dos clássicos da espiritualidade, cujo original é do século XV (FREITAS, Ernesto Adolfo de (tran.) – *Da imitação de Cristo*. Lisboa: Typographia Universal, 1878).

¹³² Este entendimento, no liberalismo português, é lapidarmente expresso por Almeida Garrett, que descreve a religião como «o suplemento ao código criminal duma Nação», porquanto esta é «o vínculo mais sagrado, que une os homens na sociedade, o juiz mais severo, que, sem tribunais, sem aparato forense, os acusa, e castiga ao mesmo tempo, com a maior das penas, com o mais cruel dos tormentos, o remorso» (GARRETT, Almeida – O dia 24 de Agosto. In *Obra política: escritos do Vintismo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1985, p. 214). Esta afirmação radica numa antropologia que privilegia, por conseguinte, os aspetos do foro interno às manifestações externas do religioso: «O culto exterior cresceu

complexidade das realizações da religião, pelo que, mesmo naqueles que se afirmam como defensores desta se podem facilmente apresentar entendimentos distintos sobre o significado disso mesmo. Entram aqui, entre outros, os debates sobre o clero secular e o clero regular, ou da relação do papa com as igrejas dos diferentes países (ultramontanismo e cismontanismo), que provocavam fraturas relevantes dentro dos próprios meios católicos¹³³.

No entanto, mesmo este tipo de debates, que se desenrolam dentro do espaço intraeclesial, representa também disputas entre visões de um todo social mais amplo, donde não ser pertinente a separação total entre obras de debate social e religioso. Ainda assim, como temas mais típicos do primeiro caso, podem ser apontados, como exemplo, a existência de um registo civil, ou a da importância da religião em temas como o trabalho, a economia, ou a própria ciência¹³⁴.

Um outro tipo de livros, ligeiramente diverso, é o daqueles que se debruçam sobre a relação entre poder civil e religioso. Ou seja, se bem que também a discussão sobre a política seja uma questão social, estas obras vincam sobretudo aquilo a que se costuma designar por relações entre a Igreja e o Estado. Por conseguinte, referem-se, tipicamente, apenas à hierarquia da Igreja, o que deixa de fora uma boa parte da presença desta na sociedade. Como interlocutor estão os diversos agentes da organização política, desde o poder central até àquele de índole local, onde, à época em estudo, Igreja e poder político simultaneamente se identificavam e conflituavam, não só ao nível das juntas de paróquia, mas também de outras estruturas autárquicas¹³⁵. Também no extremo oposto da hierarquia do Estado, os bispos tinham assento na

em pompa [durante o Antigo Regime]; mas o interior, sem o qual fica inútil o primeiro; este culto, em espírito, e verdade, o fundamento da Justiça, que não se vê, mas que bem se conhece pelas acções virtuosas [...] estava quase extinto» (GARRETT, Almeida – O dia 24 de Agosto, p. 216).

¹³³ Cf. NETO, Vítor – *O Estado, a Igreja e a sociedade em Portugal*, p. 91–175; FERREIRA, António Matos – *Um católico militante diante da crise nacional: Manuel Isaías Abúndio da Silva (1874-1914)*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa - UCP, 2007, p. 223–344.

¹³⁴ No que toca à relação entre religião e ciência, entre algumas polémicas que podem ser documentadas, remete-se, principalmente para aquela que envolveu Miguel Bombarda e Fernandes Santana, analisada em MARTINS, Sílvia Regina de Pinho – *A polémica entre Miguel Bombarda e Manuel F. Santana: no contexto do século XIX português*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995. Tese de mestrado em História Moderna e Contemporânea. No contexto das polémicas em torno do casamento civil veja-se, por exemplo, *Brado catholico contra o casamento civil: opusculo oferecido ao nobre Duque de Saldanha*. Porto: Typographia Portuense, 1865.

¹³⁵ O caso do clero paroquial é paradigmático, na medida em que ajuda a compreender o emaranhado de relações que se estabelecia entre poder civil e eclesiástico e que envolvia as estruturas locais de poder, os partidos e dissidências políticas, bem como os diversos graus da hierarquia da Igreja. Sobre este assunto veja-se, sobretudo, PINTO, Sérgio Ribeiro – *Servidores de Deus e funcionários de César*, p. 285–320.

Câmara dos Pares, e iniciativas como o Centro Católico Parlamentar tiveram aí origem, o que demonstra parte da complexidade desta relação¹³⁶.

No que concerne às obras de divulgação, vulgo apologética, trata-se de um género que procura vincar a utilidade da religião na sociedade. Quer isto dizer que, mais do que pretender entrar propriamente em debate em torno de uma questão específica que teria o religioso como elemento, elas intentam mostrar que a religião é positiva e até o sustentáculo para o todo da tessitura social. Assim, pressupõem que este terreno é disputado, mas que é possível convencer eventuais detratores através da apresentação de argumentos favoráveis. Outro aspeto que poderia também motivar a existência de obras desta índole é a consideração da existência de ignorância em relação a estas temáticas, a qual devia ser esclarecida. O registo não é, contudo, o dos catecismos, uma vez que não pressupõe um contexto escolar ou uma faixa etária mais baixa, mas sim dar a conhecer um conjunto de conteúdos que se considera serem pouco ou erroneamente divulgados¹³⁷.

Um quarto tipo de escritos, que tem porventura fronteiras menos rígidas, é aquele composto pelas obras literárias de temática religiosa. Em primeiro lugar, o seu carácter de “obra literária” advém de englobar quer os textos de índole poética, quer os de teor mais narrativo. Neste segundo caso, uma das tipologias óbvias é aquela dos romances. Contudo, se é legítimo colocar em questão a possibilidade da existência de “romances religiosos” enquanto tal¹³⁸, certo é que há um conjunto de obras que adotam personagens ou situações de índole claramente religiosa, como sejam os membros do

¹³⁶ Sobre o Centro Católico Parlamentar, veja-se FERREIRA, António Matos – A constitucionalização da religião, p. 56–57. Para a receção da “questão italiana”, uma das questões candentes da relação entre política e religião, e suas implicações sociais, veja-se CATROGA, Fernando – O laicismo e a questão religiosa em Portugal, p. 226–235. Apenas como exemplo de alguns dos escritos produzidos neste contexto, podem ser assinalados: VISCONDE DE JUROMENHA – *Submisso protesto de um português catholico ao Santissimo Padre Pio IX*. Lisboa: Typographia de G. M. Martins, 1870; GERALDES, Manuel Nunes – *O Papa-Rei e o Concilio*. Lisboa: Typographia Universal, 1870 (genericamente contra o poder temporal do Papa); CARVALHO, António José de – *O Poder Temporal dos Papas em resposta ao Papa-Rei e o Concilio*. Lisboa: Typographia do Futuro, 1871 (genericamente a favor do poder temporal).

¹³⁷ Para uma descrição de boa parte da apologética católica oitocentista, ver MARQUES, João Francisco – Apologética. In AZEVEDO, Carlos Moreira (ed.) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. Vol. A-C, p. 89–98. Como exemplo de um livro deste tipo, veja-se EGRESSO DA PROVINCIA DA CONCEIÇÃO – *A Religião Revelada*. Aveiro: Casa de Ernesto A. Ferreira, 1858.

¹³⁸ Sobre a possibilidade da existência de um “romance católico”, ver GOMES, Pinharanda – Romance e romance católico. *Gil Vicente*. Vol. XI (1960), p. 9–19. Embora o autor conclua pela negativa, afirma como possível a existência de um «romance de incidências católicas», cujas características se aproximam daquelas que foram delineadas para a categoria “obra literária de temática religiosa”, ainda que esta inclua também, como já foi dito, os livros que possam ter pretensões de combate e sátira à religião.

clero (regular e secular) ou figuras bíblicas. Se é possível duvidar da sua pretensão de se assumirem como literatura religiosa enquanto tal, deve-se ter em conta que, como já se referiu, o modo como são contados os acontecimentos e os retratos feitos das personagens de romances são relevantes, na medida em que revelam mundividências mais amplas. Assim, estes escritos são bons veículos para se entender as representações que uma determinada sensibilidade associa ao religioso, pelo que é legítimo incluí-las numa tipologia de livros deste género¹³⁹. Por outro lado, o cariz de combate social e de crítica das instituições que muitas destas obras possuem faz com que elas devam ser incluídas nesta categoria. É certo que nem todos os romances de temática religiosa se revestiriam de uma crítica social acentuada, mas nem por isso deixam necessariamente de veicular visões sobre a sociedade num todo mais amplo, que incluiria o religioso. Ademais, a própria composição da tipologia elaborada desaconselhava a repartição deste tipo de escritos por mais de uma categoria, uma vez que apenas o título é analisado, e não o conteúdo¹⁴⁰.

Estes títulos pretendem entrar num debate mais amplo, que contempla o espaço eclesial, mas que não se fica necessariamente nele e é precisamente este cariz que dá consistência a esta tipologia. Assim, às obras em que se pretende divulgar as virtudes do cristianismo, juntam-se outras que têm como objetivo dirimir questões de índole intraeclesial, ou até com um espectro social mais amplo, em que o religioso está inserido e é visto como positivo ou negativo. Por outro lado, de forma direta ou indireta, a sua pretensão é a de criar representações e, por conseguinte, identidades, sendo que este desiderato pode ser alcançado por oposição e contraste, ou através da definição de fronteiras e limites. Tal decorre, no entanto, sempre dentro do complicado equilíbrio social de poderes e papéis, pelo que é difícil perceber as diversas tomadas de posição sem se compreender as problemáticas em jogo.

¹³⁹ Pode-se apontar, como exemplo, algumas descrições da figura do “padre” expostas e analisadas em PINTO, Sérgio Ribeiro – *Servidores de Deus e funcionários de César*, p. 163–170. Nos casos aqui descritos, é perceptível que as obras literárias de temática religiosa, ao caracterizarem os elementos deste universo, acabam por veicular representações mais ou menos intencionais que possuem um carácter performativo e são produtoras de realidade.

¹⁴⁰ Como exemplo de um destes romances de índole religiosa, pode-se apontar PEREZ ESCRICH, Enrique – *O martyr do Golgotha*. Lisboa: Parceria Pereira, 1926. Embora a edição que referimos aqui seja posterior, o original é da década de 60 do século XIX e há traduções presentes nos catálogos consultados. Como obra de índole lírica, pode-se indicar PALERMO, Luigi Arcesi di – *Maria: poema sacro diviso in 4 parti*. Lisboa: Typographia Universal, 1862.

Institucional e pastoral

Esta categoria contempla o seguinte tipo de livros: pastorais de bispos ou escritos papais; relatórios e contas de instituições religiosas; estatutos, constituições ou compromissos.

O primeiro tipo de escritos, apesar da sua diversa autoria, possui a unidade interna de, no arco cronológico em estudo, estar sujeito ao beneplácito régio, o que acaba por lhe dar um caráter similar, uma vez que, pelo menos em teoria, a sua publicação estaria sujeita a autorização por parte do poder político¹⁴¹. Trata-se, por conseguinte, de escritos originários do topo da hierarquia do catolicismo e que, embora se dirigissem sobretudo aos fiéis, tinham, possivelmente, relevância e eco em outros quadrantes. Não poucas vezes, este tipo de textos podia ser elaborado por bispos estrangeiros, sendo, mesmo assim, publicados em Portugal e em português, por se considerar que as problemáticas aí abordadas ou tinham repercussões em solo nacional, ou então estavam relacionadas com o mesmo tipo de situações que aqui se vivia¹⁴². Tal vem também reforçar o caráter transnacional do catolicismo, que não se reduz simplesmente à existência de um mesmo líder comum (o papa), mas também na transferência de elementos culturais entre diversas latitudes¹⁴³.

¹⁴¹ Cf. ARAÚJO, António de Sousa – Beneplácito régio. In AZEVEDO, Carlos Moreira (ed.) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. Vol. A-C, p. 209–211.

¹⁴² Como exemplos de pastorais com origem fora dos domínios portugueses, mas editadas e comercializadas em Portugal, pode-se apontar a extensa pastoral do Bispo de Olinda (Brasil) sobre os jesuítas e a maçonaria (*A Maçonaria e os jesuítas: instrução pastoral do Bispo de Olinda aos seus diocesanos*. Guimarães: Livraria Internacional, 1876) ou uma pastoral do Arcebispo de Paris sobre a relação entre clero e política, traduzida por Francisco Ladislau Álvares de Andrada, adido à legação de Portugal em Paris (ANDRADA, Francisco Ladislau Álvares de – *Pastoral do Arcebispo de Paris para desenvolver e confirmar o decreto do Concílio de Paris relativo à intervenção do clero nos negócios políticos*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1851). Embora muito distintas em extensão e objetivos, a conceção da existência de problemas transnacionais que devem ser enfrentados com as mesmas medidas pode ser expressa pelo pequeno prólogo que o tradutor desta segunda obra insere nela, defendendo que ela deve ser divulgada amplamente «pois que a todos interessa, este sublime Tratado de moral practica, preciosíssimo sobre tudo nos tempos difíceis em que todos os paizes se acham» (ANDRADA, Francisco Ladislau Álvares de – *Pastoral do Arcebispo de Paris para desenvolver e confirmar o decreto do Concílio de Paris relativo à intervenção do clero nos negócios políticos*, p. 3). É certo que nem todas as pastorais tinham esta índole, podendo também assinalar momentos da vida da Igreja, como a entrada de um bispo numa diocese, ou uma qualquer festa litúrgica.

¹⁴³ Esta transferência de elementos culturais implica a criação de representações transnacionais sobre elementos que se consideram comuns, ou ainda a leitura de situações ocorridas em quadrantes geográficos distintos à luz dos problemas locais. A Lei da Separação das Igrejas e do Estado, por exemplo, foi lida na Alemanha como parte de um mesmo processo que tinha levado o Chanceler Bismarck a lutar politicamente contra o *Zentrum*, partido de matriz católica. Sobre a maneira como a imprensa alemã acompanhou os eventos portugueses, ver DOMINGUES, Cláudio Serra – “O vício da perseguição”: a Separação portuguesa vista pelo catolicismo alemão. In FERREIRA, António Matos (ed.) – *Atas do*

Os restantes dois tipos de escritos têm também um caráter institucional, mas lidam, acima de tudo, com a orgânica interna. Deste modo, os “relatórios e contas” tinham como objetivo dar a conhecer a realidade financeira de determinadas agremiações, como as irmandades ou as misericórdias, caso pretendessem publicitar a sua situação a um público alargado para, por exemplo, angariação de fundos com vista a determinada realização. Os outros textos, aos quais se chamou de “estatutos, constituições ou compromissos” referem-se, como o próprio nome indica, a uma série de documentos de nomenclatura diversa, mas índole similar que visam regulamentar o acesso, exclusão e obrigações inerentes a instituições religiosas, como as que já se referiu. Deve-se ter em conta que, tal como as restantes associações, estes necessitavam de ser também aprovados pela autoridade civil, o que não implicava, obrigatoriamente, a sua divulgação através dos canais do mercado livreiro.

A unidade interna de todas estas obras, como facilmente se pode verificar, é a de dizerem respeito à hierarquia e/ou instituições religiosas, como congregações, paróquias, dioceses, irmandades, etc. Ademais, possuem, ou pretendem possuir, um caráter normativo, mas não utilizam, no entanto, uma linguagem jurídica formal ou, então, destinam-se a um público mais restrito do que os escritos classificados como “direito canónico” ou “direito eclesiástico”, e que adere voluntariamente às eventuais prescrições. O caráter singular da autoria (ainda que institucional) e a ausência de caráter técnico (no caso das pastorais) afasta-os também dessa outra categoria.

Sagrada escritura

Esta categoria contempla os seguintes tipos de livros: Bíblia; histórias sagradas; partes da Bíblia.

Embora seja frequentemente considerada como um livro único, a questão da Bíblia é complexa, sobretudo porque convoca em seu entorno a problemática das traduções e do conteúdo efetivo de cada uma das edições. Com efeito, tal como se tem vindo a delinear, será, porventura, tão pertinente falar em “Bíblia”, como em “bíblias”, já que as características editoriais e os objetivos subjacentes a cada reprodução do texto sagrado podem não ser os mesmos, pelo que é legítimo considerá-las como escritos de índole diversa. Contudo, deve-se ter em conta que o caráter singular deste escrito

advém, em boa parte, da construção canónica que lhe está associada e que dá um valor e uma legitimidade muito semelhantes a um conjunto de escritos que, em si, é de grande pluralidade literária.

No que toca à edição de alguma das partes da Bíblia, acresce ao que foi dito que há uma valoração subjacente a este tipo de iniciativas editoriais. De facto, a opção por um determinado livro em detrimento de outro, significa que esse escrito tem uma singularidade e importância que lhe dá um valor autónomo. A edição do Novo Testamento enquanto tal é também expressão deste entendimento, já que traduz a procura por uma suposta especificidade cristã, relevante num contexto em que o papel da Igreja na sociedade é disputado.

De índole ligeiramente diferente são as histórias sagradas, que têm como pretensão recontar os relatos bíblicos com contornos diversos daqueles canonicamente estabelecidos. Embora não constituam um acesso “direto” à Bíblia, possuem, ainda assim, uma estreita ligação com esta, dado que a sua pretensão é dar a conhecer o universo bíblico, ainda que revestido de características literárias que o original não possui, mas que se consideram adequadas ao público-alvo. Estes escritos diferem do romance religioso, porquanto não têm a pretensão de criar narrativas totalmente autónomas, mas sim recontar aquelas que estão presentes na Bíblia, ainda que o façam com mutações significativas. Há também aqui um carácter pedagógico, uma vez que se reconhece a importância do relato sagrado, mas a pouca aptidão de algumas das suas formas para transmitir a mensagem que lhes subjaz aos destinatários contemporâneos que podiam, por exemplo, ser faixas etárias mais infantis. Não seria, contudo, apenas este público que se constituiria como destinatário deste tipo de obras¹⁴⁴.

¹⁴⁴ Um dos exemplos que se pode dar deste tipo de livros, que está presente em alguns dos catálogos consultados, e que reúne muitas das características enunciadas é a obra *Mimo á Infancia* (MONTEVERDE, Emílio Aquiles – *Mimo á infancia, ou manual de historia sagrada: para uso das crianças que frequentão as aulas, tanto em Portugal como no Brasil*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859). Esta proclama-se como «primeira no seu género que aparece em Portugal» (MONTEVERDE, Emílio Aquiles – *Mimo á infancia, ou manual de historia sagrada*, p. 248) e define a “história sagrada” como sendo «a historia da Creação do mundo; do Povo de Deus; dos prodígios que o Senhor obrou em seu beneficio e do estabelecimento da Religião Christã» (MONTEVERDE, Emílio Aquiles – *Mimo á infancia, ou manual de historia sagrada*, p. 5). A sua índole pedagógica pode ser atestada pela presença de questionários no fim das diversas secções que a compõem, bem como pelo seu título, que indica explicitamente ter como destinatário a «infância». O relato, embora seja diretamente dependente da narração bíblica, difere desta, na medida em que a divide em sete épocas e, uma vez que se trata de uma “história”, tende a usar as formas literárias desta ignorando, por conseguinte, a multiplicidade das que compõem os diversos livros da Bíblia. Por outro lado, ao procurar estabelecer um único relato, acaba por ter que compaginar as diversas incoerências que o relato bíblico, porque de outra índole, possui. Como

A unidade óbvia desta categoria é a de girar, direta ou indiretamente, em torno da Bíblia, quer seja na forma de tradução desta (para português ou latim), quer sobre a forma de versão (história sagrada). Ela não se reduz, contudo, apenas a um livro, uma vez que, tal como se viu, esconde um mundo de diversas valorizações e importâncias, bem como diferentes características ao nível editorial que dão um cariz distinto às reproduções realizadas.

História e património

A categoria “história e património” inclui os seguintes tipos de livros: história da religião; história eclesiástica; património religioso.

A primeira destas tipologias aponta para um conjunto de obras que estudam o fenómeno religioso de um ponto de vista histórico, mas que não têm como objeto exclusivo o cristianismo nas suas realizações eclesiais católicas. Estes títulos estão sobretudo preocupados em mostrar como as diversas religiões e cultos surgem, se desenvolvem e interagem. Ainda assim, podem ter um carácter apologético, procurando mostrar que o cristianismo (especialmente o católico) é, de facto, a religião “verdadeira”, ou então podem estar desprovidos dessa índole, considerando a religião cristã apenas como mais uma realização deste tipo. Outra hipótese é a do relato do modo como as diversas religiões se integraram nos vários tipos de sociedade, desde a antiguidade à época contemporânea¹⁴⁵.

O vetor da “história eclesiástica”, pelo contrário, dedica especial ênfase ao relato historiográfico da instituição eclesial católica, seja esta considerada de forma mais global ou local. Assim, todas as concretizações do religioso católico que, de alguma forma, possuam um cunho confessional, como as misericórdias, irmandades, ordens

exemplo de uma obra que não teria este cariz destinado à infância, mas sim aos ambientes coloniais, pode-se apontar: MENDONÇA, Alexandre Aranha Furtado de – *Resumo da História Sagrada*. Lisboa: Typographia do Anuário Comercial, 1906. Esta é composta a duas colunas em português e echuabo, língua falada em Quelimane (Zambézia). De referir ainda que o paulatino incremento do acesso ao texto bíblico enquanto tal tende também a criar fenómenos de concorrência com as histórias sagradas, perdendo estas parte da sua legitimidade.

¹⁴⁵ Para, por exemplo, uma história do protestantismo com carácter apologético para a facção católica, ver GOBBETT, Guilherme – *História da reforma protestante em Inglaterra e Irlanda*. Lisboa: Typographia Universal, 1864 Com um âmbito mais amplo, e sem conotações apologéticas confessionais, pode-se indicar o *Resumo da História das Religiões*, traduzido por Heliodoro Salgado e editada pela Associação do Registo Civil, cuja argumentação se desenrola em torno de grandes símbolos cosmológicos e antropológicos que estão presentes em diversas formas de religiosidade (MALVERT – *Resumo da historia das religiões*. Lisboa: Minerva do Commercio, 1903).

religiosas, dioceses ou paróquias, são consideradas nesta categoria, desde que sejam tratadas num contexto temporal passado¹⁴⁶.

No que toca à subclasse do “património”, ela refere-se a um conjunto de títulos que têm como objeto o património religioso, quer o exponham de uma forma histórica, quer com fins de divulgação. A ênfase não é, portanto, institucional, mas sim colocada nos espaços e nas utilizações deste. Para além dos edifícios e demais realizações arquitetónicas, devem ser considerados outros tipos de património, como as imagens, as alfaias litúrgicas ou qualquer outro objeto que tenha conotações ou usos religiosos¹⁴⁷.

Todas estas obras lidam com o vetor tempo e o vetor espaço, num contexto religioso, olhando quer para a história das instituições ligadas à Igreja, quer da religião num espectro mais alargado. Parte desta história inclui, obviamente, a criação de património, seja ele arquitetónico ou de outra índole, que, mesmo que perca o seu fim original, continua a manter um referencial religioso, pelo que os livros dedicados à sua apresentação e divulgação são também considerados como estando dentro do enquadramento do “livro religioso”.

Distribuição das tipologias elaboradas

Como já se referiu, o número de catálogos em cada ano não é muito grande, representando para uma mesma data, no máximo, cerca de um oitavo do universo total de livreiros e editores apurado, razão pela qual se optou por realizar agrupamentos de anos. Este problema é sobretudo grave quando olhamos para a década de 1890, uma vez que os catálogos para essa década não ultrapassam a dezena e considera-los como uma unidade, sem ter em conta as flutuações que já foram descritas, seria produzir resultados pouco fiáveis. No que toca à primeira década do século XX, o material disponível é mais abundante, pelo que se optou por considerar o menor intervalo de tempo possível que colocasse à disposição o maior número de catálogos. Assim, para o ano de 1903 existem oito catálogos e para o de 1904 podem-se contar cinco, o que perfaz um total de treze. Considerado este período, decidiu-se remover dois catálogos da análise, uma vez

¹⁴⁶ No capítulo da História Eclesiástica pode-se referir, apenas como exemplo, a *Historia Abreviada da Igreja*, traduzida pelo frei Domingos Vieira (HOMOND – *Historia abbreviada da igreja para servir de continuação à historia da religião antes da vinda de Jesus Christo*. Lisboa: Typographia de O. R. Ferreira & Comp, 1846). Todas estas três obras são traduções e/ou resumos de outros escritos.

¹⁴⁷ Veja-se, por exemplo, o livro de Gomes dos Santos, *Architectura Christã* que é um resumo e tradução de uma outra obra com o da autoria de Lamparez y Romea (*Historia de la arquitectura cristiana*), e que procura fazer, precisamente uma história dos edifícios destinados ao culto cristão (SANTOS, Gomes dos – *Architectura cristã*. Póvoa de Varzim: Povoense, 1907).

que eles pareciam dizer respeito a um sortimento de possíveis encomendas, já que todos os títulos aí disponíveis eram franceses e os preços em francos¹⁴⁸. Para além disso, a sua índole era explicitamente temática, pelo que a sua inclusão junto dos restantes iria falsear os resultados. Outro catálogo, apesar de conter obras portuguesas, foi também desconsiderado por esta segunda razão¹⁴⁹. Os restantes são: *Catálogo de "A Editora": antiga casa David Corazzi*, de 1903 [David Corazzi]¹⁵⁰; *Catálogo de alguns livros raros e curiosos à venda na Livraria Antiga e Moderna*, de 1903 [Livraria Antiga e Moderna]; *Catálogo da Livraria Santos e Silva*, de 1903 [Livraria Santos e Silva]; *Catálogo de edições e de algumas obras à venda*, da Livraria Central, 1903 [Livraria Central]; *Bibliographia e critica das edições da Livraria Editora Viúva Tavares Cardoso*, de 1903-1905 [Viúva Tavares Cardoso]¹⁵¹; *Catálogo da Livraria Maia: livros de ocasião e alguns muito raros e curiosos*, de 1903 [Livraria Maia]; *Catálogo de alguns livros raros e curiosos que se acham à venda na Livraria Coelho*, de 1904 [Livraria Coelho]; *Catálogo de livros antigos e modernos e romances (preços resumidos)*, da Livraria Académica de José Sebastião Pacheco e C.^a (1904) [Livraria Académica]; *Catálogo da Livraria Universal: obras de fundo e restos de edições* (1903) [Livraria Universal]; *Catálogo ilustrado das edições, obras de fundo e sortimento*, da Parceria António Maria Pereira (1903) [Parceria António Maria Pereira]; *Extracto do Catálogo Ilustrado*, da Parceria António Maria Pereira (1904) [Parceria António Maria Pereira (extrato)]. Estas duas últimas obras, as únicas que se referem a uma mesma editora, permitem aferir das possíveis diferenças existentes entre um instrumento que pretende dar a conhecer a totalidade dos exemplares disponíveis e um outro, porque se trata de um extrato, que se debruçaria apenas sobre aquelas que seriam mais apelativas ao público. Por outro lado, esta obra de 1904 também revela que produzir catálogos poderia ser dispendioso, pelo que a execução de versões reduzidas destes se revelaria

¹⁴⁸ Os catálogos em questão são a *Bibliographie méthodique des livres de médecine: chirurgie - pharmacie, sciences 1880-1904*, da Livraria Nacional e Extrangeira de José António Rodrigues & C.^a e o *Catálogo Geral dos Livros de medicina, Cirurgia, Farmácia, Veterinária e Ciências Anexas, publicados em Francês desde 1880 até outubro de 1904*, da Livraria Ferreira. Dado também o seu extenso arco cronológico, parece estar-se diante de repositórios bibliográficos, mais do que de catálogos comerciais propriamente ditos.

¹⁴⁹ Trata-se do *Catálogo de Romances, obras científicas e litterarias, manuaes uteis a diversas artes e industrias e almanachs*, da livraria popular Francisco Franco, de 1903.

¹⁵⁰ Os nomes aqui indicados entre parêntesis rectos referem-se ao modo como abreviaremos os catálogos nas tabelas adiante produzidas.

¹⁵¹ Este catálogo difere também um pouco dos restantes, uma vez que apenas parece indicar as obras editadas (e não aquelas que eventualmente estariam à venda), indicando também a reação que estas mereceram por parte da imprensa. Donde o arco cronológico não ser meramente anual, mas mais amplo.

como uma boa estratégia. De referir ainda que nenhum dos catálogos analisados pertence a uma das duas casas de índole explicitamente confessional que foram identificadas, de modo a não introduzir eventuais incrementos nas percentagens de “livro religioso” que daí derivassem.

O esforço conceptual necessário para elaborar um instrumento categorizador do “livro religioso” torna-se útil na medida em que ele permite que se averigüe dois aspectos: a quantidade de títulos de índole religiosa que eram comercializados; o tipo de livros, dentro deste espectro, que era mais relevante e porquê. Tal permite aferir, em primeira ordem, da valorização do “livro religioso” feita pelos agentes do mercado livreiro que disponibilizavam este tipo de mercadoria, mas também, concomitantemente, do interesse que o público teria neste tipo de publicações, uma vez que, como se viu, as leis da oferta e da procura, se bem que possam não ser as únicas a reger este mercado, também influem nele. É certo, no entanto, que esta abordagem não permite perceber quais os livros que eram efetivamente mais comercializados, pelo que um maior número de títulos disponível de uma determinada tipologia não significa, necessariamente, que fosse essa a que fazia circular mais exemplares, chegando, assim, a mais gente. Contudo, como já se indicou, mais do que sobre a circulação do livro, o presente trabalho pretende aferir da disponibilização do mesmo por parte dos editores e livreiros lisboetas.

A tipologia anteriormente elaborada será usada de um modo binário. Ou seja, todo o livro que cabe em alguma das categorias descritas será considerado “livro religioso”, ao passo que, se tal não for possível de aferir, ele será excluído, apesar de o catálogo consultado, eventualmente, mostrar entendimento diverso. Quer isto dizer, também, que não existem categorias genéricas nas quais se poderiam encaixar obras cujo seu cariz religioso não pudesse ser desambiguado recorrendo ao título de obra e, eventualmente, ao autor desta ou aos restantes elementos disponíveis.

O número total de obras apurado nos onze catálogos é de 11008, distribuídas da forma que a tabela seguinte indica. Para além da evidente disparidade em termos de tamanho dos catálogos, cujas existências oscilam entre as 207 e as 2326, deve-se ressaltar que esta cifra não corresponde à dos títulos em circulação. Quer isto dizer que, como seria de esperar, há frequentes repetições de títulos entre catálogos, embora o número destas não tenha sido apurado. Ainda assim, aquilo que importa perceber é até que ponto os títulos de índole religiosa eram, ou não, parte integrante deste universo e

qual a sua representatividade nele. De referir também que estamos diante de títulos com extensões muito diversas, que vão desde as publicações em folhetim aos volumes com várias centenas de páginas, passando por opúsculos dos mais diversos tamanhos e execuções tipográficas.

Catálogo	Ano	Número de obras referidas	Número de livros religiosos	% de livro religioso
Parceria António Maria Pereira	1903	2326	320	13,76
Livraria Académica	1904	1586	189	11,92
Livraria Santos e Silva	1903	1369	190	13,88
Livraria Coelho	1904	916	98	10,70
Livraria Central	1903	911	70	7,68
Livraria Maia	1903	866	106	12,24
David Corazzi	1903	742	20	2,70
Livraria Universal	1903	727	83	11,42
Parceria António Maria Pereira (Extracto)	1903	721	94	13,04
Livraria Antiga e Moderna	1903	637	63	9,89
Viúva Tavares Cardoso	1903-1905	207	15	7,25
TOTAL		11008	1248	11,34%

Tabela 1 – Número de obras referidas e de livros religiosos por catálogo consultado

Assim, deste número total de obras, 1248 (11%) cabem dentro de alguma das categorias anteriormente expostas. A tipologia mais significativa é a de “apologética e polémica”, com 419 títulos, seguida de perto pela de “espiritualidade”, com 391 obras, sendo que a primeira corresponde a cerca de 34% do mercado do “livro religioso” e a segunda a 31%; ambas representam cerca de 4% do total de obras. Segue-se a categoria “devocional e litúrgico”, com 177 exemplares e a de “história e património”, com 128. Para último ficam as tipologias “teologia”, com 52 existências e “sagrada escritura”, com 46, sendo que a menos representativa é a “institucional e pastoral”, que conta com 35 livros. A análise detalhada pode ser consultada na tabela que se segue. Também estas percentagens resultam de diferentes distribuições em relação a cada um dos catálogos. Deste modo, o catálogo com menor peso relativo de obras de índole religiosa é o *Catálogo de "A Editora": antiga casa David Corazzi*, com apenas 20 títulos, num total

de 742 (3%). No extremo oposto estão o *Catálogo da Livraria Santos e Silva* e o *Catálogo ilustrado das edições, obras de fundo e sortimento*, da Parceria António Maria Pereira, ambos com cerca de 14% de livros religiosos, o que significa um total de 190 títulos para o primeiro e de 320 no segundo, o qual inclui uma secção específica com esta índole.

Tipo de obra	Número de exemplares	Percentagem, relativa ao total de livros religiosos	Percentagem, relativa ao total de livros
Apologética e Polémica	419	33,57%	3,81%
Espiritualidade	391	31,33%	3,55%
Devocional e Litúrgico	177	14,18%	1,61%
História e Património	128	10,26%	1,16%
Teologia	52	4,17%	0,47%
Sagrada Escritura	46	3,69%	0,42%
Institucional e Pastoral	35	2,80%	0,32%
TOTAL	1248	100%	11,34%

Tabela 2 – Distribuição global das tipologias de “livro religioso”

Relativamente ao peso específico das tipologias, este nem sempre é coincidente com o que os números globais apresentam, uma vez que estes são afetados pelas diferentes extensões dos catálogos¹⁵². Assim, ao analisar o panorama por catálogo, emerge uma imagem algo diversa, uma vez que as categorias mais representativas, embora oscilem sempre entre “apologética e polémica” ou “espiritualidade”, nem sempre coincidem com as que os números globais apresentam, como se pode depreender da tabela que se segue. Ademais, se a categoria mais representativa não varia significativamente, quando olhamos para as outras duas que se seguem, a aparente uniformidade é desfeita. Por outro lado, a diferença entre as categorias mais representativas pode apresentar grandes oscilações, como no caso da livraria da Viúva

¹⁵² O número médio de livros por catálogo é de 1028, e o desvio padrão correspondente é de 537, o que representa cerca de 54% da média, pelo que não se pode considerar estatisticamente que este valor represente corretamente a população em estudo, dada a assinalável variabilidade interna da população. Ainda assim, para um trabalho de índole historiográfica estamos diante de um indicador com bastante pertinência.

Tavares Cardoso ou da Livraria Santos e Silva, ou então ser mais esbatida, como na Livraria Académica, ou na Livraria Antiga e Moderna. Quer isto dizer, por conseguinte, que poderia haver casas comerciais que optavam de forma mais vincada pela venda de determinado tipo de livro religioso, ao passo que outras tinham uma estratégia mais abrangente no que toca aos títulos desta índole que disponibilizavam.

Catálogo	Tipologia mais significativa	%	2ª Tipologia mais significativa	%	3ª Tipologia mais significativa	%
Livraria Santos e Silva	Espiritualidade	6,0	Apologética e Polémica	2,12	História e Património	1,61
Livraria Universal	Apologética e Polémica	5,5	Espiritualidade	3,16	Devocional e Litúrgico	0,96
Viúva Tavares Cardoso	Apologética e Polémica	5,3	História e Património	0,97	Espiritualidade	0,48
Parceria António Maria Pereira	Apologética e Polémica	5,3	Devocional e Litúrgico	3,57	Espiritualidade	3,10
Parceria António Maria Pereira (Extracto)	Apologética e Polémica	4,8	Espiritualidade	3,47	Devocional e Litúrgico	3,19
Livraria Académica	Espiritualidade	4,5	Apologética e Polémica	4,16	História e Património	1,13
Livraria Maia	Espiritualidade	4,1	Apologética e Polémica	3,23	Devocional e Litúrgico	2,31
Livraria Central	Apologética e Polémica	3,7	Espiritualidade	2,20	História e Património	0,88
Livraria Antiga e Moderna	Espiritualidade	3,61	Apologética e polémica	3,45	História e Património	1,57
Livraria Coelho	Espiritualidade	3,3	História e Património	2,95	Apologética e Polémica	2,40
David Corazzi	Apologética e Polémica	0,94	Espiritualidade	0,67	Devocional e Litúrgico	0,67

Tabela 3 – Percentagem das três principais tipologias, por catálogo

No que concerne à percentagem total de livros religiosos, é possível verificar que ela varia desde os 2,7% da Casa Editora David Corazzi, até aos 13,88% da Livraria

Santos e Silva. A distribuição, contudo, não é uniforme, pelo que este primeiro caso parece constituir uma exceção, na medida em que os restantes estabelecimentos apresentam valores acima dos 7%. De resto, se se retirar o melhor e o pior caso, a média (não ponderada) de livros religiosos é de 10,88%. Deste modo, se não se está diante de nenhum catálogo que tenha como temática específica este tipo de livros, o que poderia suceder se se tivesse consultado os catálogos de livrarias como a Casa Catholica, ou a Livraria Catholica, de Joaquim A. Pacheco, ainda assim, como os números parecem indicar, a presença deste tipo de livros é ubíqua e não negligenciável¹⁵³.

Este panorama não é muito diverso daquele que se pôde apurar para a década de 1890, embora, como já se referiu, o baixo número de existências não permita tirar conclusões estatisticamente fiáveis. No entanto, para o período considerado (1894-1898), se se contabilizar os quatro catálogos disponíveis¹⁵⁴, de um total de 892 títulos, 84 pertencem à categorização de “livro religioso”, o que corresponde a uma percentagem de 9,4%. As tipologias mais significativas, contudo, são as da “história e património”, com 33 exemplares, seguida por “Apologética e polémica”, com 16 títulos e por “Espiritualidade”, com 15. Se é verdade que a tipologia mais significativa sai do padrão detetado na década seguinte, o baixo número total de obras (892 contra 11008) não permite que se estabeleça a existência de uma mutação. De resto, o catálogo da Livraria Coelho, com 512 existências é hegemónico, fazendo com que as suas tendências se traduzam de forma praticamente imediata nos resultados totais.

¹⁵³ O catálogo da Parceria António Maria Pereira (1903) que foi consultado apresenta uma divisão em doze secções, sendo que uma delas, a quinta, se dedica precisamente a «Religião, devoção, questões theologicas, opusculos religiosos; descrição de monumentos religiosos; sermonarios, livros de propaganda religiosa, etc.», com 220 livros de um total de 2326. Assim, as restantes secções têm como tema: «Collecções» (142 livros); «Romances, contos, poesias, viagens, litteratura em geral, litteratura classica, polemica, critica litteraria, etc.» (923 livros); «Direito, Jurisprudência, legislação, questões juridicas e administrativas, etc.» (118 livros); «Livros de Estudo e de educação, sciencias, artes, industrias, engenharia, machinas, economia domestica, philosophia, moral, guias, tractados, manuaes de applicações praticas, escripturação, cambios, etc.» (331 livros); «Historia, questões politicas e administrativas, opusculos politicos; colonias; navegação, nautica, etc.» (332 livros); «Livros militares» (34 livros); «Agricultura, veterinaria, economia agricola, questões agricolas, etc.» (34 livros); «Medicina. Cirurgia. Questões medicas. Conselhos e tractados de medicina e hygiene» (85 livros); «Bellas-artes (Musica, pintura, archeologia, arte dramatica, biographias de artistas, descrição de monumentos, etc.» (37 livros); «Biographia. Elogios históricos» (70 livros). A secção relativa às peças de teatro não foi contabilizada pela sua índole diversa. Embora as metodologias utilizadas não sejam as mesmas, pelo que não se pode estabelecer uma comparação direta com os valores que têm vindo a ser apresentados, ainda assim fica a ideia de que a secção dedicada ao religioso se constitui como a quarta mais numerosa, estando relativamente próxima daquelas dedicadas à história e à educação, sendo, contudo, claramente ultrapassada por aquela dedicada às obras literárias.

¹⁵⁴ São eles o Catálogo da Empreza Litteraria Fluminense, o da Livraria Coelho, o Boletim Mensal da Livraria M. Gomes e o *Catálogo illustrado das edições e obras de fundo da Empreza Editora de Francisco Arthur da Silva*.

Do cenário que foi apresentado, emergem algumas conclusões. Em primeiro lugar, tal como era de esperar, o número de publicações disponível é diverso, consoante as livrarias, o que indica que se está diante de dinâmicas e volumes de negócio distintos, mas que, ainda assim, assumiam o catálogo como um meio de divulgação importante. A existência de alguns instrumentos deste tipo com índole temática ou a sua divisão por secções consoante os assuntos tratados pelos livros aí contidos dá a entender a percepção de que o mercado não era todo igual, muito embora esta prática não pareça ser muito difundida. Ademais, algumas casas optavam pela realização de catálogos com uma periodicidade inferior à anual, o que poderia significar um dinamismo na venda de livros que obrigava à atualização das existências disponíveis, ou então alguma dificuldade em elaborar este tipo de meios de divulgação, que tornava preferível editá-los assim que possível. De assinalar também os catálogos estrangeiros que se encontraram, sinal de que a importação livreira, sobretudo francesa, continuava a ser uma realidade.

Por outro lado, parece ser evidente, pelos catálogos consultados, que o “livro religioso” aparenta ser um tipo de livro transversalmente comercializado. Devido à amplitude de temáticas que comporta, a sua percentagem, ainda que possa não ser esmagadora, é, no entanto, significativa a ponto de não constituir apenas um mero apêndice, mas uma categoria comercial enquanto tal¹⁵⁵. Recorde-se, contudo, que, em virtude da metodologia escolhida, esta afirmação se refere às publicações que eram disponibilizadas ao mercado através dos canais livreiros, e não aquelas que eram editadas. Por outro lado, o esforço categorizador empreendido é também revelador de um universo multiforme e que inclui escritos de índole e objetivos muito diversos. Ou seja, a racionalidade introduzida por este tipo de construções não deixa de chocar com uma realidade que, enquanto tal, não procura necessariamente uma uniformidade, o que

¹⁵⁵ Fernando Guedes, no estudo realizado sobre catálogos livreiros na primeira metade do século XIX que já se referiu, indica percentagens substancialmente superiores de livro religioso para a livraria Bertrand (32% no ano de 1800, 31,5% em 1820 e 28,5% em 1829) e Rolland (50% para o catálogo de 1802). Cf. GUEDES, Fernando – Livros e leitura na primeira metade do século XIX, p. 132–138. Deve-se ter em conta, no entanto, dois fatores: está-se diante de catálogos substancialmente mais pequenos (entre 300 e 350 títulos no caso da Bertrand e entre 150 e 300 para o livreiro Francisco Rolland); a correspondência das categorias pode não ser a mesma, já que no caso que se está a referir se faz uma separação entre “religião” e outras temáticas como “história”, ou “literatura e linguística”, que, no presente trabalho, podem incluir publicações considerada como “livro religioso”. Por conseguinte, mais do que um mero declínio, o fenómeno que parece estar subjacente é o do aumento da concorrência, que faz com que as percentagens baixem, mas os totais subam.

se traduz nas múltiplas categorizações e divisões destas que foi possível elaborar, sendo que todas, em maior ou menor número, se encontraram representadas nos catálogos.

Ainda assim, no que concerne às categorias mais representativas de “livro religioso”, o peso das tipologias “apologética e polémica” e “espiritualidade”, que são percentualmente equivalentes, perfazendo, em conjunto, cerca de 2/3 do total de obras religiosas, dão a entender que a vivência religiosa, tal como é vista pelo mercado livreiro tem, em primeiro lugar, um papel social não desprezível, ainda que disputado. Ou seja, a primeira categoria, tal como foi anteriormente definida, agrupa no seu seio publicações que veiculam, explicita ou implicitamente, uma visão sobre o conjunto da sociedade em que o religioso intervém. Deste modo, quer as disputas internas às dinâmicas eclesiais, quer aquelas que dizem respeito ao modo como o catolicismo se enquadra na tessitura social, a par com as obras literárias que recorriam à imagética religiosa, têm, nos catálogos consultados, um peso grande, dentro do mercado do “livro religioso”. No que toca à categoria da “espiritualidade”, esta tem também um carácter social, porquanto procura promover uma interioridade que desemboque num agir que se entende como “cristão”, no seio da sociedade. Esta é, portanto, uma tipologia que tem um carácter altamente identitário e de construção de mundividências. A conjugação destes dois géneros de livros como os mais disponibilizados dão a entender um duplo movimento, característico da inserção do religioso numa sociedade em processo de laicização¹⁵⁶. Tal movimento é caracterizado pela construção de uma identidade específica e pela disputa do seu papel social, na interação com outros grupos pela legitimidade dos modelos que uma visão religiosa do mundo veicula.

Também relevante neste processo de elaboração identitária é a categoria “devocional e litúrgico”, que ocupa o terceiro lugar, com um número significativamente menor de livros. Neste caso, estamos diante de obras que se destinam a estabelecer uma normatividade na relação do crente com a divindade, aspeto que possui especial importância numa vivência religiosa como a católica que conjuga graus de interioridade e de relação dialógica com uma presença comunitária, sendo que a celebração eucarística se constitui como paradigma desta.

¹⁵⁶ Entendendo laicização como «dinâmica social onde a religião, enquanto geradora de valores e de sentido se encontra em concorrência com outras fontes de significação, disputando a sua pertinência social» (FERREIRA, António Matos – Laicidade. In AZEVEDO, Carlos Moreira (ed.) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001. Vol. J-P, p. 59).

A categoria seguinte, “história e património”, procura ajudar a construir uma memória acerca do passado religioso das comunidades. Assim, este tipo de escritos possui a função de vincar determinadas realizações pretéritas de uma qualquer realidade. Contudo, o facto de ela surgir em quarto lugar e de possuir uma percentagem apenas ligeiramente superior a 10%, mostra que, embora o passado seja relevante para a vivência religiosa em Lisboa, tal como o mercado livreiro no-la parece apresentar, esta não parece assentar de forma determinante na elaboração e rememoração de uma qualquer época anterior. Por outro lado, a conservação do património assumia-se como uma área cuja importância se vinha a consolidar, possuindo importantes desenvolvimentos, bastante associados ao turismo, numa época posterior à cronologia em estudo.

Quanto às três tipologias menos representativas, a percentagem de obras da categoria “teologia” vem confirmar em boa parte o universo relativamente restrito do seu público-alvo, já anteriormente assinalado.

No caso da “sagrada escritura”, deve-se ter em conta que uma boa parte do movimento que vai contribuir para dar uma maior preponderância a este escrito sagrado no seio do catolicismo é posterior ao período em estudo, o que ajuda a explicar o seu lugar relativamente secundarizado. Por outro lado, como já se indicou, o facto de poder haver conotações protestantes com algumas edições da Bíblia fazia com que pudesse existir algum retraimento na sua edição e comercialização.

Por fim, no que diz respeito às obras classificadas como “institucional e pastoral”, uma vez que estas constituem o tipo de escritos menos disponibilizado, pode-se inferir que o papel que o episcopado tinha em termos de liderança religiosa junto dos fiéis era diminuto, ou que este não se manifestava de um modo direto através da produção escrita. Por outro lado, a circunscrição territorial poderia originar fenómenos em que determinada pastoral apenas circulasse na diocese em que foi produzida, não se encontrando ecos diretos dela nas restantes. De resto, as instituições de índole religiosa também não estariam interessadas em divulgar documentos que regulassem a sua atividade, o que se traduz na baixa comercialização de obras de teor institucional.

O livro religioso e o seu entorno social

A análise quantitativa anteriormente realizada permitiu perceber que as categorias “Espiritualidade” e “Apologética e Polémica” são dominantes, perfazendo, juntas, cerca de 65% dos títulos de índole religiosa identificados nos catálogos. Este tipo de obras corresponde, como já se foi delineando, a uma multiplicidade de temáticas que é oportuno retratar melhor. Com efeito, se a ligação entre publicações e problemáticas sociais, que até agora tem sido suposta, existir, ela poderá ser aferida através da análise concreta de algumas obras destas categorias, que estejam presentes nos catálogos que foram consultados.

Tal aferição pode ser realizada através do estudo de algumas problemáticas que tiveram relevo no domínio do religioso, nomeadamente aquele de matriz cristã católica. Deve-se ter em conta que o catolicismo não é homogêneo, estando, ele próprio, em transformação, quer a nível nacional, quer internacional. Selecionaram-se, por isso, duas problemáticas, consideradas pertinentes porque constituíram debates culturais e sociais que iriam marcar a vivência religiosa das comunidades situadas nas diversas latitudes, especialmente europeias, mas não só.

Uma primeira problemática é a das ordens religiosas, tendo esta sido selecionada porque, longe de se poder considerar como uma temática especificamente portuguesa, ela constitui uma das constantes do debate religioso durante a monarquia liberal, em que a sua extinção por decreto em 1834 constitui um dos cumes¹⁵⁷. Para a ilustrar escolheu-se, por dois motivos distintos, a obra *As ordens religiosas e as missões ultramarinas*, de Quirino Avelino de Jesus, escrita em 1893. Em primeiro lugar, é uma obra do período

¹⁵⁷ FERREIRA, António Matos – Congreganismo. In AZEVEDO, Carlos Moreira (ed.) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. Vol. A-C, p. 488–489. Embora legalmente tivessem sido extintas, deve-se assinalar que as ordens religiosas eram, até certo ponto e em alguns círculos, toleradas, não estando, por conseguinte, totalmente ausentes do território nacional. Um relatório do Núncio Apostólico em Portugal, Domenico Jacobini, datado de 1894, dá conta detalhada do número de religiosos de cada uma das congregações existentes em Portugal (sete, no caso masculino), sendo que o seu número ascenderia a algumas centenas (Cf. ASV – Sacra Congregazione degli Affari Ecclesiastici Straordinari, anno 1894, pos. 372, fasc. 284, fol. 23r-30v). Deve-se também ter em conta o decreto de 18 de Abril de 1901, assinado por Hintze Ribeiro, que permitia, na prática, a existência legal das congregações, sob a forma de associações religiosas. Para um panorama das diversas casas e escolas ligadas a congregações em 1901, veja-se OLIVEIRA, Artur Manuel Villares Pires de – *As ordens religiosas em Portugal nos princípios do século XX*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1994. Tese de Mestrado em História Moderna. A revogação da parte do decreto que permitia esta prática foi uma das primeiras medidas adotadas pelo governo republicano, ainda em Outubro de 1910 (Cf. PINTO, Sérgio Ribeiro – *Separação religiosa como modernidade: Decreto-Lei de 20 de Abril de 1911 e modelos alternativos*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa - UCP, 2011, p. 22–23).

cronológico em análise e que corresponde à vontade de alguns setores da sociedade, católicos e não só, de inverter a situação de ilegalidade das ordens. Por outro lado, esta restauração é ligada à temática colonial, ainda na sequência do *Ultimatum* inglês, que serve como uma das balizas cronológicas escolhidas¹⁵⁸.

O segundo tema que será tratado é o das “vidas de Jesus”, ou seja, o de um conjunto de livros que procura analisar, recorrendo aos métodos historiográficos e fontes então disponíveis, a vida e o contexto da figura fundacional do cristianismo, dissociando-a, frequentemente, da carga dogmática construída no seu entorno por séculos de tradição e reflexão teológica, considerada como espúria. A obra central que será analisada é a *Vie de Jésus*, de Ernest Renan, quer ao nível do seu conteúdo, quer ao nível das suas diversas traduções e polémica geradas em Portugal. Por um lado, pretende-se perceber de que modo a tradução, principalmente a de títulos franceses, contribuiu para gerar um debate cultural de relevo. Por outro lado, as múltiplas edições que podem ser compulsadas dão a entender que se está diante de um texto bastante popular, ainda que não se possa afirmar que constitua, enquanto tal, um *best-seller*¹⁵⁹. É certo que a data do original e da maioria das traduções é anterior a 1890, mas deve-se ter em conta que o comércio livreiro não se restringia às edições recentes, pelo que é possível encontrar exemplares da *Vie de Jésus* e das suas traduções, bem como das obras de polémica que em torno dela giraram, nos catálogos compulsados para o arco cronológico em estudo¹⁶⁰.

¹⁵⁸ Esta obra pode ser identificada no *Catálogo* (nº 6) da livraria de Sampaio e Morais, de 1901, como sendo um volume *in* 4º, brochado, com o preço de 250 réis (p. 12).

¹⁵⁹ Também Camilo Castelo Branco, numa carta ao Visconde de Azevedo, publicada no livro *A divindade de Jesus*, para o qual olharemos adiante, refere a popularidade da tradução do escrito de Renan, afirmando que «o afamado livro concorreu com os romances do ano passado aos gabinetes das senhoras cuidadosas em possuírem as novidades da litteratura recreativa» (CASTELO BRANCO, Camilo – *Divindade de Jesus e tradição apostolica*. 2ª ed. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1903, p. 51). O tom polémico desta obra, contudo, faz com que a frase possa pretender sobretudo desqualificar a qualidade da *Vie de Jésus*, associando-a ao romance e não à historiografia, e não tanto assinalar o seu sucesso comercial.

¹⁶⁰ À guisa de exemplo, no que concerne a edições originais da obra, ela pode ser identificada no *Catálogo de alguns livros raros e curiosos que se acham à venda na Livraria Coelho*, de 1904, onde surge um exemplar da quarta edição, com um preço de 1200 réis (p. 70). Quanto a traduções portuguesas, o *Catálogo* da Livraria Maia, de 1903, refere a tradução realizada por Jacinto Magalhães (da chamada versão popular, como veremos), como sendo um volume, encadernado, com o custo de 500 réis (p. 71). Quanto a obras de polémica, no *Catálogo ilustrado das edições, obras de fundo e sortimento*, da Parceria António Maria Pereira, datado de 1903, podem ser encontradas referências a *O Evangelho segundo Renan*, volume brochado com o preço de 100 réis (p. 89), ou, no já referido *Catálogo* da Livraria Maia, ao *Estudo sobre a Vida de Jesus de Mr. Renan*, da autoria de Carlos Pinto de Almeida, um volume com dedicatória autografada e o preço de 600 réis (p. 24).

Ao acompanhar problemáticas de índole algo distinta, mas relacionada, cujas obras pertencem às duas categorias mais representativas, pretende-se mostrar como a multiplicidade de temáticas tratadas pelo “livro religioso”, na sua interseção com as características próprias do mercado livreiro que têm vindo a ser delineadas, contribuiu para alimentar uma disputa cultural e social em torno do papel do religioso na sociedade. Por outro lado, este próprio debate é multiforme e envolve perspectivas intra e extra eclesiais, pelo que permite percecionar algumas das fraturas do catolicismo português e da própria sociedade civil.

As ordens religiosas e as missões ultramarinas

A problemática das ordens religiosas constitui uma das marcas da questão religiosa no Portugal oitocentista. Deste modo, a sua extinção marca uma das características da implementação do liberalismo que, contudo, manteve o clero secular debaixo da sua alçada padroeira, incorporando-o, ainda que com realizações diversas, na orgânica do Estado¹⁶¹. Por outro lado, mesmo dentro da própria Igreja, setores havia em que as ordens e congregações eram vistas como ingerências estrangeiras e, portanto, espúrias ao catolicismo nacional. Também a questão jesuíta é frequentemente confundida com esta, ou, então, tornada símbolo de toda uma visão do religioso retrógrada e decadentista, e, portanto, inimiga do progresso civilizacional que se pretendia como marca do liberalismo¹⁶².

Expansão e missionação

A questão das ordens religiosas não estava restrita, contudo, ao território metropolitano, implicando sobretudo as possessões ultramarinas, onde, recorde-se, Portugal procurava um controlo efetivo do território na sequência de acordos internacionais como os que resultaram da conferência de Berlim¹⁶³. Contudo, os poucos recursos decorrentes da situação de crise económica colocavam na ordem do dia a melhor maneira de, efetivamente, garantir os pretensos domínios nacionais,

¹⁶¹ Sobre este ponto, veja-se PINTO, Sérgio Ribeiro – *Servidores de Deus e funcionários de César*, p. 183–198.

¹⁶² Cf. CATROGA, Fernando – O laicismo e a questão religiosa em Portugal, p. 211–214.

¹⁶³ DORES, Hugo Gonçalves – O Congreganismo desde a Monarquia à República: entre a necessidade e a contestação. In FRANCO, José Eduardo; ABREU, Luis Machado de (eds.) – *Para a história das Ordens e Congregações Religiosas em Portugal, na Europa e no mundo*. Prior Velho: Paulinas, 2014, p. 939–947.

concorrenciados por países como a Inglaterra, a França, ou até a Alemanha¹⁶⁴. É aqui que surge, para alguns setores sociais, a necessidade de se promoverem missões religiosas, como modo de garantir uma presença em zonas do continente africano que sustentasse o enquadramento das populações locais nos domínios portugueses. A concretização do Colégio da Missões Ultramarinas, em Cernache do Bonjardim demonstra este entendimento, procurando realizá-lo recorrendo a clero essencialmente secular, ainda que devidamente treinado para desempenhar a sua missão nos territórios africanos. No entanto, cedo surgiu a noção de que este colégio não poderia fazer face às reais necessidades, pelo que seria preciso complementá-lo com um outro tipo de pessoal religioso, que poderia ser providenciado pelas ordens religiosas, sendo que algumas, nomeadamente a Congregação dos Missionários do Espírito Santo, operavam já em território africano, apesar de legalmente extintas¹⁶⁵.

Ao falar da possibilidade da existência de congregações religiosas, o que está em questão, em primeiro lugar, é o papel do religioso na sociedade, no qual se cruzam diversos vetores. Com efeito, o Estado liberal, que paulatinamente procurava chamar a si o controlo sobre a instituição eclesial, facto este que não deixou de gerar óbvias tensões, via nas congregações religiosas um fator de cerceamento do seu poder, porquanto estas eram identificadas com ingerências ultramontanas e estrangeiras¹⁶⁶. Por outro lado, elas eram vistas, por alguns sectores do catolicismo, como garantia da liberdade da própria Igreja, sendo também úteis ao papel moralizador que o liberalismo tendia a conferir à religião. Contudo, tal não impedia que houvesse ainda outras visões dentro do próprio catolicismo que defendiam a sua não existência, porquanto eram contrárias a uma visão de tendência regalista, que tendia a acentuar a importância da correlação entre Igreja e território, valorizando, por conseguinte, as dinâmicas eclesiais seculares¹⁶⁷.

¹⁶⁴ Cf. ALEXANDRE, Valentim – Nação e Império. In BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (eds.) – *História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998. Vol. 4, p. 112–132.

¹⁶⁵ Cf. FERREIRA, António Matos – Correntes cristãs na definição do espaço colonial português. In BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (eds.) – *História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998. Vol. 4, p. 433.

¹⁶⁶ Com efeito, era difundida a convicção de que as ordens religiosas criariam uma espécie de “estado dentro do estado”. Por exemplo, na resposta do Ministro da Marinha e Ultramar a uma interpelação de Dantas Baracho, que veremos adiante, aquele defende que as ordens religiosas não são «tão puras de defeitos que não precisem de ser melhoradas nos seus antigos estatutos, para evitar que possam tornar-se um estado no estado, o que depois de restauradas será mais difícil de acautelar» (Discurso de Ferreira do Amaral. *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 07-02-1893, p. 12).

¹⁶⁷ FERREIRA, António Matos – Congreganismo, p. 488–490.

No caso dos territórios ultramarinos, a proibição de clero regular assumia outros contornos, uma vez que o clero secular era praticamente inexistente. Se, na metrópole, as reformas que vinham já do Concílio de Trento, tinham atingido algum êxito na criação de clero secular e no estabelecimento de uma malha paroquial (diferenciada na sua distribuição, é certo), nas colónias a situação era em tudo distinta, fruto também da própria ocupação pouco extensiva destes territórios, sendo a atuação da Igreja centrada no modelo da “missão”.

É neste contexto largo que Quirino Avelino de Jesus¹⁶⁸, publicista católico e Bacharel em Direito, com escritório em Lisboa, iria escrever a obra *As Ordens Religiosas e as Missões Ultramarinas*¹⁶⁹, em que aborda, precisamente, a pertinência da restauração destas agremiações religiosas na metrópole, tendo em vista o seu envio para os territórios africanos, sobretudo de Angola e Moçambique, como meio de baixo custo para garantir os domínios portugueses face à concorrência estrangeira.

Missionação como parte de um programa integral

O ano de 1893 assume especial importância porque nele se assiste a um renovado interesse pela questão missionária, provocado por um discurso do deputado regenerador Dantas Baracho, aquando do retorno de uma missão parlamentar às terras de Angola. Nele defende a restauração das ordens religiosas como modo efetivo de colonização, sendo que tal desígnio não encontra oposição aberta por parte do Ministro da Marinha, Ferreira do Amaral¹⁷⁰. Seria necessário, para tal, mobilizar a opinião pública no sentido de ver as ordens religiosas regressar ao território metropolitano. O mundo católico abriu, assim, uma frente múltipla a favor deste desígnio, tão abrangente quanto possível, marcada por: discursos no parlamento; apoio a petições parlamentares

¹⁶⁸ Sobre a figura de Quirino de Jesus e a sua atividade no período em estudo, veja-se: LEAL, Ernesto Castro – Quirino Avelino de Jesus: um católico «pragmático». Notas para o estudo crítico da relação entre publicismo e política (1894-1926). *Lusitania Sacra*. Vol. 6 (1994), p. 355–389.

¹⁶⁹ JESUS, Quirino Avelino de – *As ordens religiosas e as missões ultramarinas*. Lisboa: Typographia da Casa Católica, 1893.

¹⁷⁰ «As missões religiosas, como elas hoje existem, não satisfazem o fim a que são destinadas. É indispensável, para que elas sejam produtivas, criar e quanto antes, as ordens religiosas» (Discurso de Dantas Baracho. *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 07-02-1893, p. 10). De notar que a criação das ordens religiosas era associada a uma série de outras reformas necessárias, pelo menos para o território angolano: «é por estes e outros factos, não menos significativos, que eu peço frades, muitos frades portugueses para a nossa Africa, como igualmente peço profundas modificações em outros muitos pontos da administração ultramarina» (Discurso de Dantas Baracho, p. 12). A resposta do Ministro da Marinha, para além de recordar a existência de tais ordens no Ultramar, abre a porta à sua entrada no país, dependente, contudo, de um movimento de opinião pública que o sustente (Cf. Discurso de Ferreira do Amaral, p. 12).

realizadas por municípios; artigos na imprensa, católica ou não; influência na Sociedade de Geografia para que esta apresentasse uma moção favorável¹⁷¹. Com o encerramento, para férias, do parlamento, o Núncio Apostólico necessitava de uma maneira de poder continuar a mobilização, pelo que pediu secretamente a Quirino Avelino de Jesus para que este escrevesse um opúsculo, intitulado *As ordens religiosas e as missões ultramarinas*¹⁷².

Dividido em seis capítulos, mais do que um mero livro sobre problemáticas religiosas, este deve ser enquadrado como parte de uma temática mais global, a da pertinência e importância da expansão do religioso integrado num programa que tinha como objetivo a civilização dos povos indígenas e o domínio efetivo por parte de Portugal. A argumentação trazida à colação em favor das ordens religiosas não é contudo, de índole meramente confessional. Ao invés, as posições aí defendidas pretendem estar sustentadas «na religião, na filosofia, na história, na política, na administração, na economia, no direito e na moral»¹⁷³. Tal como em outras manifestações do catolicismo liberal de oitocentos, trata-se de mostrar a pertinência e utilidade do religioso para o conjunto da sociedade.

No que concerne ao confronto com o pensamento coevo, as ordens religiosas são: do ponto de vista político, úteis para manter a ordem, «sobretudo nas regiões mais apartadas e mais selváticas»¹⁷⁴; do ponto de vista da sociologia, «tendem a realizar melhor que quaisquer outras instituições [...] a tão preconizada sociocracia, [...] a união da humanidade e a organização da economia universal»¹⁷⁵; no que concerne ao

¹⁷¹ Todo este movimento foi acompanhado pela Santa Sé, através da Nunciatura, como podemos constatar através de uma série de notas diplomáticas enviadas para Roma: nota nº 161, de 8 de Maio de 1893 (ASV - Segreteria di Stato, Ano 1894, Rubr. 250, Fasc. Único, fol. 95r-103v); nota nº 162, de 30 de Maio de 1893 (ASV - Segreteria di Stato, Ano 1894, Rubr. 250, Fasc. Único, fol. 106r-110v); nota nº 165, de 14 Junho de 1893 (ASV - Segreteria di Stato, Ano 1894, Rubr. 250, Fasc. Único, fol. 121r-127v); nota nº 166, de 18 Junho de 1893 (ASV - Segreteria di Stato, Ano 1894, Rubr. 250, Fasc. Único, fol. 132r-140v); nota nº 168, de 3 de Julho de 1893 (ASV - Segreteria di Stato, Ano 1894, Rubr. 250, Fasc. Único, fol. 144r-146r).

¹⁷² Domenico Jacobini é lapidar na afirmação das suas intenções: «*Intanto affinché la opinione pubblica avesse campo di affermarsi, o almeno affinché si mantenesse viva la discussione, invitai segretamente un giovane avvocato intieramente dedicato all'amore della Chiesa e valente scrittore a pubblicare un opuscolo sulla materia. Il Signor Quirino Avelino de Jesus ha scritto con molto giudizio il piccolo libro intitolato: As Ordens Religiosas e as Missões Ultramarinas, del quale le mando copia insieme al presente Dispaccio*» (ASV - Segreteria di Stato, Ano 1894, Rubr. 250, Fasc. Único, fol. 153v). Com efeito, uma cópia deste opúsculo pode ser encontrado no Arquivo Secreto do Vaticano em: ASV - Segreteria di Stato, Ano 1894, Rubr. 250, Fasc. Único.

¹⁷³ JESUS, Quirino Avelino de – *As ordens religiosas e as missões ultramarinas*, p. 5.

¹⁷⁴ JESUS, Quirino Avelino de – *As ordens religiosas e as missões ultramarinas*, p. 8.

¹⁷⁵ JESUS, Quirino Avelino de – *As ordens religiosas e as missões ultramarinas*, p. 9.

pensamento utilitarista, as ordens concorreriam «para a felicidade temporal dos homens»¹⁷⁶; do ponto de vista económico, não só realizariam, com poucos meios, uma extensa atividade, «chamando à civilização as gentilidades retardadas, e concorrendo assim para o alargamento efetivo da soberania das nações», mas também seriam, elas próprias, fáceis de sustentar, sendo que estas assegurariam, em virtude do seu estilo de vida, «com meios que no século apenas dariam para um pequeníssimo número de casais mal abonados, a existência inteira de centuplicadas multidões»¹⁷⁷.

Depois de analisar as ordens religiosas em face do pensamento vigente, Quirino irá passar à consideração destas agremiações do ponto de vista da liberdade, defendendo que elas não são contra este princípio tão caro ao liberalismo. Assim, no que concerne à «liberdade de profissão», «o voto religioso, psicologicamente encarado é um acto livre tanto no seu princípio como na sua realização»¹⁷⁸. Negá-lo seria o mesmo que dizer que o cumprimento de um pacto restringiria a liberdade de um homem, sendo que esta realidade nunca poderia ser nem absoluta, nem arbitrária. De igual modo, assistiria às ordens religiosas o direito de associação, bem como o de posse de bens, sendo que, à época, «as circunstâncias não possibilitam [...] os amontoamentos de bens canónicos»¹⁷⁹, considerados característicos de outras eras. No domínio que toca à sociedade, se esta permite no seu seio ações que apenas vão trazer desigualdades, através do enriquecimento de uns à custa do empobrecimento de outros, então não se poderia negar quem opta por fazer um voto de pobreza. Também do ponto de vista moral, as virtudes das ordens religiosas permitiriam mitigar os efeitos do «sol flamejante do sensualismo»¹⁸⁰, que giraria sobre o mundo contemporâneo. Ademais, frente ao «instinto sempre aceso da revolta contra a autoridade», as ordens religiosas viriam trazer a acalmia¹⁸¹.

Num terceiro capítulo, Quirino dedica-se à análise dos preconceitos contra as ordens religiosas, consideradas «as falanges dianteiras da catolicidade», que atingem,

¹⁷⁶ JESUS, Quirino Avelino de – *As ordens religiosas e as missões ultramarinas*, p. 10.

¹⁷⁷ JESUS, Quirino Avelino de – *As ordens religiosas e as missões ultramarinas*, p. 13–14.

¹⁷⁸ JESUS, Quirino Avelino de – *As ordens religiosas e as missões ultramarinas*, p. 19.

¹⁷⁹ JESUS, Quirino Avelino de – *As ordens religiosas e as missões ultramarinas*, p. 23.

¹⁸⁰ JESUS, Quirino Avelino de – *As ordens religiosas e as missões ultramarinas*, p. 25.

¹⁸¹ JESUS, Quirino Avelino de – *As ordens religiosas e as missões ultramarinas*, p. 27. A argumentação desenvolvida por Quirino de Jesus tem como pano de fundo o tríplice voto (pobreza, obediência e castidade) que todas as congregações religiosas realizam e que, frequentemente, pelo menos desde o período iluminista, era tido como retrógrado e contra a liberdade de que o homem devia gozar. Consideração semelhante, de resto, já está presente em Martinho Lutero (1483-1546).

por conseguinte, também o catolicismo em geral. Frente à acusação de as congregações representarem «um ideal obsoleto e condenado pelo progresso do espírito universal»¹⁸², o autor argumenta que as civilizações, antigas ou modernas, que se desenvolveram à margem do cristianismo, acabaram por ser efémeras. Por outro lado, no campo político, a Igreja não pretenderia a recuperação de um «império teocrático em toda a terra», mas sim dar a «César o que é de César»¹⁸³. De resto, ainda neste registo, a Igreja não seria aliada das monarquias contra o povo, porque aquelas teriam sido, frequentemente, mais inimigas que aliadas da instituição eclesial. Mesmo o apostolado dirigido às classes operárias não seria feito segundo qualquer tipo de «maquinação ambiciosa», mas sim como antídoto contra os «vulcões do socialismo revolucionário»¹⁸⁴. Nesta argumentação expressa-se, claramente, a consciência apologética decorrente dos principais vetores do pontificado de Leão XIII (1878-1903).

No que toca à denúncia de que as ordens religiosas constituiriam um atraso civilizacional, o autor contrapõe que, ao invés, estas teriam ajudado, ao longo dos séculos, ao progresso da civilização ocidental¹⁸⁵. Ademais, o espírito geral da época, que mantém em «separado e sem as antigas ligações jurídicas a cidade profana e as ordens religiosas»¹⁸⁶, não permitiria que os abusos, que muitas vezes se teriam ligado a estas, ocorressem. Também no campo do ensino, não só as ordens contribuiriam com os melhores estabelecimentos para a educação da juventude, como seriam os alunos provenientes das congregações que atingiriam os melhores resultados. Mesmo no que toca à higiene, que alguns teriam como descurada pelas ordens religiosas, ela seria cuidada, havendo nas casas «o asseio, a limpeza e a modéstia desejáveis»¹⁸⁷. Relativamente àqueles que defenderiam que as ordens religiosas lutavam pela profissão de indivíduos das classes mais abastadas, o autor objeta que, para além de serem raros,

¹⁸² JESUS, Quirino Avelino de – *As ordens religiosas e as missões ultramarinas*, p. 32.

¹⁸³ JESUS, Quirino Avelino de – *As ordens religiosas e as missões ultramarinas*, p. 36. O autor voltará à acusação de que a restauração das ordens religiosas tem como verdadeiro intuito a restauração de uma sociedade de Antigo Regime no capítulo final do seu livro (Cf. JESUS, Quirino Avelino de – *As ordens religiosas e as missões ultramarinas*, p. 136–140).

¹⁸⁴ JESUS, Quirino Avelino de – *As ordens religiosas e as missões ultramarinas*, p. 39.

¹⁸⁵ O autor refere explicitamente a expressão «decaimento de Espanha e Portugal» (p. 43, 47, 48), numa provável alusão à segunda das “Conferências do Casino”, da autoria de Antero de Quental, que culpava, entre outros, os Jesuítas pelo atraso do país. A tese defendida por Quirino é a de que, ao invés, foi o «esmorecimento religioso» (p. 48), que provocou a decadência. Esta temática, de resto, faz também parte da apologia da divindade de Jesus, como veremos adiante.

¹⁸⁶ JESUS, Quirino Avelino de – *As ordens religiosas e as missões ultramarinas*, p. 49.

¹⁸⁷ JESUS, Quirino Avelino de – *As ordens religiosas e as missões ultramarinas*, p. 52.

este tipo de ingressos de nada serviria a estas agremiações, que não usufruiriam do património anteriormente possuído pelos seus membros.

Quanto ao campo económico, «a acumulação, a má exploração e a imobilização dos bens»¹⁸⁸ seriam, sobretudo, coisas passadas, sendo que, mesmo então, tirando alguns abusos, o aproveitamento feito pelos monges desses bens teria redundado em óbvio benefício para as populações. Ainda assim, a magnitude das dádivas de antigamente não poderia já ser repetida, sendo que as congregações apenas seriam criadas com um intuito não só religioso, mas também social¹⁸⁹.

No que concerne ao campo específico das missões, para Quirino de Jesus, o pano de fundo que as justificaria, porquanto estas teriam um papel no aperfeiçoamento da espécie humana, seria a perceção de uma humanidade una, a «formação de uma família universal»¹⁹⁰. Este programa global de civilização incorporaria «elementos, órgãos e funções de ordem religiosa, política, administrativa, económica, moral e jurídica. Religiosamente, exige-se um culto interno e externo, como sustentáculo basilar da harmonia e fonte primária do progresso»¹⁹¹. Deixar de fora alguma das componentes seria um erro, porquanto impediria o desenvolvimento de um sistema integral e harmonioso. O religioso andaria ainda de par com o progresso que se desejaria para as colónias, sendo que «a missão religiosa pode também realizar uma ação política, administrativa, económica, moral e jurídica»¹⁹².

O autor passa, posteriormente, para a análise dos diversos sistemas de colonização que teriam sido implementados: regime proibitivo; colónias de plantação; feitorias comerciais; companhias; ocupações militares; expedições científicas; estações civilizadoras; missões religiosas. À exceção do último, ao qual é consagrada uma análise mais detalhada, todos estes modos, que deveriam trabalhar entre si de modo integrado, constituiriam apenas soluções parciais que, se aplicadas com exclusividade, acabariam por não atingir o tão desejado desenvolvimento harmonioso e integral, no qual o religioso possuiria, como se viu, um papel fundamental.

¹⁸⁸ JESUS, Quirino Avelino de – *As ordens religiosas e as missões ultramarinas*, p. 55.

¹⁸⁹ JESUS, Quirino Avelino de – *As ordens religiosas e as missões ultramarinas*, p. 58.

¹⁹⁰ JESUS, Quirino Avelino de – *As ordens religiosas e as missões ultramarinas*, p. 61.

¹⁹¹ JESUS, Quirino Avelino de – *As ordens religiosas e as missões ultramarinas*, p. 62–63.

¹⁹² JESUS, Quirino Avelino de – *As ordens religiosas e as missões ultramarinas*, p. 63.

No respeitante às missões religiosas¹⁹³, haveria que considerar a austeridade do seu modo de vida e a especial adequação da sua constituição (que engloba sacerdotes e leigos, estes de ambos os sexos) às tarefas civilizadoras ultramarinas, conseguidas «à custa de limitadíssimos capitais»¹⁹⁴. Por outro lado, mesmo considerando a lei da evolução social, Quirino advoga que seria impossível atingir os estados mais perfeitos, «ocupados pelo positivismo triunfante, sem percorrer as encostas do intermédio cristianismo»¹⁹⁵, o que tornaria o religioso no único método seguro de progresso da humanidade. Do ponto de vista político, a missionação traria o alargamento da soberania pela construção de aldeamentos cristãos, mas também através do próprio prestígio dos missionários junto das populações, que se espalharia até por aqueles que não estão em contacto direto com os colonizadores, reduzindo a hostilidade dos locais, bem como a possibilidade de ingerência estrangeira. As missões religiosas seriam também úteis para a expansão da língua e o prolongamento da própria nacionalidade, sendo que este elemento deveria cooperar com os restantes:

«Evidentíssimo é aos olhos de todos que para se atingirem esses diversos alvos deve cooperar a universalidade dos agentes de colonização. Fazendas agrícolas e mineiras, feitorias comerciais, companhias, funcionários civis, missões – tudo tem que entrar constantemente em ação»¹⁹⁶.

¹⁹³ Trata-se aqui de missionação católica. As missões protestantes não poucas vezes foram vistas, não só como ação estrangeira indevida, mas também como algo não guiado por propósitos genuinamente civilizadores, mas antes interesseiros. «Economicamente consideradas, as missões católicas em geral desenvolvem a agricultura, a indústria, o comércio, ao mesmo tempo que derramam as melhores doutrinas e oferecem os mais profícuos exemplos, com que se podem formar as ideias, os hábitos e os usos mais favoráveis aos temporais e lícitos acrescentamentos. Ali não há cobiças, avarezas, ambições, vícios, licores, venenos, balas e traficâncias como nas estações protestantes e em tantos outros chamados agentes de civilização. Não há ali imoralidades, indolências, desleixos, desperdícios, desbaratamentos, estragos e destruições». (JESUS, Quirino Avelino de – *As ordens religiosas e as missões ultramarinas*, p. 83). A admissão do pluralismo religioso deve ser evitada, porque isso introduz uma dinâmica concorrencial que pode acabar por gorar os esforços nacionais: «a admissibilidade [...] da propaganda religiosa estrangeira [...] envolve a possibilidade nefasta de neles se formarem núcleos de influência contrária à soberania dessa nacionalidade» (JESUS, Quirino Avelino de – *As ordens religiosas e as missões ultramarinas*, p. 93). Este problema, contudo, apenas se manifesta no que concerne às missões protestantes, uma vez que as católicas apenas «tendem a dilatar cada vez mais o pontificado eterno da fé» (JESUS, Quirino Avelino de – *As ordens religiosas e as missões ultramarinas*, p. 93). Mesmo nas relações comerciais que as missões protestantes têm com os nativos esta cobiça está presente: «[as estações protestantes] comerciando com o indígena, praticam atos determinados por uma das profissões dos seus membros, que levam para lá a cobiça emparelhada com a bíblia e que importam, trocam e exportam como os estabelecimentos feitoriais de profanos mercadores» (JESUS, Quirino Avelino de – *As ordens religiosas e as missões ultramarinas*, p. 122). Sobre o modo como a presença protestante nos territórios portugueses não metropolitanos era vista como um fator de desnacionalização, ver: LEITE, Rita Mendonça – *Representações do protestantismo na sociedade portuguesa contemporânea*, p. 102–113.

¹⁹⁴ JESUS, Quirino Avelino de – *As ordens religiosas e as missões ultramarinas*, p. 71.

¹⁹⁵ JESUS, Quirino Avelino de – *As ordens religiosas e as missões ultramarinas*, p. 74.

¹⁹⁶ JESUS, Quirino Avelino de – *As ordens religiosas e as missões ultramarinas*, p. 80.

O trabalho das missões deveria estar a cargo, sobretudo, de missionários nascidos na metrópole, devido aos estrangeiros enfrentarem maiores dificuldades, sobretudo linguísticas, sem que, contudo, esta regra geral devesse conduzir ao afastamento dos missionários não nascidos na metrópole das missões conduzidas por esta. No que concerne à administração, as missões católicas ajudariam a lançar bases para um futuro sistema administrativo. Relativamente ao aspeto económico, para além de ajudar a moralizar o aproveitamento que se poderia fazer das colónias, ajudariam a criar os já referidos aldeamentos cristãos, que poderiam ser a base do desenvolvimento económico autóctone, ao nível do sector primário e secundário. No que toca à ordem moral, Quirino de Jesus contrapõe àqueles que advogavam que o progresso dos indígenas deveria ser feito sem o recurso ao cristianismo, toda a obra civilizadora que considerava ter sido realizada pelas ordens religiosas ao longo dos séculos, desde os bárbaros no Império Romano aos índios nos países da América Latina. Finalmente, num apontamento de índole mais religiosa, o autor considera que não se poderia realizar o trabalho que ele adscribe às missões religiosas por meio de clero secular, uma vez que, quer a organização deste, que apenas contemplava padres e não os necessários elementos leigos, quer o fervor com que viveriam a sua missão, não seriam adequados aos territórios ultramarinos africanos.

Num quinto capítulo, após ter realizado a apologia das ordens religiosas, em especial no que concerne à atividade ultramarina, o jovem Quirino retira o corolário lógico da sua argumentação: a necessidade da restauração das congregações. Aponta como exemplo positivo algumas missões já existentes em África, a cargo de missionários da Congregação do Espírito Santo, defendendo a extensão deste modelo a outras latitudes «das nossas ainda extensíssimas colónias»¹⁹⁷. Por outro lado, a temática da missionação surge associada à da nação, no sentido em que daquela está também dependente a coesão desta, sobretudo no ultramar, em boa parte devido à já referida concorrência religiosa. Frente a um tesouro público depauperado de capitais, as ordens religiosas seriam úteis, não só devido ao supramencionado alcançar de bons resultados com poucos meios, mas também ao facto de a religião tornar possível uma acumulação de capital que se destinaria diretamente ao campo colonial, através da criação de uma associação contribuinte: «a fé constitui uma verdadeira mina de ouro, quando há certeza

¹⁹⁷ JESUS, Quirino Avelino de – *As ordens religiosas e as missões ultramarinas*, p. 111.

de que ao óbolo se dará o devido destino»¹⁹⁸. Ademais, a própria aceitação de ordens religiosas católicas é algo que, defende o nosso autor, seria aceite por «todas as potências coloniais da Europa, inclusivamente as protestantes»¹⁹⁹.

O seminário de Cernache do Bonjardim, que se destinava, precisamente, a formar padres para as missões, apenas poderia ser útil nas possessões do Oriente, uma vez que, nestas, o trabalho a realizar é essencialmente religioso. Para aumentar a eficácia da restauração das ordens, seria necessário trazer pessoal estrangeiro, para, num primeiro momento, formar os candidatos portugueses, podendo-se também a eles recorrer para, de imediato, dinamizar missões religiosas nos territórios ultramarinos nacionais. Seria um erro restringir a restauração das ordens religiosas apenas aos domínios coloniais, consentindo-as apenas aí e com pessoal autóctone, precisamente pela falta de pessoas com quem levar adiante essa empresa e pela tarefa civilizadora integral que seria pedida às missões, que, em virtude da sua índole, apenas poderia ser realizada com pessoal metropolitano.

Da análise realizada pode-se, deste modo, ressaltar alguns dos pontos fortes da argumentação construída por Quirino Avelino de Jesus, que vão conhecer ulteriores desenvolvimentos e concretizações na revista *Portugal em África*²⁰⁰. Em primeiro lugar, deve-se destacar que o programa missionário colonial se integra num todo mais amplo, que incorpora os aspetos religiosos da missionação com aqueles económicos, civilizadores e de defesa e criação da soberania. Por outro lado, a vertente económica reveste-se de especial importância na apologia da missionação como parte integrante da tarefa civilizadora da metrópole, o que faz especial sentido tendo em conta não só o estado das finanças públicas de então, mas também o desejo de obter proveitos económicos para a metrópole com a colonização. Um terceiro aspeto a destacar prende-se com a própria concorrência religiosa (especialmente das missões protestantes), que se cruza com uma possível ingerência estrangeira nos territórios portugueses, apenas evitável com uma aposta consistente na missionação católica, sobretudo dirigida pela metrópole.

¹⁹⁸ JESUS, Quirino Avelino de – *As ordens religiosas e as missões ultramarinas*, p. 122.

¹⁹⁹ JESUS, Quirino Avelino de – *As ordens religiosas e as missões ultramarinas*, p. 125.

²⁰⁰ Quirino Avelino de Jesus será diretor da revista científica *Portugal em África* entre o ano da sua fundação (1894) e 1901. Sobre o papel de Quirino nesta revista, veja-se LEAL, Ernesto Castro – Quirino Avelino de Jesus: um católico «pragmático». Notas para o estudo crítico da relação entre publicismo e política (1894-1926), p. 382–386.

No que toca ao impacto da obra na opinião pública, deve-se recordar que o livro foi produzido a pedido da Nunciatura Apostólica, sendo as suas repercussões também por ela acompanhadas. O plano de distribuição elaborado passava por fazer chegar a obra a «todas as pessoas influentes, especialmente na corte e no Governo», bem como «aos jornalistas, mesmo os mais hostis, para que dele falassem à vontade»²⁰¹. O próprio Nuncio Apostólico dá conta de que, na sua opinião, *A Tarde*²⁰² e *O Tempo* adotaram uma postura elogiosa e que o *Correio da Manhã*²⁰³ e o *Diário Popular*²⁰⁴ fizeram-lhe menção, mas sem emitir juízo, ao passo que *O Economista*²⁰⁵ se teria ocupado dele largamente. *O Dia* teria elaborado uma defesa calorosa das ordens e *A Batalha* terá falado da obra com benevolência. No que concerne aos diários católicos, o *Correio Nacional*²⁰⁶, *A Ordem* e *A Palavra* teriam transcrito abundantes extratos do livro. Tudo

²⁰¹ ASV - Segreteria di Stato, Ano 1894, Rubr. 250, Fasc. Único, fol. 154rv: «Il libro è stato diffuso tra tutte le persone influenti specialmente nella corte e nel Governo: si è dispensato ai giornalisti anche più ostile perché ne parlassero a loro piacere».

²⁰² *A Tarde* dá conta da receção da obra no dia 30 de Agosto de 1893, numa pequena nota onde se pode ler «As ordens religiosas e as missões ultramarinas – É o título d’um excelente e valioso trabalho que acabamos de receber, devido á penna do sr. dr. Quirino Avelino de Jesus. Agradecemos a offerta» (*A tarde*, 30 Agosto 1893, p. 3). De referir que a secção “livros e impressos” era uma presença regular nas páginas deste jornal.

²⁰³ A nota de receção emitida por este jornal dá conta de que «As ordens religiosas e as missões ultramarinas – Com este título acaba de publicar o sr. Avelino Quirino de Jesus um folheto de 146 paginas em que defende com entusiasmo a idea do restabelecimento das ordens religiosas» (*Correio da Manhã*, ano X, nº2746, 4 de setembro de 1893, p. 2).

²⁰⁴ No seu número 9458, o *Diário Popular* indica, na sua secção de publicações recebidas, «As ordens religiosas e as missões ultramarinas – um volume brochado de 146 páginas, pelo dr. Quirino Avelino de Jesus, bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra» (*Diário Popular*, ano 28, nº 9458, 4 de setembro de 1893, p. 3).

²⁰⁵ Este jornal dá conta da receção do livro no seu número 3392: «recebemos e agradecemos um volume de 146 páginas nitidamente impresso em bom papel na typographia da Casa Catholica, com o título de “As ordens religiosas e as missões ultramarinas”, pelo bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, sr. Quirino Avelino de Jesus. Vamos lêr» (*O Economista*, ano 13, nº 3392, 3 de setembro de 1893, p. 2). De notar ainda que esta temática foi debatida longamente nas páginas deste jornal, com uma série de artigos intitulados “os frades no ultramar”, cujo número XX foi impresso, precisamente, no dia 3 de Setembro de 1893. Este debate continuaria em números subsequentes desta publicação, espelhando um diálogo com outro jornal, a *Nação*. O tom geral dos artigos parece sugerir uma posição contra a restauração das ordens, mesmo em contexto ultramarino.

²⁰⁶ O *Correio Nacional*, jornal que tinha Quirino de Jesus como redator ocupou-se longamente da temática da restauração das ordens religiosas numa série de artigos não assinados que vão desde o número 164 (19 agosto 1893) até ao número 168 (27 agosto 1893). No número 171 (31 de agosto 1893) surge então a referência ao livro em questão: «As ordens religiosas e as missões ultramarinas. É este o título de um opúsculo que acaba de ser publicado por um nosso collega de redação» (*Correio Nacional*, ano I, nº 171, 31 agosto 1893, p. 1). Seguem-se, depois, dois longos extratos, um publicado nesse mesmo número e o outro no número 173 (2 de setembro). No número 172 é indicado que «como um dos jornaes de hontem, accusando a recepção de um exemplar d’esse opusculo, dizia não saber d’onde elle provinha, podemos declarar que todas as ofertas d’esse livro á imprensa ou a quaesquer pessoas são feitas pelo próprio auctor» (*Correio Nacional*, Ano I, nº 172, 1 de setembro de 1893, p. 3).

isto teria como objetivo «fazer examinar com calma o argumento» nos «meses de repouso» da atividade parlamentar²⁰⁷.

A Vie de Jésus de Ernest Renan e a sua receção

Um outro debate, que pode ser assinalado, é o das “vidas de Jesus”, ou seja, o da investigação historiográfica em torno da personagem de Jesus. Esta ganha novos contornos, ainda no século XVIII, com o aparecimento de metodologias na ciência histórica que privilegiavam os factos e os relatos destes, por oposição a uma história acrítica baseada, acima de tudo, na transmissão dos relatos recebidos²⁰⁸. Destas decorre a constatação de um desajuste entre os resultados deste tipo de investigação e aquilo a que se costumava tratar como o relato fidedigno da história de Jesus: os evangelhos²⁰⁹. Deve-se ter em conta que, ainda que estes pudessem não ser diretamente conhecidos, as histórias sagradas, que, precisamente, se dedicavam a relatar, em estilo de crónica, o percurso histórico de Jesus, tornavam esta problemática sensível a um conjunto relativamente amplo da população.

Este exercício de reconstrução da história de Jesus para além dos evangelhos não era, no entanto, novo em si mesmo. Contudo, a dessacralização do texto evangélico permite que este seja tratado como um qualquer outro documento da história antiga, estando, por isso, sujeito à crítica que legitimaria a sua desconstrução e reorganização. Ademais, os conteúdos considerados inverosímeis, como os milagres ou os relatos da infância de Jesus, são reconduzidos a fenómenos de índole natural, ou, então,

²⁰⁷ Cf. ASV - Segreteria di Stato, Ano 1894, Rubr. 250, Fasc. Único, fol. 154v-155r: «Intanto se ne pressigue la diffusione, e servirà essa come spero, a far esaminare con calma l'argomento in questi mesi di riposo».

²⁰⁸ Uma outra vertente que pode ser assinalada é a das vidas de Jesus que têm, sobretudo, um cunho meditativo e que, enquanto tais, são anteriores ao século XVIII. Como exemplo de um escrito deste tipo pode-se apontar TOMÉ DE JESUS – *Trabalhos de Jesus*. 6^a ed. Porto: Typographia Porto Médico, 1925, cujo original é do século XVI.

²⁰⁹ Os evangelhos podem ser divididos em dois grupos, de acordo com a receção que a Igreja deles fez. Assim, os quatro evangelhos considerados canónicos, tidos como da autoria ou relacionados com Marcos, Lucas, Mateus (estes designados como sinóticos devido aos paralelos que possuem entre si) e João constituem um grupo cuja coesão lhe é dada pela aceitação eclesial como narrativas fidedignas. Um outro grupo de evangelhos, denominados apócrifos, agrega no seu seio uma série de escritos de índole diversa, e geralmente mais tardios, mas que, de algum modo, pretendem ser narrativas associadas ao fundador do cristianismo, ou a alguma figura próxima dele (Cf. PATTERSON, Stephen J. – *Gospels, Apocryphal*. In *The Anchor Bible Dictionary*. New York: Doubleday, 1992. Vol. 2, p. 1079–1081). Sobre estes últimos ver também HENNECKE, E.; SCHNEEMELCHER, W. – *New Testament Apocrypha*. London: Lutherworth Press, 1963. Vol. I: *Gospels and Related Writings*.

simplesmente ignorados e eliminados²¹⁰. A própria validade histórica dos evangelhos é colocada em questão, considerando-se que estes relatos, porque compostos décadas após o evento histórico, apresentariam as deformações próprias de quem, retroativamente, queria ver na figura de Jesus traços que lhe foram aportados pelas comunidades cristãs, associados à sua suposta pretensão de ser o messias esperado pelo povo hebraico.

Um outro elemento que surge frequentemente associado a este debate é o da comparação do fenómeno cristão com o de outras religiões, procurando perceber padrões de liderança e de personalidade que teriam estado na sua origem. Tal reflexão era ainda conjugada com dados que provinham do contexto social e religioso da época em questão, complementado com traços que comporiam a mentalidade semita²¹¹. Do mesmo modo, os textos dos primeiros séculos da nossa era, como os de Filon de Alexandria²¹², os de Flávio Josefo²¹³, ou até dos evangelhos extra-canónicos (apócrifos) foram valorizados e utilizados como fontes para a elaboração do relato historiográfico. Também o conhecimento das línguas semitas e do grego era um elemento necessário, ao contrário do caso das histórias sagradas, que estariam mais preocupadas em reproduzir os relatos e as traduções que possuíam algum grau de autoridade.

Por outro lado, como é fácil de constatar, propor uma visão alternativa sobre a figura de Jesus é entrar no âmago do cristianismo e, por conseguinte, penetrar num território que facilmente tende a provocar fraturas e clivagens. Alguns textos optaram inclusive por acentuar a construção mitológica associada à composição dos evangelhos, por oposição ao seu conteúdo histórico²¹⁴. Colocam-se, por conseguinte, questões como

²¹⁰ Albert Schweitzer considera que a primeira “Vida de Jesus” de David Friedrich Strauss, editada em 1835, marca uma fronteira neste aspeto, na medida em que é a primeira a reduzir os milagres a simples elementos míticos nas fontes, sem pretensão de validade histórica (Cf. SCHWEITZER, Albert – *The quest of the historical Jesus*, p. 10).

²¹¹ Cf. SCHWEITZER, Albert – *The quest of the historical Jesus*, p. 8–9. Para Ernest Renan, por exemplo, alguns destes traços poderiam ainda ser constatados nas viagens que o próprio realizou ao Próximo Oriente (Cf. RENAN, Ernest (b) – *Vie de Jésus*. Paris: Gallimard, 1974, p. 124; 127; 202; 253).

²¹² Filósofo judaico de origem alexandrina e contemporâneo de Jesus, cujo pensamento procura «expressar o conjunto doutrinário contido no Antigo Testamento, considerado como um todo coerente e articulado, em termos das grandes correntes da sabedoria helénica e helenística, procurando no melhor delas pontos de convergência com a Revelação» (COSTA MACEDO, J. M. – Filon de Alexandria. In *Logos: Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*. Lisboa: Verbo, 1990. Vol. 2, p. 572).

²¹³ Historiador judaico do primeiro século da nossa era e de cultura helenista, cujas obras narram, entre outros, os eventos da Judeia que culminaram na destruição do templo de Jerusalém pelo Império Romano, no ano 70. Sobre Flávio Josefo, veja-se SCHALIT, Abraham – Josephus Flavius. In ROTH, Cecil (ed.) – *Encyclopedia Judaica*. New York: The Macmillan Company, 1971. Vol. 10, p. 251–263.

²¹⁴ Este é o caso, por exemplo da já referida “Vida de Jesus” de Strauss, que analisa os relatos evangélicos em busca da verdade religiosa que eles procuram transmitir, sob a forma de relato (mito),

a da divindade de Jesus, face à sua humanidade, que remete, em última análise, para a possibilidade da história aceder à esfera do sobrenatural.

Este cruzamento de temáticas e questões está presente na obra *Vie de Jésus*, de Ernest Renan, cuja edição original data de 1863. Embora não seja uma obra pioneira, ela é uma das primeiras a trazer, com amplitude, para o debate cultural francês uma série de questionamentos derivados dos trabalhos exegéticos elaborados, sobretudo, no espaço alemão, não poucas vezes de denominação protestante²¹⁵. Por outro lado, esta obra será prontamente traduzida para português, mostrando também como a sua difusão teve uma amplitude relevante. Assim, neste ponto do presente trabalho, proceder-se-á a uma análise do conteúdo da obra, no seu original francês, para, num segundo momento, se procurar perceber quais foram as características das diversas traduções que podem ser identificadas e, posteriormente, qual a polémica gerada à sua volta.

Vie de Jésus

Nascido em 1823, Ernest Renan prosseguiu estudos tendo em vista uma carreira eclesiástica até aos 22 anos, idade com a qual saiu do seminário de São Sulpício, em Paris. Continuando as suas investigações na área das letras, os seus interesses vão desde a filosofia até às línguas orientais, passando por diversas pesquisas sobre o mundo muçulmano, elaborando, inclusive, uma tese intitulada *Averroès et le Averroïsme*. Casou-se com Cornélie Scheffer, da qual terá dois filhos, Ary e Noémi. Empreenderá duas viagens ao Próximo Oriente, a primeira das quais à Fenícia, onde perderá a sua irmã. A segunda, já posterior à primeira edição da *Vie de Jésus*, será mais longa e passará pelo Egito, Antioquia, Grécia e Ásia menor. Ocupa diversos cargos no panorama académico francês da altura, sendo também membro, e, posteriormente, presidente, da sociedade asiática, bem como sócio correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa. Morre em 1892²¹⁶.

secundarizando a possível historicidade dos elementos que os compõem (Cf. SCHWEITZER, Albert – *The quest of the historical Jesus*, p. 78–96).

²¹⁵ Tal como se pode verificar na extensa investigação conduzida por Albert Schweitzer no início do século XX, a *Vie de Jésus* de Renan é a primeira obra deste género, dentro da pesquisa moderna, de autoria francesa (Cf. SCHWEITZER, Albert – *The quest of the historical Jesus*, p. 13–179).

²¹⁶ Para um breve esboço biográfico da vida de Ernest Renan, veja-se a cronologia presente em RENAN, Ernest (b) – *Vie de Jésus*, p. 489–494. No que concerne à sua pertença à academia das ciências, atente-se em ABREU, Luis Machado de – Camilo Contra Renan: a propósito de Divindade de Jesus. *Revista da Universidade de Aveiro - Letras*. n.º 9-11 (1992), p. 123.

A obra *Vie de Jésus*, faz parte de um plano mais amplo que pretendia estudar, precisamente, as origens do cristianismo e que conta com um total de sete obras por ele editadas: *Les Apôtres*, *Saint Paul*, *L'Antechrist*, *Les Évangiles et la seconde génération Chrétienne*, *L'Église Chrétienne* e *Marc Aurèle et la fin du monde antique*²¹⁷. A sua publicação obteve sucesso comercial, como atesta a aparição da 13ª edição em 1867²¹⁸. Esta difere significativamente das anteriores, segundo a ótica do autor, por duas razões: o acolhimento crítico das diversas objeções que lhe foram sendo colocadas após a aparição da primeira versão da obra; a reavaliação da historicidade atribuída pelo autor ao *Evangelho segundo São João*²¹⁹. Deve-se ter ainda em conta que existe uma terceira versão da obra, denominada “versão popular”, que é sobretudo um resumo da primeira edição, à qual foi retirada «a introdução, as notas e certas passagens do texto que supõem um leitor versado nas pesquisas especializadas da crítica»²²⁰. Na análise ao conteúdo da obra seguir-se-á a sua primeira versão, por ser aquela que, como veremos, está na base de todas as traduções portuguesas²²¹.

O plano geral da obra começa com uma introdução, a qual se debruça principalmente sobre questões metodológicas e de crítica das fontes que são utilizadas ao longo do texto. No que toca ao escrito em si, ele procura percorrer, ao longo de vinte e oito capítulos, as diversas etapas da vida de Jesus, desde a sua infância até à sua morte, em estilo fortemente biográfico, apresentando, portanto, uma sequência dos eventos diversa daquela que, por exemplo, os evangelhos genericamente defendem.

²¹⁷ Segundo o plano editorial exposto na contracapa de RENAN, Ernest (c) – *Vie de Jésus: édition populaire*. Paris: Calmann-Lévy Pode-se também constatar aí uma série de outras obras realizadas por este autor. Toda esta coleção foi traduzida para português.

²¹⁸ As oito primeiras edições da obra terão saído num período de três meses (Cf. SCHWEITZER, Albert – *The quest of the historical Jesus*, p. 188), ao passo que as onze primeiras num período de seis (Cf. GOWLER, David – *Petite histoire de la recherche du Jésus de l'Histoire*. Paris: Les Éditions du Cerf, 2009, p. 20). Os sessenta mil exemplares a que esta tiragem corresponderia podem ser comparados, com as devidas ressalvas, com os do segundo *best-seller* francês no período 1846-1850, as *Fables* de La Fontaine, cuja tiragem conhecida é de 63 mil exemplares, ao passo que a tiragem global estimada se cifraria entre os 80 mil e os 105 mil exemplares (Cf. LYONS, Martyn – *Le triomphe du livre*, p. 93).

²¹⁹ Cf. RENAN, Ernest (b) – *Vie de Jésus*, p. 33–59. A aparição de uma edição revista não impediu que a primeira edição continuasse a ser reproduzida, pelo menos em contexto francês e português. As traduções do francês realizadas ao longo de todo este ponto são da nossa autoria.

²²⁰ RENAN, Ernest (c) – *Vie de Jésus: édition populaire*, p. I: «*Beaucoup de personnes ayant regretté que le livre, par son prix et son volume, ne fût pas accessible à tous, j'ai sacrifié l'introduction, les notes et certains passages du texte qui supposaient le lecteur assez versé dans les recherches spéciales de la critique*».

²²¹ Note-se, contudo, que todas as expressões que optámos por transcrever se encontram também presentes na edição refundida da obra, embora não tenhamos realizado o confronto de ambas as edições, por tal se encontrar fora do marco do presente trabalho. Para um breve apontamento sobre a história do texto renaniano, veja-se RENAN, Ernest (b) – *Vie de Jésus*, p. 518–529.

No que concerne à introdução, após a exposição daquilo que deve ser uma história das origens cristãs, Renan indica que os evangelhos, ainda que sejam em parte lendários, uma vez que «estão cheios de milagres e de sobrenatural»²²², possuem também, em parte, valor histórico, ainda que de índole diversificada entre si.

No respeitante ao conteúdo do livro, ele começa por colocar a figura de Jesus no contexto religioso da humanidade, elogiando a simplicidade do culto e das leis judaicas, que «continham poderosos gérmes de igualdade social e de moral»²²³; a ausência de templos; o profetismo, defensor «do antigo espírito democrático»²²⁴. A obra prossegue olhando para a infância e juventude de Jesus. Este terá nascido de classes populares e na aldeia de Nazaré²²⁵, cujo aspeto à data de composição da obra manteria a mesma fisionomia do tempo de Jesus. Teria tido irmãos e irmãs, sendo o mais velho de todos.

A temática seguidamente abordada é a educação de Jesus, descrita com a lapidar frase: «essa natureza [dos arredores de Nazaré], ao mesmo tempo risonha e grandiosa, foi toda a educação de Jesus»²²⁶. A quase ausência de educação formal, não deve, contudo, ser confundida com ignorância. Com efeito, seria conhecedor da Bíblia, indo a sua preferência para os salmos, cuja «poesia religiosa [...] estava maravilhosamente de acordo com a sua alma lírica»²²⁷, em detrimento da Lei. Outros dois traços essenciais da sua educação são a crença no milagre, que partilharia com os seus concidadãos e o

²²² RENAN, Ernest (d) – *Vie de Jésus*. 12^a ed. Paris: Michel Lévy Frères, 1864, p. XV: «*Que les évangiles soient en partie légendaires, c'est ce qui est évidente, puisque'ils sont pleins de miracles et de surnaturel*».

²²³ RENAN, Ernest (d) – *Vie de Jésus*, p. 6: «*Une "Loi" ou Thora, très anciennement écrite sur des tables de Pierre et qu'ils rapportaient à leur grand libérateur Moïse, était déjà le code du monothéisme et renfermait, comparée aux institutions d'Égypte et de Chaldée, de puissants germes d'égalité sociale et de moralité*». A lei a que Renan se refere é sobretudo aquela que é conhecida como a *Torá*, ou seja, os cinco primeiros livros da Bíblia, e que vai sendo composta e fixada ao longo da história do povo hebraico. Sobre este assunto ver: FRIEDMAN, Richard Elliot – *Torah (Pentateuch)*. In *The Anchor Bible Dictionary*. New York: Doubleday, 1992. Vol. 6, p. 605–622. No marco do presente trabalho, Lei, *Torá* ou Pentateuco referem-se a esta mesma realidade.

²²⁴ RENAN, Ernest (d) – *Vie de Jésus*, p. 7: «*Les nabis d'Israel, organisés en groupes ou écoles eurent une grande supériorité. Défenseurs de l'ancien esprit démocratiquement ennemis des riches, opposés à toute organisation politique et à ce qui eût engagé Israël dans les voies des autres nations [...]*».

²²⁵ Ao contrário dos Evangelhos de Mateus e Lucas, Renan defende que o nascimento de Jesus não terá ocorrido em Belém por causa de um recenseamento, uma vez que este detalhe teria sido acrescentado pela tradição cristã como demonstrativo do cumprimento de uma profecia veterotestamentária.

²²⁶ RENAN, Ernest (d) – *Vie de Jésus*, p. 30: «*Cette nature à la fois riante et grandiose fut toute l'éducation de Jésus*».

²²⁷ RENAN, Ernest (d) – *Vie de Jésus*, p. 36: «*Mais la poésie religieuse des psaumes se trouva dans un merveilleux accord avec son âme lyrique; ils restèrent toute sa vie son aliment et son soutien*». As considerações sobre a psicologia de Jesus e os seus estados interiores são frequentes nesta obra, sendo esta uma das razões pelas quais sobre ela pende, como veremos adiante, a acusação de ser demasiado romancesada.

desconhecimento da realidade política do mundo em que vivia, ignorando as configurações que o Império Romano tomava não só no âmbito geral, mas também no território onde habitava.

No que concerne ao entorno ideológico no qual se desenrolou a vida de Jesus, ela teve lugar num tempo de especial turbulência, comparável apenas ao da revolução francesa. Os seus primeiros aforismas, mais do que derivar de um conhecimento teológico, têm origem «numa alta noção da divindade, que ele não deve ao judaísmo»²²⁸, e que «é o seu grande ato de originalidade»²²⁹, defendendo «um culto puro, uma religião sem padres e sem práticas exteriores, repousando totalmente sobre os sentimentos do coração, sobre a imitação de Deus»²³⁰.

O desenvolvimento da sua conceção de “Reino de Deus”, como uma «revolução radical, que abraça a própria natureza»²³¹, trouxe consigo a «doutrina da liberdade das almas»²³², desligada de qualquer sistema político em concreto. Contudo, mais do que um «grande moralista, um benfeitor da humanidade»²³³, Jesus foi um «idealista realizado»²³⁴, com traços de «anarquista, porque não tem nenhuma ideia de governo civil [...], que lhe parece pura e simplesmente um abuso»²³⁵.

É no contexto das sinagogas das aldeias da Galileia que Jesus terá começado o seu ensinamento e foi aí que começou por reunir um grupo de discípulos, nenhum dos

²²⁸ RENAN, Ernest (d) – *Vie de Jésus*, p. 73–74: «Une haute notion de la divinité, qu’il ne dut pas au judaïsme, et qui semble avoir été de toutes pièces la création de sa grande âme, fut en quelque sorte le principe de sa force».

²²⁹ RENAN, Ernest (d) – *Vie de Jésus*, p. 77: «Mais il est probable que, dès ses premiers pas, il s’avisagea avec Dieu dans la relation d’un fils avec son père. Là est son grand acte d’originalité; en cela il n’est nullement de sa race».

²³⁰ RENAN, Ernest (d) – *Vie de Jésus*, p. 85–86: «Un culte pur, une religion sans prêtres et sans pratiques extérieures, reposant toute sur les sentiments du cœur, sur l’imitation de Dieu, sur le rapport immédiat de la conscience avec le Père céleste, étaient la suite de ces principes».

²³¹ RENAN, Ernest (d) – *Vie de Jésus*, p. 119: «Une révolution radicale, embrassant jusqu’à la nature elle-même, telle fut donc la pensée fondamentale de Jésus».

²³² RENAN, Ernest (d) – *Vie de Jésus*, p. 121: «Ce que Jésus a fondé, ce qui restera éternellement de lui, abstraction faite des imperfections qui se mêlent à toute chose réalisée par l’humanité, c’est la doctrine de la liberté des âmes».

²³³ RENAN, Ernest (d) – *Vie de Jésus*, p. 124–125: «Le déisme du XVIII^e siècle et un certain protestantisme nous ont habitués à ne considérer le fondateur de la foi chrétienne que comme un grand moraliste, un bienfaiteur de l’humanité [...]. L’idée de Jésus fut bien plus profonde; ce fut l’idée la plus révolutionnaire qui soit jamais éclosée dans un cerveau humain [...]».

²³⁴ RENAN, Ernest (d) – *Vie de Jésus*, p. 128: «Jésus n’est pas un spiritualiste [...]. Mais c’est un idéaliste accompli, la matière n’étant pour lui que le signe de l’idée, et le réel l’expression vivante de ce qui ne paraît pas».

²³⁵ RENAN, Ernest (d) – *Vie de Jésus*, p. 127: «Jésus, à quelques égards, est un anarchiste, car il n’a aucune idée du gouvernement civil. Ce gouvernement lui semble purement et simplement un abus».

quais «pertencia a uma classe social elevada»²³⁶, não havendo, entre eles, «alguma hierarquia propriamente dita»²³⁷. A sua preferência pelos pobres, que resultava num «comunismo delicado»²³⁸, num «gosto exagerado pela pobreza, não podia ser muito duradouro»²³⁹, razão pela qual deixaria de ser uma marca do cristianismo nascente.

Após a morte de João Batista, contudo, Jesus começará as primeiras tentativas de levar a sua mensagem até Jerusalém, lugar onde imperava uma «cultura exclusivamente teológica e canónica que não contribui em nada para polir as mentes»²⁴⁰. Embora tenha aí pregado, não conseguiu adesões numericamente significativas, devido às características do judaísmo aí presente, que contrastam com um Jesus que «já não é judeu. É revolucionário no mais alto grau [...]. Proclama os direitos do Homem [...]; a religião do Homem [...]; a libertação do Homem [...].»²⁴¹.

É a partir daqui que terá começado a sua lenda messiânica e divina, «fruto de uma conspiração totalmente espontânea»²⁴² e em grande parte exógena, uma vez que «Jesus nunca sonhara fazer-se passar por uma encarnação do próprio Deus»²⁴³. Deste modo, ele permite que lhe deem títulos com os quais não concordaria, aceitando, tacitamente, fazer parte desta construção, na medida em que ela serviria os seus objetivos religiosos. Um dos exemplos desta elaboração que é feita pelos que o rodeiam é o dos milagres, dado que «Jesus não foi taumaturgo a não ser tarde e a contragosto»²⁴⁴. Assim, a autoria destes deve ser, em parte, invertida, na medida em que

²³⁶ RENAN, Ernest (d) – *Vie de Jésus*, p. 159: «Parmi les personnages qui précèdent, tous ceux dont on sait quelque chose avaient commencé par être pêcheurs. En tout cas, aucun d'eux n'appartenait à une classe sociale élevée».

²³⁷ RENAN, Ernest (d) – *Vie de Jésus*, p. 157: «Aucune hiérarchie proprement dite n'existait dans la secte naissante».

²³⁸ RENAN, Ernest (d) – *Vie de Jésus*, p. 178: «Ces maximes, bonnes pour un pays où la vie se nourrit d'air et de jour, ce communisme délicat d'une troupe d'enfants de Dieu, vivant en confiance sur le sein de leur père, pouvaient convenir à une secte naïve, persuadée à chaque instant que son utopie allait se réaliser».

²³⁹ RENAN, Ernest (d) – *Vie de Jésus*, p. 182: «On entrevoit sans peine, en effet, que ce goût exagéré de pauvreté ne pouvait être bien durable».

²⁴⁰ RENAN, Ernest (d) – *Vie de Jésus*, p. 206: «Cette culture exclusivement théologique et canonique ne contribuait en rien à polir les esprits».

²⁴¹ RENAN, Ernest (d) – *Vie de Jésus*, p. 223: «Jésus, en d'autres termes, n'est plus juif. Il est révolutionnaire au plus haut degré; il appelle tous les hommes à un culte fondé sur leur seule qualité d'enfants de Dieu. Il proclame les droits de l'homme, non les droits du juif; la religion de l'homme, non la religion du juif; la délivrance de l'homme, non la délivrance du juif».

²⁴² RENAN, Ernest (d) – *Vie de Jésus*, p. 240–241: «Sa légende était ainsi le fruit d'une grande conspiration toute spontanée et s'élaborait autour de lui de son vivant».

²⁴³ RENAN, Ernest (d) – *Vie de Jésus*, p. 242: «Que jamais Jésus n'ait songé a se faire passer pour une incarnation de Dieu lui-même, c'est ce dont on ne saurait douter».

²⁴⁴ RENAN, Ernest (d) – *Vie de Jésus*, p. 264: «Beaucoup de circonstances d'ailleurs semblent indiquer que Jésus ne fut thaumaturge que tard et à contrecœur».

«o milagre é, normalmente, obra de um público e não tanto daquele a quem se lhe a atribui»²⁴⁵. Ou seja, enquanto «marca indispensável do divino e [...] sinal das vocações proféticas»²⁴⁶, os milagres eram vistos como o atestado de que a sua obra tinha uma origem transcendente, razão pela qual terá aceitado ser o seu suposto autor.

Embora ele tivesse congregado ao seu redor um grupo de discípulos que tratava de forma especial – os “doze” – ele nunca teria imaginado «a ideia de um livro religioso, contendo um código e artigos de fé»²⁴⁷. Assim, apesar de a noção do «poder dos homens reunidos (*ecclesia*) pareça ser [...] de Jesus»²⁴⁸, no seu ensinamento não se encontra qualquer vestígio de «uma moral aplicada nem de um direito canónico, ainda que pouco definido»²⁴⁹.

Um dos grupos sociais com quem terá tido maiores enfrentamentos seria o dos fariseus, uma vez que estes opunham à sua «religião do coração», uma religião constituída «praticamente só por observâncias»²⁵⁰. Querendo inovar, afastavam-se dos textos sagrados, dado que «o zelo religioso é sempre inovador, mesmo quando pretende ser conservador ao mais alto grau»²⁵¹. Uma das temáticas à qual os seus adversários mais recorreriam seria a da política, consubstanciada na polémica do tributo a César²⁵². A solução proposta por Jesus, contudo, acabaria por fundar «a separação do temporal e do espiritual e colocou a base do verdadeiro liberalismo e da verdadeira civilização»²⁵³.

²⁴⁵ RENAN, Ernest (d) – *Vie de Jésus*, p. 268: «*Le miracle est d'ordinaire l'œuvre du public bien plus que de celui à qui on l'attribue*».

²⁴⁶ RENAN, Ernest (d) – *Vie de Jésus*, p. 256: «*Quant aux miracles, ils passaient, à cette époque, pour la marque indispensable du divin et pour le signe des vocations prophétiques*».

²⁴⁷ RENAN, Ernest (d) – *Vie de Jésus*, p. 299: «*Inutile de faire observer combien l'idée d'un livre religieux, renfermant un code et des articles de foi, était éloignée de la pensée de Jésus*».

²⁴⁸ RENAN, Ernest (d) – *Vie de Jésus*, p. 296: «*Cette idée féconde du pouvoir des hommes réunis (ecclesia) semble bien une idée de Jésus*».

²⁴⁹ RENAN, Ernest (d) – *Vie de Jésus*, p. 297: «*Du reste, nulle trace, dans l'enseignement de Jésus, d'une morale appliquée ni d'un droit canonique tant soit peu défini*».

²⁵⁰ RENAN, Ernest (d) – *Vie de Jésus*, p. 329: «*Jésus ne voulait que la religion du cœur; celles des pharisiens consistait presque uniquement en observances*».

²⁵¹ RENAN, Ernest (d) – *Vie de Jésus*, p. 331: «*Le zèle religieux est toujours novateur, même quand il prétend être conservateur au plus haut degré*».

²⁵² O episódio do tributo a César, no qual se atribui a Jesus o aforisma “dar a César o que é de César e a Deus o que é de Deus” é narrado pelos três evangelhos sinóticos. Com efeito, ele surge no *Evangelho segundo São Marcos*, capítulo XII, versículos 13-17 (ÉCOLE BIBLIQUE DE JÉRUSALEM (ed.) – *La Bible de Jérusalem*. Paris: Les Éditions du Cerf, 1973, p. 1473), no *Evangelho segundo São Mateus*, capítulo XXII, versículos 15-22 (ÉCOLE BIBLIQUE DE JÉRUSALEM (ed.) – *La Bible de Jérusalem*, p. 1445–1446) e no *Evangelho segundo São Lucas*, capítulo XX, versículos 20-26 (ÉCOLE BIBLIQUE DE JÉRUSALEM (ed.) – *La Bible de Jérusalem*, p. 1511).

²⁵³ RENAN, Ernest (d) – *Vie de Jésus*, p. 348: «*Mot d'un spiritualisme accompli et d'une justesse merveilleuse, qui a fondé la séparation du spirituel et du temporel, et a posé la base du vrai libéralisme et de la vraie civilisation*».

Este estado de coisas iria conduzir à última semana da vida de Jesus, que Renan procura descrever com grande detalhe. O motivo da sua prisão teria sido a agitação social que provocaria, à qual terá presidido «um grande sentimento de ordem e de política conservadora»²⁵⁴. A traição de que terá sido alvo por parte de um dos seus seguidores mais diretos, Judas, terá tido como origem uma «dissensão intestina»²⁵⁵ derivada das preferências por outros apóstolos, nomeadamente Pedro e João, manifestada por Jesus. A grande conclusão que parece ficar, no entanto, é que a sentença de Jesus teve como origem, sobretudo, a claudicação do poder civil face ao poder religioso. Com efeito, esta não foi mais do que uma sentença de morte ditada «pela intolerância religiosa» que «forçou a mão do poder civil»²⁵⁶, representado por Pilatos.

Do ponto de vista historiográfico, o relato da vida de Jesus cessa no momento da sua morte, pelo que os eventos que se seguem não serão já da competência da obra em análise. Renan, contudo, atribui grande importância na notícia da ressurreição a Maria Madalena, considerando que «a paixão de uma alucinada dá ao mundo um Deus ressuscitado»²⁵⁷.

A parte final da obra apresenta como tema o legado que Jesus deixou ao mundo, ou seja, o cristianismo, que o autor descreve como «o primeiro triunfo da revolução, a vitória do sentimento popular»²⁵⁸. Assim, a dogmatização que sofreu, sobretudo a partir do século IV ser-lhe-ia espúria e, até, contra-natura. A sua universalidade, contudo, mantém-se, uma vez que Jesus, fundou «a verdadeira religião»²⁵⁹, não enquanto concretização limitada numa qualquer Igreja, mas como «sentimento puro»²⁶⁰. Por

²⁵⁴ RENAN, Ernest (d) – *Vie de Jésus*, p. 380: «Un grand sentiment d'ordre et de police conservatrice présida à toutes les mesures».

²⁵⁵ RENAN, Ernest (d) – *Vie de Jésus*, p. 381: «On aime mieux croire à quelque sentiment de jalousie, à quelque dissension intestine».

²⁵⁶ RENAN, Ernest (d) – *Vie de Jésus*, p. 410: «Combien de sentences de mort dictées par l'intolérance religieuse ont forcé la main au pouvoir civil!».

²⁵⁷ RENAN, Ernest (d) – *Vie de Jésus*, p. 434: «Pouvoir divin de l'amour! moments sacrés où la passion d'une hallucinée donne au monde un Dieu ressuscité!».

²⁵⁸ RENAN, Ernest (d) – *Vie de Jésus*, p. 440: «Il fut le premier triomphe de la révolution, la victoire du sentiment populaire, l'avènement des simples de cœur, l'inauguration du beau comme le peuple l'entend».

²⁵⁹ RENAN, Ernest (d) – *Vie de Jésus*, p. 445: «La fondation de la vraie religion est bien son œuvre».

²⁶⁰ RENAN, Ernest (d) – *Vie de Jésus*, p. 447: «Quelques puissent être les transformations du dogme, Jésus restera en religion le créateur du sentiment pur; le Sermon sur la montagne ne sera pas dépassé».

consequente, «todos os séculos proclamarão que, de entre os filhos dos homens, não nasceu nenhum maior do que Jesus»²⁶¹.

Pode-se entrever, na obra em análise, uma problemática composta por cinco pontos distintos, mas interligados. Um primeiro aspeto que podemos considerar é que, ao elaborar uma obra deste tipo está em jogo um aspeto de índole teológica, que é o da divindade de Jesus. Ou seja, a teologia católica legitimada pela ortodoxia defende que Jesus é “o Cristo”, sendo, simultaneamente, homem e Deus. Deste modo, a sua vivência terrena teria sido marcada por este facto, atestado cabalmente pela sua ressurreição após a morte²⁶². Apesar de colocar em questão este posicionamento, Renan não procura, no entanto, retirar importância à pessoa daquele, na medida em que lhe concede, como já vimos, um lugar cimeiro no génio religioso da humanidade. Neste âmbito, a própria visão que defende o texto bíblico como tendo sido inspirado por Deus é posta em causa, levando a uma dessacralização do mesmo. Ainda dentro da esfera teológica, pode-se constatar a procura por uma desdogmatização, na medida em que a *Vie de Jésus* procura recolocar a pessoa de Jesus fora da construção dogmática que o cristianismo elaborou ao longo da sua história, considerando-a como espúria e enganadora relativa à verdadeira essência do cristianismo²⁶³.

Um segundo aspeto, diretamente relacionado com o primeiro, e de índole eclesiológica, ou seja, relativo à conceção sobre a Igreja e a sua organização, é o da conceção de um cristianismo que dispensa a mediação eclesiástica. Quer isto dizer que, ao acentuar os aspetos interiores da religião, ligando a “religião da humanidade” a um “sentimento puro” e não a uma qualquer instituição, o autor reelabora a temática da universalidade do cristianismo numa direção em que esta não advém de uma

²⁶¹ RENAN, Ernest (d) – *Vie de Jésus*, p. 459: «[...] tous les siècles proclameront qu’entre les fils des hommes, il n’en est pas né de plus grand que Jésus». Esta expressão aparece aplicada por Jesus a João Batista e não a ele mesmo, já que este seria filho de Deus, no *Evangelho segundo São Lucas*, capítulo VII, versículo 28 (ÉCOLE BIBLIQUE DE JÉRUSALEM (ed.) – *La Bible de Jérusalem*, p. 1492) e no *Evangelho segundo São Mateus*, capítulo XI, versículo 11 (ÉCOLE BIBLIQUE DE JÉRUSALEM (ed.) – *La Bible de Jérusalem*, p. 1430).

²⁶² Para a discussão teológica contemporânea acerca da problemática da ressurreição, veja-se KASPER, Walter – *Jesus el Cristo*. Santander: Sal Terrae, 2013, p. 202–218.

²⁶³ A problemática da essência do cristianismo foi também elaborada no campo filosófico, como demonstra o trabalho do alemão Ludwig Feuerbach *A essência do cristianismo (Das Wesen des Christentums)*, editado em 1841, onde defende a tese de que o sobrenatural que a religião entende como constitutivo da relação com o transcendente, mais não seria do que uma projeção num “além” dos desejos humanos (Cf. FEUERBACH, Ludwig – *A essência do Cristianismo*. 4ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011, p. XIV). Esta tese é, por conseguinte, paralela à da negação da divindade de Jesus por parte de Renan.

concretização histórica visível sob a forma de uma igreja, mas sim de uma atitude espiritual. De resto, a primazia dada à interioridade da religião por oposição às manifestações públicas de culto constitui um dos aspetos da conceção liberal da religião²⁶⁴.

A fundamentação do posicionamento sobre estas questões de índole teológica e eclesiológica apresentada por Renan não assenta, no entanto, sobre uma base desse tipo. Ao invés, ele recorre à historiografia para o fazer, procurando usar fontes e métodos próprios dessa disciplina. Se é discutível o rigor e critério com que a investigação é conduzida ou os resultados finais desta, deve-se relevar, contudo, que o recurso a esta legitimação procura, precisamente, aduzir argumentos com um grau de plausibilidade diverso, porque provenientes de uma ciência que o próprio entende como rigorosa²⁶⁵. Segundo esta visão, apenas podem ser considerados como factos históricos aqueles que podem ser devidamente documentados e que são verosímeis para o historiador, não se aceitando, por isso, os que apenas têm como base a autoridade de quem os relata. Neste sentido, as biografias oficiais de Jesus (os evangelhos canónicos) são passíveis do mesmo tipo de crítica que qualquer outro documento dos primeiros séculos da nossa era.

Associada a esta componente historiográfica coloca-se também uma outra, de índole científica, que pode ser constatada quer na crítica feita ao acesso ao sobrenatural através da história, quer através da recusa dos milagres. No primeiro caso, está em jogo uma conceção que defende uma redução do mundo a um conjunto de fenómenos naturais, que têm explicação por parte das ciências naturais²⁶⁶. Por conseguinte, tudo aquilo que o mundo antigo lia como sendo uma manifestação do divino mais não seria do que uma leitura incorreta de algum fenómeno natural, a qual seria legitimada por uma mentalidade que concebia o mundo como estando habitado e dominado por

²⁶⁴ Tal como já se referiu a propósito, por exemplo de Almeida Garrett, que privilegia o «culto interior», por oposição ao «culto exterior», entendido este último como característica do Antigo Regime (Cf. GARRETT, Almeida – O dia 24 de Agosto, p. 216).

²⁶⁵ O presente trabalho não tem, por conseguinte, o objetivo de avaliar acerca da justeza da visão renaniana, mas apenas mostrar os seus contornos e possíveis implicações. Deve-se ainda aduzir que também os seus adversários utilizaram a crítica histórica para combater a visão que Renan tem do Jesus histórico, procurando apontar as suas incoerências e inconsistências metodológicas. Veja-se, por exemplo, BATTAINI, Domenico – *Il Renan e l'Harnack e la storia di Gesù*. Roma: Federico Pustet, 1904, p. 37–92. Esta obra, integrada numa coleção denominada *fede e scienza*, mostra também como a receção (crítica, neste caso) de Renan se fez em espaço italiano, dentro do arco cronológico em estudo.

²⁶⁶ Tal não significa, contudo, que Renan tenha que ser considerado como um positivista, na esteira de Comte (Cf. BOURDEAU, Jean – *Les maîtres de la pensée contemporaine: Stendhal, Taine, Renan, Herbert, Spencer, Nietzsche, Tolstoi, Ruskin, Victor Hugo*. 5ª ed. Paris: Félix Alcan, 1907, p. 57–70).

entidades superiores. Como consequência, os milagres que são atribuídos à pessoa de Jesus pelos evangelhos não seriam, como já vimos, mais do que fenómenos que cairiam dentro desse quadro e cuja fama e número teriam sido ampliados por uma mentalidade coletiva que tornava o povo recetivo a este tipo de manifestações, para mais consideradas como marca dos autênticos enviados de Deus.

Uma última componente desta problemática e que acaba por estar relacionada com todas as anteriores é a do lugar da religião na sociedade. Ou seja, ao defender uma visão alternativa sobre Jesus, afastada da dogmatização posterior e da construção, pretensamente mitológica, que os evangelhos dela fazem, Ernest Renan acaba por colocar em causa o papel que o religioso tem enquanto fator de construção das sociedades²⁶⁷. Tal é especialmente visível no modo como o autor condena a ligação entre poder civil e poder religioso, que teria sido o verdadeiro responsável pela morte de Jesus, ou da já referida defesa de um cristianismo fora do âmbito institucional. No entanto, para além destas ilações diretas, há também um fator simbólico associado, na medida em que Jesus é apresentado somente como um homem. Colocam-se assim em questão práticas e visões do mundo que eram legitimadas, direta ou indiretamente, por um entendimento do cristianismo enquanto passível de uma redução institucional. Quer isto dizer que, se não era legítimo a identificação do cristianismo com uma qualquer igreja, também não seria legítimo conceder a esta um lugar de especial destaque na sociedade, ou reconhecer validade ao seu direito canónico, nem à sua elaboração dogmática.

Deste modo, ressalta a ideia de que Renan, ao elaborar uma “Vida de Jesus”, não está unicamente no plano historiográfico, nem muito menos no dogmático, procurando, ao invés, fundamentar uma visão sobre o religioso na pessoa do fundador do cristianismo, entendido este como “religião da humanidade”. Ou seja, os traços da figura de Jesus e a descrição das suas ações, bem como o modo como as fontes a que recorre, sobretudo os evangelhos, são tratadas, deixa entrever uma crítica ao modo como a religião se integra na sociedade, perceção corroborada pelas transposições e associações com personagens oitocentistas que o seu autor realiza. Está, portanto, em jogo a legitimação de uma mundividência religiosa diversa daquela institucionalmente

²⁶⁷ Esta marca não será, no pensamento de Renan, exclusiva apenas à obra analisada (Cf. GODINHO, Helder – Religion et engagement chez Renan. *Revista de ciências do Homem da Universidade de Lourenço Marques*. Vol. V (1972), p. 1–9).

caucionada, sendo que tal é realizado recorrendo à edição de uma obra dada à estampa sob a forma de livro, e articulada com uma coleção mais vasta.

As traduções em português

A obra de Renan foi prontamente traduzida para português, sendo possível identificar, com segurança, pelo menos três edições distintas até 1865, dois anos depois da sua aparição em França. Genericamente falando, existem três variantes nas traduções: as que se reportam à primeira edição e conservam o aparato crítico do original; as que se referem à mesma edição, mas que removem as notas de rodapé; as que correspondem à edição popular. Deste modo, não foi possível identificar qualquer tradução que correspondesse à versão refundida da obra, nem mesmo de entre as que foram realizadas ao longo do século XX, fora do arco cronológico em estudo.

No que toca às versões populares, há duas traduções, ambas de 1864, e editadas em Lisboa. Uma delas é da autoria de Jacinto de Magalhães²⁶⁸, tendo como referência editorial a Tipografia de Salles, sita no Largo de São Domingos, nº 17²⁶⁹. A segunda foi realizada por Francisco da Silva Vieira²⁷⁰ e editada na Tipografia do Futuro, localizada na Rua da Cruz de Pau, nº 35²⁷¹. O confronto direto entre ambas permite perceber que se tratam, de facto, de duas traduções díspares, não diferindo, contudo, em qualquer ponto essencial. A distinção mais significativa é que, ao contrário da primeira, a segunda indica especificamente tratar-se da versão popular da obra.

Quanto às versões que traduzem a primeira edição da obra de Renan, mas sem o respetivo aparato crítico, também podem ser contadas duas, ambas reproduções da versão de Francisco da Silva Vieira. Uma foi editada na suprarreferida Tipografia do Futuro, em 1865²⁷² e a outra por A. Ignacio dos Santos, cuja editora se localizava na Rua da Rosa, nº 199, em 1903²⁷³. Uma vez que a denominada versão popular é, sobretudo, uma versão resumida da primeira edição, ambas estão muito próximas da

²⁶⁸ Jacinto Augusto Xavier de Magalhães é também tradutor de diversos romances, sobretudo de Charles Paul de Kock, editados pela Tipografia de Salles (Cf. SILVA, Inocêncio Francisco da – *Diccionario bibliographico portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1883. Vol. X, p. 103–104).

²⁶⁹ RENAN, Ernest (e) – *Vida de Jesus*. Lisboa: J. A. X. de Magalhães, 1864.

²⁷⁰ Francisco Ferreira da Silva Vieira (1831-1888) foi um tipógrafo de profissão e um prolífico tradutor de obras francesas, tendo realizado mais de quarenta traduções, sobretudo de romances, para além da obra *Les Apôtres*, de Renan (Cf. SILVA, Inocêncio Francisco da – *Diccionario bibliographico portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1870. Vol. IX, p. 290–291; 449–450).

²⁷¹ RENAN, Ernest (f) – *Vida de Jesus: edição popular*. Lisboa: Typographia do Futuro, 1864.

²⁷² RENAN, Ernest (g) – *Vida de Jesus*. Lisboa: Typographia do Futuro, 1865.

²⁷³ RENAN, Ernest (h) – *Vida de Jesus*. Lisboa: A. Ignacio dos Santos, 1903.

tradução da edição popular anteriormente referida. O motivo para a ausência de notas de rodapé é indicado logo na introdução do livro, e baseia-se no facto de estas só poderem «ser uteis aos estudiosos. Os que se dão a estudos de tal ordem, não recorrem, de certo, a traduções»²⁷⁴.

Finalmente, há ainda a assinalar outras duas edições, que traduzem a obra de Renan na sua totalidade, incluindo o aparato crítico. Ambas são editadas no Porto, pelos livreiros Lello & Irmão. Uma delas data de 1905 e foi realizada por Eduardo Augusto Salgado²⁷⁵, sendo uma terceira edição com a chancela da Livraria Chardron, então propriedade dos referidos livreiros²⁷⁶. A outra edição foi dada à estampa em 1894 pela livraria editora Lello & Irmão²⁷⁷, não tendo, no entanto, qualquer indicação explícita relativa ao tradutor escolhido. Contudo, através do confronto com a edição de 1905, e até por se tratar, no fundo, da mesma casa editora, pode-se perceber que é a versão de Eduardo Salgado a que é reproduzida.

A polémica gerada

A *Vie de Jésus* gerou polémica, quer coeva, quer distendida no tempo, que não se restringe ao espaço francês. Com efeito, também em Portugal houve repercussões desta obra, sendo que, neste ponto, serão analisadas apenas aquelas que entraram no circuito do mercado livreiro, pelo que a imprensa periódica será excluída. As obras encontradas podem ser divididas em três categorias: os escritos apologéticos da divindade de Jesus; obras de refutação direta do escrito de Renan; obras que procuram descredibilizar o autor da *Vie de Jésus*. Devido ao elevado número de livros que pode

²⁷⁴ RENAN, Ernest (g) – *Vida de Jesus*, p. 8, nota.

²⁷⁵ Eduardo Augusto Salgado foi pai de Heliodoro Salgado, tendo falecido em 1870, quando este tinha apenas 9 anos de idade. Para além do seu trabalho jornalístico, traduziu também a obra *Les Apôtres*, de Ernest Renan (Cf. SILVA, Inocêncio Francisco da – *Diccionario bibliographico portuguez*. Vol. IX, p. 158–159). Heliodoro Salgado iria também traduzir uma “vida de Jesus”, *Das Leben Jesu für das deutsche Volk bearbeitet*, da autoria de David Friedrich Strauss, através da versão francesa, que se anuncia como sendo a única autorizada pelo autor, produzida por Auguste Nefftzer e Charles Dollfus. O título escolhido seria o de “Nova vida de Jesus” (Cf. STRAUSS, David Friedrich – *Nova Vida de Jesus*. Porto: Livraria Chardron).

²⁷⁶ RENAN, Ernest (a) – *Vida de Jesus*. Como já se referiu anteriormente, esta livraria tinha sido também disputada por António Maria Pereira, tendo, contudo, sido adquirida por José Lelo (Cf. MARQUES, Henrique – *Memórias de um editor*, p. 194–195). Há ainda uma outra tradução da *Vie de Jésus*, que não nos foi possível localizar, mas cuja indicação que possuímos é a de que teria sido realizada por F. J. Vieira de Sá Júnior e Eduardo Augusto Salgado, tendo sido feita a partir da 11ª edição francesa e editada no Porto, pela Tipografia de António José da Silva Teixeira, em 1864 (Cf. SILVA, Inocêncio Francisco da – *Diccionario bibliographico portuguez*. Vol. IX, p. 158). Esta ajudaria a explicar o facto de a edição da livraria Chardron estar marcada como sendo uma 3ª edição.

²⁷⁷ RENAN, Ernest (i) – *Vida de Jesus: origens do Christianismo*. Porto: Lello & Irmão, 1894.

ser compulsado, proceder-se-á à análise detalhada de um escrito por cada categoria, sendo os restantes aludidos de forma mais breve.

Escritos apologéticos da divindade de Jesus

Um dos autores mais conhecidos que entra na polémica em questão é Camilo Castelo Branco. Deve-se ter em conta que, para além de um prolífico autor, Camilo executou diversos trabalhos de tradução, alguns dos quais de livros de índole religiosa, como *A imortalidade*²⁷⁸, *Os mártires*²⁷⁹, *A vida futura*²⁸⁰, *Jesus Cristo perante o século*²⁸¹, *O génio do cristianismo*²⁸², *O Papa e a liberdade*²⁸³ ou *Pio IX*²⁸⁴. Para além disso, alguns dos seus livros apresentam temáticas desta índole, como *Horas de Paz*²⁸⁵. É, portanto, legítimo supor que Camilo não seria alheio à problemática religiosa, tendo até chegado a frequentar o curso de Teologia no Seminário do Porto²⁸⁶.

A sua participação nesta polémica ocorre através da abordagem da temática da divindade de Jesus. Ou seja, por volta do ano de 1854, o escritor radicado em S. Miguel de Seide deu à estampa uma série de artigos em periódicos subordinados a este tema. Posteriormente, já em 1865, e após a edição da *Vie de Jésus* de Renan, que Camilo terá lido, eles serão compilados e editados, precisamente com o título *Divindade de Jesus*²⁸⁷. Deve-se assinalar, por conseguinte, que, mais do que uma resposta ao autor francês está

²⁷⁸ PUCHESSE, Bagueuault de – *A Imortalidade: a morte e a vida. Estudo acerca do destino do Homem*. Porto: F. Gomes da Fonseca, 1865.

²⁷⁹ CHATEAUBRIAND, François-René de – *Os martyres*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1865.

²⁸⁰ LESCOEUR – *A vida futura: conferencias do padre oratoriano Lescoeur*. Lisboa: Santos & Vieira, 1860.

²⁸¹ LORGUES, Roselly de – *Jesus Christo perante o século, ou novos testemunhos das sciencias em abono do Catholicismo*. 3ª ed. Porto: F. G. da Fonseca, 1852.

²⁸² CHATEAUBRIAND, François-René de – *O génio do Christianismo*. 4ª ed. Porto: Livraria Cruz Coutinho, 1888.

²⁸³ CONSTANT – *O Papa e a liberdade*. Porto: Manoel Malheiro, 1879.

²⁸⁴ VILLEFRANCHE, J. M. – *Pio IX: sua vida, sua história e seu século*. Lisboa: Mattos Moreira, 1877.

²⁸⁵ CASTELO BRANCO, Camilo – *Horas de paz: escriptos religiosos*. 3ª ed. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1903.

²⁸⁶ Camilo possuiria, também, alguns livros do próprio Renan na sua biblioteca. Sobre este assunto, veja-se GIRODON, Jean – *Camilo lecteur de Sénancour, Renan et Baudelaire: notes inédites*. Lisboa: Bertrand, 1958, p. 12–28.

²⁸⁷ CASTELO BRANCO, Camilo – *Divindade de Jesus e tradição apostólica*. A edição que utilizamos aqui indica, por lapso, ser uma segunda edição, quando, na realidade se trata de uma terceira, tal como se encontra explícito na contracapa de CASTELO BRANCO, Camilo – *Divindade de Jesus e tradição apostólica*. 8ª ed. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1971. A sucessiva reedição da obra (quatro edições até 1913, sob a chancela de três editores distintos), à qual acresce a sua aparição original sob a forma de artigos em periódicos dá-nos também a indicação de que ela gozaria de alguma popularidade. Sobre este escrito veja-se CRUZ, Robson – Camilo Castelo Branco e o livro *Divindade de Jesus* (1865). *Lusitania Sacra*. Vol. 1 (1989), p. 81–118, bem como ABREU, Luis Machado de – Camilo contra Renan, p. 117–134.

em jogo a posição face a uma temática disputada, a qual ganha especial pertinência no contexto do debate ampliado por Renan. A argumentação camiliana, portanto, excetuando porventura a “Carta ao Visconde de Azevedo”, publicada em conjunto e que acaba por funcionar como uma espécie de introdução à obra, não se preocupa em responder diretamente ao escritor francês²⁸⁸.

No que concerne a esta obra, classificada como «um dos mais perigosos livros que ainda se escreveram contra a divindade do fundador do christianismo»²⁸⁹, Camilo aponta-lhe a característica de reelaborar os ataques dos escritores antigos contra o cristianismo, razão pela qual contra ela se devem aduzir os mesmos argumentos então gizados. Assinala-lhe também o caráter romanesco, lustrado «pelo verniz da sciencia»²⁹⁰. O grosso da crítica que lhe move, contudo, centra-se na introdução que é «a essência do livro»²⁹¹. Nesta, a juízo do escritor português, Renan cai em contradições e inconsistências quanto ao valor dos evangelhos, uma vez que os considera como obras escritas muito próximo do primeiro século da nossa era, mas não lhes concede a devida autoridade que daí derivaria. De resto, a associação da ressurreição de Jesus à «hallucinação de mulher apaixonada» mais não é que «blasphemiação e sacrilegio»²⁹².

No que respeita à obra em si, Camilo defende a divindade de Jesus, associando-a ao testemunho que os apóstolos dele deram numa argumentação sustentada sobre quatro pontos. O primeiro concerne à historicidade do Antigo Testamento e da Igreja. No caso do primeiro, a veracidade histórica dos seus relatos dá-lhe solidez e autoridade, ao passo que, no caso da segunda, a sua vetustez atesta precisamente o caráter divino da sua fundação. O segundo eixo decorre do primeiro, na medida em que, da autoridade do Antigo Testamento, decorre a autenticidade das suas profecias e do seu cumprimento por parte de Jesus Cristo. Num terceiro ponto, o escritor lisboeta procura assinalar a superioridade intelectual de Jesus, sublinhando a originalidade da sua doutrina, bem

²⁸⁸ Deve-se ter em conta, contudo, que, embora a *Vie de Jésus* de Renan não tivesse sido ainda publicada aquando da aparição original da obra sob a forma de artigos, um outro escrito com teor semelhante, a *Das Leben Jesu kritisch bearbeitet* de David Friedrich Strauss, referida por Camilo no livro em análise (Cf. CASTELO BRANCO, Camilo – *Divindade de Jesus e tradição apostólica*, p. 115–116), tinha sido dada à estampa em 1835, e traduzida para francês em 1839 (Cf. GOWLER, David – *Petite histoire de la recherche du Jésus de l’Histoire*, p. 18, nota).

²⁸⁹ CASTELO BRANCO, Camilo – *Divindade de Jesus e tradição apostólica*, p. 49. Camilo classifica ainda, no mesmo parágrafo, a *Vie de Jésus* como tendo sido «imaginada» por Renan.

²⁹⁰ CASTELO BRANCO, Camilo – *Divindade de Jesus e tradição apostólica*, p. 52.

²⁹¹ CASTELO BRANCO, Camilo – *Divindade de Jesus e tradição apostólica*, p. 54.

²⁹² CASTELO BRANCO, Camilo – *Divindade de Jesus e tradição apostólica*, p. 62. A mulher em questão é Maria Madalena. Para uma análise mais detalhada do confronto entre Camilo e Renan, veja-se CRUZ, Robson – Camilo Castelo Branco e o livro *Divindade de Jesus* (1865), p. 106–114.

como os milagres realizados por este, que são comprovados não só pela sua superioridade intelectual, mas também pelo facto de Deus poder «desfazer o que fez»²⁹³. O quarto e último elemento refere-se ao testemunho dos apóstolos e mártires, cuja entrega afiança a divindade do motivo pelo qual deram a vida²⁹⁴.

À semelhança de Camilo, a obra *A divindade de Jesus Cristo*²⁹⁵, da autoria do 5º Marquês do Lavradio, não procura ser uma resposta direta ao «romance herético-blasphemo»²⁹⁶ de Renan, mas antes uma apologia da divindade de Jesus Cristo e da sua obra. Neste sentido, desenvolve uma argumentação, baseada abundantemente nos textos bíblicos, e que procura estabelecer que Jesus cumpre as profecias veterotestamentárias e que a própria existência da Igreja é, em si, uma prova a favor da sua divindade²⁹⁷.

Outro escrito que, apesar da indicação do título, apenas alude diretamente à obra de Renan numa pequena parte, é *O Christianismo e o seculo: resposta à obra de Mr. Renan – Vie de Jésus*²⁹⁸, da autoria de João Joaquim de Almeida Braga²⁹⁹. Com efeito, mais do que procurar escarpelizar o escrito do autor francês, João de Almeida Braga apresenta uma obra cujos temas estão para além da polémica suscitada pela *Vie de Jésus*, e que contemplam a autenticidade dos relatos evangélicos, a possibilidade de milagres, a defesa do poder temporal do papa, bem como uma crítica a Renan, que é acusado de ter escrito «um parto da imaginação, um romance»³⁰⁰, cujo objetivo é o de atacar a autoridade da Igreja, repetindo as heresias dos primeiros séculos do cristianismo.

²⁹³ CASTELO BRANCO, Camilo – *Divindade de Jesus e tradição apostolica*, p. 116.

²⁹⁴ Sobre a argumentação desenvolvida por Camilo veja-se CRUZ, Robson – Camilo Castelo Branco e o livro *Divindade de Jesus* (1865), p. 96–99.

²⁹⁵ 5º MARQUÊS DO LAVRADIO – *A divindade de Jesus Christo*. Lisboa: Typographia M. J. Marques da Silva.

²⁹⁶ 5º MARQUÊS DO LAVRADIO – *A divindade de Jesus Christo*, p. 3.

²⁹⁷ Cf. 5º MARQUÊS DO LAVRADIO – *A divindade de Jesus Christo*, p. 7–35.

²⁹⁸ BRAGA, João Joaquim de Almeida – *O christianismo e o seculo: resposta à obra de Mr. Renan-Vie de Jesus*. Porto: F.G. da Fonseca, 1864.

²⁹⁹ João Joaquim de Almeida Braga (1836-1871), natural da cidade com o mesmo nome do seu apelido, foi um prolífico autor que se dedicou sobretudo à composição de obras de teor religioso, quer sob a forma de romance, quer sob a forma de verso, tendo também colaborado em diversos jornais literários, religiosos e políticos bracarense (Cf. SILVA, Inocêncio Francisco da – *Diccionario bibliographico portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1854. Vol. III, p. 388; SILVA, Inocêncio Francisco da – *Diccionario bibliographico portuguez*. Vol. X, p. 282; SILVA, Inocêncio Francisco da – *Diccionario bibliographico portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1884. Vol. XI, p. 293).

³⁰⁰ BRAGA, João Joaquim de Almeida – *O christianismo e o seculo*, p. 147.

Obras de refutação direta

Um outro autor que também entrou nesta polémica, desta vez procurando um confronto direto com a obra renaniana foi Carlos Pinto de Almeida³⁰¹, com a obra *Estudo sobre a Vida de Jesus de Mr. Renan*³⁰², editada em 1866. O foco central da argumentação é a defesa da divindade de Jesus e da autoridade dos evangelhos, procurando sobrepô-los às exposições do escritor francês quando há desacordo entre eles. À semelhança de Camilo e do Marquês do Lavradio, a permanência do cristianismo face à decadência de outras tradições religiosas é considerado um fator que determina a divindade do seu fundador. Com efeito o cristianismo, «maior edifício dos seculos»³⁰³, provém da pregação de Jesus, o qual, distante da ignorância que Renan lhe concede, o fundou como resposta derivada do seu «perfeito conhecimento do estado do mundo e do sofrimento dos homens»³⁰⁴, instituindo uma «religião universal»³⁰⁵ e «eterna»³⁰⁶, consubstanciada na «egreja evangelica»³⁰⁷. Também a defesa da historicidade da Bíblia está presente, sendo que esta é «a única historia verdadeira»³⁰⁸ de entre as histórias das nações orientais, bem como a acusação de que a *Vie de Jésus* repetiria opiniões antigas, consideradas como heréticas³⁰⁹.

Por outro lado, Jesus é descrito como «elevando-se acima de todos pelas suas perfeições moraes»³¹⁰ e como tendo sido «predicto pelos profetas»³¹¹, sendo que o seu nascimento de uma virgem foi também aludido por outras tradições religiosas, nomeadamente Confúcio³¹², o que atesta a sua divindade.

³⁰¹ Carlos Pinto de Almeida foi administrador do concelho da Golegã e autor de outras obras de teor religioso (Cf. SILVA, Inocêncio Francisco da – *Diccionario bibliographico portuguez*. Vol. IX, p. 42–43).

³⁰² ALMEIDA, Carlos Pinto de – *Estudo sobre a vida de Jesus: de Mr. Renan*. Porto: Typographia Francisco Gomes da Fonseca, 1866.

³⁰³ ALMEIDA, Carlos Pinto de – *Estudo sobre a vida de Jesus*, p. 65.

³⁰⁴ ALMEIDA, Carlos Pinto de – *Estudo sobre a vida de Jesus*, p. 57.

³⁰⁵ ALMEIDA, Carlos Pinto de – *Estudo sobre a vida de Jesus*, p. 51.

³⁰⁶ ALMEIDA, Carlos Pinto de – *Estudo sobre a vida de Jesus*, p. 165.

³⁰⁷ ALMEIDA, Carlos Pinto de – *Estudo sobre a vida de Jesus*, p. 24. Esta expressão parece apontar para uma “Igreja fiel ao evangelho” e não tanto para uma das denominações do protestantismo, uma vez que o seu autor se afiança como «católico» (ALMEIDA, Carlos Pinto de – *Estudo sobre a vida de Jesus*, p. 10), razão pela qual seria pouco provável que não considerasse esta Igreja como a concretização histórica do cristianismo.

³⁰⁸ ALMEIDA, Carlos Pinto de – *Estudo sobre a vida de Jesus*, p. 99.

³⁰⁹ ALMEIDA, Carlos Pinto de – *Estudo sobre a vida de Jesus*, p. 83.

³¹⁰ ALMEIDA, Carlos Pinto de – *Estudo sobre a vida de Jesus*, p. 32.

³¹¹ ALMEIDA, Carlos Pinto de – *Estudo sobre a vida de Jesus*, p. 36.

³¹² Cf. ALMEIDA, Carlos Pinto de – *Estudo sobre a vida de Jesus*, p. 72.

Em termos de crítica ao método seguido por Renan, Carlos Pinto de Almeida assinala não só as inconsistências que advêm de assunções feitas com falta de dados que as sustentem, mas também as que provêm das comparações da mentalidade oriental antiga com a atual³¹³, bem como as que têm a sua origem em contradições internas da obra³¹⁴. No que toca ao milagre, da divindade de Jesus decorre a natural possibilidade de que este «suspendesse as leis da natureza para mostrar o poder de que se achava revestido»³¹⁵. Quanto à ressurreição, à centralidade da figura de Maria Madalena defendida por Renan são contrapostos os relatos evangélicos, afirmando que as sentinelas que guardavam o sepulcro tornavam impossível aos apóstolos o roubo do corpo de Jesus³¹⁶.

Uma outra obra que procura também um confronto direto com o escrito de Renan, com a particularidade de ser redigida e editada em Macau é *A divindade de Nosso Senhor Jesus Cristo reivindicada contra Ernesto Renan*³¹⁷, dada ao prelo em 1864. Esta é o resultado de uma pregação proferida por Francesco Saverio Rondina³¹⁸ na Sé de Macau, no culminar de um «tríduo celebrado na Sé desta cidade em desagravo da injúria feita a Nosso Senhor Jesus Christo por Ernesto Renan», decorrente da edição da *Vie de Jésus*, «obra que já tinha aparecido nestas partes»³¹⁹. Com o objetivo de refutar a obra de Renan, o autor aponta as suas contradições internas, acusando-a de ter caráter de romance e não de escrito historiográfico. Traz à colação, inclusive, algumas críticas que lhe foram feitas por pessoas ideologicamente próximas do escritor francês.

Outra obra que também procura refutar diretamente a *Vie de Jésus* é o *Exame crítico da Vida de Jesus de E. Renan*³²⁰, da autoria de Charles-Emile Freppel e traduzida para português por Pedro Guerra, tendo sido editada em 1864. Este escrito começa por apontar lacunas ao nível da erudição da obra renaniana, chamada de «puro romance, sem valor científico»³²¹, acusando-o de uso incorreto das fontes ou puro desconhecimento destas. Por outro lado, a afirmação de que Jesus nunca disse ser Deus

³¹³ Cf. ALMEIDA, Carlos Pinto de – *Estudo sobre a vida de Jesus*, p. 21.

³¹⁴ Cf. ALMEIDA, Carlos Pinto de – *Estudo sobre a vida de Jesus*, p. 110.

³¹⁵ ALMEIDA, Carlos Pinto de – *Estudo sobre a vida de Jesus*, p. 116.

³¹⁶ ALMEIDA, Carlos Pinto de – *Estudo sobre a vida de Jesus*, p. 180–181.

³¹⁷ RONDINA, F. X. – *A divindade de Nosso Senhor Jesus Christo, reivindicada contra Ernesto Renan: discurso*. Macau: Imprensa do Seminário Diocesano, 1864.

³¹⁸ Francesco Saverio Rondina foi um padre Jesuíta, oriundo de Itália (Cf. SILVA, Inocêncio Francisco da – *Diccionario bibliographico portuguez*. Vol. IX, p. 394).

³¹⁹ RONDINA, F. X. – *A divindade de Nosso Senhor Jesus Christo*, p. I.

³²⁰ FREPPEL – *Exame crítico da vida de Jesus de E. Renan*. Lisboa: Typographia Universal, 1864.

³²¹ FREPPEL – *Exame crítico da vida de Jesus de E. Renan*, p. 8.

corresponderia a mais um exemplo de uso truncado das fontes, neste caso os evangelhos.

Um outro exemplo de crítica, e que olha para a *Vie de Jésus* e para a pessoa do seu autor com um tom marcado pela acutilância e alguma jocosidade, é a obra *Evangelho segundo Renan ou refutação da Vida de Jesus d'este auctor*³²², da autoria de Henri Lasserre e traduzida para português pelo padre José Joaquim de Sena Freitas, em 1873. A índole geral deste opúsculo é dada logo ao seu início, onde o seu autor procura estabelecer a tese de que o verdadeiro objetivo das obras de Renan é o de «explicar porque largou o seminário, porque despiu a batina [...] e porque passou do habito talar ao fraque»³²³.

Obras de descredibilização

As críticas a Renan tomaram também, em outros casos, um aspeto mais pessoal, na medida em que procuraram ligar a produção de uma “vida de Jesus” com um caráter fortemente polémico à biografia do académico francês. Um dos exemplos desta perspetiva é a obra *Biographia de Ernesto Renan*, da autoria de Adolpho de Carfort e Francis Bazouge, e traduzida para português por J. L. Rodrigues Trigueiros em 1864³²⁴. Nela os autores procuram demonstrar uma história pessoal marcada pela suposta «queda do anjo»³²⁵, desde uma infância intensamente marcada por uma vivência religiosa, que o levaria a entrar no seminário, até à perda da sua fé e consequentes ataques à pessoa de Jesus.

Renan é, assim, descrito como uma criança muito devota, que cedo começou a mostrar dotes para o estudo. Contudo, ao prosseguir a sua carreira eclesiástica e por influência da irmã, entraria em contacto com a «philosophia nebulosa dos pensadores germânicos»³²⁶, cultivando também, de forma intensa, os estudos filológicos, ainda que «à custa da theologia»³²⁷. Mais tarde, já no Seminário de São Sulpício terá sido preterido para substituir interinamente o professor de hebraico, ao que se veio a juntar o prognóstico da sua irmã, que defendia que Renan teria «um futuro mais brilhante, se

³²² LASSERRE, Henri – *Evangelho segundo Renan ou refutação da vida de Jesus*. Porto: Typographia da Palavra, 1873.

³²³ LASSERRE, Henri – *Evangelho segundo Renan ou refutação da vida de Jesus*, p. 13.

³²⁴ CARFORT, Adolfo de; BAZOUGE, Francis – *Biographia de Ernesto Renan*. Lisboa: Typographia da Rua dos Galegos, 1864.

³²⁵ CARFORT, Adolfo de; BAZOUGE, Francis – *Biographia de Ernesto Renan*, p. 40.

³²⁶ CARFORT, Adolfo de; BAZOUGE, Francis – *Biographia de Ernesto Renan*, p. 33.

³²⁷ CARFORT, Adolfo de; BAZOUGE, Francis – *Biographia de Ernesto Renan*, p. 34.

[...] se fizesse apóstolo das doutrinas allemans»³²⁸. Estes dois fatores combinados terão espoletado nele o desejo, futuramente concretizado, de abandonar o seminário.

Findo este período, a «dúvida e o orgulho»³²⁹ levaram-no a mudar radicalmente a sua vida, vindo a travar conhecimento com, por exemplo, Proudhon³³⁰. Paulatinamente, o «apostata»³³¹ começaria o seu percurso académico, que o levaria a passar pela Palestina, integrado numa comissão científica de exploração do Oriente. Aí, visitou os lugares onde Jesus vivera, que «nenhuma impressão lhe causaram»³³², tendo também perdido a sua irmã. Posteriormente, chegaria à cadeira de hebraico no Colégio de França, sendo que, na sua lição de abertura, «ousou formular uma phrase em que negava a divindade de Jesus, classificando-o de “homem incomparável”»³³³, o que provocou o tumulto na sala e a suspensão do seu curso.

No que diz respeito à edição da *Vie de Jésus*, esta teve, como origem, «primeiro o orgulho ofendido; depois um desejo imoderado de adquirir celebridade, e talvez riqueza»³³⁴. Com efeito, Renan terá compreendido «que a questão religiosa era a grande questão da epocha; e que n'ella havia uma mina de oiro para explorar», o que levou à edição de uma obra cuja «tempestade levantada» fez com que o «estrondo produzido pela aparição dos *Miseraveis*» fosse apenas «um retintim de guizos»³³⁵. A obra biográfica prossegue com a análise de alguns dos supostos erros da *Vie de Jésus*, aos quais junta algumas críticas já entretanto produzidas por outros autores. Finalmente, num pequeno apontamento descreve como tem sido a vida do autor francês até à data, afirmando que este, por contraste com os tempos da sua juventude, «é hoje de um physico pouco agradável; [...] nenhum relâmpago de genio brilha em sua fronte fatigada», tendo «estampada no rosto uma tristeza profunda e amarga» que derivaria, provavelmente, da recordação dos «belos dias em que, rico de fé, abria ante Deus o seu coração cheio de esperança»³³⁶.

De índole algo diversa é a obra *Vida de Judas Renan: refutação das novas impiedades*, editada em Lisboa, em 1864. Este opúsculo encontra-se dividido em duas

³²⁸ CARFORT, Adolfo de; BAZOUGE, Francis – *Biographia de Ernesto Renan*, p. 37.

³²⁹ CARFORT, Adolfo de; BAZOUGE, Francis – *Biographia de Ernesto Renan*, p. 41.

³³⁰ CARFORT, Adolfo de; BAZOUGE, Francis – *Biographia de Ernesto Renan*, p. 43.

³³¹ CARFORT, Adolfo de; BAZOUGE, Francis – *Biographia de Ernesto Renan*, p. 51.

³³² CARFORT, Adolfo de; BAZOUGE, Francis – *Biographia de Ernesto Renan*, p. 57.

³³³ CARFORT, Adolfo de; BAZOUGE, Francis – *Biographia de Ernesto Renan*, p. 62.

³³⁴ CARFORT, Adolfo de; BAZOUGE, Francis – *Biographia de Ernesto Renan*, p. 66.

³³⁵ CARFORT, Adolfo de; BAZOUGE, Francis – *Biographia de Ernesto Renan*, p. 67.

³³⁶ CARFORT, Adolfo de; BAZOUGE, Francis – *Biographia de Ernesto Renan*, p. 84.

partes, sendo a primeira da autoria de Tomás de Carvalho e a segunda anónima. Procura descrever uma biografia de Judas, personagem evangélico responsável pela traição de Jesus, afixando o seu mau carácter e aspeto físico, com o objetivo de dizer que «a raça dos judas não está ainda extinta³³⁷», os quais, apesar de serem educados no seminário, se tornam em «romancistas do inferno» que «escrevem supostas *Vidas de Jesus*»³³⁸.

Como se pode constatar, estas diversas obras de polémica acabam por dizer respeito a aspetos distintos da obra de Renan, embora confluam no carácter literário e não historiográfico que lhe atribuem. Mais ainda, para além da procura da descredibilização do autor, pode-se notar uma defesa da autoridade dos evangelhos, frente à construção renaniana, bem como uma apologia da Igreja e do cristianismo, enquanto defensores do progresso e da civilização. Tudo isto tem por objetivo manter e sustentar o carácter divino da pessoa de Jesus, fator legitimador do tratamento dado ao catolicismo como religião de estado, decorrente do seu entendimento de religião verdadeira.

As obras e os debates

As duas obras escolhidas, e o tratamento que delas foi feito permite não só concretizar alguns detalhes do mercado livreiro que têm vindo a ser delineados, mas também mostrar como a edição de livros em geral, e aqueles de índole religiosa em particular, procuram quer uma vertente comercial, quer também uma influência social. Por conseguinte, a não neutralidade associada à edição pode aqui ser aferida, na medida em que se procura, através da publicação de livros, caucionar mundividências que se pretendem performativas e modeladoras da opinião pública. Por outro lado, a importância do religioso enquanto fator de compreensão social, que deve ser entendido no enquadramento mais global de outras dinâmicas sociais, como aquelas políticas ou económicas, é aqui ressaltada.

No que concerne aos aspetos mais diretamente ligados ao mercado livreiro, o escrito de Quirino de Jesus permite a perceção da existência de obras cujo fim é o de influir de forma direta e intencional numa questão que tinha sido espoletada por fatores

³³⁷ CARVALHO, Tomás de – *Vida de Judas-Renan: refutação das novas impiedades*. Lisboa: Typographia de J. da Costa Nascimento Cruz, 1864, p. 84.

³³⁸ CARVALHO, Tomás de – *Vida de Judas-Renan*, p. 85. Em itálico no original.

externos ao livro, mas no seio da qual se inscreve. Tendo sido classificada anteriormente como “apologética e polémica”, na medida em que se trata de uma obra de debate social e religioso, ela é significativa, uma vez que é representativa de uma visão que defendia a pertinência do religioso enquanto fator agregador da sociedade. Ou seja, a unidade das possessões ultramarinas portuguesas, e da nação portuguesa enquanto tal, face à situação económica e à obra civilizadora que se pretendia levar a cabo, necessitaria de uma presença efetiva da religião da Carta Constitucional. Contudo, tal presença não se poderia realizar nos moldes metropolitanos, devido às características próprias dos terrenos africanos, pelo que seria necessário a presença das ordens religiosas, enquanto fator de efetivo domínio territorial por parte de Portugal.

A obra de Renan, por outro lado, permite a perceção da existência de tradução francesa no mercado nacional, tal como atestam as sete impressões de versões traduzidas da obra até 1910. A existência de uma versão popular é também indicativa da intenção de criar uma cultura “para as massas”, que fosse baseada em volumes acessíveis, tal como já se tinha referido a propósito das diversas bibliotecas populares. Ademais, a obra de Camilo que foi analisada é também um exemplo de edição de livros que originalmente tinham aparecido sob a forma de artigos publicados na imprensa periódica. De resto, as múltiplas obras de polémica que se associaram à obra de Renan, procurando contradizê-la de forma direta ou indireta, mostram como a associação à *Vie de Jésus* podia significar uma acrescida valorização comercial, mas também que se trata de um tema candente ao longo do século XIX, ao qual o mercado editorial português não foi alheio³³⁹. Com efeito, ao colocar em questão a divindade de Jesus, coloca-se em questão o posicionamento da Igreja na sociedade, na medida em que a legitimação que o sustenta é posta em dúvida. Assim, ao se discutir uma problemática com um cunho

³³⁹ Para além de Camilo Castelo Branco, também outras figuras de vulto da cultura portuguesa construíram uma mundividência em torno da figura de Jesus. Apenas como exemplo, pode-se apontar o caso de Eça de Queiroz, que, embora com matizes diversificadas em alguns escritos, apresenta uma construção secularizada em torno de Jesus que muito se aproxima da visão defendida por Renan (Cf. FERREIRA, António Matos – Religião, Cristianismo, Jesus. In MATOS, A. Campos (ed.) – *Dicionário de Eça de Queiroz*. 2^a ed. Lisboa: Caminho, 1993, p. 823–828). De resto, a julgar pela nota que escreveu aquando da morte do autor francês, o próprio Eça nutria admiração por ele (Cf. MATOS, A. Campos – Renan, Ernesto. In MATOS, A. Campos (ed.) – *Dicionário de Eça de Queiroz*. 2^a ed. Lisboa: Caminho, 1993, p. 836–837). Já no caso de Joaquim Pedro de Oliveira Martins, a figura de Jesus é secundarizada como um momento da espiritualização da religião, por contraste com as realizações institucionais e sociais do cristianismo – a Igreja – sendo estas últimas vistas como o verdadeiro fator de positividade que se pode atribuir à religião cristã (Cf. FERREIRA, António Matos – *O pensamento de Oliveira Martins sobre religião*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2005. Tese complementar de Doutoramento em História Contemporânea, p. 32–41).

religioso e teológico bastante vincado, está também a discutir-se uma visão mais ampla sobre o papel da religião, nomeadamente a cristã católica, enquanto fator de progresso e civilização³⁴⁰. Esta discussão deve ser, no entanto, matizada, uma vez que, para Renan, a perda de poder da Igreja não significaria uma perda de importância da religião cristã, mas sim uma mutação desta em direção a uma religião da humanidade, baseada no sentimento puro e não numa vertente institucional³⁴¹. Deste modo, ao exaltar a pessoa de Jesus, enquanto líder carismático, e os aspetos do foro interior, está-se a colocar em causa a instituição eclesial, bem como os limites da legitimação do enquadramento privilegiado desta no contexto de uma sociedade confessional, tal como era a França e o Portugal de Oitocentos. Por conseguinte, embora se trate de uma obra que tenha sido classificada como “Espiritualidade”, na medida em que ela procura ter um carácter morigerador e de criação de mundividências, nem por isso deixa de ter um cunho de influência social e de polémica, embora não debata abertamente uma temática dessa índole.

Ambas as obras, são, conseqüentemente, exemplos de uma série de vertentes que têm vindo a ser delineadas relativamente ao mercado livreiro, bem como da diversidade de temáticas que compõem o mundo do “livro religioso”. Estas, contudo, confluem num ponto, a de que este tipo de livros se inscreve no panorama cultural português, não tanto como um mundo à parte, mas sim como uma componente do mercado livreiro que convoca autores, editores e livreiros que são transversais a esse mesmo mercado. Com efeito, as obras estudadas encontram-se à venda em livrarias sem qualquer denominação confessional, mesmo naquelas que aparentam ter maior volume de negócios. São divulgadas através dos normais canais de publicitação de livros e editadas por livrarias

³⁴⁰ Deve-se também ter presente que a supressão das Conferências do Casino, em 1871, se deu antes da intervenção de Salomão Sáragga, que teria, precisamente, como tema “Os historiadores críticos de Jesus”, sinal de que esta polémica teve alcance e receção no panorama cultural português (Cf. REIS, Carlos – *As conferências do casino*. Lisboa: Alfa, 1990, p. 68–85).

³⁴¹ Num espetro mais largo, esta problemática deve ser enquadrada numa outra, que será característica da última década do século XIX e primeira do século XX, que é a do modernismo. No sentido que aqui adquire, trata-se de uma série de conflitos que surgem no seio eclesial, fruto de tentativas de compatibilização da Igreja com o mundo moderno em diversas vertentes, como o político, o filosófico, o histórico ou o científico. Contudo, a unidade de todas estas doutrinas, mais do que num movimento coordenado, esteve na condenação por parte do magistério da Igreja de que foram alvo. Sobre esta problemática, veja-se, sobretudo, GUASCO, Maurilio – *Modernismo: i fatti, le idee, i personaggi*. Milão: San Paolo, 1995 e POULAT, Émile – *Histoire, dogme et critique dans la crise moderniste*. Paris: Casterman, 1962. Em Portugal, o modernismo teve expressão sobretudo no campo político, e utilizado mais como acusação do que como autorrepresentação (Cf. ALMEIDA, João Miguel – Romolo Murri em Portugal. In ALMEIDA, João Miguel (ed.) – *Da Monarquia à República: cartas portuguesas de Romolo Murri*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa - UCP, 2010, p. 21–48).

ou casas editoriais que não se dedicam especificamente ao comércio de “livro religioso”.

Tal poderá indicar que, pelo menos ao nível do mercado livreiro, os processos de secularização e laicização em curso na sociedade portuguesa de então se orientam não tanto para o desaparecimento social das questões, temáticas e mundividências transportadas pelo religioso, mas sim para uma transformação das mesmas e do seu lugar social. Com efeito, os fenómenos de «deslocação do facto religioso»³⁴² característicos da secularização podem ser ilustrados pela procura pelo “Jesus histórico”, que uma obra como a de Renan transporta consigo, na medida em que a figura do fundador do cristianismo é pensada e enquadrada num marco que se situa fora do cristianismo institucionalmente estabelecido e dogmaticamente marcado, sem que seja, por isso, afastada ou ignorada. O que sucede é a sua transferência de um referencial explicitamente confessional, para um outro de índole ético. Da mesma forma, o processo de laicização pode ser ilustrado pela obra de Quirino de Jesus. Sem querer forçar esta leitura, e tendo em conta que ambos os processos se cruzam, a reivindicação da importância das ordens religiosas em contexto ultramarino, enquanto expressão da relevância do catolicismo para o conjunto da sociedade revela, precisamente, este processo de disputa e de procura de legitimação para a ação e presença da religião, enquanto fator social positivo.

³⁴² FERREIRA, António Matos – Secularização. In AZEVEDO, Carlos Moreira (ed.) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001. Vol. P-V, p. 196.

Conclusão

Ao finalizar o percurso desenvolvido é mister retornar às questões que lhe estiveram subjacentes, nomeadamente a da compreensão do mercado livreiro lisboeta na transição entre a Monarquia e a República e de que modo as suas dinâmicas são geradoras de movimentos que pretendem influir na opinião pública, nomeadamente através da análise daquilo a que se designou como “livro religioso”.

Deste modo, a consideração teórica inicial, mais do que procurar dotar a dissertação de um conjunto de ferramentas de leitura historiográfica da realidade, teve como objetivo alargar, tanto quanto possível, o campo de reflexão em torno do livro, enquadrando-o quer socialmente, quer ao nível das problemáticas culturais e mundividências que pode transportar. Daí ressaltou, em primeiro lugar, que uma cultura baseada na literatura tem que lidar com uma série de fenómenos, como o da alfabetização, o da criação de universos representacionais ou das múltiplas leituras que um mesmo escrito permite. Isto conduz, imediatamente, à problemática dos atores sociais que influem nesta construção, os quais, imersos no mundo do pequeno comércio urbano não podem descurar totalmente os processos de negócio que conduzem à geração e acumulação de capital, nem os que têm como objetivo influir nas temáticas sócio-culturais, nas quais a mercadoria que transacionam se insere. Assim, esta dupla representação e função social, acaba por carrear consigo um entendimento que se traduz na prestação de um serviço cultural, inserido numa lógica de mercado. Onde a preocupação exclusiva não ser simplesmente a perceção daquilo que vende, mas também a daquilo que interessa editar e vender, com o objetivo de gerar dinâmicas culturais de um grau que se entende como mais elevado, e que se representa como “serviço às letras”.

Esta ligação intrínseca entre comércio de livros e atores sociais conduziu à necessidade do mapeamento dos estabelecimentos comerciais que se dedicavam a esta atividade, em ordem a perceber, em primeiro lugar, quem eram, para, posteriormente, perceber como se distribuíam, e quais as zonas da cidade que privilegiavam para desenvolver os seus negócios. Neste sentido, se é verdade que o mercado livreiro não é muito extenso, estando longe de ser uma das categorias mais significativas do comércio lisboeta, não deixa de transparecer que este “microcosmos” acaba por mapear algumas das características do pequeno comércio lisboeta, nomeadamente ao nível das flutuações

numéricas, ou do acompanhamento dos vetores de crescimento da cidade. Ademais, a concentração deste em torno da zona da “Baixa”, importante centro cultural e político da vida da capital, mostra como o mercado da edição e venda de livros se estabelece tendo em conta uma rede que comporta relações diretas e de proximidade, não só entre autores e editores, mas também ao nível das clientelas de leitores.

Por outro lado, enquanto comércio de mercadorias que pretende gerar acumulação de capital financeiro e não apenas cultural, o mercado livreiro tinha que procurar meios de angariar compradores, dando a conhecer os fundos que colocava à disposição para venda. Neste sentido, o catálogo assumia-se como um excelente meio, ainda que dispendioso, para dar a conhecer o leque de opções que um cliente teria em determinada livraria. É certo que este tipo de instrumentos não dispensava, contudo, a existência de publicidade mais “tradicional”, em almanaques, ou nas montras, por exemplo. A consulta destes catálogos revelou-se, assim, como um excelente meio de aferição dos livros que eram colocados à disposição do público. Com efeito, embora uma zona relativamente significativa do mercado livreiro tivesse permanecido na penumbra, uma vez que não foi possível localizar publicações deste género para um elevado número de lojas, a informação recolhida permitiu a perceção de algumas tendências e o estabelecimento de cifras globais, sempre ao nível das existências colocadas à disposição do público (ao nível dos milhares de títulos distintos em algumas livrarias) e não tanto dos títulos editados ou do número de exemplares vendidos.

Assim, a disponibilidade deste tipo de material possibilitou uma análise tipológica das publicações que estavam disponíveis para venda nos vetores espaço-temporais escolhidos. O ângulo de abordagem escolhido, em torno do “livro religioso”, obrigou à preparação de uma ferramenta de análise que permitisse identificar e tipificar um universo vasto e com um entendimento diversificado. A divisão temática estabelecida, se está longe de ser a única possível, proporcionou, contudo, quer uma panorâmica global, quer a sua aplicação ao universo dos catálogos, onde a informação disponível para cada publicação apresentava apenas como constante o título da mesma. Com efeito, as sete categorias estabelecidas permitiram não só agrupar publicações com um carácter similar, mas também identificar matizes que distinguem este universo. Por outro lado, a panóplia de possíveis temáticas apuradas mostra também como o religioso se insere no seio de uma tessitura social concreta, que transporta consigo questões que giram em torno não só do papel da religião na sociedade, mas também da condução dos

destinos desta e de que modo aquela pode ser um fator positivo ou negativo. Daqui decorre que o universo de representações gerado em torno das temáticas religiosas tanto poderia ser “a favor” ou “contra”, sem que, por isso, deixe de estar associado a uma visão global da sociedade oitocentista portuguesa, no seio da qual a “questão religiosa” se assume como de capital importância e em íntima relação com a social ou política.

O número de livros de índole religiosa que se apurou veio mostrar também como a categoria de análise escolhida não era apenas um universo muito restrito e pouco representativo, mas sim um tipo de publicações com comercialização distendida, quer ao nível do número de volumes apurados, quer ao nível da distribuição destes pelas várias livrarias que tinham sido anteriormente identificadas. Deste modo, embora existissem livrarias estritamente confessionais, cujos catálogos não foram analisados, as livrarias e editoras “generalistas” comercializavam quantidades relativamente assinaláveis de “livro religioso”, coexistindo este no circuito livreiro lado-a-lado com outro tipo de publicações, como os romances de temática não religiosa, os livros de ensino, ou aqueles dedicados à história ou às questões políticas e sociais.

Este apuramento de números globais e de distribuição dos tipos de publicações religiosas pelas lojas e catálogos disponíveis pedia, contudo, um outro nível de análise, que permitisse verificar até que ponto os livros desta índole procuravam influir na opinião pública, quer ao nível do debate sobre questões concretas (categoria da “apologética e polémica”), quer através da criação de universos representacionais (categoria da “espiritualidade”, sobretudo). Para tal, procedeu-se à análise de uma obra considerada significativa em cada uma destas duas categorias, que anteriormente tinham sido identificadas como as mais representativas em termos do número de exemplares diversos colocados à disposição do público.

A primeira das obras escolhidas, *As ordens religiosas e as missões ultramarinas*, da autoria de Quirino Avelino de Jesus (classificada como “apologética e polémica”), veio mostrar como o debate em torno das ordens religiosas, bem como a existência destas em solo metropolitano, não tinha acabado com a sua extinção em 1834, nem se resumia aos afloramentos que ele tinha, como a questão das Irmãs da Caridade, na década de 1860, ou o “caso Calmon”, nos alvares do século XX e que motivaria, inclusive, reação legislativa. Com efeito, a problemática da presença do religioso através das ordens regulares cruza-se com a preocupação, transversal a todos os quadrantes políticos nacionais, do efetivo domínio dos territórios ultramarinos. Deste

modo, se é certo que a solução para a manutenção deste não era uniforme a todos eles, os setores católicos encontraram aqui um terreno comum que permitia não só um diálogo com outros setores da sociedade, mas também a afirmação da importância da religião enquanto fator de progresso civilizacional e, em última instância, de afirmação de Portugal no quadro internacional. Por outro lado, esta obra é também demonstrativa da existência de uma intencionalidade explícita que presidiu à sua elaboração, edição e distribuição, como forma de manter a questão da restauração das ordens religiosas em aberto na opinião pública.

A segunda obra escolhida, a *Vie de Jésus*, de Ernest Renan (classificada como “espiritualidade”), é sintomática de um outro debate, transversal ao século XIX em contexto europeu, que é o da divindade de Jesus. Nesta conjuntura, a referência à figura fundacional do cristianismo é enquadrada para além do âmbito dogmático a que as igrejas cristãs sempre a associaram, ainda que com formas e concretizações diversas. Com efeito, o debate é centrado sobre a historicidade da figura de Jesus, e sobre o modo como os métodos historiográficos contemporâneos lhe lograriam aceder, os quais não poderiam aceitar acriticamente a visão que os evangelhos carregam, baseando-se apenas na autoridade destes. A importância deste debate prende-se não só com a produção de modelos morais de cidadania, mas também com o modo como a religião e o Estado interagiam entre si. Ou seja, as sociedades de matriz confessional cristã faziam assentar a legitimidade de uma confissão de Estado, em última análise, no facto de se entender que essa seria “a” religião verdadeira, derivada de ter sido criada e revelada pelo próprio Deus. Deste modo, colocar em causa a divindade de Jesus, é afirmar que os privilégios concedidos a determinada Igreja cristã são, no fundo, insustentáveis, donde não ser surpreendente o elevado grau de polémica gerado pela obra de Renan. Tal não significava, contudo, que o aparato religioso do cristianismo deixasse de ter importância, mas antes a deslocação deste para níveis associados sobretudo à interioridade, ao “sentimento”.

Deve-se ter ainda em conta que esta obra é também exemplificativa da importância das traduções, sobretudo as de livros franceses, ao nível quer da internacionalização de questões culturais em torno do religioso, quer ao nível da sustentação de debates sócio-religiosos em Portugal. Ademais, a presença desta obra em catálogos, algumas décadas depois da sua edição mostra também como a separação entre novidades e livros mais antigos era algo esbatida no período em estudo. Por fim,

se bem que o presente trabalho não tenha procurado tirar conclusões ao nível das tiragens e, portanto, dos volumes de vendas, as múltiplas traduções apuradas e algumas reações recolhidas dão a entender que esta obra terá sido uma espécie de *best-seller* dentro do universo do livro religioso.

Concluindo, a análise do mercado livreiro realizada veio não só mostrar o modo como este se estruturava e distribuía, mas também o modo como a dupla vertente, de comércio e de serviço cultural, procurava interligar-se na capital portuguesa, desde o *Ultimatum* até à República. Para tal, o “livro religioso” serviu para mostrar não só o tipo de debates e a importância que possuía, mas também a transversalidade deste género de escritos, no que ao universo livreiro diz respeito. Neste sentido, este tipo de livros pode também ser apresentado como significativamente representativo dessa dupla vertente comercial e cultural associada ao mercado livreiro.

Por outro lado, o recurso a uma série de fontes, nomeadamente os catálogos, esforço tanto quanto sabemos inédito para as coordenadas espaço-temporais escolhidas, vem chamar a atenção para novas hipóteses de exploração que não se resumam ao estudo particular de um outro caso de livrarias. Seria, por conseguinte, interessante procurar perceber, por exemplo, a existência de políticas concertadas ou concorrenciais ao nível do preço dos livros. De igual modo, será também frutífero estudar o custo relativo deste tipo de mercadoria, quando comparado com outro género de bens, em ordem a tentar averiguar da faixa socioeconómica que teria capacidade para os adquirir. De referir ainda que as livrarias identificadas possibilitam um ulterior estudo de índole prosopográfica, que se concentre, pelo menos, nos titulares das casas editoriais e livrarias conhecidas.

Uma última palavra deve contudo ainda ser dita, que é a de que do comércio livreiro, enquanto mercado de bens culturais, transparecem as questões que a sociedade transporta consigo, e que nestas a questão religiosa está presente e intimamente relacionada com as restantes questões sociais e políticas, sendo, por conseguinte, essencial para a compreensão do final do século XIX em Portugal. Com efeito, os processos de secularização e laicização que marcaram a sociedade tardo-oitocentista, mais do que num desaparecimento da religião, redundaram numa disputa pela sua pertinência e relevância, tanto do ponto de vista antropológico como social, sem que tal resultasse necessariamente numa ausência de referenciais culturais relacionados com as mundividências cristãs.

Fontes e bibliografia

Fontes manuscritas

Arquivo Municipal do Arco do Cego

Registo de licenças para estabelecimentos de comércio e indústria, 1890 e 1904.

Archivio Segreto Vaticano

Sacra Congregazione degli Affari Ecclesiastici Straordinari, ano 1894.

Segreteria di Stato, ano 1894.

Periódicos e almanaques

Annuario Almanach Commercial (1890-1892; 1894-1896)

Annuario commercial de Portugal Ilhas e Ultramar (1903-1905)

Almanach das Senhoras (1892; 1902; 1907)

Almanach Bertrand (1904; 1906)

Correio da Manhã (1893)

Correio Nacional (1893)

Diário Popular (1893)

O Economista (1893)

A Tarde (1893)

Fontes de época impressas

5º MARQUÊS DO LAVRADIO – *A divindade de Jesus Christo*. Lisboa: Typographia M. J. Marques da Silva.

A EDITORA – *Catálogo de “A Editora”*: Antiga casa David Corazzi. Lisboa: A Editora, 1903.

ALMEIDA, Carlos Pinto de – *Estudo sobre a vida de Jesus: de Mr. Renan*. Porto: Typographia Francisco Gomes da Fonseca, 1866.

A Maçonaria e os jesuitas: instrução pastoral do Bispo de Olinda aos seus diocesanos. Guimarães: Livraria Internacional, 1876.

ANDRADA, Francisco Ladislau Álvares de – *Pastoral do Arcebispo de Paris para desenvolver e confirmar o decreto do Concílio de Paris relativo à intervenção do clero nos negócios políticos.* Lisboa: Imprensa Nacional, 1851.

BATTAINI, Domenico – *Il Renan e l'Harnack e la storia di Gesù.* Roma: Federico Pustet, 1904.

BOURDEAU, Jean – *Les maitres de la pensée contemporaine: Stendhal, Taine, Renan, Herbert, Spencer, Nietzsche, Tolstoi, Ruskin, Victor Hugo.* 5ª ed. Paris: Félix Alcan, 1907.

Brado catholico contra o casamento civil: opusculo offerecido ao nobre Duque de Saldanha. Porto: Typographia Portuense, 1865.

BRAGA, João Joaquim de Almeida – *O christianismo e o seculo: resposta à obra de Mr. Renan-Vie de Jesus.* Porto: F.G. da Fonseca, 1864.

CARFORT, Adolfo de; BAZOUGE, Francis – *Biographia de Ernesto Renan.* Lisboa: Typographia da Rua dos Galegos, 1864.

CARNEIRO, Bernardino J. da S.; PITA, José Pereira Paiva – *Elementos de direito ecclesiastico portuguez e seu respectivo processo.* 4ª ed. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1888.

CARVALHO, António José de – *O Poder Temporal dos Papas em resposta ao Papa-Rei e o Concilio.* Lisboa: Typographia do Futuro, 1871.

CARVALHO, Tomás de – *Vida de Judas-Renan: refutação das novas impiedades.* Lisboa: Typographia de J. da Costa Nascimento Cruz, 1864.

CASTELO BRANCO, Camilo – *Divindade de Jesus e tradição apostolica.* 2ª ed. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1903.

CASTELO BRANCO, Camilo – *Divindade de Jesus e tradição apostólica.* 8ª ed. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1971.

CASTELO BRANCO, Camilo – *Horas de paz: escriptos religiosos.* 3ª ed. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1903.

Catecismo da Diocese de Coimbra adoptado pelo Arcebispo Bispo Conde. Coimbra, 1854.

CHATEAUBRIAND, François-René de – *O génio do Christianismo.* 4ª ed. Porto: Livraria Cruz Coutinho, 1888.

CHATEAUBRIAND, François-René de – *Os martyres.* Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1865.

CONSTANT – *O Papa e a liberdade.* Porto: Manoel Malheiro, 1879.

DEFENSOR DA RELIGIÃO – *Catecismo catholico pelo defensor da religião, ou compendio abreviado dos principais dogmas*. Lisboa: Typographia P. J. A. S. Amaral, 1838.

DIAS, Eugénio Vicente (trad.) – *O syllabus justificado ou explicação do syllabus segundo a theologia, a razão e o bom senso*. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & C.^a, 1876.

DINIS, José Ferreira Garcia – *Oração funebre que nas exequias solemnes por alma do Reverendo José Francisco Acabado*. Lisboa: Typographia Universal, 1885.

EGRESSO DA PROVINCIA DA CONCEIÇÃO – *A Religião Revelada*. Aveiro: Casa de Ernesto A. Ferreira, 1858.

FEUERBACH, Ludwig – *A essência do Cristianismo*. 4^a ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

FREITAS, Ernesto Adolfo de (tran.) – *Da imitação de Christo*. Lisboa: Typographia Universal, 1878.

FREPPEL – *Exame critico da vida de Jesus de E. Renan*. Lisboa: Typographia Universal, 1864.

GARRETT, Almeida – O dia 24 de Agosto. In *Obra política: escritos do Vintismo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1985, p. 185–220.

GERALDES, Manuel Nunes – *O Papa-Rei e o Concilio*. Lisboa: Typographia Universal, 1870.

GOBBETT, Guilherme – *História da reforma protestante em Inglaterra e Irlanda*. Lisboa: Typographia Universal, 1864.

GUIMARÃES, Delfim – *Evangelho: livro de orações*. Lisboa: Casa Bertrand, 1895.

HOMOND – *Historia abbreviada da igreja para servir de continuação à historia da religião antes da vinda de Jesus Christo*. Lisboa: Typographia de O. R. Ferreira & Comp, 1846.

JESUS, Quirino Avelino de – *As ordens religiosas e as missões ultramarinas*. Lisboa: Typographia da Casa Católica, 1893.

LASSERRE, Henri – *Evangelho segundo Renan ou refutação da vida de Jesus*. Porto: Typographia da Palavra, 1873.

LESCOEUR – *A vida futura: conferencias do padre oratoriano Lescoeur*. Lisboa: Santos & Vieira, 1860.

LIVRARIA ACADEMICA – *Catálogo de livros antigos e modernos e romances (preços resumidos)*. Lisboa: Livraria Académica, 1904.

LIVRARIA ANTIGA E MODERNA – *Catálogo de alguns livros raros e curiosos à venda na Livraria Antiga e Moderna*. Lisboa: Livraria Antiga e Moderna, 1903.

LIVRARIA CENTRAL – *Catálogo de Edições e de Algumas Obras à venda*. Lisboa: Livraria Central, 1903.

LIVRARIA COELHO – *Catálogo de alguns livros raros e curiosos que se acham à venda na Livraria Coelho*. Lisboa: Livraria Coelho, 1904.

LIVRARIA EDITORA VIÚVA TAVARES CARDOSO – *Bibliographia e critica das edições da Livraria Editora Viúva Tavares Cardoso*. Lisboa: Livraria Editora Viúva Tavares Cardoso, 1905.

LIVRARIA MAIA – *Catálogo da Livraria Maia: livros de ocasião e alguns muito raros e curiosos*. Lisboa: Livraria Maia, 1903.

LIVRARIA SANTOS E SILVA – *Catálogo da Livraria Santos e Silva*. Lisboa: Livraria Santos e Silva, 1903.

LIVRARIA UNIVERSAL – *Catálogo da Livraria Universal: obras de fundo e restos de edições*. Lisboa: Livraria Universal, 1903.

Livro abreviado da missa e da confissão e outras orações: edição feita sobre a do prior d'Abrantes. Paris: Antiga Casa Morizot.

LOBO, Eduardo de Barros – *A volta do Chiado*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1902.

LORGUES, Roselly de – *Jesus Christo perante o século, ou novos testemunhos das sciencias em abono do Catholicismo*. 3^a ed. Porto: F. G. da Fonseca, 1852.

MALVERT – *Resumo da historia das religiões*. Lisboa: Minerva do Commercio, 1903.

MENDONÇA, Alexandre Aranha Furtado de – *Resumo da História Sagrada*. Lisboa: Typographia do Anuário Comercial, 1906.

MONTEVERDE, Emílio Aquiles – *Mimo á infancia, ou manual de historia sagrada: para uso das crianças que frequentão as aulas, tanto em Portugal como no Brasil*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859.

Novena da Conceição Immaculada da Virgem Maria Senhora nossa. 6^a ed. Lisboa: Livraria Catholica, 1896.

PALERMO, Luigi Arcesi di – *Maria: poema sacro diviso in 4 parti*. Lisboa: Typographia Universal, 1862.

PARCERIA ANTÓNIO MARIA PEREIRA – *Catalogo illustrado da Parceria António Maria Pereira, livraria editora*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1903.

PARCERIA ANTÓNIO MARIA PEREIRA – *Catalogo illustrado das edições, obras de fundo e sortimento da Parceria António Maria Pereira, livraria editora*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1907.

PEREZ ESCRICH, Enrique – *O martyr do Golgotha*. Lisboa: Parceria Pereira, 1926.

- PUCHESSE, Baguenault de – *A Immortalidade: a morte e a vida. Estudo acerca do destino do Homem*. Porto: F. Gomes da Fonseca, 1865.
- RENAN, Ernest (a) – *Vida de Jesus: origens do Christianismo*. 3^a ed. Porto: Livraria Chardron, 1905.
- RENAN, Ernest (b) – *Vie de Jésus*. Paris: Gallimard, 1974.
- RENAN, Ernest (c) – *Vie de Jésus: édition populaire*. Paris: Calmann-Lévy.
- RENAN, Ernest (d) – *Vie de Jésus*. 12^a ed. Paris: Michel Lévy Frères, 1864.
- RENAN, Ernest (e) – *Vida de Jesus*. Lisboa: J. A. X. de Magalhães, 1864.
- RENAN, Ernest (f) – *Vida de Jesus: edição popular*. Lisboa: Typographia do Futuro, 1864.
- RENAN, Ernest (g) – *Vida de Jesus*. Lisboa: Typographia do Futuro, 1865.
- RENAN, Ernest (h) – *Vida de Jesus*. Lisboa: A. Ignacio dos Santos, 1903.
- RENAN, Ernest (i) – *Vida de Jesus: origens do Christianismo*. Porto: Lello & Irmão, 1894.
- RIBEIRO, José Maria de Almeida – *A voz do presbytero ou sermões selectos*. Lisboa: Livraria de A. M. Pereira, 1877.
- RONDINA, F. X. – *A divindade de Nosso Senhor Jesus Christo, revindicada contra Ernesto Renan: discurso*. Macau: Imprensa do Seminário Diocesano, 1864.
- SANTOS, Gomes dos – *Arquitectura cristã*. Póvoa de Varzim: Povoense, 1907.
- SCHENKL, Amaro de – *Institutiones Juris Ecclesiastici Germaniae imprimis et Bavariae accommodatae*. Coimbra: Typis Academicis, 1874.
- SCHWEITZER, Albert – *The quest of the historical Jesus: a critical study of its progress from Reimarus to Wrede*. 3^a ed. London: Adam & Charles Black, 1954.
- SILVA, Inocêncio Francisco da – *Diccionario bibliographico portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1883. vol. X.
- SILVA, Inocêncio Francisco da – *Diccionario bibliographico portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1870. vol. IX.
- SILVA, Inocêncio Francisco da – *Diccionario bibliographico portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1854. vol. III.
- SILVA, Inocêncio Francisco da – *Diccionario bibliographico portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1884. vol. XI.
- SOUSA, José Ferreira Marnoco e – *Direito ecclesiástico português: prelecções feitas ao curso do terceiro anno jurídico do anno de 1909-1910*. Coimbra: Tip. França Amado, 1910.

STRAUSS, David Friedrich – *Nova Vida de Jesus*. Porto: Livraria Chardron.

TERESA DO MENINO JESUS – *Historia d'uma alma*. Lisboa: Typographia da Livraria Ferin, 1906.

TOMÉ DE JESUS – *Trabalhos de Jesus*. 6^a ed. Porto: Typographia Porto Médico, 1925.

VILLEFRANCHE, J. M. – *Pio IX: sua vida, sua história e seu século*. Lisboa: Mattos Moreira, 1877.

VISCONDE DE JUROMENHA – *Submisso protesto de um portuguez catholico ao Santissimo Padre Pio IX*. Lisboa: Typographia de G. M. Martins, 1870.

XAVIER, Filipe Nery – *Resumo historico da maravilhosa vida, conversões e milagres de S. Francisco Xavier*. 2^a ed. Nova Goa: Imprensa Nacional, 1861.

Bibliografia secundária

5^o MARQUÊS DO LAVRADIO – *A divindade de Jesus Christo*. Lisboa: Typographia M. J. Marques da Silva.

ABREU, Luis Machado de – Camilo Contra Renan: a propósito de Divindade de Jesus. *Revista da Universidade de Aveiro - Letras*. n.º 9-11 (1992), p. 117–134.

A EDITORA – *Catálogo de “A Editora”*: Antiga casa David Corazzi. Lisboa: A Editora, 1903.

ALEXANDRE, Valentim – Nação e Império. In BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (eds.) – *História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998. Vol. 4, p. 90–141.

ALMEIDA, Carlos Pinto de – *Estudo sobre a vida de Jesus: de Mr. Renan*. Porto: Typographia Francisco Gomes da Fonseca, 1866.

ALMEIDA, João Miguel – Romolo Murri em Portugal. In ALMEIDA, João Miguel (ed.) – *Da Monarquia à República: cartas portuguesas de Romolo Murri*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa - UCP, 2010, p. 21–48.

ALVES, Daniel – *A República atrás do balcão: os Lojistas de Lisboa e o fim da Monarquia [1870-1910]*. Lisboa: Edições Cosmos, 2012.

ALVES, Herculano – *A Bíblia de João Ferreira Annes d'Almeida*. Coimbra: Sociedade Bíblica do Brasil e de Portugal / Difusora Bíblica, 2006.

ALVES, José da Felicidade (ed.) – *O ensino da doutrina cristã: Encíclica “Acerbo nimis” e outros documentos*. Lisboa: Centro Paroquial da Igreja de São Paulo, 1955.

A Maçonaria e os jesuitas: instrução pastoral do Bispo de Olinda aos seus diocesanos. Guimarães: Livraria Internacional, 1876.

ANDERSON, Benedict – *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. 2^a ed. London / New York: Verso, 1996.

ANDRADA, Francisco Ladislau Álvares de – *Pastoral do Arcebispo de Paris para desenvolver e confirmar o decreto do Concílio de Paris relativo à intervenção do clero nos negócios políticos*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1851.

ARAÚJO, António de Sousa – Beneplácito régio. In AZEVEDO, Carlos Moreira (ed.) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. Vol. A-C, p. 209–211.

AZEVEDO, Joaquim; RAMOS, José – Inventário da imprensa católica entre 1820 e 1910. *Lusitania Sacra*. Vol. 3 (1991), p. 215–264.

BATTAINI, Domenico – *Il Renan e l'Harnack e la storia di Gesù*. Roma: Frederico Pustet, 1904.

BEJA, Rui – *A edição em Portugal, 1970-2010: percursos e perspectivas*. Lisboa: APEL, 2012.

BELLANGER, Claude; GODECHOT, Jacques; GUIRAL, Pierre; TERROU, Fernand (eds.) – *Histoire générale de la presse française: De 1815 à 1871*. Paris: Presses Universitaires de France, 1969. vol. 2.

BELLANGER, Claude; GODECHOT, Jacques; GUIRAL, Pierre; TERROU, Fernand (eds.) – *Histoire générale de la presse française: De 1871 à 1940*. Paris: Presses Universitaires de France, 1972. vol. 3.

BÖDEKER, Hans Erich – D'une «histoire littéraire du lecteur» à «l'histoire du lecteur»: bilan et perspectives de l'histoire de la lecture en Allemagne. In CHARTIER, Roger (ed.) – *Histoires de la lecture: un bilan des recherches. Actes du colloque des 29 et 30 janvier 1993, Paris*. Paris: IMEC / Maison des Sciences de l'Homme, 1995, p. 93–124.

BOURDEAU, Jean – *Les maitres de la pensée contemporaine: Stendhal, Taine, Renan, Herbert, Spencer, Nietzsche, Tolstoi, Ruskin, Victor Hugo*. 5^a ed. Paris: Félix Alcan, 1907.

Brado catholico contra o casamento civil: opusculo offerecido ao nobre Duque de Saldanha. Porto: Typographia Portuense, 1865.

BRAGA, João Joaquim de Almeida – *O christianismo e o seculo: resposta à obra de Mr. Renan-Vie de Jesus*. Porto: F.G. da Fonseca, 1864.

CABANTOUS, Alain – Unanimité et controverse vers 1760-1910. In DELUMEAU, Jean (ed.) – *La Première Communion: quatre siècles d'histoire*. Paris: Desclée de Brouwer, 1987, p. 197–216.

CAMPOS, Carlos Augusto da Silva – *Almanach commercial de Lisboa para 1890*. Lisboa: Typographia Universal, 1889.

CAMPOS, Carlos Augusto da Silva – *Anuário almanach commercial para 1892*. Lisboa, 1891.

CAMPOS, Carlos Augusto da Silva – *Anuário almanach commercial para 1895*. Lisboa, 1894.

CARFORT, Adolfo de; BAZOUGE, Francis – *Biographia de Ernesto Renan*. Lisboa: Typographia da Rua dos Galegos, 1864.

CARNEIRO, Bernardino J. da S.; PITA, José Pereira Paiva – *Elementos de direito ecclesiastico portuguez e seu respectivo processo*. 4^a ed. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1888.

CARVALHO, António José de – *O Poder Temporal dos Papas em resposta ao Papa-Rei e o Concilio*. Lisboa: Typographia do Futuro, 1871.

CARVALHO, Tomás de – *Vida de Judas-Renan: refutação das novas impiedades*. Lisboa: Typographia de J. da Costa Nascimento Cruz, 1864.

CASTELO BRANCO, Camilo – *Divindade de Jesus e tradição apostolica*. 2^a ed. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1903.

CASTELO BRANCO, Camilo – *Divindade de Jesus e tradição apostólica*. 8^a ed. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1971.

CASTELO BRANCO, Camilo – *Horas de paz: escriptos religiosos*. 3^a ed. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1903.

Catecismo da Diocese de Coimbra adoptado pelo Arcebispo Bispo Conde. Coimbra, 1854.

CATROGA, Fernando – O laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1911). *Análise Social*. Vol. XXIV, n.º 100 (1988), p. 211–273.

CHARLET, Louis; RANC, Robert – L'évolution des techniques de 1820 à 1865. In BELLANGER, Claude; GODECHOT, Jacques; GUIRAL, Pierre; et al. (eds.) – *Histoire Générale de la Presse Française*. Paris: Presses Universitaires de France, 1969. Vol. 2, p. 11–26.

CHARLET, Louis; RANC, Robert – L'évolution des techniques de 1865 à 1945. In BELLANGER, Claude; GODECHOT, Jacques; GUIRAL, Pierre; et al. (eds.) – *Histoire Générale de la Presse Française*. Paris: Presses Universitaires de France, 1972. Vol. 3, p. 60–132.

CHARTIER, Roger – *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988.

CHARTIER, Roger (ed.) – *Histoires de la lecture: un bilan des recherches. Actes du colloque des 29 et 30 janvier 1993, Paris*. Paris: IMEC / Maison des Sciences de l'Homme, 1995.

CHARTIER, Roger – Lectures dans la longue durée: du codex à l'écran. In CHARTIER, Roger (ed.) – *Histoires de la lecture: un bilan des recherches. Actes du colloque des 29 et 30 janvier 1993, Paris*. Paris: IMEC / Maison des Sciences de l'Homme, 1995, p. 271–283.

CHATEAUBRIAND, François-René de – *O génio do Christianismo*. 4^a ed. Porto: Livraria Cruz Coutinho, 1888.

CHATEAUBRIAND, François-René de – *Os martyres*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1865.

CLEMENTE, Manuel; FERREIRA, António Matos (eds.) – *História religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. vol. 3: religião e secularização.

CLOUTIER, Yvan – Les communautés éditrices et l'avenir du livre religieux. In MICHON, Jacques; MOLLIER, Jean-Yves (eds.) – *Les mutations du livre et de l'édition dans le monde du XVIIIe siècle à l'an 2000*. Saint-Nicolas (Québec): Université Laval, 2001, p. 422–430.

CONSTANT – *O Papa e a liberdade*. Porto: Manoel Malheiro, 1879.

COSTA, Fernandes (ed.) – *Almanach Bertrand para 1904*. Lisboa: Antiga Casa Bertrand, José Bastos, Editor, 1903.

COSTA, Fernandes (ed.) – *Almanach Bertrand para 1906*. Lisboa: Antiga Casa Bertrand, José Bastos, Editor, 1905.

COSTA MACEDO, J. M. – Fílon de Alexandria. In *Logos: Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*. Lisboa: Verbo, 1990. Vol. 2, p. 572–573.

COSTA, Sara Figueiredo – *Fernando Guedes: o decano dos editores portugueses*. Lisboa: Booktailors, 2012.

CRUZ, Robson – Camilo Castelo Branco e o livro *Divindade de Jesus* (1865). *Lusitania Sacra*. Vol. 1 (1989), p. 81–118.

CURTO, Diogo Ramada – Introdução: comunidades de Leitura e Sociologia da Cultura. In *Comunidades de leitura: cinco estudos de sociologia da cultura*. Lisboa: Colibri, 2009, p. 1–17.

CURTO, Diogo Ramada; DOMINGOS, Manuela D.; FIGUEIREDO, Dulce; GONÇALVES, Paula – *As gentes do livro: Lisboa, século XVIII*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2007.

DAHYOT-DOLIVET, Jehan – *Précis d'histoire du droit canonique: fondement et evolution*. Roma: Libreria Editrice Vaticana / Libreria Editrice Lateranense, 1984.

DANE, Jacques; GHONEM-WOETS, Karen; GHESQUIÈRE, Rita; MOOREN, Piet; DEKKER, Jeroen J. H. – For Religion, Education and Literature: a Comparative Study of Changes in the Strategy and Profile of Traditionally Religious Publishing Houses in Belgium and the Netherlands in the Twentieth Century. *Paedagogica Historica*. Vol. 42, n.º 6 (2006), p. 707–726.

DEFENSOR DA RELIGIÃO – *Catecismo catholico pelo defensor da religião, ou compendio abreviado dos principais dogmas*. Lisboa: Typographia P. J. A. S. Amaral, 1838.

DIAS, Eugénio Vicente (trad.) – *O syllabus justificado ou explicação do syllabus segundo a theologia, a razão e o bom senso*. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & C.^a, 1876.

DINIS, José Ferreira Garcia – *Oração funebre que nas exequias solemnes por alma do Reverendo José Francisco Acabado*. Lisboa: Typographia Universal, 1885.

DOMINGOS, Manuela D. – *Estudos de sociologia da cultura: livros e leitores do século XIX*. Lisboa: Instituto Português de Ensino à Distância / Centro de Estudos de História e Cultura Portuguesa, 1985.

DOMINGUES, Cláudio Serra – “O vício da perseguição”: a Separação portuguesa vista pelo catolicismo alemão. In FERREIRA, António Matos (ed.) – *Atas do Congresso Internacional 100 anos de separação: Igreja, Sociedade, Estado*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa - UCP, [no prelo].

DORES, Hugo Gonçalves – O Congreganismo desde a Monarquia à República: entre a necessidade e a contestação. In FRANCO, José Eduardo; ABREU, Luis Machado de (eds.) – *Para a história das Ordens e Congregações Religiosas em Portugal, na Europa e no mundo*. Prior Velho: Paulinas, 2014, p. 937–954.

ÉCOLE BIBLIQUE DE JÉRUSALEM (ed.) – *La Bible de Jérusalem*. Paris: Les Éditions du Cerf, 1973.

EGRESSO DA PROVINCIA DA CONCEIÇÃO – *A Religião Revelada*. Aveiro: Casa de Ernesto A. Ferreira, 1858.

EMERY, Edwin – *The press and America: an interpretative history of the mass media*. 3^a ed. New Jersey: Prentice-Hall, 1972.

FERREIRA, António Matos – A constitucionalização da religião. In CLEMENTE, Manuel; FERREIRA, António Matos (eds.) – *História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002. Vol. 3: Religião e Secularização, p. 37–60.

FERREIRA, António Matos – Congreganismo. In AZEVEDO, Carlos Moreira (ed.) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. Vol. A-C, p. 488–490.

FERREIRA, António Matos – Correntes cristãs na definição do espaço colonial português. In BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (eds.) – *História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998. Vol. 4, p. 425–443.

FERREIRA, António Matos – Laicidade. In AZEVEDO, Carlos Moreira (ed.) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001. Vol. J-P, p. 58–65.

FERREIRA, António Matos – *O pensamento de Oliveira Martins sobre religião*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2005. Tese complementar de Doutoramento em História Contemporânea.

FERREIRA, António Matos – Religião, Cristianismo, Jesus. In MATOS, A. Campos (ed.) – *Dicionário de Eça de Queiroz*. 2^a ed. Lisboa: Caminho, 1993, p. 815–828.

- FERREIRA, António Matos – Repercussões do Ultimatum no meio católico: notas acerca do nacionalismo católico. *Lusitania Sacra*. Vol. 6 (1994), p. 31–45.
- FERREIRA, António Matos – Secularização. In AZEVEDO, Carlos Moreira (ed.) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001. Vol. P-V, p. 195–202.
- FERREIRA, António Matos – *Um católico militante diante da crise nacional: Manuel Isaías Abúndio da Silva (1874-1914)*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa - UCP, 2007.
- FEUERBACH, Ludwig – *A essência do Cristianismo*. 4^a ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.
- FREITAS, Ernesto Adolfo de (tran.) – *Da imitação de Christo*. Lisboa: Typographia Universal, 1878.
- FREPPEL – *Exame critico da vida de Jesus de E. Renan*. Lisboa: Typographia Universal, 1864.
- FRIEDMAN, Richard Elliot – Torah (Pentateuch). In *The Anchor Bible Dictionary*. New York: Doubleday, 1992. Vol. 6, p. 605–622.
- GABEL, John B.; WHEELER, Charles B. – *The Bible as literature: an introduction*. 2^a ed. New York / Oxford: Oxford University Press, 1990.
- GARRETT, Almeida – O dia 24 de Agosto. In *Obra política: escritos do Vintismo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1985, p. 185–220.
- GERALDES, Manuel Nunes – *O Papa-Rei e o Concílio*. Lisboa: Typographia Universal, 1870.
- GIRODON, Jean – *Camilo lecteur de Sénancour, Renan et Baudelaire: notes inédites*. Lisboa: Bertrand, 1958.
- GOBBETT, Guilherme – *História da reforma protestante em Inglaterra e Irlanda*. Lisboa: Typographia Universal, 1864.
- GODINHO, Helder – Religion et engagement chez Renan. *Revista de ciências do Homem da Universidade de Lourenço Marques*. Vol. V (1972), p. 1–9.
- GOMES, Pinharanda – Romance e romance católico. *Gil Vicente*. Vol. XI (1960), p. 9–19.
- GOWLER, David – *Petite histoire de la recherche du Jésus de l'Histoire*. Paris: Les Éditions du Cerf, 2009.
- GUASCO, Maurilio – *Modernismo: i fatti, le idee, i personaggi*. Milano: San Paolo, 1995.

GUEDES, Fernando – Gabinetes de Leitura nos séculos XIX e XX. In *O livro e a leitura em Portugal: subsídios para a sua história, séculos XVIII e XIX*. Lisboa: Verbo, 1987, p. 167–208.

GUEDES, Fernando – Livros e leitura na primeira metade do século XIX. In *O livro e a leitura em Portugal: subsídios para a sua história, séculos XVIII e XIX*. Lisboa: Verbo, 1987, p. 117–164.

GUIMARÃES, Delfim – *Evangelho: livro de orações*. Lisboa: Casa Bertrand, 1895.

HARVEY, Anthony E. – Exégèse. In *Dictionnaire Critique de la Théologie*. Paris: Presses Universitaires de France, 1998, p. 445–449.

HENNECKE, E.; SCHNEEMELCHER, W. – *New Testament Apocrypha*. London: Lutherworth Press, 1963. vol. I: Gospels and Related Writings.

HOMOND – *Historia abbreviada da igreja para servir de continuação à historia da religião antes da vinda de Jesus Christo*. Lisboa: Typographia de O. R. Ferreira & Comp, 1846.

JESUS, Quirino Avelino de – *As ordens religiosas e as missões ultramarinas*. Lisboa: Typographia da Casa Católica, 1893.

KASPER, Walter – *Jesus el Cristo*. Santander: Sal Terrae, 2013.

LAJEUNESSE, Marcel – Le livre religieux au Québec, 1968-2007: analyse des données de l'édition. *SCHEC, Études d'histoire religieuse*. Vol. 76 (2010), p. 27–42.

LASSERRE, Henri – *Evangelho segundo Renan ou refutação da vida de Jesus*. Porto: Typographia da Palavra, 1873.

LEAL, Ernesto Castro – Quirino Avelino de Jesus: um católico «pragmático». Notas para o estudo crítico da relação entre publicismo e política (1894-1926). *Lusitania Sacra*. Vol. 6 (1994), p. 355–389.

LEITE, Rita Mendonça – *Representações do protestantismo na sociedade portuguesa contemporânea: da exclusão à liberdade de culto (1852-1911)*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa - UCP, 2009.

LESCOEUR – *A vida futura: conferencias do padre oratoriano Lescoeur*. Lisboa: Santos & Vieira, 1860.

LIVRARIA ACADÉMICA – *Catálogo de livros antigos e modernos e romances (preços resumidos)*. Lisboa: Livraria Académica, 1904.

LIVRARIA ANTIGA E MODERNA – *Catálogo de alguns livros raros e curiosos à venda na Livraria Antiga e Moderna*. Lisboa: Livraria Antiga e Moderna, 1903.

LIVRARIA CENTRAL – *Catálogo de Edições e de Algumas Obras à venda*. Lisboa: Livraria Central, 1903.

LIVRARIA COELHO – *Catálogo de alguns livros raros e curiosos que se acham à venda na Livraria Coelho*. Lisboa: Livraria Coelho, 1904.

LIVRARIA EDITORA VIÚVA TAVARES CARDOSO – *Bibliographia e critica das edições da Livraria Editora Viúva Tavares Cardoso*. Lisboa: Livraria Editora Viúva Tavares Cardoso, 1905.

LIVRARIA MAIA – *Catálogo da Livraria Maia: livros de ocasião e alguns muito raros e curiosos*. Lisboa: Livraria Maia, 1903.

LIVRARIA SANTOS E SILVA – *Catálogo da Livraria Santos e Silva*. Lisboa: Livraria Santos e Silva, 1903.

LIVRARIA UNIVERSAL – *Catálogo da Livraria Universal: obras de fundo e restos de edições*. Lisboa: Livraria Universal, 1903.

Livro abreviado da missa e da confissão e outras orações: edição feita sobre a do prior d'Abrantes. Paris: Antiga Casa Morizot.

LOBO, Eduardo de Barros – *A volta do Chiado*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1902.

LORGUES, Roselly de – *Jesus Christo perante o século, ou novos testemunhos das sciencias em abono do Catholicismo*. 3ª ed. Porto: F. G. da Fonseca, 1852.

LYONS, Martyn – *Le triomphe du livre: une histoire sociologique de la lecture dans la France du XIXe siècle*. Paris: Promodis, Éditions du Cercle de la Librairie, 1987.

MALVERT – *Resumo da historia das religiões*. Lisboa: Minerva do Commercio, 1903.

MANGUEL, Alberto – *Uma história da leitura*. Lisboa: Editorial Presença, 1998.

MARQUES, Henrique – *Memórias de um editor: publicação póstuma*. 1935.

MARQUES, João Francisco – Apologética. In AZEVEDO, Carlos Moreira (ed.) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. Vol. A-C, p. 83–102.

MARQUES, João Francisco – Oratória Sacra ou Parenética. In AZEVEDO, Carlos Moreira (ed.) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001. Vol. J-P, p. 471–507.

MARTINS, Jorge M. – *Marketing do livro: materiais para uma sociologia do editor português*. Oeiras: Celta, 1999.

MARTINS, Sílvia Regina de Pinho – *A polémica entre Miguel Bombarda e Manuel F. Santana: no contexto do século XIX português*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995. Tese de mestrado em História Moderna e Contemporânea.

MATOS, A. Campos – Renan, Ernesto. In MATOS, A. Campos (ed.) – *Dicionário de Eça de Queiroz*. 2ª ed. Lisboa: Caminho, 1993, p. 836–837.

MATOS, Sérgio Campos – Escola secular ou escola confessional?: uma polémica oitocentista. *Clio*. Vol. 8 (2003), p. 45–64.

MATOS, Sérgio Campos – Política de educação e instrução popular no Portugal oitocentista. *Clio*. Vol. 2 (1997), p. 85–107.

MEDEIROS, Nuno – Cavalheiros, mercadores ou centauros?: traços da actividade e sentido de si dos editores. In *Comunidades de leitura: cinco estudos de sociologia da cultura*. Lisboa: Colibri, 2009, p. 23–61.

MEDEIROS, Nuno – *Edição e editores portugueses: o mundo do livro em Portugal 1940-1970*. Lisboa: ICS-Imprensa de Ciências Sociais, 2010.

MEDEIROS, Nuno – Editores e livreiros: que papéis de mediação para o livro?. In CURTO, Diogo Ramada (ed.) – *Estudos de sociologia da leitura em Portugal no século XX*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006, p. 343–385.

MELO, Daniel – *A leitura pública na I República*. Vila Nova de Famalicão: Húmus, 2010.

MELO, Daniel – *A leitura pública no Portugal contemporâneo (1926-1987)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2004.

MELO, Daniel – O património da edição contemporânea portuguesa: estado da questão. *Cultura: Revista de Teoria e História das Ideias*. Vol. 30 (2012), p. 173–185.

MENDONÇA, Alexandre Aranha Furtado de – *Resumo da História Sagrada*. Lisboa: Typographia do Anuário Comercial, 1906.

MOLLIER, Jean-Yves – Histoire de la lecture, histoire de l'édition. In CHARTIER, Roger (ed.) – *Histoires de la lecture: un bilan des recherches. Actes du colloque des 29 et 30 janvier 1993, Paris*. Paris: IMEC / Maison des Sciences de l'Homme, 1995, p. 207–220.

MONTEVERDE, Emílio Aquiles – *Mimo á infancia, ou manual de historia sagrada: para uso das crianças que frequentão as aulas, tanto em Portugal como no Brasil*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859.

MORETTI, Franco – Conjectures on World Literature. *New Left Review*. Vol. 1 (2000), p. 54–68.

MORGADO, A. – *Código de posturas do municipio de Lisboa de 30 de Dezembro de 1886*. 8ª ed. Lisboa: Empresa A Legislação, 1912.

MOURA, Maria Lúcia de Brito – *A guerra religiosa na I República*. 2ª ed. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa - UCP, 2010.

NETO, Vítor – *A questão religiosa no Parlamento: 1821-1910*. Lisboa: Assembleia da República / Texto Editores, 2010.

NETO, Vítor – *O Estado, a Igreja e a sociedade em Portugal: 1832-1911*. Lisboa: INCM, 1998.

NEVES, José – A Biblioteca Cosmos. In CURTO, Diogo Ramada (ed.) – *Estudos de sociologia da leitura em Portugal no século XX*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006, p. 823–888.

NORD, David Paul – *Faith in Reading: Religious Publishing and the Birth of Mass Media in America*. Oxford University Press, 2004.

Novena da Conceição Immaculada da Virgem Maria Senhora nossa. 6^a ed. Lisboa: Livraria Catholica, 1896.

OLIVEIRA, Artur Manuel Villares Pires de – *As ordens religiosas em Portugal nos princípios do século XX*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1994. Tese de Mestrado em História Moderna.

PALERMO, Luigi Arcesi di – *Maria: poema sacro diviso in 4 parti*. Lisboa: Typographia Universal, 1862.

PARCERIA ANTÓNIO MARIA PEREIRA – *Catalogo illustrado da Parceria António Maria Pereira, livraria editora*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1903.

PARCERIA ANTÓNIO MARIA PEREIRA – *Catalogo illustrado das edições, obras de fundo e sortimento da Parceria António Maria Pereira, livraria editora*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1907.

PATTERSON, Stephen J. – Gospels, Apocryphal. In *The Anchor Bible Dictionary*. New York: Doubleday, 1992. Vol. 2.

PENTEADO, Pedro – Confrarias. In AZEVEDO, Carlos Moreira (ed.) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. Vol. A-C, p. 459–470.

PEREIRA, Antónia Maria – *Parceria A. M. Pereira: crónica de uma dinastia livreira*. Lisboa: Pandora, 1998.

PEREZ ESCRICH, Enrique – *O martyr do Golgotha*. Lisboa: Parceria Pereira, 1926.

PINTO, Sérgio Ribeiro – O pároco, funcionário do Estado Liberal: alguns aspectos fundamentais. In *O eterno retorno: estudos em homenagem a António Reis*. Lisboa: Campo da Comunicação, 2013, p. 215–231.

PINTO, Sérgio Ribeiro – *Separação religiosa como modernidade: Decreto-Lei de 20 de Abril de 1911 e modelos alternativos*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa - UCP, 2011.

PINTO, Sérgio Ribeiro – *Servidores de Deus e funcionários de César: o clero paroquial como «classe» socioprofissional (1882-1917)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2013. Tese de Doutoramento em História.

PIRES, Caldeira (ed.) – *Anuario commercial de Portugal Ilhas e Ultramar para 1901*. Lisboa, 1900.

- PIRES, Caldeira (ed.) – *Anuario commercial de Portugal Ilhas e Ultramar para 1903*. Lisboa, 1902.
- PIRES, Caldeira (ed.) – *Anuario commercial de Portugal Ilhas e Ultramar para 1905*. Lisboa, 1904.
- PIRES, Caldeira – *Anuario commercial ou annuario official de Portugal Ilhas e Ultramar para 1897*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1896.
- POULAT, Émile – *Histoire, dogme et critique dans la crise moderniste*. Paris: Casterman, 1962.
- PROENÇA, Maria Cândida – *A reforma de Jaime Moniz: antecedentes e destino histórico*. Lisboa: Colibri, 1997.
- PUCHESSE, Baguenault de – *A Immortalidade: a morte e a vida. Estudo acerca do destino do Homem*. Porto: F. Gomes da Fonseca, 1865.
- RAHNER, Karl – Teologia. In RAHNER, Karl (ed.) – *Sacramentum Mundi*. Barcelona: Herder, 1976. Vol. 6, p. 530–563.
- RAMOS, Rui – Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à História da Alfabetização no Portugal contemporâneo. *Análise Social*. Vol. XXIV, n.º 103-104 (1988), p. 1067–1145.
- REIS, Carlos – *As conferências do casino*. Lisboa: Alfa, 1990.
- RENAN, Ernest (a) – *Vida de Jesus: origens do Christianismo*. 3ª ed. Porto: Livraria Chardron, 1905.
- RENAN, Ernest (b) – *Vie de Jésus*. Paris: Gallimard, 1974.
- RENAN, Ernest (c) – *Vie de Jésus: édition populaire*. Paris: Calmann-Lévy.
- RENAN, Ernest (d) – *Vie de Jésus*. 12ª ed. Paris: Michel Lévy Frères, 1864.
- RENAN, Ernest (e) – *Vida de Jesus*. Lisboa: J. A. X. de Magalhães, 1864.
- RENAN, Ernest (f) – *Vida de Jesus: edição popular*. Lisboa: Typographia do Futuro, 1864.
- RENAN, Ernest (g) – *Vida de Jesus*. Lisboa: Typographia do Futuro, 1865.
- RENAN, Ernest (h) – *Vida de Jesus*. Lisboa: A. Ignacio dos Santos, 1903.
- RENAN, Ernest (i) – *Vida de Jesus: origens do Christianismo*. Porto: Lello & Irmão, 1894.
- RIBEIRO, José Maria de Almeida – *A voz do presbytero ou sermões selectos*. Lisboa: Livraria de A. M. Pereira, 1877.
- RICOEUR, Paul – *Teoria da interpretação: o discurso e o excesso de significação*. Lisboa: Edições 70, 1987.

- ROCHA, Afonso – *A gnose de Sampaio Bruno*. Sintra: Zéfiro, 2009.
- RONDINA, F. X. – *A divindade de Nosso Senhor Jesus Christo, reivindicada contra Ernesto Renan: discurso*. Macau: Imprensa do Seminário Diocesano, 1864.
- SANTOS, Cândido dos – *Padre António Pereira de Figueiredo: erudição e polémica na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Roma Editora, 2005.
- SANTOS, Gomes dos – *Arquitectura cristã*. Póvoa de Varzim: Povoense, 1907.
- SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos – As penas de viver da pena: aspectos do mercado nacional do livro no século XIX. *Análise Social*. Vol. XXI, n.º 86 (1985), p. 187–227.
- SARAIVA, José António – *Bertrand, a história de uma editora*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1979.
- SCHALIT, Abraham – Josephus Flavius. In ROTH, Cecil (ed.) – *Encyclopedia Judaica*. New York: The Macmillan Company, 1971. Vol. 10, p. 251–263.
- SCHENKL, Amaro de – *Institutiones Juris Ecclesiastici Germaniae imprimis et Bavariae accommodatae*. Coimbra: Typis Academicis, 1874.
- SCHIFFRIN, André – *O negócio dos livros: como os grandes grupos económicos decidem o que lemos*. Lisboa: Livraria Letra Livre, 2013.
- SCHWEITZER, Albert – *The quest of the historical Jesus: a critical study of its progress from Reimarus to Wrede*. 3ª ed. London: Adam & Charles Black, 1954.
- SILVA, Inocêncio Francisco da – *Diccionario bibliographico portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1883. vol. X.
- SILVA, Inocêncio Francisco da – *Diccionario bibliographico portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1870. vol. IX.
- SILVA, Inocêncio Francisco da – *Diccionario bibliographico portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1854. vol. III.
- SILVA, Inocêncio Francisco da – *Diccionario bibliographico portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1884. vol. XI.
- SOUSA, José Ferreira Marnoco e – *Direito ecclesiástico português: prelecções feitas ao curso do terceiro anno jurídico do anno de 1909-1910*. Coimbra: Tip. França Amado, 1910.
- STRAUSS, David Friedrich – *Nova Vida de Jesus*. Porto: Livraria Chardron.
- TENGARRINHA, José – *Imprensa e opinião pública em Portugal*. Coimbra: Edições Minerva, 2006.
- TERESA DO MENINO JESUS – *Historia d'uma alma*. Lisboa: Typographia da Livraria Ferin, 1906.

- TESNIÈRE, Valérie – L'Édition Universitaire. In *Histoire de l'édition française*. Promodis, 1982. Vol. III, p. 217–227.
- TOMÉ DE JESUS – *Trabalhos de Jesus*. 6^a ed. Porto: Typographia Porto Médico, 1925.
- TORRESÃO, Felismina (ed.) – *Almanach das Senhoras para 1902*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1901.
- TORRESÃO, Felismina (ed.) – *Almanach das Senhoras para 1907*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1906.
- TORRESÃO, Guiomar (ed.) – *Almanach das Senhoras para 1892*. Lisboa: Redacção do Almanach das Senhoras, 1891.
- TRINDADE, Luís; NOGUEIRA, Jorge – *Primeiras páginas: o século XX nos jornais portugueses*. Lisboa: Tinta-da-China, 2010.
- VENDRYES, Joseph – *Le langage: introduction linguistique á l'histoire*. Paris: Éditions Albin Michel, 1968.
- VILLEFRANCHE, J. M. – *Pio IX: sua vida, sua história e seu século*. Lisboa: Mattos Moreira, 1877.
- VISCONDE DE JUROMENHA – *Submisso protesto de um portuguez catholico ao Santissimo Padre Pio IX*. Lisboa: Typographia de G. M. Martins, 1870.
- XAVIER, Filipe Nery – *Resumo historico da maravilhosa vida, conversões e milagres de S. Francisco Xavier*. 2^a ed. Nova Goa: Imprensa Nacional, 1861.

Lista de mapas e tabelas

Mapa 1 – Distribuição dos livreiros e editores de Lisboa por freguesia nos períodos entre 1890-1892 e 1895-1897.....	40
Mapa 2 – Distribuição dos livreiros e editores de Lisboa por freguesia no período 1903-1905	43
Mapa 3 – Evolução da distribuição dos livreiros e editores de Lisboa (pormenor) por freguesia no período 1890-1905	50
Tabela 1 – Número de obras e de livros religiosos por catálogo consultado	74
Tabela 2 – Distribuição global das tipologias de “livro religioso”	75
Tabela 3 – Percentagem das três principais tipologias, por catálogo	76

Anexo I – Lista dos estabelecimentos comerciais, por ano

Lista de estabelecimentos para 1890

Nome Comercial	Nome	Apelido	Tipo de Estabelecimento	Rua	Número	Freguesia
António Rodrigues	António	Rodrigues	Livreiro	Rua de São Nicolau	113	Conceição Nova
Livraria Ferreira	Manuel José	Ferreira	Livreiro	Rua do Ouro	132-138	Conceição Nova
Cunha e Sá & C.ª	Cunha, Sá	Cunha, Sá	Livreiro	Rua da Conceição	153	Conceição Nova
Juan de la Torre	Juan	de la Torre	Livreiro	Rua do Ouro	48	S. Julião
Lino Cardoso	Lino	Cardoso	Livreiro	Travessa do Conde de Soure	3	Mercês
Francisco Romero	Francisco	Romero	Livreiro	Rua de São Paulo	142-144	S. Paulo
Livraria Catholica de Joaquim A. Pacheco	Joaquim A.	Pacheco	Livreiro	Calçada do Carmo	6, 1º	Santa Justa
Verol Junior	[António Máximo]	Verol Junior	Livreiro	Rua Augusta	185	Conceição Nova
Livraria Moderna			Livreiro	Avenida da Liberdade	35-37	S. José
Livraria Nacional de Joaquim José Bordallo	Joaquim José	Bordallo	Livreiro	Travessa da Victoria	42 1º	S. Nicolau
Mazzocchetti & C.ª		Mazzocchetti	Livreiro	Rua Augusta	222	S. Nicolau
Verol Senior & C.ª	[António Máximo]	Verol Senior	Livreiro	Rua Augusta	169-171	Conceição Nova
António Maria Pereira	António	Maria Pereira	Livreiro	Rua Augusta	50 a 54	S. Julião
João Vicente da Silva Coelho	João Vicente	da Silva Coelho	Livreiro	Rua Augusta	151	Conceição Nova
Viúva de João Paulo Martins Lavado		Lavado	Livreiro	Rua Augusta	95	S. Julião
Witier & Companhia		Witier	Livreiro	Rua do Ouro	246-248	Conceição Nova
Ferri & C.ª	Augusto	Ferri	Livreiro	Rua Nova do Almada	70-74	Conceição Nova
Sampaio		Sampaio	Livreiro	Rua de Santo Antão	155-157	S. José
Cruz & C.ª		Cruz	Livreiro	Rua Augusta	50-54	S. Julião
Carvalho & C.ª		Carvalho	Livreiro	Rua Garrett	73-75	Mártires
Afra & C.ª	Afra	Afra	Livreiro	Rua do Ouro	182	Conceição Nova
Tavares, Cardoso & Irmão	Tavares, Cardoso	Tavares, Cardoso	Livreiro	Largo do Camões	5 e 6	Santa Justa
Arcada de Londres			Livreiro	Rua do Alecrim	61	Encarnação

Nome Comercial	Nome	Apelido	Tipo de Estabelecimento	Rua	Número	Freguesia
Mathew Lewtas	Mathew	Lewtas	Livreiro	Rua do Carmo	26	Conceição Nova
João Marques da Silva (sucessor)	João Marques	da Silva	Livreiro	Travessa de S. Domingos	117-119	Lapa
Nova Livraria Internacional			Livreiro	Rua do Arsenal	96	S. Julião
Livraria Económica de Frederico Napoleão de Victoria	Frederico	Napoleão de Victoria	Livreiro	Travessa de S. Domingos	9-13	Santa Justa
Emygdio de Brito Monteiro	Emygdio	de Brito Monteiro	Livreiro	Rua da Rosa	49	Mercês
José António Rodrigues	José António	Rodrigues	Livreiro	Rua do Ouro	186-188	Conceição Nova
Livraria Zeferino		Zeferino	Livreiro	Rua da Madalena	129	Madalena

Lista de estabelecimentos para 1892

Nome Comercial	Nome	Apelido	Tipo de Estabelecimento	Rua	Número	Freguesia
Ferin & C. ^a	Augusto	Ferin	Livreiro	Rua Nova do Almada	70-74	Conceição Nova
M. Gomes	M.	Gomes	Livreiro	Rua Garrett	70-72	Sacramento
Silva Júnior		Silva	Livreiro	Rua Augusta	115	Conceição Nova
Carvalho & C. ^a		Carvalho	Livreiro	Rua Garrett	73-75	Mártires
Livraria Lavado		Lavado	Livreiro	Rua Augusta	95	S. Julião
Tavares, Cardoso & Irmão		Tavares, Cardoso	Livreiro	Largo do Camões	5 e 6	Santa Justa
Mathew Lewtas	Mathew	Lewtas	Livreiro	Rua do Carmo	26	Conceição Nova
António Maria Pereira	António	Maria Pereira	Livreiro	Rua Augusta	50 a 54	S. Julião
Nova Livraria Internacional			Livreiro	Rua do Arsenal	96	S. Julião
João Marques da Silva (sucessor)	João Marques da Silva		Livreiro	Travessa de S. Domingos	117-119	Lapa
Livraria Económica de Frederico Napoleão de Victoria	Frederico	Napoleão de Victoria	Livreiro	Travessa de S. Domingos	9-13	Santa Justa
Livraria Zeferino		Zeferino	Livreiro	Rua da Madalena	129	Madalena
José António Rodrigues	José António	Rodrigues	Livreiro	Rua do Ouro	186-188	Conceição Nova
Livraria Ferreira	Manuel José	Ferreira	Livreiro	Rua do Ouro	132-138	Conceição Nova
Cunha e Sá & C. ^a		Cunha, Sá	Livreiro	Rua da Conceição	153	Conceição Nova
Juan de la Torre	Juan	de la Torre	Livreiro	Rua do Ouro	48	S. Julião
Casa Catholica	Silvestre	Castanheira	Livreiro	Rua Augusta	178	S. Nicolau
António Rodrigues	António	Rodrigues	Livreiro	Rua de São Nicolau	113	Conceição Nova
Francisco Romero	Francisco	Romero	Livreiro	Rua de São Paulo	142-144	S. Paulo
Verol Junior	[António Máximo]	Verol Junior	Livreiro	Rua Augusta	185	Conceição Nova
Livraria Moderna			Livreiro	Avenida da Liberdade	35-37	S. José
Livraria Catholica de Joaquim A. Pacheco	Joaquim A.	Pacheco	Livreiro	Calçada do Carmo	6, 1º	Santa Justa
Mazzocchetti & C. ^a		Mazzocchetti	Livreiro	Rua Augusta	222	S. Nicolau
Livraria Nacional de Joaquim José Bordallo	Joaquim José	Bordallo	Livreiro	Travessa da Victoria	42 1º	S. Nicolau

Nome Comercial	Nome	Apelido	Tipo de Estabelecimento	Rua	Número	Freguesia
Verol Senior & C.ª	[António Máximo]	Verol Senior	Livreiro	Rua Augusta	169-171	Conceição Nova
João Vicente da Silva Coelho	João Vicente	da Silva Coelho	Livreiro	Rua Augusta	151	Conceição Nova

Lista de estabelecimentos para 1895

Nome Comercial	Nome	Apelido	Tipo de Estabelecimento	Rua	Número	Freguesia
José António Rodrigues	José António	Rodrigues	Livreiro e Editor Literário	Rua do Ouro	186-188	Conceição Nova
A. A. Da Silva Lobo	A.	A. Da Silva Lobo	Editor Literário	Rua da Conceição	126	Conceição Nova
António Maria Escobar	António	Maria Escobar	Livreiro	Rua da Junqueira	120	S. Pedro de Alcântara
J. dos Santos Pires (alfarrabista)	J.	dos Santos Pires	Livreiro	Rua Bella da Rainha	139 e 141	S. Nicolau
Cunha e Sá & C.ª		Cunha, Sá	Livreiro	Rua da Conceição	153	Conceição Nova
Francisco José de Araújo Sampaio	Francisco José	de Araújo Sampaio	Livreiro	Rua da Princesa	236	Santa Justa
Maria Adelaide Passos (alfarrabista)	Maria Adelaide	Passos	Livreiro	Calçada do Duque	47	Sacramento
J. Pereira da Silva & Filhos (alfarrabista)	J. Pereira	da Silva	Livreiro	Rua da Conceição	117-119	S. Julião
Casa Catholica	Silvestre	Castanheira	Livreiro	Rua Augusta	178	S. Nicolau
Francisco Maria dos Santos	Francisco Maria	dos Santos	Livreiro	Rua Poyaes de São Bento	12-14	Santa Catarina
Empresa Editora de Francisco Arthur da Silva	Francisco	Arthur da Silva	Editor Literário	Rua dos douradores	72	S. Nicolau
António Rodrigues	António	Rodrigues	Livreiro	Rua de São Nicolau	113	Conceição Nova
Francisco Romero	Francisco	Romero	Livreiro	Rua de São Paulo	142-144	S. Paulo
João Baptista Silva e Mello	João Baptista	Silva e Mello	Livreiro	Calçada do Combro	55 e 57	Santa Catarina
Arnaldo Armando Bordallo	Arnaldo	Armando Bordallo	Livreiro e Editor Literário	Avenida da Victoria	42 1º	S. Nicolau
Verol Junior	[António Máximo]	Verol Junior	Livreiro	Rua Augusta	185	Conceição Nova
Anselmo Avelino Tavares	Anselmo	Avelino Tavares	Livreiro	Calçada do Combro	28 e 30	Santa Catarina
Livraria Catholica de Joaquim A. Pacheco	Joaquim A.	Pacheco	Livreiro	Calçada do Carmo	6, 1º	Santa Justa

Nome Comercial	Nome	Apelido	Tipo de Estabelecimento	Rua	Número	Freguesia
Mello de Azevedo & Commandita		Mello de Azevedo, Commandita	Editor Literário	Avenida da Conceição	145	Conceição Nova
João de Araújo Morais	João de Araújo	Morais	Livreiro	Rua da Assunção	49	S. Nicolau
Livraria Popular, de Francisco Franco	Francisco	Franco	Livreiro	Travessa de São Domingos	60	Socorro
Verol Senior & C.ª	[António Máximo]	Verol Senior	Livreiro	Rua Augusta	169-171	Conceição Nova
Monteiro & C.ª		Monteiro	Livreiro	Rua da Conceição	75, 1º	S. Julião
P. Meyrelles	P [róspero]	Meyrelles	Livreiro	Rua Augusta	220 e 222	S. Nicolau
João Vicente da Silva Coelho	João Vicente	da Silva Coelho	Livreiro	Rua Augusta	151	Conceição Nova
Henrique Zeferino	Henrique	Zeferino	Livreiro e Editor Literário	Rua da Princeza	87	S. Nicolau
F. N. Collares	F.	N. Collares	Editor Literário	Rua da Atalaia	18, 1º	Encarnação
Ferin & C.ª	Augusto	Ferin	Livreiro	Rua Nova do Almada	70-74	Conceição Nova
M. Gomes	M.	Gomes	Livreiro e Editor Literário	Rua Garrett	70-72	Sacramento
Livraria Grillo		Grillo	Livreiro	Rua Bella da Rainha	103	S. Nicolau
Silva Júnior		Silva	Livreiro	Rua Augusta	115	Conceição Nova
Empresa Editora, Lucas & Filho	Lucas		Editor Literário	Rua do Diário de Notícias	93	Encarnação
Livraria Lavado		Lavado	Livreiro	Rua Augusta	95	S. Julião
Tavares, Cardoso & Irmão		Tavares, Cardoso	Livreiro e Editor Literário	Largo do Camões	5 e 6	Santa Justa
Marcos José Gomes	Marcos	José Gomes	Livreiro	Rua do Arsenal	96	S. Julião
António Maria Pereira	António	Maria Pereira	Livreiro e Editor Literário	Rua Augusta	50 a 54	S. Julião

Nome Comercial	Nome	Apelido	Tipo de Estabelecimento	Rua	Número	Freguesia
Mathew Lewtas	Mathew	Lewtas	Livreiro	Rua do Carmo	26	Conceição Nova
Antiga Casa Bertrand	José	Bastos	Livreiro	Rua Garret	73-75	Mártires
João Marques da Silva (sucessor)	João Marques	da Silva	Livreiro	Travessa de S. Domingos	117-119	Lapa
Guillard, Aillaud & C.ª		Guillard, Aillaud	Livreiro e Editor Literário	Rua Áurea	242, 1.º	Conceição Nova
Avellar Machado	Avellar	Machado	Livreiro	Rua do Poço dos Negros	19	Santa Catarina
Belém & C.ª			Editor Literário	Rua Marechal Saldanha	26	Santa Catarina
Livraria Económica de Frederico Napoleão de Victoria	Frederico	Napoleão de Victoria	Livreiro	Travessa de S. Domingos	9-13	Santa Justa

Lista de estabelecimentos para 1896

Nome Comercial	Nome	Apelido	Tipo de Estabelecimento	Rua	Número	Freguesia
F. N. Collares	F.	N. Collares	Editor Literário	Rua da Atalaia	18, 1º	Encarnação
M. Gomes	M.	Gomes	Livreiro e Editor Literário	Rua Garrett	70-72	Sacramento
Livraria Grillo		Grillo	Livreiro	Rua Bella da Rainha	103	S. Nicolau
Ferriñ & C.ª	Augusto	Ferriñ	Livreiro	Rua Nova do Almada	70-74	Conceição Nova
Tavares, Cardoso & Irmão		Tavares, Cardoso	Livreiro e Editor Literário	Largo do Camões	5 e 6	Santa Justa
Marcos José Gomes	Marcos	José Gomes	Livreiro	Rua do Arsenal	96	S. Julião
António Maria Pereira	António	Maria Pereira	Livreiro e Editor Literário	Rua Augusta	50 a 54	S. Julião
Empresa Editora de Publicações Ilustradas	Sérgio	de Castro	Editor Literário	Travessa da Queimada	35	Encarnação
António Armando Bordallo	António Armando	Bordallo	Livreiro	Rua da Victoria	42, 1º	S. Nicolau
Empresa Editora, Lucas & Filho	Lucas		Editor Literário	Rua do Diário de Notícias	93	Encarnação
Mathew Lewtas	Mathew	Lewtas	Livreiro	Rua do Carmo	26	Conceição Nova
Arnaldo Armando Bordallo	Arnaldo	Armando Bordallo	Editor Literário	Avenida da Victoria	42 1º	S. Nicolau
Antiga Casa Bertrand	José	Bastos	Livreiro e Editor Literário	Rua Garret	73-75	Mártires
Empresa Literária Fluminense, de A. A. Silva Lobo	A[ntónio] A[ugusto]	Silva Lobo	Editor Literário	Rua dos Retroseiros	125	S. Julião

Nome Comercial	Nome	Apelido	Tipo de Estabelecimento	Rua	Número	Freguesia
Empresa editora O mestre popular, de Joaquim Gonçalves Pereira	Joaquim Gonçalves	Pereira	Editor Literário	Rua Victor Cordon	36, 1º	Mártires
Avellar Machado	Avellar	Machado	Livreiro	Rua do Poço dos Negros	19	Santa Catarina
Guillard, Aillaud & C.ª		Guillard, Aillaud	Livreiro e Editor Literário	Rua Áurea	242, 1º	Conceição Nova
João Marques da Silva (sucessor)	João Marques	da Silva	Livreiro	Travessa de S. Domingos	117-119	Lapa
Viúva Coelho e Filho		Coelho	Livreiro	Rua Augusta	151	Conceição Nova
Belém & C.ª			Editor Literário	Rua Marechal Saldanha	26	Santa Catarina
Livraria Económica de Frederico Napoleão de Victoria	Frederico	Napoleão de Victoria	Livreiro	Travessa de S. Domingos	9-13	Santa Justa
Companhia Nacional Editora	José	de Mello	Editor Literário	Largo do Conde Barão	50	S. Paulo
José António Rodrigues	José António	Rodrigues	Livreiro e Editor Literário	Rua do Ouro	186-188	Conceição Nova
António Maria Escobar	António	Maria Escobar	Livreiro	Rua da Junqueira	120	S. Pedro de Alcântara
J. A. de Matos	J. A.	de Matos	Editor Literário	Largo de D. Estephania	23	S. Sebastião
Centro Literário José Martins & C.ª	José	Martins	Livreiro e Editor Literário	Rua de Santa Justa	96-96a	Conceição Nova
Manuel José Ferreira	Manuel José	Ferreira	Livreiro	Rua do Ouro	132-138	Conceição Nova
J. dos Santos Pires (alfarrabista)	J.	dos Santos Pires	Livreiro	Rua Bella da Rainha	139 e 141	S. Nicolau
Maria Adelaide Passos (alfarrabista)	Maria Adelaide	Passos	Livreiro	Calçada do Duque	47	Sacramento
J. Pereira da Silva & Filhos (alfarrabista)	J. Pereira	da Silva	Livreiro	Rua da Conceição	117-119	S. Julião
Cunha e Sá & C.ª		Cunha, Sá	Livreiro	Rua da Conceição	153	Conceição Nova

Nome Comercial	Nome	Apelido	Tipo de Estabelecimento	Rua	Número	Freguesia
Casa Catholica	Silvestre	Castanheira	Livreiro	Rua Augusta	178	S. Nicolau
Francisco José de Araújo Sampaio	Francisco José	de Araújo Sampaio	Livreiro	Rua da Princeza	236	Santa Justa
Francisco Maria dos Santos	Francisco Maria	dos Santos	Livreiro	Rua Poyaes de São Bento	12-14	Santa Catarina
Empresa Editora de Francisco Arthur da Silva	Francisco	Arthur da Silva	Editor Literário	Rua dos douradores	72	S. Nicolau
António Rodrigues	António	Rodrigues	Livreiro	Rua de São Nicolau	113	Conceição Nova
Empresa Editora O Recreio	João	Romano Torres	Editor Literário	Rua do Marechal Saldanha	59-61	Santa Catarina
João Baptista Silva e Mello	João Baptista	Silva e Mello	Livreiro	Calçada do Combro	55 e 57	Santa Catarina
Livraria Moderna	Henrique; A.	Marques; David	Livreiro	Rua Augusta	95	S. Julião
João de Araújo Morais	João de Araújo	Morais	Livreiro	Rua da Assunção	49	S. Nicolau
Verol Junior	[António Máximo]	Verol Junior	Livreiro	Rua Augusta	185	Conceição Nova
Francisco Romero	Francisco	Romero	Livreiro	Rua de São Paulo	142-144	S. Paulo
Anselmo Avelino Tavares	Anselmo	Avelino Tavares	Livreiro	Calçada do Combro	28 e 30	Santa Catarina
Livraria Catholica de Joaquim A. Pacheco	Joaquim A.	Pacheco	Livreiro	Calçada do Carmo	6, 1º	Santa Justa
Mello de Azevedo & Commandita		Mello de Azevedo, Commandita	Editor Literário	Avenida da Conceição	145	Conceição Nova
Livraria Popular, de Francisco Franco	Francisco	Franco	Livreiro	Travessa de São Domingos	60	Socorro
Verol Senior & C.ª	[António Máximo]	Verol Senior	Livreiro	Rua Augusta	169-171	Conceição Nova
Monteiro & C.ª		Monteiro	Livreiro	Rua da Conceição	75, 1º	S. Julião
Livraria dos Pobres			Livreiro	Rua Augusta	243	Conceição Nova
Henrique Zeferino	Henrique	Zeferino	Livreiro e Editor Literário	Rua da Princeza	87	S. Nicolau

Lista de estabelecimentos para 1897

Nome Comercial	Nome	Apelido	Tipo de Estabelecimento	Rua	Número	Freguesia
José António Rodrigues	José António	Rodrigues	Livreiro e Editor Literário	Rua do Ouro	186-188	Conceição Nova
Sampaio e Morais		Sampaio, Morais	Livreiro	Rua da Assunção	51	S. Nicolau
Belém & C. ^a			Editor Literário	Rua Marechal Saldanha	26	Santa Catarina
Manuel José Ferreira	Manuel José	Ferreira	Livreiro	Rua do Ouro	132-138	Conceição Nova
J. dos Santos Pires (alfarrabista)	J.	dos Santos Pires	Livreiro	Rua Bella da Rainha	139 e 141	S. Nicolau
J. Pereira da Silva & Filhos (alfarrabista)	J. Pereira	da Silva	Livreiro	Rua da Conceição	117-119	S. Julião
Aniceto José Rodrigues	Aniceto José	Rodrigues	Editor Literário	Rua das Salgadeiras	48, 1 ^o	Encarnação
Casa Catholica	Silvestre	Castanheira	Livreiro	Rua Augusta	178	S. Nicolau
Francisco Maria dos Santos	Francisco Maria	dos Santos	Livreiro	Rua Poyaes de São Bento	12-14	Santa Catarina
António Rodrigues	António	Rodrigues	Livreiro	Rua de São Nicolau	113	Conceição Nova
Maria Adelaide Passos (alfarrabista)	Maria Adelaide	Passos	Livreiro	Calçada do Duque	47	Sacramento
João Baptista Silva e Mello	João Baptista	Silva e Mello	Livreiro	Calçada do Combro	55 e 57	Santa Catarina
Livraria Moderna	Henrique; A.	Marques; David	Livreiro	Rua Augusta	95	S. Julião
Empresa Editora de Francisco Arthur da Silva	Francisco	Arthur da Silva	Editor Literário	Rua dos douradores	72	S. Nicolau
João de Araújo Morais	João de Araújo	Morais	Livreiro	Rua da Assunção	49	S. Nicolau
Verol Junior	[António Máximo]	Verol Junior	Livreiro	Rua Augusta	185	Conceição Nova
Francisco Romero	Francisco	Romero	Livreiro	Rua de São Paulo	142-144	S. Paulo
Anselmo Avelino Tavares	Anselmo	Avelino Tavares	Livreiro	Calçada do Combro	28 e 30	Santa Catarina
Livraria Catholica de Joaquim A. Pacheco	Joaquim A.	Pacheco	Livreiro	Calçada do Carmo	6, 1 ^o	Santa Justa
Livraria Popular, de Francisco Franco	Francisco	Franco	Livreiro	Travessa de São Domingos	60	Socorro

Nome Comercial	Nome	Apelido	Tipo de Estabelecimento	Rua	Número	Freguesia
Francisco Silva	Francisco	Silva	Livreiro	Rua de Santo Antão	89-91	Santa Justa
Monteiro & C.ª		Monteiro	Livreiro	Rua da Conceição	75, 1º	S. Julião
Livraria dos Pobres			Livreiro	Rua Augusta	243	Conceição Nova
Antiga Casa Bertrand	José	Bastos	Livreiro e Editor Literário	Rua Garret	73-75	Mártires
Eugénio Morais (alfarrabista)	Eugénio	Moraes	Livreiro	Rua Augusta	243	Conceição Nova
Verol Senior & C.ª	[António Máximo]	Verol Senior	Livreiro	Rua Augusta	169-171	Conceição Nova
Henrique Zeferino	Henrique	Zeferino	Livreiro e Editor Literário	Rua da Princeza	87	S. Nicolau
M. Gomes	M.	Gomes	Livreiro e Editor Literário	Rua Garrett	70-72	Sacramento
Ferin & C.ª	Augusto	Ferin	Livreiro	Rua Nova do Almada	70-74	Conceição Nova
Centro Literário José Martins & C.ª	José	Martins	Livreiro	Rua de Santa Justa	96-96a	Conceição Nova
Marcos José Gomes	Marcos	José Gomes	Livreiro	Rua do Arsenal	96	S. Julião
António Maria Pereira	António	Maria Pereira	Livreiro e Editor Literário	Rua Augusta	50 a 54	S. Julião
Empresa Editora, Lucas & Filho	Lucas		Editor Literário	Rua do Diário de Notícias	93	Encarnação
Arnaldo Armando Bordallo	Arnaldo	Armando Bordallo	Editor Literário	Avenida da Victoria	42 1º	S. Nicolau
Tavares, Cardoso & Irmão		Tavares, Cardoso	Livreiro e Editor Literário	Largo do Camões	5 e 6	Santa Justa
Mathew Lewtas	Mathew	Lewtas	Livreiro	Rua do Carmo	26	Conceição Nova

Nome Comercial	Nome	Apelido	Tipo de Estabelecimento	Rua	Número	Freguesia
Empresa Literária Fluminense, de A. A. Silva Lobo	A[ntónio] A[ugusto]	Silva Lobo	Editor Literário	Rua dos Retroseiros	125	S. Julião
Empresa editora O mestre popular, de Joaquim Gonçalves Pereira	Joaquim Gonçalves	Pereira	Editor Literário	Rua Victor Cordon	36, 1º	Mártires
António Armando Bordallo	António Armando	Bordallo	Livreiro	Rua da Victoria	42, 1º	S. Nicolau
Avellar Machado	Avellar	Machado	Livreiro	Rua do Poço dos Negros	19	Santa Catarina
Guillard, Aillaud & C.ª		Guillard, Aillaud	Livreiro e Editor Literário	Rua Áurea	242, 1º	Conceição Nova
P. Meyrelles	P[róspero]	Meyrelles	Livreiro	Rua Augusta	220 e 222	S. Nicolau
João Romano Torres	João	Romano Torres	Editor Literário	Rua de D. Pedro V	86-88	Encarnação
Livraria Económica de Frederico Napoleão de Victoria	Frederico	Napoleão de Victoria	Livreiro	Travessa de S. Domingos	9-13	Santa Justa
Viúva Coelho e Filho		Coelho	Livreiro	Rua Augusta	151	Conceição Nova

Lista de estabelecimentos para 1903

Nome Comercial	Nome	Apelido	Tipo de Estabelecimento	Rua	Número	Freguesia
A Editora			Editor Literário	Largo do Conde Barão	50	S. Paulo
A. G. Verol [sucursal]	A. G.	Verol	Livreiro	Rua do Arco da Bandeira	112-118	Conceição Nova
A. Morgado & Commandita	A.	Morgado	Editor Literário	Rua do Ouro	139	Conceição Nova
Antiga Casa Bertrand	José	Bastos	Livreiro e Editor Literário	Rua Garret	73-75	Mártires
António dos Santos e Silva (alfarrabista)	António dos Santos	Silva	Livreiro	Rua de Santo Antão	195	S. José
António José da Silva (Alfarrabista)	António José	da Silva	Livreiro	Travessa da Palmeira	62	Mercês
Arnaldo Armando Bordallo	Arnaldo	Armando Bordallo	Livreiro e Editor Literário	Avenida da Victoria	42 1º	S. Nicolau
As Tres Bibliothecas	Alvaro	Pinheiro Chagas	Editor Literário	Rua da Barroca	72	Encarnação
Avellar Machado	Avellar	Machado	Livreiro e Editor Literário	Praça do Poço dos Negros	19	Santa Catarina
Belém & C.ª			Editor Literário	Rua Marechal Saldanha	26	Santa Catarina
Bernardino Alexandre Pacheco	Bernardino Alexandre	Pacheco	Livreiro	Calçada de Santa Anna	26, 1º	Pena
Biblioteca Popular de Legislação	Aniceto José	Rodrigues	Editor Literário	Rua de S. Mamede	107	Madalena
Bibliotheca de Livros Úteis	Artur Campos Garcia	Pastor	Editor Literário	Rua do Conselheiro Abrantes Pedroso	25, 2º	Pena

Nome Comercial	Nome	Apelido	Tipo de Estabelecimento	Rua	Número	Freguesia
Bibliotheca Popular			Editor Literário	Rua da Rosa	162, 1º	Encarnação
Bibliotheca Social Operaria			Editor Literário	Rua de São Luiz	62	Santa Isabel
Caetano Alberto da Silva	Caetano Alberto	da Silva	Editor Literário	Travessa do Convento de Jesus	4, 2º	Santa Catarina
Empresa Editora de Francisco Arthur da Silva	Francisco	Arthur da Silva	Livreiro e Editor Literário	Rua dos douradores	72	S. Nicolau
Empresa Editora do Atlas de Gographia Universal	Julio Gaspar	Ferreira da Costa	Editor Literário	Rua da Boavista	62, 2º E. S. Paulo	
Empresa Editora do Diario Ilustrado			Editor Literário	Travessa da Queimada	35, 1º	Encarnação
Empresa Editora, F. Pastor	F.	Pastor	Editor Literário	Rua do Ouro	243, 2º	Conceição Nova
Empresa Editora, Lucas & Filho	Lucas		Editor Literário	Rua do Diário de Notícias	93	Encarnação
Empresa Literária Fluminense		Santos, Vieira	Editor Literário	Rua dos Retrozeiros	125	S. Julião
Empreza editora O mestre popular, de Joaquim Gonçalves Pereira	Joaquim Gonçalves	Pereira	Editor Literário	Rua Victor Cordon	36, 1º	Mártires
Empreza Lisbonense de Publicações	Alfredo A.	Lobato Pires	Editor Literário	Rua S. Sebastião das Taipas	95, 1º	S. José
Evangélica	Robert	Stewart (Moreton)	Livreiro	Rua das Janelas Verdes	32	Santos-o-Velho
Ferriñ & C.ª	Augusto	Ferriñ	Livreiro	Rua Nova do Almada	70-74	Conceição Nova
Francisco Maria dos Santos	Francisco Maria	dos Santos	Livreiro	Rua Poyaes de São Bento	12-14	Santa Catarina
Francisco Romero	Francisco	Romero	Livreiro	Rua de São Paulo	142-144	S. Paulo
Francisco Silva	Francisco	Silva	Livreiro	Rua de Santo Antão	89-91	Santa Justa

Nome Comercial	Nome	Apelido	Tipo de Estabelecimento	Rua	Número	Freguesia
Guimarães, Libânio & C.ª	Guimarães; Libânio		Livreiro	Rua de S. Roque	108	Sacramento
Henrique Zeferino	Henrique	Zeferino	Livreiro e Editor Literário	Rua Madalena	129	Madalena
J. dos Santos Pires (alfarrabista)	J.	dos Santos Pires	Livreiro	Rua Bella da Rainha	139 e 141	S. Nicolau
João Baptista de Carvalho	João Baptista	de Carvalho	Livreiro	Mercado de S. Bento	lugar 17	Santa Isabel
João Baptista Silva e Mello	João Baptista	Silva e Mello	Livreiro	Calçada do Combro	55 e 57	Santa Catarina
João de Araújo Morais	João de Araújo	Morais	Livreiro	Rua Augusta	243	Conceição Nova
João de Araújo Morais	João de Araújo	Morais	Livreiro	Rua da Assunção	49	S. Nicolau
João Vicente da Silva Coelho	João Vicente	da Silva Coelho	Livreiro	Rua Augusta	151	Conceição Nova
José António Rodrigues	José António	Rodrigues	Livreiro e Editor Literário	Rua do Ouro	186-188	Conceição Nova
Livraria Academica	José Sebastião	Pacheco	Livreiro	Calçada do Sacramento	16	Sacramento
Livraria Aillaud		Aillaud	Livreiro e Editor Literário	Rua do Ouro	242, 1º	Conceição Nova
Livraria Antiga e Moderna	Manoel	Caldas Cordeiro	Livreiro	Rua Nova do Almada	16	Santa Catarina
Livraria Catholica de Joaquim A. Pacheco	Joaquim A.	Pacheco	Livreiro e Editor Literário	Calçada do Carmo	6, 1º	Santa Justa
Livraria Central	Gomes	de Carvalho	Livreiro e Editor Literário	Rua da Prata	158-160	S. Nicolau
Livraria Editora de Guimarães & C.ª		Guimarães	Editor Literário	Rua de S. Roque	108	Sacramento
Livraria Inglesa	Mathew	Lewtas	Livreiro	Rua do Carmo	26	Conceição Nova
Livraria Maia	Sebastião Soares	Maia	Livreiro	Calçada do Combro	79	Santa Catarina
Livraria Moderna	Henrique; A.	Marques; David	Livreiro	Rua Augusta	95	S. Julião

Nome Comercial	Nome	Apelido	Tipo de Estabelecimento	Rua	Número	Freguesia
Livraria Popular, de Francisco Franco	Francisco		Livreiro	Travessa de São Domingos	60	Socorro
Livraria Universal	Anselmo Avelino	Tavares	Livreiro	Calçada do Combro	30	Santa Catarina
Louis Plissier	Louis	Plissier	Livreiro	Rua D. Pedro V	46	Encarnação
Lusitana Editora	Arthur	Brandão	Editor Literário	Rua Ivens	7	Mártires
M. Gomes	M.	Gomes	Livreiro e Editor Literário	Rua Garrett	70-72	Sacramento
O «Recreio»	João	Romano Torres	Editor Literário	Rua D. Pedro V	84	Encarnação
Parceria António Maria Pereira	António	Maria Pereira	Livreiro e Editor Literário	Rua Augusta	50-52	S. Julião
Pereira da Silva & C.ª	Pereira	da Silva	Livreiro	Rua da Conceição	117	S. Julião
Pereira Rodrigues	Augusto	Rodrigues	Livreiro	Rua de S. Nicolau	113	Conceição Nova
Sampaio e Morais		Sampaio, Morais	Livreiro	Rua da Assunção	51	S. Nicolau
Sociedade Bíblica de Londres			Livreiro	Rua das Janelas Verdes	32	Santos-o-Velho
Tavares, Cardoso & Irmão		Tavares, Cardoso	Livreiro e Editor Literário	Largo do Camões	5 e 6	Santa Justa
Verol Junior	[António Máximo]	Verol Junior	Livreiro	Rua Augusta	185	Conceição Nova
Verol Senior & C.ª	[António Máximo]	Verol Senior	Livreiro	Rua Augusta	169-171	Conceição Nova

Lista de estabelecimentos para 1904

Nome Comercial	Nome	Apelido	Tipo de Estabelecimento	Rua	Número	Freguesia
Bibliotheca Social Operaria			Editor	Rua de São Luiz	62	Santa Isabel
A Editora			Literário	Largo do Conde Barão	50	S. Paulo
António José da Silva (Alfarrabista)	António José Pereira	da Silva	Livreiro	Travessa da Palmeira	62	Mercês
Pereira da Silva & C.ª		da Silva	Livreiro	Rua da Conceição	117	S. Julião
Pereira Rodrigues	Augusto	Rodrigues	Livreiro	Rua de S. Nicolau	113	Conceição Nova
J. dos Santos Pires (alfarrabista)	J.	dos Santos Pires	Livreiro	Rua Bella da Rainha	139 e 141	S. Nicolau
Belém & C.ª			Editor			
			Literário	Rua Marechal Saldanha	26	Santa Catarina
José António Rodrigues	José António	Rodrigues	Livreiro e Editor			
João Baptista de Carvalho	João Baptista	de Carvalho	Literário	Rua do Ouro	186-188	Conceição Nova
			Livreiro	Mercado de S. Bento	lugar 17	Santa Isabel
E. Ferin	E.	Ferin	Livreiro e Editor			
Livraria Academica	José Sebastião	Pacheco	Literário	Rua Nova do Almada	74	Conceição Nova
Bibliotheca de Livros Úteis	Artur Campos Garcia	Pastor	Livreiro	Calçada do Sacramento	16	Sacramento
			Editor	Rua do Conselheiro Abrantes		
			Literário	Pedroso	25, 2º	Pena
Arnaldo Armando Bordallo	Arnaldo	Armando Bordallo	Livreiro e Editor			
Francisco Maria dos Santos	Francisco Maria	dos Santos	Literário	Avenida da Victoria	42 1º	S. Nicolau
			Livreiro	Rua Poyaes de São Bento	12-14	Santa Catarina
Empresa Editora de Francisco Arthur da Silva	Francisco	Arthur da Silva	Livreiro e Editor			
			Literário	Rua dos douradores	72	S. Nicolau

Nome Comercial	Nome	Apelido	Tipo de Estabelecimento	Rua	Número	Freguesia
Verol Junior	[António Máximo]	Verol Junior	Livreiro	Rua Augusta	185	Conceição Nova
Francisco Romero	Francisco	Romero	Livreiro	Rua de São Paulo	142-144	S. Paulo
Empresa Literária Fluminense		Santos, Vieira	Editor			
João Baptista Silva e Mello	João Baptista	Silva e Mello	Literário	Rua dos Retrozeiros	125	S. Julião
Livraria Moderna	Henrique; A.	Marques; David	Livreiro	Calçada do Combro	55 e 57	Santa Catarina
			Livreiro	Rua Augusta	95	S. Julião
			Livreiro e Editor			
Livraria Catholica de Joaquim A. Pacheco	Joaquim A.	Pacheco	Literário	Calçada do Carmo	6, 1º	Santa Justa
Francisco Silva	Francisco	Silva	Livreiro	Rua de Santo Antão	89-91	Santa Justa
Livraria Central	Gomes	de Carvalho	Livreiro	Rua da Prata	158-160	S. Nicolau
O «Recreio»	João	Romano Torres	Editor	Rua D. Pedro V	84	Encarnação
			Livreiro e Editor			
Antiga Casa Bertrand	José	Bastos	Literário	Rua Garret	73-75	Mártires
Livraria Popular, de Francisco Franco	Francisco	Franco	Livreiro	Travessa de São Domingos	60	Socorro
Verol Senior & C.ª	[António Máximo]	Verol Senior	Livreiro	Rua Augusta	169-171	Conceição Nova
Guimarães & C.ª		Guimarães	Livreiro	Rua de S. Roque	108	Sacramento
Eugénio Morais (alfarrabista)	Eugénio	Moraes	Livreiro	Rua Augusta	243	Conceição Nova
			Livreiro e Editor			
Parceria António Maria Pereira	António	Maria Pereira	Literário	Rua Augusta	50-52	S. Julião
			Editor			
Livraria Editora de Guimarães & C.ª		Guimarães	Literário	Rua de S. Roque	108	Sacramento
João Vicente da Silva Coelho	João Vicente	da Silva Coelho	Livreiro	Rua Augusta	151	Conceição Nova
			Editor			
Centro Typographico Colonial			Literário	Rua Garrett	80, 1º	Sacramento

Nome Comercial	Nome	Apelido	Tipo de Estabelecimento	Rua	Número	Freguesia
A. G. Verol [sucursal]	A. G.	Verol	Livreiro	Rua do Arco da Bandeira	112-118	Conceição Nova
Henrique Zeferino	Henrique	Zeferino	Livreiro e Editor	Rua Madalena	129	Madalena
Bibliotheca Popular			Editor			
Livraria Ingleza	Mathew	Lewtas	Literário	Rua da Rosa	162, 1º	Encarnação
Caetano Alberto da Silva	Caetano Alberto	da Silva	Livreiro	Rua Alecrim	81	Encarnação
Sociedade Bíblica de Londres			Editor			
			Literário	Travessa do Convento de Jesus	4, 2º	Santa Catarina
			Livreiro	Rua das Janelas Verdes	32	Santos-o-Velho
			Livreiro e Editor			
M. Gomes	M.	Gomes	Literário	Rua Garrett	70-72	Sacramento
Empresa Editora do Diario Ilustrado			Editor			
			Literário	Travessa da Queimada	35, 1º	Encarnação
			Livreiro e Editor			
Livraria Ferreira	Manuel José	Ferreira	Literário	Rua do Ouro	132-138	Conceição Nova
Empresa Editora, F. Pastor	F.	Pastor	Editor			
			Literário	Rua do Ouro	243, 2º	Conceição Nova
A. Morgado & Commandita	A.	Morgado	Editor			
			Literário	Rua do Ouro	139	Conceição Nova
Bibliotheca Popular de Legislação	Aniceto José	Rodrigues	Editor			
			Literário	Rua de S. Mamede	107	Madalena
Bibliotheca de Educação Nova			Editor			
			Literário	Calçada de Santa Anna	61,1º	Pena
Livraria Aillaud			Livreiro e Editor			
			Literário	Rua do Ouro	242, 1º	Conceição Nova

Nome Comercial	Nome	Apelido	Tipo de Estabelecimento	Rua	Número	Freguesia
Livraria Antiga e Moderna (alfarrabista)	Manoel Caldas	Cordeiro	Livreiro	Rua de Santa Justa	98	Conceição Nova
Empresa Editora, Lucas & Filho	Lucas		Editor			
Livraria Maia	Sebastião Soares	Maia	Literário	Rua do Diário de Notícias	93	Encarnação
			Livreiro	Calçada do Combro	79	Santa Catarina
Tavares, Cardoso & Irmão			Livreiro e Editor			
João de Araújo Morais	João de Araújo	Tavares, Cardoso Morais	Literário	Largo do Camões	5 e 6	Santa Justa
			Livreiro	Rua da Assunção	49	S. Nicolau
António dos Santos e Silva (alfarrabista)	António dos Santos	Silva	Livreiro	Rua de Santo Antão	195	S. José
Empresa Editora do Atlas de Geographia Universal	Júlio Gaspar	Ferreira da Costa	Editor			
			Literário	Rua da Boa Vista	62, 1º	S. Paulo
Livraria Correia Pinto	M.	Correia Pinto; Commandita	Livreiro	Rua S. Nicolau	71-73	S. Julião
Empresa editora O mestre popular, de Joaquim Gonçalves Pereira	Joaquim Gonçalves	Pereira	Editor			
Livraria Universal	Anselmo Avelino	Tavares	Literário	Rua Victor Cordon	36, 1º	Mártires
			Livreiro	Calçada do Combro	30	Santa Catarina
			Livreiro e Editor			
Frederico Napoleão de Victoria	Frederico	Napoleão de Victoria	Literário	Travessa de S. Domingos	11	Santa Justa
Lusitana Editora	Arthur	Brandão	Editor			
			Literário	Rua Ivens	7	Mártires
Avellar Machado	Avellar	Machado	Livreiro e Editor			
Evangelica	Robert	Stewart (Moreton)	Literário	Praça do Poço dos Negros	19	Santa Catarina
			Livreiro	Rua das Janelas Verdes	32	Santos-o-Velho

Lista de estabelecimentos para 1905

Nome Comercial	Nome	Apelido	Tipo de Estabelecimento	Rua	Número	Freguesia
Classica Editora	António Maria	Teixeira	Livreiro	Praça dos Restauradores	20	Santa Justa
A. G. Verol [sucursal]	A. G.	Verol	Livreiro	Rua do Arco da Bandeira	112-118	Conceição Nova
Livraria Editora de Guimarães & C. ^a		Guimarães	Livreiro e Editor Literário	Rua de S. Roque	108	Sacramento
Henrique Zeferino	Henrique	Zeferino	Livreiro e Editor Literário	Rua Madalena	129	Madalena
Bibliotheca Popular			Editor Literário	Rua da Rosa	162, 1 ^º	Encarnação
Centro Typographico Colonial	Arnaldo	Figueiroa	Editor Literário	Rua da Emenda	84	Encarnação
Livraria Ferreira	Manuel José	Ferreira	Livreiro e Editor Literário	Rua do Ouro	132-138	Conceição Nova
Caetano Alberto da Silva	Caetano Alberto	da Silva	Editor Literário	Travessa do Convento de Jesus	4, 2 ^º	Santa Catarina
Benjamim & Filgueiras, sucessor		Benjamim; Filgueiras	Editor Literário	Rua do Príncipe	1-G a 1-H	Sacramento
M. Gomes [1904]	M.	Gomes	Livreiro e Editor Literário	Rua Garrett	61	Mártires
Empresa Editora do Diario Ilustrado			Editor Literário	Travessa da Queimada	35, 1 ^º	Encarnação
Empresa Editora, F. Pastor	F.	Pastor	Editor Literário	Rua do Ouro	243, 2 ^º	Conceição Nova
Livraria Ingleza	Mathew	Lewtas	Livreiro	Rua Alecrim	81	Encarnação

Nome Comercial	Nome	Apelido	Tipo de Estabelecimento	Rua	Número	Freguesia
A. Morgado & Commandita	A.	Morgado	Editor Literário	Rua do Ouro	139	Conceição Nova
Sociedade Bíblica de Londres			Livreiro	Rua das Janelas Verdes	32	Santos-o-Velho
Biblioteca Popular de Legislação	Aniceto José	Rodrigues	Editor Literário	Rua de S. Mamede	107	Madalena
Livraria Aillaud		Aillaud	Livreiro e Editor Literário	Rua do Ouro	242, 1º	Conceição Nova
Empresa Editora, Lucas & Filho	Lucas		Editor Literário	Rua do Diário de Notícias	93	Encarnação
Livraria Maia	Sebastião Soares	Maia	Livreiro	Calçada do Combro	79	Santa Catarina
Biblioteca de Educação Nova			Editor Literário	Calçada de Santa Anna	61, 1º	Pena
João de Araújo Morais	João de Araújo	Morais	Livreiro	Rua da Assunção	49	S. Nicolau
Empreza da Historia de Portugal	A.	David	Editor Literário	Rua Augusta	95	S. Julião
António dos Santos e Silva (alfarrabista)	António dos Santos	Silva	Livreiro	Rua de Santo Antão	195	S. José
Livraria Correia Pinto	M.	Correia Pinto; Commandita	Livreiro	Rua S. Nicolau	71-73	S. Julião
Empreza editora O mestre popular, de Joaquim Gonçalves Pereira	Joaquim Gonçalves	Pereira	Editor Literário	Rua Victor Cordon	36, 1º	Mártires
Livraria Universal	Anselmo Avelino	Tavares	Livreiro	Calçada do Combro	30	Santa Catarina
Augusto Ignacio dos Santos	Augusto Ignacio	dos Santos	Editor Literário	Rua da Rosa	109	Mercês
Frederico Napoleão de Victoria	Frederico	Napoleão de Victoria	Livreiro e Editor Literário	Travessa de S. Domingos	11	Santa Justa
Avellar Machado	Avellar	Machado	Editor Literário	Rua Poço dos Negros	19	Santa Catarina

Nome Comercial	Nome	Apelido	Tipo de Estabelecimento	Rua	Número	Freguesia
Evangelica	Robert	Stewart (Moreton)	Livreiro	Rua das Janelas Verdes	32	Santos-o-Velho
Bibliotheca Social Operaria, Empreza Editora Nazareth Chagas	Nazareth	Chagas	Editor Literário	Rua do Diário de Notícias	102, 1º	Encarnação
A Editora			Editor Literário	Largo do Conde Barão	50	S. Paulo
Lusitana Editora	Arthur	Brandão	Editor Literário	Rua Ivens	7	Mártires
António José da Silva (Alfarrabista)	António José	da Silva	Livreiro	Travessa da Palmeira	62	Mercês
Pereira da Silva & C.ª	Pereira	da Silva	Livreiro	Rua da Conceição	117	S. Julião
J. dos Santos Pires (alfarrabista)	J.	dos Santos Pires	Livreiro	Rua Bella da Rainha	139 e 141	S. Nicolau
Belém & C.ª			Editor Literário	Rua Marechal Saldanha	26	Santa Catarina
José António Rodrigues	José António	Rodrigues	Livreiro e Editor Literário	Rua do Ouro	186-188	Conceição Nova
Empresa Editora do Atlas de Gographia Universal	Julio Gaspar	Ferreira da Costa	Editor Literário	Rua da Boavista	62, 2º E.	S. Paulo
E. Ferin	E.	Ferin	Livreiro e Editor Literário	Rua Nova do Almada	74	Conceição Nova
Bibliotheca A Idea Nova			Editor Literário	Calçada de Santo André	79	Anjos
Livraria Academica	José Sebastião	Pacheco	Livreiro	Calçada do Sacramento	16	Sacramento
Francisco Maria dos Santos	Francisco Maria	dos Santos	Livreiro	Rua Poyaes de São Bento	12-14	Santa Catarina
Empresa Editora de Francisco Arthur da Silva	Francisco	Arthur da Silva	Livreiro e Editor Literário	Rua dos douradores	72	S. Nicolau
Bibliotheca de Livros Úteis	Artur Campos Garcia	Pastor	Editor Literário	Rua do Conselheiro Abrantes Pedroso	25, 2º	Pena
Livraria Antiga e Moderna	Manoel	Caldas Cordeiro	Livreiro	Rua Nova do Almada	16	Conceição Nova

Nome Comercial	Nome	Apelido	Tipo de Estabelecimento	Rua	Número	Freguesia
João Baptista de Carvalho	João Baptista	de Carvalho	Livreiro	Mercado de S. Bento	lugar 17	Santa Isabel
Francisco Romero	Francisco	Romero	Livreiro	Rua de São Paulo	142-144	S. Paulo
Empresa Literária Fluminense		Santos, Vieira	Editor Literário	Rua dos Retrozeiros	125	S. Julião
João Baptista Silva e Mello	João Baptista	Silva e Mello	Livreiro	Calçada do Combro	55 e 57	Santa Catarina
Livraria Moderna	Henrique; A.	Marques; David	Livreiro	Rua Augusta	95	S. Julião
Verol Junior	[António Máximo]	Verol Junior	Livreiro	Rua Augusta	185	Conceição Nova
Livraria Catholica de Joaquim A. Pacheco	Joaquim A.	Pacheco	Livreiro e Editor Literário	Calçada do Carmo	6, 1º	Santa Justa
Francisco Silva	Francisco	Silva	Livreiro	Rua de Santo Antão	89-91	Santa Justa
Livraria Central	Gomes	de Carvalho	Livreiro	Rua da Prata	158-160	S. Nicolau
O «Recreio»	João	Romano Torres	Editor Literário	Rua D. Pedro V	84	Encarnação
Antiga Casa Bertrand	José	Bastos	Livreiro e Editor Literário	Rua Garret	73-75	Mártires
Livraria Popular, de Francisco Franco	Francisco	Franco	Livreiro	Travessa de São Domingos	60	Socorro
Arnaldo Armando Bordallo	Arnaldo	Armando Bordallo	Livreiro e Editor Literário	Avenida da Victoria	42 1º	S. Nicolau
Verol Senior & C.ª	[António Máximo]	Verol Senior	Livreiro	Rua Augusta	169-171	Conceição Nova
Viúva Tavares Cardoso		Tavares Cardoso	Livreiro e Editor Literário	Largo do Camões	5	Santa Justa
Eugénio Morais (alfarrabista)	Eugénio	Moraes	Livreiro	Rua Augusta	243	Conceição Nova

Nome Comercial	Nome	Apelido	Tipo de Estabelecimento	Rua	Número	Freguesia
Parceria António Maria Pereira	António	Maria Pereira	Livreiro e Editor Literário	Rua Augusta	50-52	S. Julião
João Vicente da Silva Coelho	João Vicente	da Silva Coelho	Livreiro	Rua Augusta	151	Conceição Nova